



RELATÓRIO DE GESTÃO

2017



RELATÓRIO DE GESTÃO 2017

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

ÍNDICE

I.	NOTA DE ABERTURA.....	7
II.	ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL	14
1.	ESTRUTURA POLÍTICA.....	15
1.1	ÓRGÃO EXECUTIVO.....	15
1.2	ÓRGÃO DELIBERATIVO.....	18
2.	ESTRUTURA ORGÂNICA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS	19
3.	RECURSOS HUMANOS	21
3.1	SUMÁRIO EXECUTIVO	21
3.2	RECURSOS HUMANOS	22
3.2.1	EMPREGO	22
3.2.2	ABSENTISMO	35
3.2.3	SAÚDE, HIGIENE E SEGURANÇA	36
3.2.4	PSICOLOGIA	39
3.2.5	AÇÃO SOCIAL INTERNA.....	41
3.2.6	REFEITÓRIOS MUNICIPAIS	42
3.2.7	FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	43
3.2.8	RELAÇÕES DE TRABALHO.....	53
III.	REPORTING FINANCEIRO	56
1.	REQUISITOS LEGAIS DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO	57
1.1	NOTA PRÉVIA.....	57
1.2	ENDIVIDAMENTO LEGAL.....	57
1.3	PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO	59
1.4	PAGAMENTOS EM ATRASO.....	60
1.5	EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL.....	61
1.6	OUTROS INDICADORES	62
2.	ASPETOS PATRIMONIAIS	63
2.1	NOTA DE INTRODUÇÃO	63
2.2	SITUAÇÃO ECONÓMICA	63
2.2.1	RESULTADOS OPERACIONAIS: PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS	63

2.2.2 RESULTADOS FINANCEIROS: PROV. E CUSTOS FINANCEIROS	70
2.2.3 RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS: PROVEITOS E CUSTOS EXTRAORDINÁRIOS.....	71
2.2.4 RESULTADOS LÍQUIDOS.....	74
2.3 SITUAÇÃO PATRIMONIAL.....	75
2.3.1 ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DOS ATIVOS	75
2.3.2 ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DOS PASSIVOS	80
2.3.3 ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS	90
2.4 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	92
2.5 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO.....	92
3. ASPETOS ORÇAMENTAIS	93
3.1 MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA	94
3.2 RECEITA	96
3.2.1 RECEITA TOTAL.....	96
3.2.2 RECEITA POR GRANDES AGREGADOS	98
3.2.3 RECEITA FISCAL	99
3.2.4 RECEITA PROVENIENTE DA ATIVIDADE MUNICIPAL	101
3.2.5 RECEITA PATRIMONIAL	105
3.2.6 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL	106
3.2.7 RECEITA LIQUIDADADA E NÃO COBRADA.....	107
3.3 DESPESA	110
3.3.1 DESPESA TOTAL.....	110
3.3.2 DESPESA CORRENTE	111
3.3.3 DESPESA DE CAPITAL	113
3.3.4 DESPESA POR GRANDES AGREGADOS	114
4. A ATIVIDADE EMPRESARIAL LOCAL	121
4.1 ASPETOS DE CONTEXTO.....	121
4.2 ATIVIDADE EMPRESARIAL LOCAL.....	128
4.3 TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS MUNICIPAIS.....	130
IV. REPORTING ATIVIDADES.....	132
1. FINANCIAMENTO E EXECUÇÃO DE ATIVIDADES.....	133
1.1 PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI).....	133
1.1.1 EXECUÇÃO	133
1.1.2 FINANCIAMENTO	136

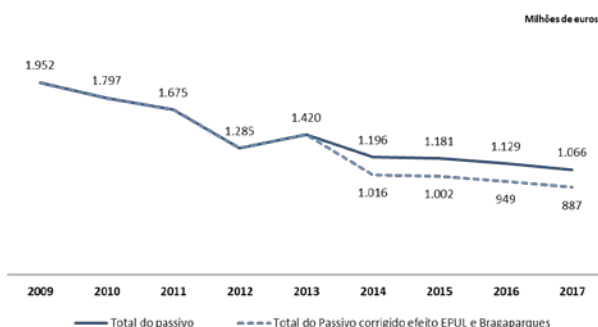
1.2 PLANO ANUAL DE ATIVIDADES (PAA)	140
1.2.1 EVOLUÇÃO DA DOTAÇÃO	140
1.2.2 EXECUÇÃO	141
1.2.3 FINANCIAMENTO	145
2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	147
V. ANEXOS	172
1. SITUAÇÃO PATRIMONIAL	173
1.1 BALANÇO SINTÉTICO	174
1.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	175
1.3 MAPA DE FLUXOS DE CAIXA.....	176
2. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	177
2.1 EXECUÇÃO DA RECEITA.....	178
2.2 EXECUÇÃO DA DESPESA.....	179
2.3 EXECUÇÃO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	180
2.4 EXECUÇÃO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	184
2.5 EXECUÇÃO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL.....	186
3. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS.....	187
3.1 EXECUÇÃO DO PPI POR OBJETIVO/PROGRAMA.....	188
3.2 EXECUÇÃO DO PPI POR GRUPO ECONÓMICO.....	189
3.3 EXECUÇÃO DO PPI POR DIREÇÃO MUNICIPAL.....	190
4. PLANO ANUAL DE ATIVIDADES.....	191
4.1 FONTES DE FINANCIAMENTO DO PLANO DE ATIVIDADES	192
4.2 FINANCIAMENTO ALHEIO	193
EMPRÉSTIMOS (CONT.)	194
SUBSÍDIOS E COMPARTICIPAÇÕES.....	194
SUBSÍDIOS E COMPARTICIPAÇÕES (CONT.).....	195
SUBSÍDIOS E COMPARTICIPAÇÕES (CONT.).....	196
4.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES POR OBJETIVO\PROGRAMA	197
4.4 EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES.....	198

I. NOTA DE ABERTURA

No âmbito da atividade e resultados do exercício de 2017, destacam-se os seguintes aspetos:

1. O passivo total do Município, com uma trajetória descendente evidenciada no gráfico, apresenta, em 2017, o menor valor da série, numa redução superior a 885 milhões de euros no período retratado.

Gráfico 1: Redução do Passivo Total



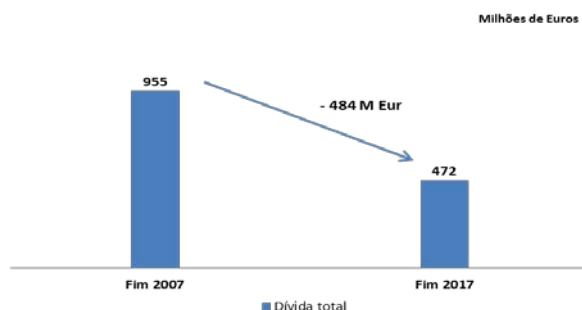
A necessidade de assumir passivos

gerados por processos anteriores a 2007, nomeadamente os relativos à Bragaparkes e à liquidação da EPUL (em 2014, com subsistência do efeito nos anos seguintes, para efeitos de comparação, conforme série corrigida do gráfico), levou a que o resultado obtido no período fosse inferior, sem, contudo, prejudicar a tendência desenhada e evidenciando que o Município teve capacidade para gerir estes impactos e manter a retração do passivo.

Gráfico 2: Evolução da dívida legal

(Cf. Lei nº 73/2013, de 3 de setembro)

2. A dívida legal¹ manteve a sua trajetória descendente, apresentando no fim do exercício de 2017, uma quebra superior a 480 milhões de euros face a 2007, em série comparada, refletindo uma inflexão da ordem dos 50,6%.



Pela primeira vez, desde a entrada em

vigor da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro - Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, a dívida legal, a 31 de dezembro (cerca de 471,6 milhões de euros), foi inferior à média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores (cerca de 563,7 milhões de euros), colocando, assim, o Município fora do alcance do alerta precoce previsto no nº 1 do artigo 56º do citado diploma.

O ritmo de redução do *stock* da dívida acelerou, pelo segundo ano consecutivo, com uma quebra próxima de 88,2 milhões de euros face ao período homólogo de 2016.

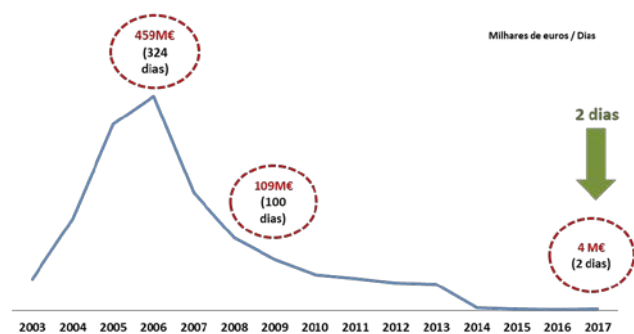
3. O esforço de consolidação do passivo municipal traduziu-se também num percurso de expressiva redução da dívida a fornecedores, com um decréscimo superior a 450 milhões de

¹ Dada por passivo exigível corrigido de operações não orçamentais.

euros entre o final do exercício de 2006 (pico da série) e o de 2017, concretizando a determinação do Executivo em colaborar de forma ativa no bom funcionamento da economia, com particular impacto no equilíbrio e sustentabilidade das pequenas e médias empresas de base local.

Gráfico 3: Redução do PMP & dívida a fornecedores

O prazo médio de pagamento (PMP), que foi de 2 dias em 2017, diminuiu mais de 320 dias no período em análise, em consonância com o decréscimo contínuo do *stock* da dívida a fornecedores.

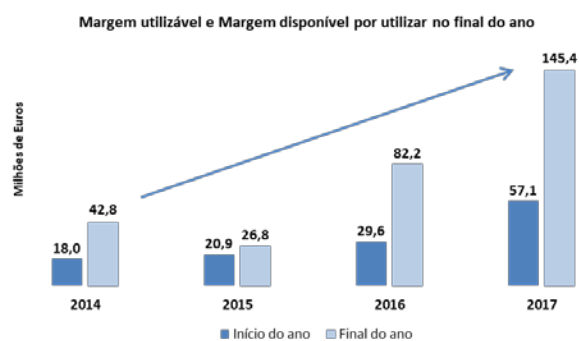


4. Foram cumpridos os indicadores de equilíbrio legal, por relação com a gestão orçamental e com a dívida, de acordo com o estabelecido na Lei nº 73/2013, de 3 de setembro e na Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro - Orçamento de Estado para 2017 - com relevo para a gestão do equilíbrio orçamental, da dívida e dos atrasos nos pagamentos.

Gráfico 4: Evolução da Margem de Endividamento

(Margem utilizável e Margem disponível p/ utilizar no final do ano)

A entrada em vigor da Lei nº 73/2013, em 2014, alterou o contexto de determinação da dívida legal, com forte impacto no Município de Lisboa, mas, ainda assim, foi possível cumprir as suas disposições com êxito, desde o primeiro momento e com uma melhoria sucessiva da margem de endividamento disponível.



A margem disponível a 1 de janeiro de 2017 foi de cerca de 57,1 milhões de euros, com uma evolução positiva ao longo do ano plasmada na contração da dívida total de operações orçamentais próxima de 88,3 milhões de euros. Este desempenho teve como corolário que a margem disponível utilizável fosse, no fecho do ano, momento da efetiva avaliação da observância deste indicador legal, da ordem de 145,4 milhões de euros.

5. O Resultado Líquido do exercício saldou-se perto de 82,9 milhões de euros, refletindo uma dinâmica de variação dos proveitos superior à dos custos, respetivamente, de ≈ 68,9 milhões e de ≈44,0 milhões de euros.

Os impostos locais contribuíram de modo decisivo para o resultado obtido, sendo a sua variação em período homólogo da ordem de 70,0 milhões de euros, superior, portanto, à variação anual global dos proveitos registada.

Este desempenho resultou da dinâmica da Cidade impulsionada, em larga medida, pelo nível recorde do investimento imobiliário, observável, desde logo, na expansão da receita fiscal associada aos imóveis, por referência ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e ao Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), a qual, no ano em análise, atingiu um nível historicamente alto, com uma variação superior a 54 milhões por comparação com 2016.

O contexto económico, favorável ao impulsionar do volume de negócios, contribuiu também para o crescimento das receitas da Derrama municipal, que, em 2017, registou uma variação de proveitos próxima de 15 milhões face ao período homólogo.

As tarifas autónomas para os serviços de águas residuais e de resíduos urbanos e a Taxa Municipal Turística (TMT), parte integrante das medidas tomadas em 2014 relativas à base regular de financiamento do Município, geraram proveitos da ordem de 83,1 milhões de euros, com uma variação global aproximada aos 11,2 milhões de euros para a qual a TMT contribuiu em mais de 50%.

Do lado dos custos e na sequência da declaração, pelo Acórdão do Tribunal Constitucional nº 848/2017, de 13 de dezembro, da inconstitucionalidade da Taxa Municipal de Proteção Civil (TMPC) foi constituída uma provisão da ordem de 58,8 milhões de euros, atento o valor cobrado entre 2015 e 2017, tendo-se iniciado, de imediato, outras diligências no quadro do acatar da decisão, como seja a da anulação de valores liquidados e não cobrados, atentas as disposições aplicáveis, também com efeitos nas contas de 2017.

6. A execução orçamental, assente em fluxos de caixa de recebimento e pagamento, originou um saldo da ordem dos 208,3 milhões de euros, que se funda, desde logo, na boa execução da receita fiscal a par com o desfasamento na execução da despesa de investimento, caracterizada por um ciclo mais longo (dos projetos ao lançamento das obras até à concretização dos pagamentos).

A receita teve uma execução global de 98,8%, sustentada na forte dinâmica do segmento corrente, para uma execução global de 76,4% do lado da despesa, com transição de um

importante volume de compromissos, dos quais cerca de 72,7 milhões de euros tiveram origem na componente de capital.

A receita fiscal foi responsável, em larga medida, pelo bom desempenho orçamental, com uma cobrança superior à estimativa inicial em mais de 118 milhões de euros, sendo o IMT e a Derrama responsáveis por 91% deste excedente, num contexto de manutenção da política fiscal do ano anterior, designadamente em matéria de benefícios fiscais.

A despesa de capital teve um crescimento superior à despesa corrente, apoiada na dinâmica da aquisição de bens de investimento.

Os encargos correntes com a dívida de médio e longo prazo, por relação com os empréstimos e acordos em carteira, tiveram uma retração da ordem de 2,1 milhões de euros, em resultado conjugado da conjuntura favorável associada aos indexantes, da redução de *spreads* aplicáveis e da retração do capital em dívida.

7. Os resultados obtidos suportam o ciclo de investimento iniciado em 2015, possibilitando a afetação de meios próprios ao financiamento das operações em curso, um bom *rating* interno, capaz de viabilizar o recurso a crédito em condições de financiamento competitivas, e a contínua contração da dívida com libertação de margem adicional de endividamento.
8. Em 2017, o Município de Lisboa prosseguiu o ciclo de investimentos estruturantes integrados no Programa Lx.XXI, agregados em três sectores fundamentais, Habitação, Regeneração Urbana e Mudança Climática (Plano Geral de Drenagem), ancorados no financiamento obtido junto do Banco Europeu de Investimentos (BEI), que teve também a chancela do Programa Europeu de Investimento Estratégicos (Plano Juncker); a execução acumulada do Programa, respeitante ao universo municipal, a 31/12/2017, foi da ordem de 205,6 milhões de euros, por relação com adjudicações efetivadas, com cerca de 92,4 milhões de euros faturados.
9. O Município de Lisboa fechou o Programa de Intervenções Prioritárias em Ações de Reabilitação Urbana - PIPARU, quanto à apresentação de contas relativas ao financiamento obtido e cumprindo os prazos contratuais vigentes, com uma execução global em torno de 110,7 milhões de euros, i.e., 94,5%, não obstante ter dado continuidade a alguns dos investimentos, então ainda em fase de conclusão, garantida com recurso a capitais próprios.

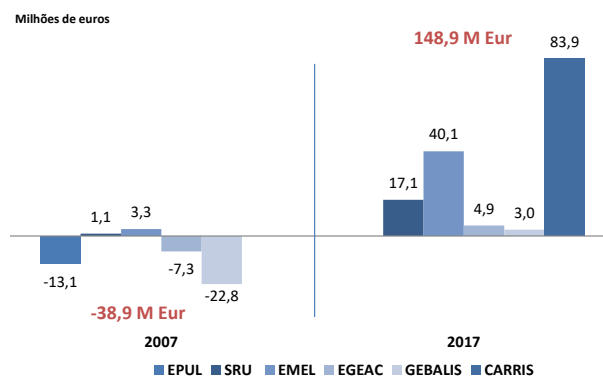
No cômputo deste Programa, a habitação municipal e os equipamentos escolares foram as áreas com maior esforço de investimento – mais de 50% - com aplicação de cerca de 60 milhões de euros.
10. Em cumprimento de uma ambição antiga e no quadro do objetivo estratégico de integrar os vários instrumentos de mobilidade urbana da Cidade, o Município, por efeitos do Decreto-Lei

nº 86-D/2016, de 30 de dezembro, assumiu a gestão da Carris - Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A., a partir de 1 de fevereiro de 2017. Neste contexto, o Estado transmitiu para o Município de Lisboa, a sua posição contratual no contrato de concessão de serviço público e a totalidade das ações representativas do capital social da Carris, a par com a assunção da dívida financeira da empresa, enquanto dívida acumulada reconhecida no balanço a 31 de dezembro de 2016, bem como dos associados encargos financeiros.

Todas as empresas municipais, ora integrando também a Carris, registaram resultados positivos e uma situação económica e financeira estável no exercício em referência, com reforço de autonomia face às transferências do Município, como foi o caso da EGEAC - Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural de Lisboa, ou dos níveis de atividade como foi o caso da EMEL- Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, sendo de destacar, também, o início de um ciclo de investimentos da Carris em meio humano e operacionais.

Gráfico 5: Empresas Municipais – Ev. dos Capitais Próprios

É de relevar que as empresas municipais têm seguido também um percurso de contas certas, com consolidação dos respetivos passivos, otimização de processos e minoração dos encargos financeiros associados à respetiva carteira de créditos (seja pela amortização da



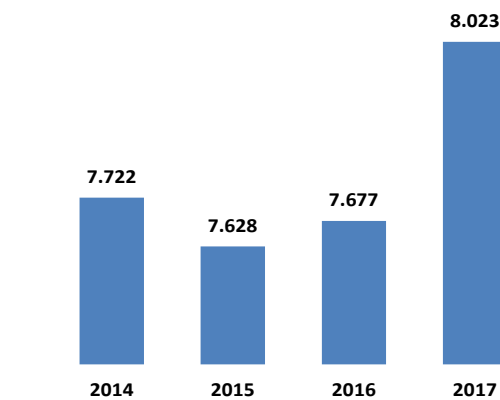
dívida existente, seja pela sua consolidação em condições mais favoráveis), ilustrando-se no gráfico a evolução dos últimos 10 anos por comparação dos respetivos capitais próprios; têm também vindo a ser resolvidas questões relacionadas com a conciliação das contas correntes com o Município, o que importa no âmbito da boa consolidação do universo municipal.

- Nos termos do ponto 2.7.3 do POCAL, é proposto no Relatório, e Proposta que o acompanha, a aplicação 5% dos Resultados Líquidos do Exercício, i.e., de 4.146.488,77 euros (quatro milhões cento e quarenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e oito euros e setenta e sete cêntimos) em Reservas Legais e a transferência do saldo remanescente, que é de 78.783.286,61 euros (setenta e oito milhões, setecentos e oitenta e três mil, duzentos e oitenta e seis euros e sessenta e um cêntimos), para a conta de Resultados Transitados.

No âmbito dos recursos humanos em 2017, destacam-se os seguintes aspetos:

Gráfico 6: Evolução do número de trabalhadores

1. Em 2017 prosseguiu-se a trajetória de valorização do trabalho e do trabalhador em funções públicas, melhorando as condições laborais (nomeadamente em termos de saúde e formação), viabilizando a progressão a carreira/categoria superior e aberto 19 procedimentos concursais.



Nota: Não inclui os Contratos de Prestação de Serviços

2. Registou-se um incremento de 4,5% no mapa de pessoal relativamente ao ano

de 2016 (sendo agora de 8.023 trabalhadores), atribuível, sobretudo, à entrada de polícias municipais e à conclusão dos concursos externos para assistente operacional de cantoneiro de limpeza, coveiro e tratador e apanhador de animais.

3. O nível médio de idades do total dos efetivos manteve-se nos 49 anos. A taxa de feminização corresponde a 41,9%, sendo que as mulheres prevalecem nos cargos dirigentes (56,3%) e nas carreiras de técnico superior (66,6%) e assistente técnico (71,6%).

4. Na Saúde Ocupacional, desenvolveram-se protocolos de exames complementares de diagnóstico e protocolos de prevenção e vigilância dos trabalhadores, por categoria profissional, num novo modelo de prevenção multinível, com integração dos conceitos de “Segurança Integrada” e “Saúde Integrada”.

5. Ao longo de 2017 realizaram-se 616 ações de formação, interna e externa, para trabalhadores, com um total de 10.543 horas, envolvendo 6.538 trabalhadores. Realizaram-se ainda 136 ações de formação profissional e de sensibilização para o exterior, abrangendo 1.911 munícipes e outros públicos externos à autarquia, num total de 7.587 horas.

6. Neste período, a CML realizou 187 Estágios, tendo o seu Centro para a Qualificação e o Ensino Profissional realizado 309 inscrições e emitido 27 Certificações de Competências.

7. O ano de 2017 ficou também marcado pela organização do primeiro Seminário Internacional de Gestão das Pessoas na Administração Pública, no qual se abordaram diferentes perspetivas relacionadas com as questões que devem hoje orientar as decisões e os novos instrumentos de gestão de recursos humanos, num contexto cada vez mais exigente e em constante mudança.

II. ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

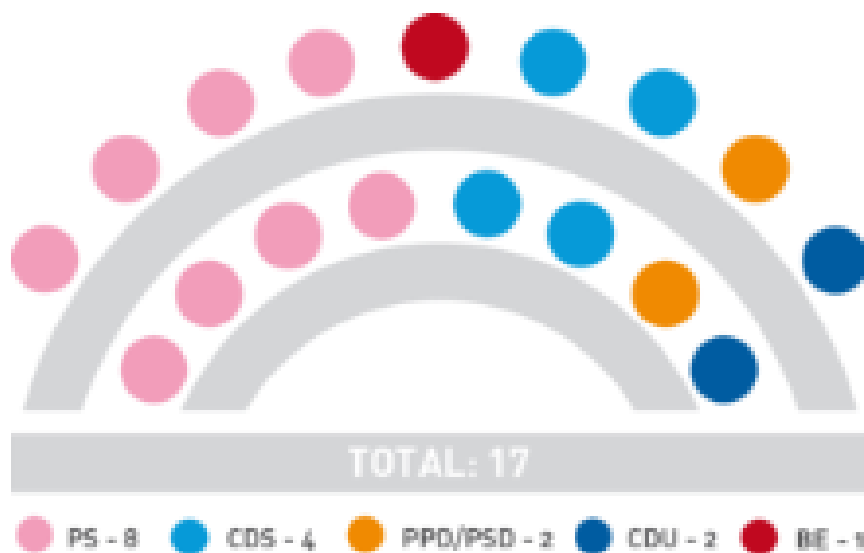
1. ESTRUTURA POLÍTICA

1.1 ÓRGÃO EXECUTIVO

O atual executivo tomou posse no dia 26 de outubro de 2017, na sequência das eleições realizadas em 1 de outubro de 2017.

Das eleições resultou a seguinte composição do órgão executivo:

Quadro 1: Composição da Câmara Municipal de Lisboa



De acordo com o determinado na Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, através da Deliberação nº 621/2017 de 9 de dezembro, (publicado no 1º Suplemento ao Boletim Municipal nº 1238) foram delegadas competências da Câmara Municipal no seu Presidente.

Da delegação e subdelegação de competências do Presidente nos Vereadores concretizada através do Despacho nº 99/P/2017 de 23/11/2017, resultou a distribuição de pelouros constante na página seguinte:



Presidente

Fernando Medina

- Proteção Civil
- Turismo

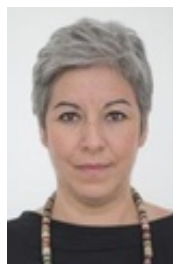
VEREADORES COM PELOUROS ATRIBUÍDOS



Vice-Presidente

Duarte Cordeiro

- Economia e Inovação
- Serviços Urbanos
- Desporto



Vereadora

Paula Marques

- Habitação
- Desenvolvimento Local



Vereador

Manuel Salgado

- Planeamento
- Urbanismo
- Património
- Obras Municipais



Vereador

João Paulo Saraiva

- Recursos Humanos
- Finanças
- Sistemas de informação



Vereador

Ricardo Robles

- Educação
- Direitos Sociais



Vereadora

Catarina Vaz Pinto

- Cultura
- Relações Internacionais



Vereador

José Sá Fernandes

- Ambiente
- Estrutura Verde
- Clima e Energia



Vereador

Miguel Gaspar

- Mobilidade
- Segurança

VERADORES SEM PELOUROS ATRIBUÍDOS



Vereadora
Assunção Cristas



Vereador
João Gonçalves Pereira



Vereadora
Conceição Zagalo



Vereador
Miguel Moreira da Silva



Vereadora
Teresa Leal Coelho



Vereador
João Pedro Costa



Vereador
João Ferreira



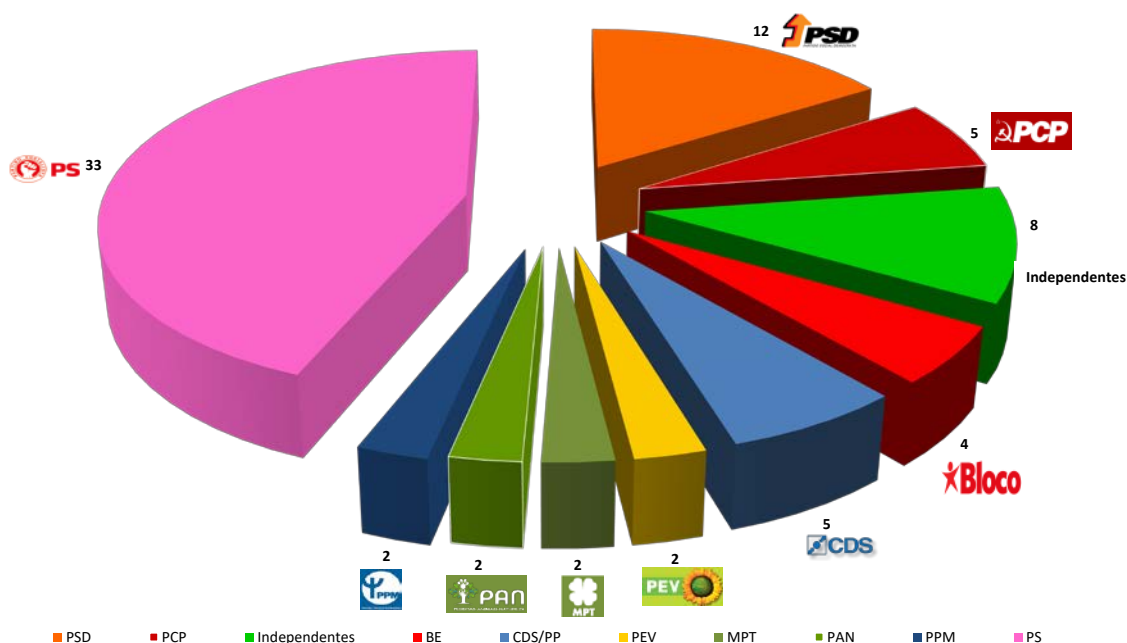
Vereador
Carlos Moura

1.2 ÓRGÃO DELIBERATIVO

A Assembleia Municipal de Lisboa é formada por 75 deputados, dos quais 51 correspondem a membros eleitos diretamente e os restantes 24, a membros eleitos para presidentes das Juntas de Freguesia.

No seguimento das eleições realizadas em 1 de outubro de 2017, os lugares da Assembleia Municipal de Lisboa foram repartidos de acordo com o gráfico infra:

Gráfico 7: Composição da Assembleia Municipal
(com indicação do número de deputados eleitos)



2. ESTRUTURA ORGÂNICA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS

A atual “Orgânica dos Serviços Municipais” foi aprovada pela Assembleia Municipal de Lisboa na sessão realizada no dia 28 de abril de 2015, e objeto de publicação no Diário da República, 2ª Série, nº 98, de 21 de maio de 2015, com entrada em vigor a 5 de junho de 2015.

A estrutura orgânica atual decorre da entrada em vigor do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, que estabeleceu o novo regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais, e da Reorganização dos Serviços Municipais no quadro da Reforma Administrativa da cidade de Lisboa, de acordo com o estabelecido na Lei nº 56 /2012, de 8 de novembro, na redação vigente em 2017.

Concentrando em si uma função planeadora, reguladora e fiscalizadora, a estrutura orgânica em vigor, em articulação com as diferentes Juntas de Freguesia, veio trazer uma maior proximidade entre o Município e os municípios, permitindo, assim, maior eficácia e rapidez na resposta às necessidades da cidade e dos cidadãos

Para a prossecução das atribuições do Município e das competências da Câmara Municipal de Lisboa, a organização interna dos serviços municipais obedece a um modelo de estrutura hierarquizada, constituída por unidades orgânicas de *Estrutura Nuclear* e *Flexível*.

A *Estrutura Flexível* da organização interna dos serviços municipais foi aprovada pela Deliberação nº 876/2015 da Câmara Municipal de Lisboa, em sessão realizada no dia 1 de abril de 2015 e objeto de publicação no Diário da República, 2ª Série, nº 98, de 25 de maio de 2015. Esta estrutura é constituída por equipas de projetos munidas de mandatos temporários, com objetivos específicos, definidos por deliberação da Câmara Municipal, em prol do alargamento da flexibilidade e da eficácia da gestão, por relação com a programação e o controlo dos custos e resultados.

A *Estrutura Nuclear* da organização interna dos serviços municipais foi aprovada pela Assembleia Municipal de Lisboa em sessão realizada no dia 28 de abril de 2015 e objeto de publicação no Despacho nº 5347/2015 do Diário da República, 2ª Série, nº 98, de 25 de maio de 2015. Esta estrutura funda-se na articulação de unidades orgânicas transversais, que desempenham funções de enquadramento, apoio, integração territorial ou partilha de recursos comuns ao conjunto da atividade municipal, com unidades orgânicas sectoriais que contribuem para a conceção e a execução das políticas municipais no quadro das diferentes atribuições do Município, com a seguinte configuração:

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 SUMÁRIO EXECUTIVO

O ano de 2017 fica marcado pela organização do primeiro Seminário Internacional de Gestão das Pessoas na Administração Pública no qual se abordaram diferentes perspetivas relacionadas com as questões que devem hoje orientar as decisões e os novos instrumentos de gestão de recursos humanos, num contexto cada vez mais exigente e em constante mudança. Ao longo de um dia e meio, um leque alargado de profissionais do sector público e privado, nacional e internacional, decisores políticos, investigadores e jornalistas partilharam experiências que comprovam que a gestão das pessoas deve estar num patamar estratégico das organizações. O contexto da administração pública tem vindo a mudar e esta mudança só é possível com as pessoas e para as pessoas, foi esta a grande conclusão do seminário.

Nesse âmbito desde 2011, que a CML com a aprovação de uma estratégia para a gestão das pessoas tem demonstrado que é possível inovar na administração pública, sob o lema “Melhor gestão das pessoas, melhor serviço à cidade”.

O Município de Lisboa conta atualmente com um efetivo municipal superior a 8.000 trabalhadores/as e para nós, cada trabalhador/a é único/a com necessidades específicas a que temos de dar resposta, numa visão ampla, que não se foca apenas na vida familiar, mas em todos os papéis que as pessoas, nos seus diferentes contextos, assumem ao longo das suas vidas. Por esta razão, a CM Lisboa é signatária da Carta Portuguesa para a Diversidade tendo sido distinguida com o selo da diversidade, no dia 10 de novembro de 2017, na categoria referente às condições de trabalho e acessibilidades. As práticas apresentadas foram as medidas de conciliação da vida profissional com a vida pessoal, nomeadamente a rede colaborativa, as modalidades de horários de trabalho flexíveis e a mobilidade interna dos/as trabalhadores/as entre unidades orgânicas. Com estas práticas pretende-se desenvolver um modelo de trabalho positivo, justo e socialmente responsável, assente em valores que estimulem maior coesão social e um desenvolvimento sustentável.

Realizou-se, igualmente, mais uma edição do Encontro de Quadros da CM Lisboa, nos dias 22 e 23 de novembro, destinado não só aos/às trabalhadores/as em funções públicas, como também aos municípios. Ao longo desses dois dias foram partilhadas experiências do norte ao sul do país, incluindo Ilhas. Este ano, para além das habituais apresentações no palco principal, dos *posters* e dos *workshops*, foi possível ainda assistir a vídeos e participar em visitas guiadas a vários pontos

da cidade. O balanço positivo de mais esta edição confirma que devemos continuar a apostar no lema “Sabemos, Fazemos e Partilhamos”.

Este ano ficou também marcado pela valorização profissional dos trabalhadores, nomeadamente através da consolidação da mobilidade intercarreiras de 62 trabalhadores e intercategorias de 766 trabalhadores, perfazendo um total de 828 trabalhadores deste Município que progrediram definitivamente na carreira/categoria superior, bem como da negociação com as estruturas sindicais da definição de um novo processo que permita a mobilidade dos trabalhadores na carreira superior na sequência da aquisição de novas habilitações literárias e profissionais.

Foi também um ano de conclusão de três concursos externos de ingresso em áreas operacionais com reconhecidas necessidades de recursos humanos, em concreto, de cantoneiro de limpeza, coveiro e tratador-apanhador de animais, que resultaram na admissão de 288, 23 e 21 trabalhadores, respetivamente, num total de 332 admissões no mapa de pessoal do Município por este efeito. De igual forma, a Policia Municipal durante o ano de 2017 viu o seu efetivo reforçado para o cumprimento da sua missão com mais 144 agentes requisitados à PSP.

Por último, no âmbito do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários preconizado no Programa do XXI Governo Constitucional, o Município de Lisboa antecipou-se e realizou um levantamento de todas as situações existentes nas várias unidades orgânicas e, atento ao princípio da participação, abriu um período de registo de todos os interessados após ampla divulgação, para posteriormente regularizar as que forem consideradas como necessidades permanentes.

3.2 RECURSOS HUMANOS

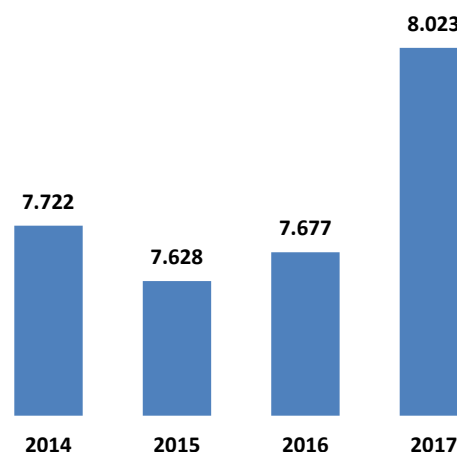
3.2.1 EMPREGO

No final de 2017, o efetivo municipal (número de trabalhadores ao serviço excluindo os contratos de prestação de serviço), era de 8.023 trabalhadores, número que representa um aumento de 4,5% face ao ano de 2016.

Neste âmbito, a relação jurídica de emprego público constitui-se por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado ou através de nomeação.

Gráfico 8: Evolução do número de trabalhadores

Considerando a relação jurídica, o efetivo municipal distribui-se da seguinte forma: 7.171 trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, 619 em nomeação, 9 em comissão de serviço, 156 em regime de substituição e 68 noutras situações (trabalhadores em mobilidade de outro organismo e acordo de cedência de interesse público de outro organismo).



Nota: Não inclui os Contratos de Prestação de Serviços

Da análise da evolução dos trabalhadores do Município de Lisboa desde o ano de 2014 até à data, verifica-se que houve um ligeiro aumento de cerca de 3,9%, por diversos fatores, nomeadamente pela admissão de trabalhadores nos procedimentos concursais, na categoria de Assistente Operacional, nas áreas de Cantoneiro de Limpeza, Coveiro, Tratador-Apanhador de Animais e na admissão de Polícias Municipais com vínculo de emprego público - nomeação.

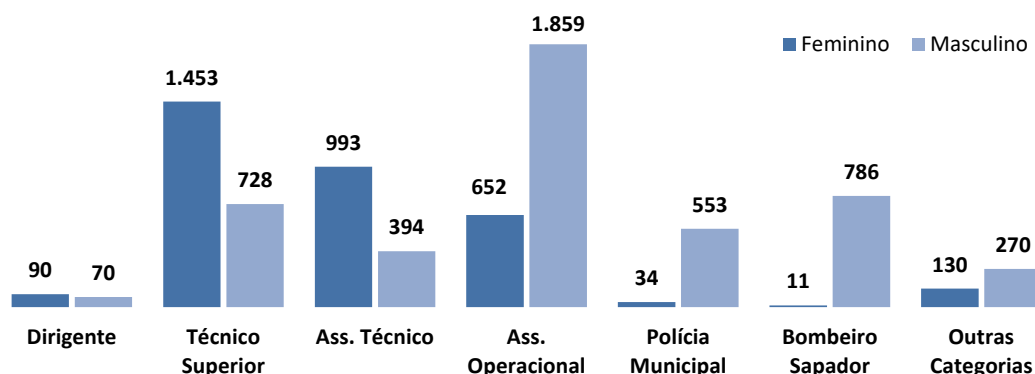
REPARTIÇÃO DOS TRABALHADORES POR GRUPO DE PESSOAL/GÉNERO

Relativamente à distribuição dos trabalhadores por género (8.023 trabalhadores, excluindo os prestadores de serviços), o género masculino continua a constituir o grupo dominante do total de efetivos, com 58,1%/4.660 e o género feminino com 41,9%/3.363 trabalhadores, à semelhança dos últimos anos.

Analisando por carreira, conclui-se que as mulheres prevalecem nas categorias/cargos de Dirigente (56,3%), Técnico Superior (66,6%) e Assistente Técnico (71,6%); contrariamente ao que sucede nas de Sapador Bombeiro (98,6%), Polícia Municipal (94,2%) e Assistente Operacional (74,0%), nas quais prevalece o sexo masculino.

A taxa de feminização corresponde a 41,9% e a taxa de masculinização a 58,1%. É de referir que a taxa de feminização registou um ligeiro decréscimo quando comparada com a do ano anterior, em que era de 43,5%. Em contrapartida, a taxa de masculinização sofreu um aumento de 56,5% para 58,1%.

Gráfico 9: Número de trabalhadores por grupo de pessoal e género



Nota: Não inclui os Contratos de Prestação de Serviços

Na distribuição do efetivo por carreira/categoria destacam-se a de Assistente Operacional e a de Técnico Superior, que representam 31,3% e 27,2% do total, respetivamente. Se a estas acrescentarmos a carreira/categoria de Assistente Técnico, temos 75,8% do total de efetivos.

Em 2017, continua a verificar-se, à semelhança dos anos anteriores e conforme gráfico supra, que a categoria de Assistente Operacional é aquela que predomina no Município, registando um aumento, de 12,2%, seguindo-se a categoria de Técnico Superior que sofreu uma diminuição de 0,5%, relativamente ao ano anterior.

Da análise do quadro abaixo, podemos verificar que a taxa de tecnicidade registou uma tendência de subida nos anos de 2013 a 2015. Estes aumentos tiveram a ver com admissão de trabalhadores nos procedimentos concursais na carreira de Técnico Superior, acentuando-se mais esta tendência em 2014 e 2015.

No entanto, em 2017, verificamos que a taxa de tecnicidade se situa em 27,2%, sofrendo uma ligeira descida, de cerca de 1,3%, em relação ao ano transato, que se situou nos 28,5%. Este decréscimo é resultante do número de saídas, nomeadamente aposentações, no período em análise.

Quadro 2: Taxa de Tecnicidade Anual

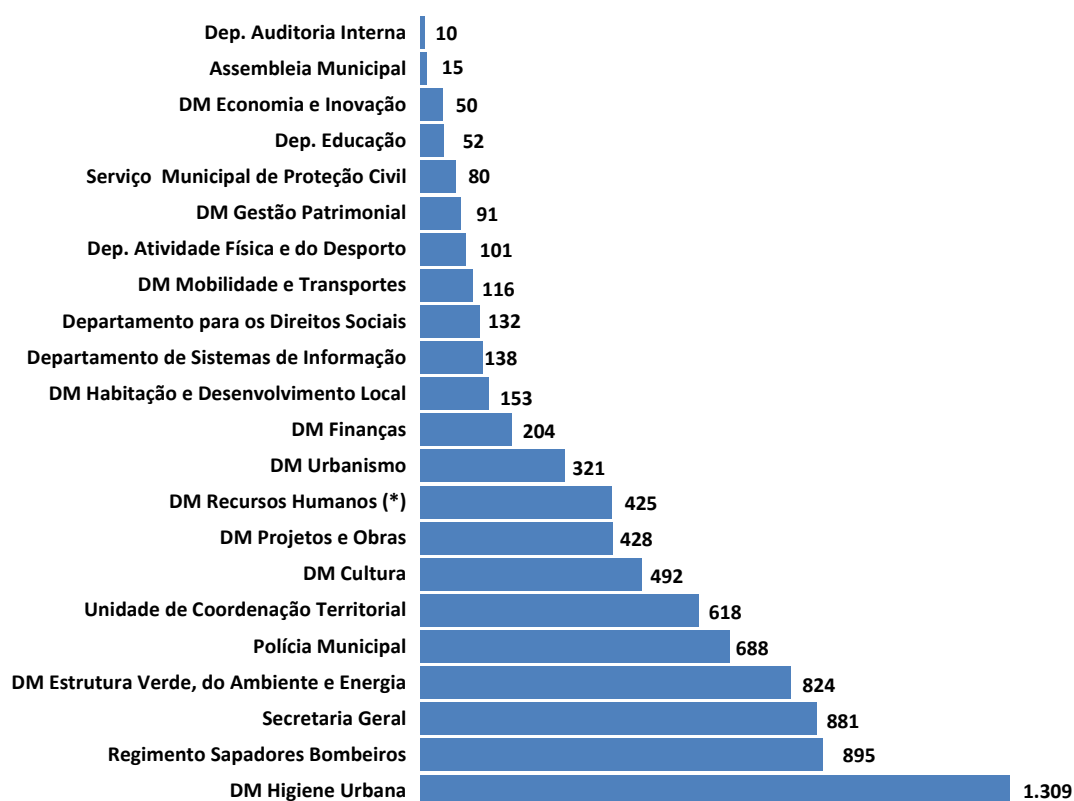
Anos	2013	2014	2015	2016	2017
Taxa de Tecnicidade	24,7%	28,8%	29,1%	28,5%	27,2%

DISTRIBUIÇÃO DO EFETIVO POR SERVIÇOS

As Direções Municipais com mais de 600 trabalhadores caracterizam 65,0% do total do efetivo do Município.

Neste âmbito têm maior representatividade a Direção Municipal de Higiene Urbana com 16,3%, Regimento de Sapadores de Bombeiros com 11,2%, a Secretaria-Geral com 11,0% e a Direção Municipal da Estrutura Verde, do Ambiente e Energia com 10,3%.

Gráfico 10: Distribuição dos trabalhadores por serviço



Notas: 1 (*) - No total relativo à DMRH estão incluídos 115 trabalhadores afetos ao DSHS, há mais de um ano ausentes por motivos de doença ou acidente.

2 - Não inclui os Contratos de Prestação de Serviços.

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS

O nível de escolaridade médio do efetivo municipal é baixo: cerca de 40,0% apresenta habilitações iguais ou inferiores ao 9.º ano e, cerca de 11,0%, iguais ou inferiores ao 4.º ano.

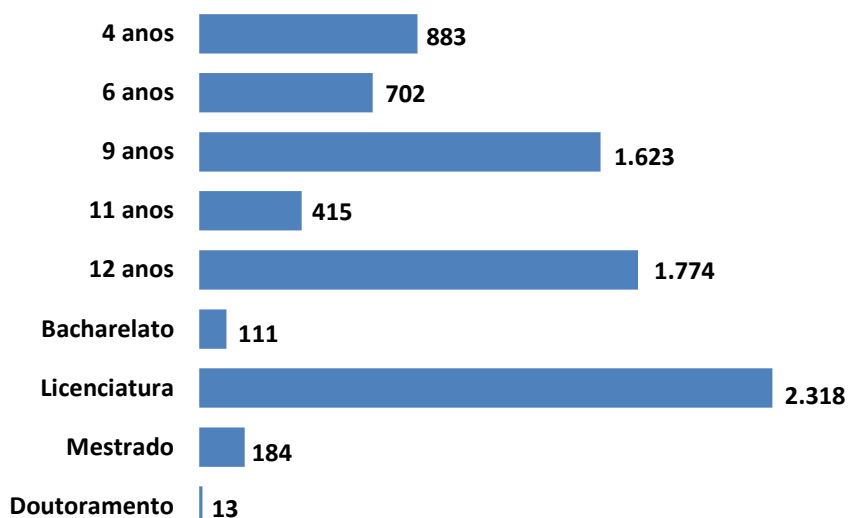
A percentagem de trabalhadores com habilitações iguais ou superiores ao Bacharelado é de 32,7%.

O nível de escolaridade que mais se destaca continua a ser a licenciatura, facto que é explicado pelo peso que a categoria de técnico superior (2.181) assume no total de efetivos.

A taxa de Formação Superior em 2017, foi de 32,7%, ligeiramente mais baixa do que no ano transato (33,7%).

Quanto à taxa de Habilitação Secundária, verifica-se um ligeiro aumento relativamente ao ano de 2016, de 24,9% para 27,3%.

Gráfico 11: Estrutura habilitacional dos trabalhadores

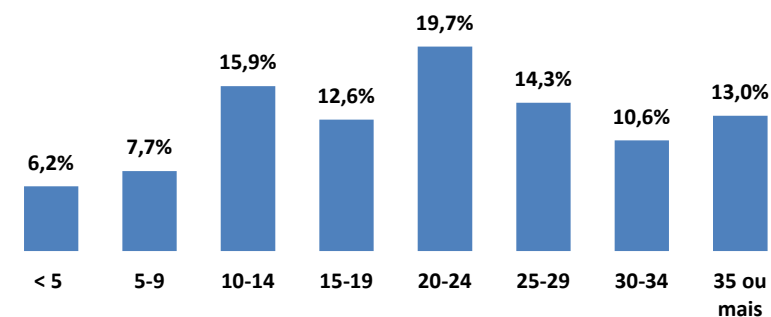


Nota: Não inclui os Contratos de Prestação de Serviços

PESSOAL POR ANTIGUIDADE

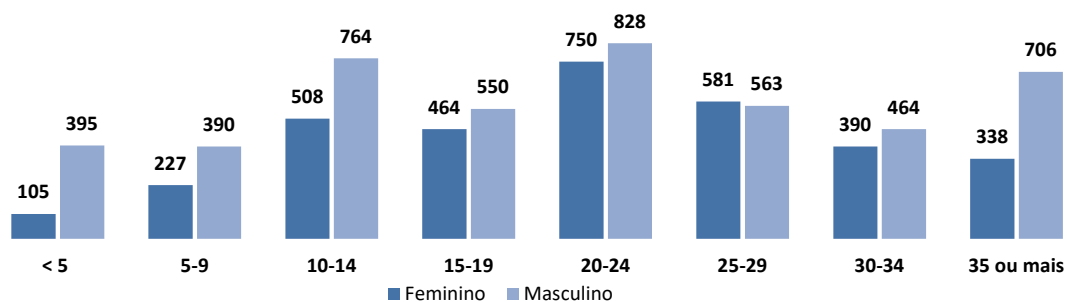
Cerca de 57,6% do efetivo municipal tem uma antiguidade na função pública superior a 20 anos e 13,9% perfaz menos de 10 anos de antiguidade.

Gráfico 12: Estrutura da antiguidade dos trabalhadores



Nota: Não inclui os Contratos de Prestação de Serviços

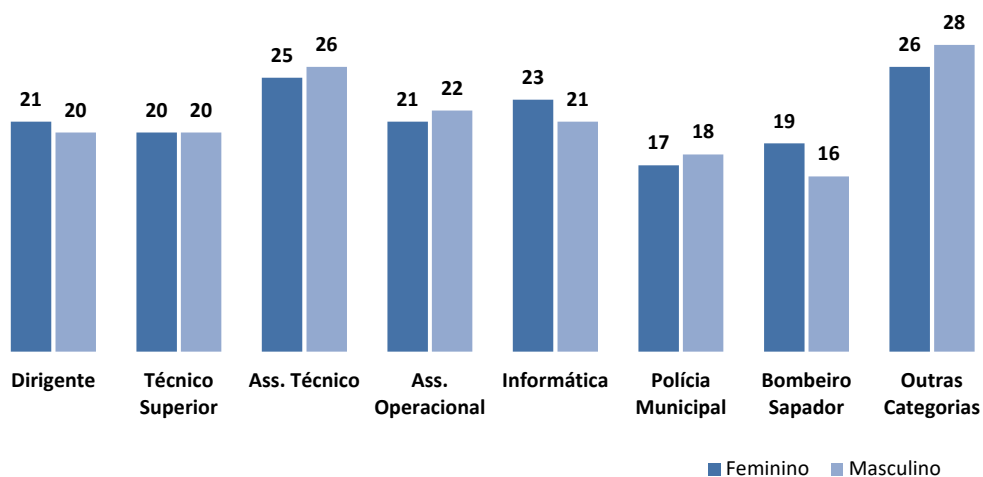
Gráfico 13: Estrutura da Antiguidade dos Trabalhadores/Género



Nota: Não inclui os Contratos de Prestação de Serviços

À semelhança do ano anterior o género masculino prevalece sobre o género feminino praticamente em todos os agrupamentos de idade, excetuando no agrupamento dos 25-29 anos. No entanto, há que relativizar estes valores, na medida em que existe um maior número de trabalhadores masculinos.

Gráfico 14: Média de Antiguidade por Cargo/Carreira/Categoria por Género



Nota: Não inclui os Contratos de Prestação de Serviços

Como podemos observar no gráfico supra, a média de antiguidade mais elevada respeita a Outras Categorias (que inclui as carreiras não revistas – Educador de Infância e Professores do Ensino Básico e Secundário; Fiscal Municipal; Fiscal Obras; Enfermeiro; Guarda Florestal e categorias subsistentes de Chefe de Serviços de Limpeza; Encarregado Brigada Limpa-Coletores; Encarregado de Pessoal Auxiliar; Maquinista Teatral Chefe; Tesoureiro Chefe), com cerca de 27 anos e seguidamente, na carreira de Assistente Técnico, com 26 anos.

ESTRUTURA ETÁRIA

O grupo etário preponderante é o dos 55 aos 59 anos, sendo que 57,0% (4.570) do efetivo municipal tem uma idade compreendida entre os 45 e os 59 anos de idade, 31,0% (2.487) tem uma idade igual ou inferior a 44 anos e 12,0% tem idade superior a 60 anos (966).

Comparativamente ao ano anterior verifica-se um aumento de 13,1% de trabalhadores com idade igual ou superior a 55 anos.

O leque etário, que se traduz na diferença de idades entre o trabalhador mais novo e o mais velho é, no caso, de 48 anos. Estas idades correspondem a 21 anos e 69 anos respetivamente.

O nível médio de idades do total dos efetivos é de 49 anos, sendo que a média da idade das mulheres é de 50 anos e a média de idades dos homens é de 48 anos.

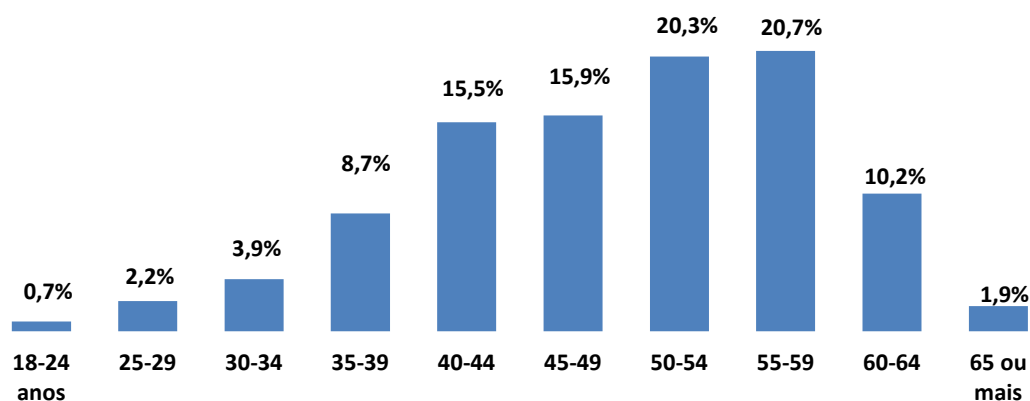
Estabelecendo uma análise comparativa, constata-se que a média etária nos anos de 2017 e 2016 é de 49 anos, o que corresponde a um ligeiríssimo acréscimo face a 2015 (48 anos).

A taxa de emprego jovem, para a qual se calcula apenas a faixa etária até aos 24 anos, é de 0,7%, valor significativamente baixo, pese embora aumente ligeiramente relativamente a 2016, em que a percentagem era de 0,3%.

À semelhança do verificado em 2016, em 2017 o peso dos trabalhadores com idade acima dos 55 anos aumentou de 30,3% para 32,8%.

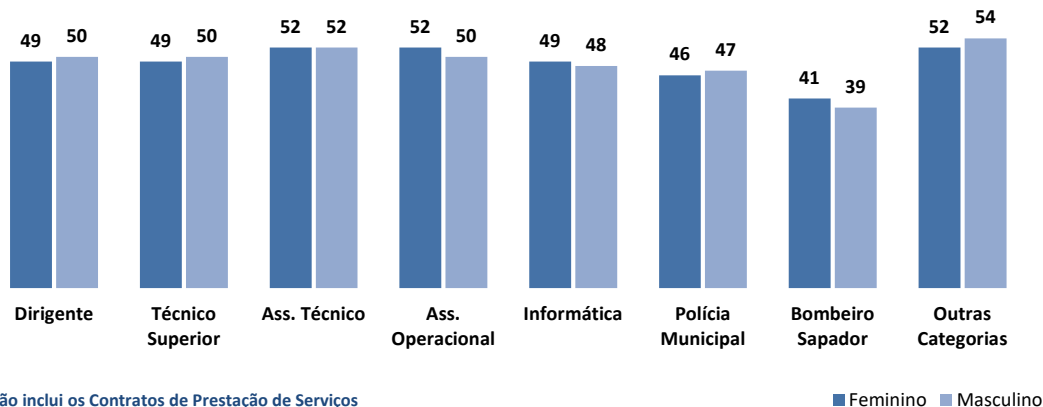
O número de trabalhadores com idade igual ou superior a 65 anos é de 150, correspondendo a 1,9% do total, e a um acréscimo relativamente ao ano anterior. Destes 150 trabalhadores, apenas 3 perfazem os 70 anos em 2017, tendo que se reformar nessa data por limite de idade.

Gráfico 15: Estrutura etária dos trabalhadores



Nota: Não inclui os Contratos de Prestação de Serviços

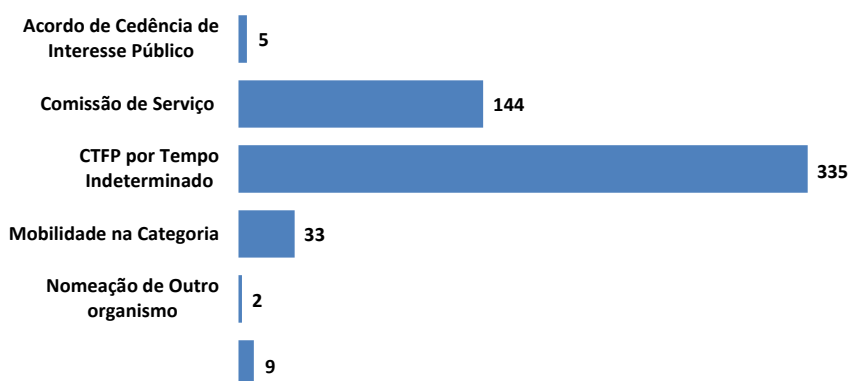
Gráfico 16: Efetivos segundo as médias de idade por Cargo/Carreira e Género



ADMISSÕES NO QUADRO

Gráfico 17: Estrutura das admissões

Em 2017 foram admitidos 528 trabalhadores, em procedimentos concursais, em situação de mobilidade na categoria, acordo de cedência de interesse público, comissão de serviço, nomeação e regresso de licença sem remuneração igual ou superior a 1 ano.



Verificou-se um aumento de 97,0% no número de admissões, relativamente ao ano anterior, na sequência da entrada de Polícias Municipais em nomeação (144) e à conclusão dos concursos externos de ingresso para Assistente Operacional de Cantoneiro de Limpeza (288), Coveiro (23) e Tratador- Apanhador de Animais (21), num total de 332 admissões através de concurso externo de ingresso. A entrada dos Assistentes Operacionais contribuiu, com cerca de 62,9%, do total dos trabalhadores admitidos neste período.

PROCEDIMENTOS CONCURSAIS EM 2017

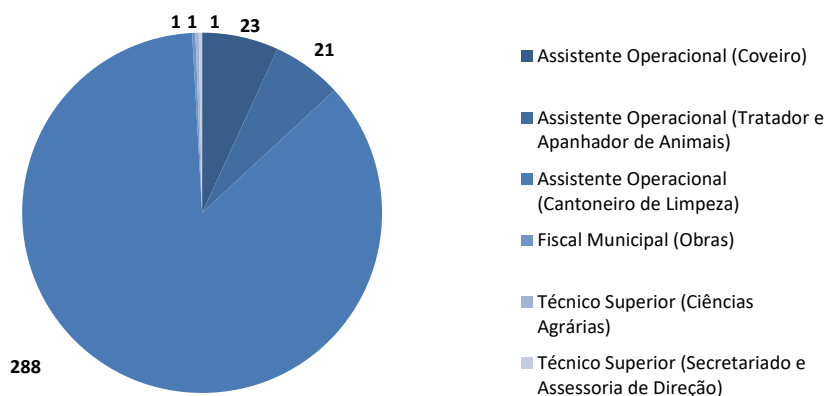
PROCEDIMENTOS CONCURSAIS AUTORIZADOS

A Câmara Municipal de Lisboa aprovou, em reunião de 29 de junho de 2017, a Proposta n.º 393/2017, subscrita pelo Senhor Vereador com o Pelouro dos Recursos Humanos, Eng.º João Paulo Saraiva, respeitante à autorização de abertura de 19 procedimentos concursais, com vista à celebração de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e destinados a qualquer indivíduo, com ou sem vínculo de emprego público.

Os 19 procedimentos concursais visam a ocupação de 106 postos de trabalho do mapa de pessoal das seguintes categorias das carreiras do regime geral: Assistente Operacional (nas áreas de atividade de Calceteiro, Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais, Eletricista, Jardineiro, Mecânico, Pedreiro), Assistente Técnico (Desporto), Técnico Superior (nas áreas de atividade de Arquitetura, Ciências da Comunicação, Direito, Economia, Finanças e Gestão, Educação Física e Desporto, Engenharia do Ambiente, Engenharia Civil, Engenharia Eletrotécnica, Engenharia Mecânica, Geografia, História e Medicina Veterinária).

PROCEDIMENTOS CONCURSAIS CONCLUÍDOS

Gráfico 18: Procedimentos Concurrais concluídos em 2017 por categoria/área funcional



Os Procedimentos Concurrais para Técnico Superior (Secretariado e Assessoria de Direção) e Técnico Superior (Ciências Agrárias), abertos pelo Aviso n.º 2616/2016, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 41, de 29 de fevereiro de 2016, encontram-se concluídos, tendo ingressado um trabalhador para cada uma das categorias.

Foram concluídos os procedimentos concursais comuns com vista à celebração de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e destinados a indivíduos com e sem vínculo de emprego público previamente constituído para admissão de trabalhadores para a

categoria de Assistente Operacional, tendo ingressado para a categoria de Assistente Operacional (Coveiro), 23 candidatos, para a categoria de Assistente Operacional (Tratador-Apanhador de Animais), 21 candidatos e para a categoria de Assistente Operacional (Cantoneiro de Limpeza), 288 candidatos.

Concurso Interno de ingresso para Fiscal Municipal (obras), em que foi admitido um candidato.

PROCEDIMENTOS CONCURSAIS A DECORRER

Encontram-se ainda a decorrer os procedimentos concursais para Fiscal Municipal (Serviços Gerais), Fiscal Municipal (Finanças), Assistente Operacional (Telefonista) e Técnico Superior (Educação Física e Desporto), assim como os concursos de ingresso para Bombeiro Sapador e para Especialista de Informática, do Grau 1, Nível 1.

Gráfico 19: Procedimentos Concurrais a decorrer

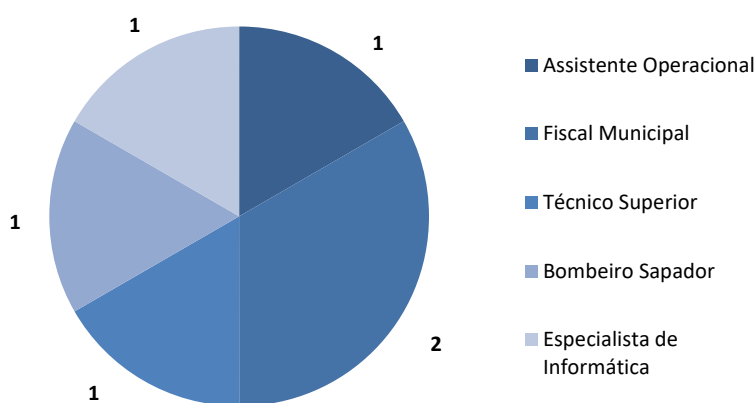
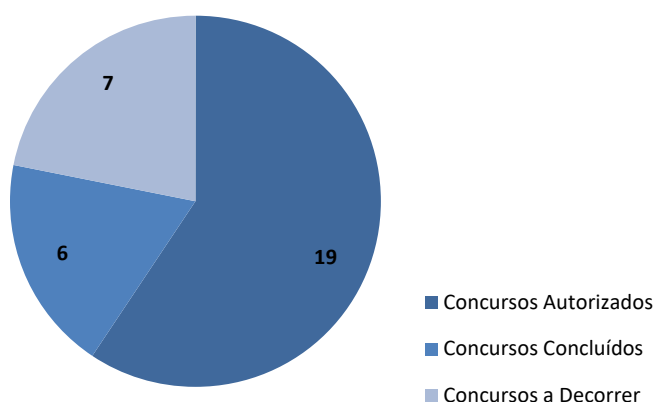


Gráfico 20: Procedimentos Concurrais em 2017



MOBILIDADE NA CATEGORIA

No período em análise foram colocados em situação de mobilidade na categoria em atividade diferente 36 trabalhadores que transitaram para outras áreas funcionais. Deste total, 32 transitaram da categoria de Assistente Operacional para as áreas de Auxiliar (1), Cantoneiro de Limpeza (26), Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais (1), Cozinheira (2), Impressor de Artes Gráficas (1) e Mecânico (1), para as áreas de Auxiliar (8), Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais (17), Cozinheira (1), Mecânico (1), Motorista de Ligeiros (3), Serralheiro Civil (1) e Soldador (1).

Também transitaram na categoria de Assistente Técnico 4 trabalhadores nas áreas de administrativo (1), biblioteca e documentação (1) e intervenção social (2), para as áreas de administrativo (3) e higiene sanitária (1).

Procedeu-se também a 201 mobilidades intercategorias de trabalhadores, em que 198 foram realizadas na carreira de Bombeiro Sapador, que passaram para Subchefe 2ª classe, 2 na categoria de Assistente Técnico para Coordenador Técnico, na área cemiterial e 1 na carreira de Assistente Operacional, Cantoneiro de Limpeza, que passou para Encarregado Geral de Serviços de Higiene e Limpeza.

Procedeu-se igualmente à consolidação de mobilidade na categoria, de 27 trabalhadores oriundos de outros organismos. Destes 27 trabalhadores, 19 são da carreira Técnico Superior, 5 da carreira Assistente Técnico e 3 na carreira de Assistente Operacional.

CONSOLIDAÇÃO DAS MOBILIDADES INTERCARREIRAS E INTERCATEGORIAS

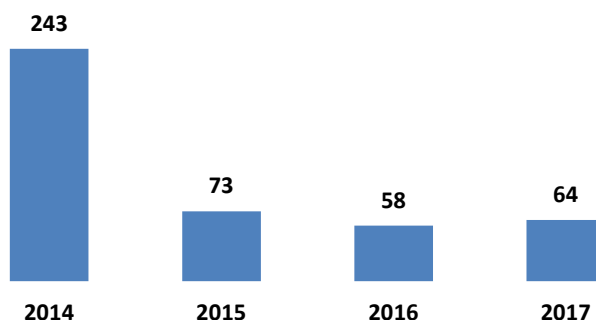
Por Despacho do Senhor Vereador com o Pelouro dos Recursos Humanos, Eng.º João Paulo Saraiva, proferido a 4 de agosto de 2017, foi autorizada a consolidação da mobilidade intercarreiras (62 trabalhadores) e intercategorias (766 trabalhadores) perfazendo um total de 828 trabalhadores deste Município, nos termos do disposto no artigo 99.º-A da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com efeitos a 1 de agosto de 2017.

Deste modo, naquela data, com a consolidação das mobilidades intercarreiras e intercategorias, os respetivos trabalhadores passaram a integrar o Mapa de Pessoal do Município de Lisboa na carreira e/ou categoria em que se encontravam em mobilidade.

SAÍDAS POR TIPO DE VÍNCULO

Gráfico 21: Evolução do Principal Motivo de Saída Definitiva desde 2014 a 2017 (Aposentações)

No ano de 2017, verificaram-se 129 saídas definitivas que representaram um aumento de 24,0% relativamente a 2016. Este aumento deveu-se ao número de aposentações; cerca de 49,6% do total.



À semelhança dos anos anteriores as aposentações representam o maior motivo de saída, apesar de terem vindo a sofrer um decréscimo significativo desde 2014; cerca de 73,7%, como podemos verificar no gráfico abaixo.

No final de 2017 estavam 57 processos de aposentação a aguardar despacho da Caixa Geral de Aposentações (CGA).

Gráfico 22: Estrutura das Saídas

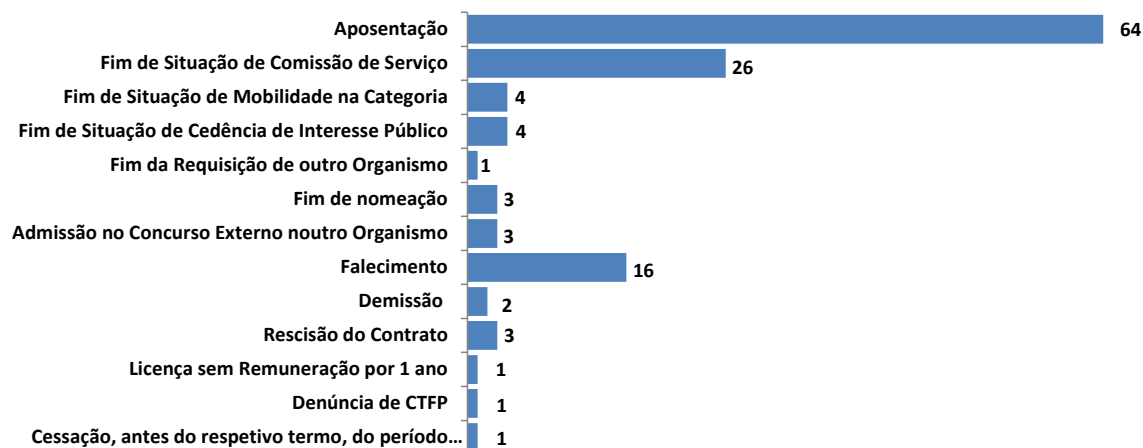
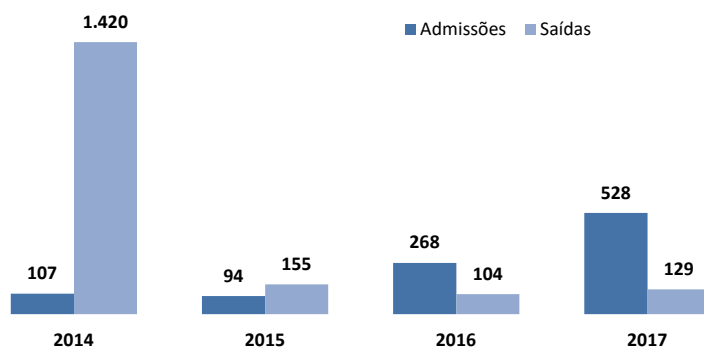


Gráfico 23: Comparação Admissões/Saídas

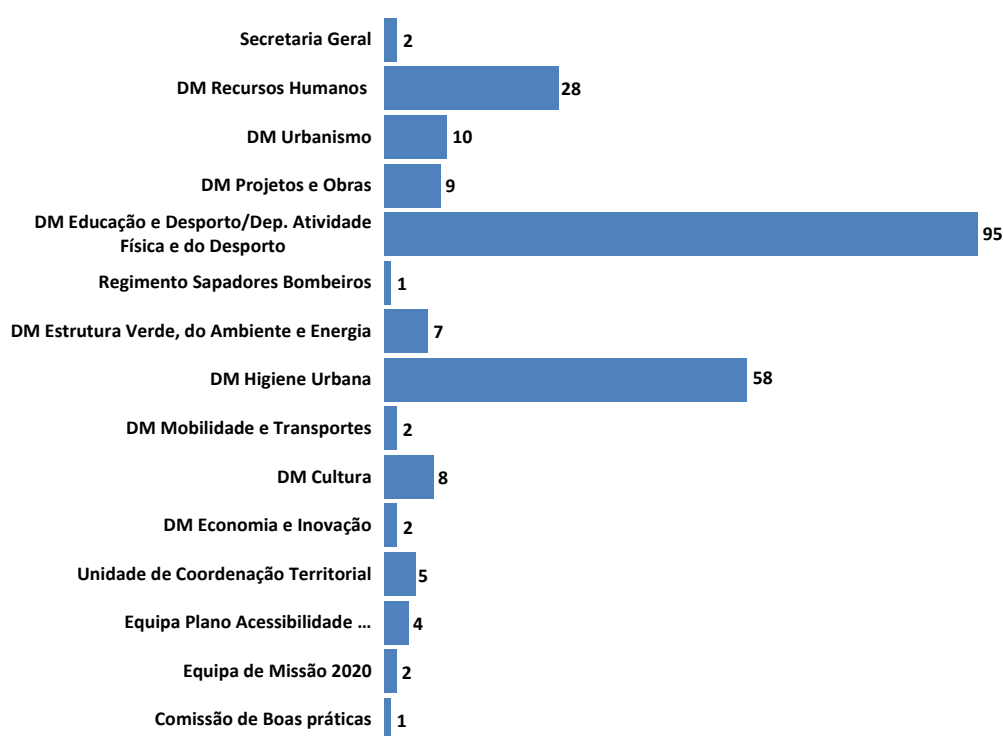


REGULARIZAÇÃO DE EVENTUAL PRECARIIDADE

O Município de Lisboa, no âmbito do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários preconizado no Programa do XXI Governo Constitucional, e embora o número de trabalhadores nessa situação não seja significativo face ao universo da administração central e local antecipou-se e teve a iniciativa de proceder, logo no primeiro semestre de 2017, ao levantamento junto das suas unidades orgânicas de todas as situações de eventual precariedade.

Deste levantamento apuraram-se 234 prestadores de serviços distribuídos da seguinte forma:

Gráfico 24: Distribuição dos Prestadores de Serviços por Unidade Orgânica



Notas: Não inclui os Contratos de Prestação de Serviços de assessoria aos gabinetes dos eleitos locais.

Criou, também, um mecanismo de registo prévio que decorreu de 25 de setembro a 24 de outubro de todas as possíveis situações no Município de Lisboa, através do qual deram entrada 165 registos, por forma a agilizar a aplicação de qualquer metodologia que no futuro viesse a ser definida, fomentando e garantido a participação de todos os interessados num processo de diagnóstico, estruturado nos procedimentos adotados para a administração central.

Desde o termo do registo procedeu-se à análise dos dados e elaboração do respetivo relatório para posterior definição da metodologia a adotar no âmbito da entrada em vigor da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, que estabeleceu o programa de regularização extraordinária dos vínculos precários.

Em síntese verificaram-se os seguintes registos por vínculo:

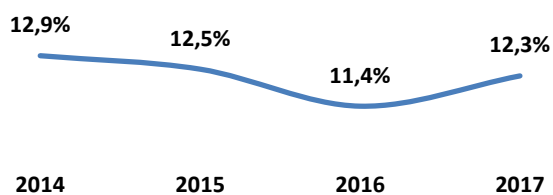
Gráfico 25: Distribuição dos Registos por Vínculo



3.2.2 ABSENTISMO

Gráfico 26: Evolução da taxa de absentismo

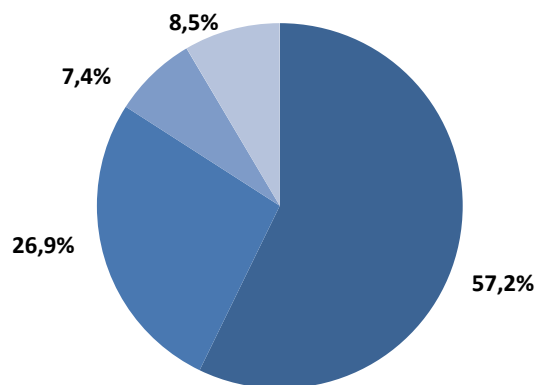
A taxa de absentismo verificada em 2017 situa-se nos 12,3%, registando um ligeiro aumento relativamente ao ano anterior.



Conforme podemos constatar no gráfico infra, a taxa de absentismo registou um decréscimo de 2014 a 2016, apresentando em 2017 um ligeiro aumento em comparação com o ano transato.

Gráfico 27: Principais Causas de Ausência

As três principais causas do absentismo mantêm o perfil de anos anteriores, destacando-se a doença com 57,2%, como motivo preponderante da ausência ao serviço, seguida dos acidentes de trabalho com 26,9% e a licença parental com 7,4%.



Estes motivos de ausência perfazem cerca de 91,5% do total.

■ Doença ■ Acidente de Trabalho ■ Licença Parental ■ Outras

3.2.3 SAÚDE, HIGIENE E SEGURANÇA

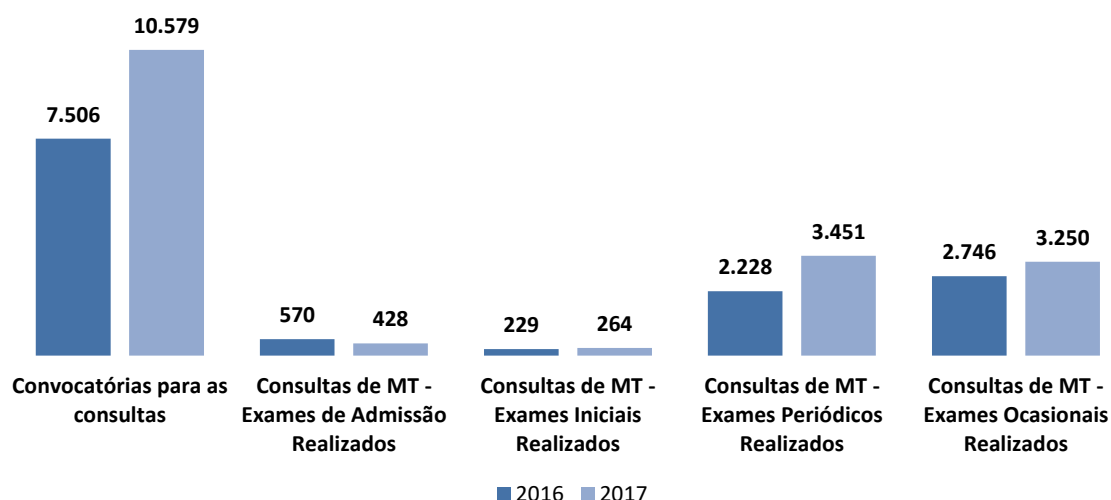
SAÚDE NO TRABALHO

O ano de 2017 foi marcado pela continuidade do processo de renovação e adequação da equipa dos serviços de saúde ocupacional (sobretudo de Medicina do Trabalho e de Enfermagem do trabalho), já com pleno funcionamento do posto médico dos Olivais (inaugurado em 2016) e que constitui, estrategicamente, uma aposta num serviço de saúde do trabalho com maior proximidade aos trabalhadores e aos locais de trabalho. Além disso, foram mantidas as novas valências complementares implementadas em 2016, nomeadamente a Consulta de Nutrição de proximidade nos três postos médicos atuais: Campo Grande, Olaias, Olivais.

Em 2017, foram desenvolvidos os protocolos de exames complementares de diagnóstico por categoria profissional. No final de 2017 a estes protocolos foram integradas as atividades articuladas das equipas multidisciplinares, dando origem aos protocolos de prevenção e vigilância de saúde dos trabalhadores por categoria profissional, com um novo Modelo de Prevenção Multinível, com integração dos conceitos de “Segurança Integrada” e “Saúde Integrada”.

Os últimos concursos públicos (iniciados em 2016) para admissão de Bombeiros Sapadores (RSB), Cantoneiros e Coveiros têm implicado um esforço e afetação importante dos recursos e serviços de saúde ocupacional do DSHS, sendo que o número de consultas e exames realizados a candidatos (provas médicas) é consideravelmente superior ao número de trabalhadores admitidos (exames de admissão). Em 2017, apenas para o procedimento concursal de Bombeiros Sapadores (RSB), concretizaram-se 358 consultas de medicina do trabalho e de enfermagem do trabalho na primeira prova médica (prévia às provas físicas) e mais de 160 consultas nas provas médicas finais, para além de cerca de 130 processos avaliados em conferência médica com direção clínica após as consultas. Ou seja, em 2017, para o processo concursal para admissão de Bombeiros Sapadores (RSB) houve uma afetação de mais de 700 atos médicos.

Gráfico 28: Saúde no trabalho



Quando ao desempenho das equipas de saúde do trabalho em 2017, saliente-se ainda o elevado número de faltas dos trabalhadores a exames complementares de diagnóstico e a consultas de medicina do trabalho (sobretudo aos exames periódicos), mantendo-se a necessidade de colaboração dos serviços/chefias/trabalhadores para o seu controlo para níveis aceitáveis.

Além disso, saliente-se o notório aumento de convocatórias para exames médicos em 2017 (10.579) relativamente ao ano anterior (7.506), representando um acréscimo de mais de 40%. De forma constante este aumento foi igualmente acompanhado por um aumento dos exames efetivamente realizados, à exceção dos exames de admissão em que se constatou um decréscimo de 24,9% relativamente a 2016 (com grande número de consultas dos processos concursais para Cantoneiros de Limpeza, Coveiros e Apanhadores de Animais). Evidencia-se, igualmente, a ligeira redução da taxa de faltas às convocatórias para exames médicos (faltas/ convocatórias) entre 2016 (38,5%) e 2017 (36,4%).

É também de salientar o enorme volume de exames ocasionais de medicina do trabalho (regresso de baixa por doença natural, profissional ou acidente de trabalho, a pedido dos trabalhadores ou do serviço), sendo consultas extraordinárias ao “normal funcionamento” e sobre as quais o serviço de Saúde Ocupacional não detém controlo, e que entre 2016 e 2017 tiveram um acréscimo de 18,4%.

À exceção dos exames de admissão que decresceram de 2016 para 2017 (tendo todas as restantes tipologias de consultas aumentado) há ainda a salientar o número crescente ao longo do ano do número de Juntas de Freguesias que optaram pelo DSHS como serviço de saúde do trabalho ao abrigo do “Acordo de transição dos recursos humanos do mapa de pessoal do Município de Lisboa que acompanham a atribuição de novas competências às Juntas de Freguesia

ao abrigo da Lei nº56/2012”. No final de 2017, contabilizaram-se 645 consultas de medicina do trabalho a trabalhadores das Juntas de Freguesia.

Pode-se concluir que os objetivos gerais do serviço de saúde do trabalho foram concretizados, embora condicionados pelas necessidades não planeadas (exames de admissão, iniciais e ocasionais), consumo de recursos não programados no início de 2017 e das faltas às consultas pelos trabalhadores. O serviço de saúde do trabalho do DSHS tem demonstrado e desenvolvido grande capacidade de resposta adaptativa do serviço de saúde ocupacional, às necessidades programadas, emergentes ou urgentes dos trabalhadores e da CM Lisboa.

HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO

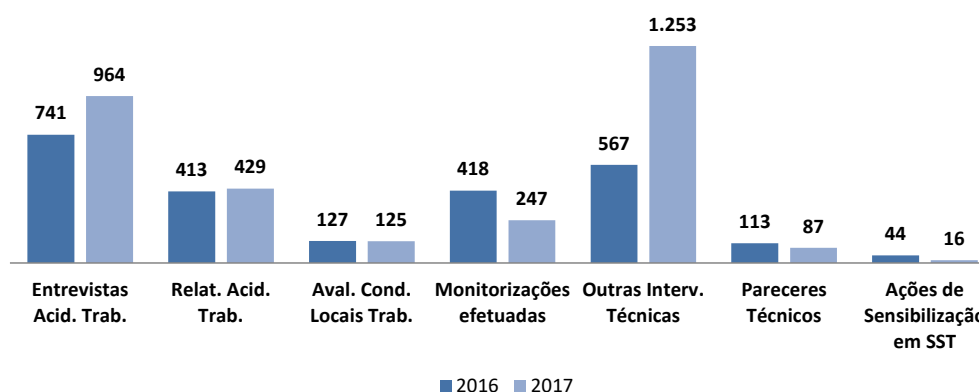
Na área da higiene e segurança, destacam-se as 964 entrevistas a trabalhadores para avaliação técnica das causas e circunstâncias das ocorrências, ou seja, mais 223 do que no ano de 2016 (741), paralelamente ao aumento do número total de acidentes de trabalho (28,2%).

Neste âmbito, salienta-se o aumento de 21,0% de trabalhadores na CML para as funções em que habitualmente se verifica um maior número de acidentes de trabalho, ou seja, Assistentes Operacionais da DMHU e DMEVAE e Polícias Municipais.

Quanto aos outros indicadores, houve uma estabilização dos mesmos relativamente ao ano de 2016, contabilizando-se 125 avaliações das condições de trabalho e 87 pareceres técnicos.

No que se refere às monitorizações, verificou-se um decréscimo do número realizado considerando que o objetivo de 2017 foi a monitorização dos parâmetros dos locais de trabalho já analisados no ano anterior. Quanto ao número de intervenções técnicas, este teve um aumento exponencial em dois momentos do ano (abril e agosto) que se deveu à aplicação de 550 questionários pela equipa multidisciplinar n.º 4, no âmbito do dia mundial da saúde, e à inserção de dados adicionais em 235 processos na aplicação informática dos acidentes de trabalho.

Gráfico 29: Higiene e Segurança no Trabalho



As ações de formação ministradas nesta matéria tiveram como público-alvo preferencial os representantes dos trabalhadores para a higiene e segurança do trabalho eleitos, assim como a formação em contexto real de trabalho (parte prática) a 100% dos trabalhadores da Divisão de Gestão Cemiterial.

3.2.4 PSICOLOGIA

NÚCLEO DE PSICOLOGIA

O núcleo de psicologia realizou, durante o ano de 2017, 6.092 consultas de psicologia, observando-se uma variação de 4,2% comparativamente a 2016 (5.849).

Embora se tenha verificado um pequeno decréscimo do número de trabalhadores convocados (2016: 840; 2017: 744) e do número de trabalhadores assistidos (2016: 786; 2017: 704), registou-se um aumento do número de novos casos (2016: 130; 2017: 149) e, conseqüentemente, um aumento do número de consultas (2016: 5.849; 2017: 6.092).

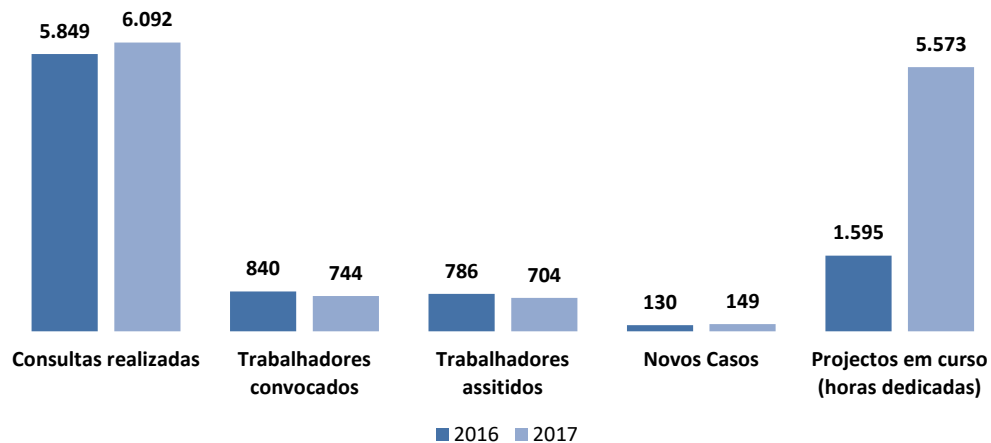
Neste âmbito, merece destaque a taxa de atendimento do gabinete de 90,6% (população assistida / população convocada), e o facto de 50% dos novos casos terem origem na iniciativa do próprio trabalhador, o que sugere uma maior notoriedade do trabalho desenvolvido, divulgado através dos suportes de comunicação internos e pela participação em projectos e seminários e, concomitantemente, a diminuição do estigma associado às consultas de psicologia.

No entanto, a diferença significativa foi no tempo dedicado (em horas) aos projetos em curso (2016: 1.595; 2017: 5.573). Neste âmbito, há a realçar a participação do Gabinete de Psicologia em vários projetos inovadores, nomeadamente:

- Equipas Multidisciplinares, que implicam visitas a locais de trabalho e, em certas Unidades Orgânicas, intervenção, nomeadamente no DRMM, com entrevistas individuais e ações de sensibilização a chefias intermédias, e no RSB – Regimento Sapadores Bombeiros, com sessões de prevenção de Saúde Mental em todos os quartéis;
- Formação no âmbito da Saúde Mental integrada na Formação de Higiene e Segurança no Trabalho, Estudo dos Riscos Psicossociais/Capacidade de Trabalho e Envelhecimento Ativo na Divisão de Gestão Cemiterial;
- Enquadramento Organizacional;
- Sensibilizações previstas no Regulamento do Álcool;
- Treino de Competências Básicas e Sociais – Uma estratégia na promoção da Saúde Mental na CML;

- Protocolos Clínicos – Entrevistas de Psicologia integradas na Medicina do Trabalho (216 consultas preventivas de saúde mental);
- Guia do Dirigente.

Gráfico 30: Psicologia



Ainda a destacar:

- A organização e participação em dois seminários: “Envelhecimento Ativo – Locais de Trabalho Saudáveis Para Todas as Idades”, em parceria com a Autoridade para as Condições no Trabalho enquanto Ponto Focal da EU-OSHA, a Ordem dos Psicólogos Portugueses e a Sociedade Portuguesa de Ergonomia. Iniciativa integrada no âmbito da campanha europeia “Locais de Trabalho Seguros e Saudáveis 2016/2017” e o seminário “I Encontro de Psicólogos na Administração Local” em parceria com a Ordem dos Psicólogos Portugueses;
- Participação em encontros de divulgação e reflexão, nomeadamente, no Fórum Saúde e Bem-estar no trabalho, organizado pela Câmara Municipal de Loures, com a apresentação “Saúde Ocupacional: intervenção no âmbito das substâncias Psicoactivas” e no Encontro de Quadros da CML, organizado pelo Departamento de Formação da CM Lisboa, com a apresentação “Enquadramento Organizacional”;
- Participação no *showcasing*: “Boas Práticas de Valorização das Pessoas”, do INA, na categoria de Gestão da Mudança, com os projetos: Riscos Psicossociais e Capacidade para o Trabalho na população Ativa na DGC e o Enquadramento Organizacional.

GABINETE DE PSICOLOGIA EDUCACIONAL

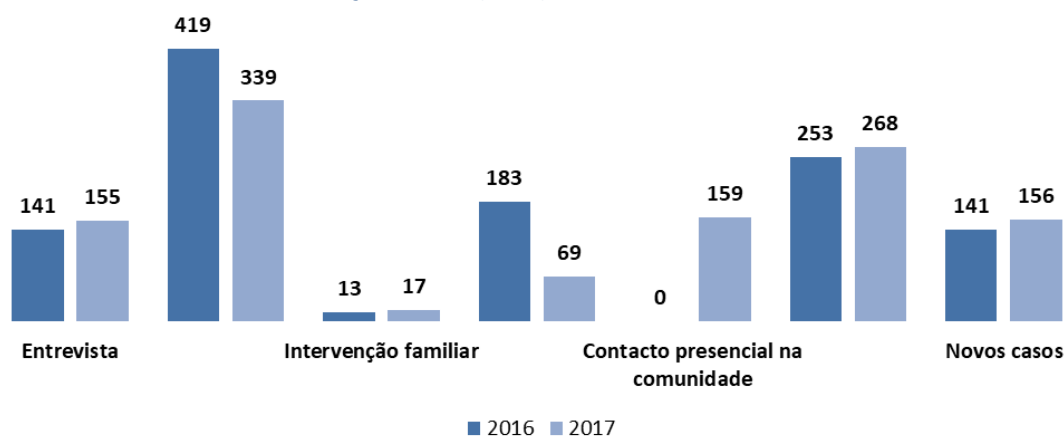
No âmbito do Gabinete de Psicologia Educacional, foram realizadas 609 sessões a crianças e jovens filhos dos trabalhadores do Município de Lisboa, incluindo 68 sessões realizadas com o pai e/ou mãe da criança/jovem.

3.2.5 AÇÃO SOCIAL INTERNA

GABINETE DE INTERVENÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL (GISS)

A intervenção desenvolvida pelas assistentes sociais manteve o seu padrão, atuando junto dos trabalhadores sempre que o solicitaram ou que foram encaminhados pelos serviços.

Gráfico 31: Gabinete de Intervenção Social (GISS)



Paralelamente, as técnicas sentiram necessidade de introduzir um novo indicador – contacto presencial na comunidade – caracterizado pelas diligências fora do DSHS com vista à resolução da situação de um utente, podendo envolver a sua presença ou não. Este trabalho tomou proporções de destaque já em 2016 (registado como “visitas domiciliárias”) devido a algumas alterações no modo de atuação, nomeadamente, à participação de metade da equipa no projeto de Enquadramento organizacional e da necessidade de registar mensalmente estas atividades, o que implicou uma ligeira diminuição do acompanhamento em gabinete.

Merece igualmente destaque a taxa de atendimento (população assistida /população convocada) do gabinete (97,8%) e o facto de cerca de 46% dos novos casos terem origem no encaminhamento médico, o que sugere o cimentar de boas práticas no trabalho multidisciplinar do departamento.

Paralelamente salienta-se a participação da equipa do GISS em vários projetos implementados por equipas multiprofissionais do departamento, nomeadamente, projeto de “Enquadramento

Organizacional”, projeto “EnvelheSer”, projeto de “Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género”, projeto das “Equipas Multidisciplinares” e projeto de “Implementação do Regulamento Interno do Consumo Nocivo de Álcool e de Outras Substâncias Psicoactivas”; neste último projeto, o GISS realizou 40 ações de sensibilização (de um total de 148) e 3 das 6 ações de formação ministradas.

UNIDADES DE EDUCAÇÃO

No ano de 2017, as Unidades de Educação deram resposta social e educativa a 183 crianças de idades compreendidas entre os quatro meses e os seis anos.

No âmbito dos projetos pedagógicos de cada faixa etária, destacam-se as atividades enriquecidas pela participação pontual das famílias em datas comemorativas (festas de finalistas, dia do pai, dia da mãe, dia da criança, santos populares e natal), a participação em exposições temporárias com trabalhos realizados pelas crianças de todas as idades, as visitas de estudo a museus, os passeios, as idas à praia e a outros locais de interesse cultural e educativo.

Foram parceiros, nomeadamente, os serviços educativos de algumas bibliotecas municipais, a EGEAC, a Junta de Freguesia de S. Domingos de Benfica, a Faculdade de Ciências, a Imprensa Municipal, a Divisão de Gestão de Frota e o Departamento de Educação da CM Lisboa.

Em complemento ao projeto educativo das Unidades de Educação, promoveram-se ações solidárias no âmbito da Missão Pijama, aulas de movimento e música para todas as crianças, realização de *ensembles* musicais e idas a concertos interativos.

Embora se tenha constatado um decréscimo na frequência do número de crianças comparativamente a 2016 (-9%), houve grande empenho de toda a equipa pedagógica para que o projeto educativo promovesse experiências significativas a todas as crianças, para o qual se enriqueceu com a implementação de novas práticas através dos projetos de ciências e de literacia, otimizando os recursos humanos e físicos existentes.

O Gabinete de Intervenção Precoce acompanhou 12 crianças, utentes das unidades de educação, e orientou as respetivas famílias, através de uma abordagem sistémica familiar.

3.2.6 REFEITÓRIOS MUNICIPAIS

A gestão operacional dos refeitórios da Câmara Municipal transitou para os Serviços Sociais da Câmara Municipal de Lisboa (SSCML) no dia 17 de agosto de 2015 ao abrigo do protocolo de cooperação estabelecido.

Neste âmbito, a informação disponibilizada revela um acréscimo de 3,7% do número de refeições servidas em 2017 (125.847) comparativamente a 2016 (121.317), não obstante o encerramento definitivo de dois refeitórios no decorrer de 2016 (Alcântara e Vila Formosa) e o encerramento temporário da unidade do Cemitério dos Olivais, desde Maio de 2015.

O total de refeições servidas em 2017 distribuiu-se da forma seguinte:

Quadro 3: Distribuição das refeições servidas em 2017

Refeitório	Activos	Aposentados	Opção	Total de refeições servidas	
Alexandre Herculano	14.798	3.293	383	18.474	14,7%
Boavista	23.872	4.755	437	29.064	23,1%
C. Ajuda	1.751		13	1.764	1,4%
C. Alto S. João	3.308	571	7	3.886	3,1%
C. Olivais a)					
Olivais II	42.185	9.231	2.703	54.119	43,0%
Parque Florestal de Monsanto	12.650	5.458	432	18.540	14,7%
Total	98.564	23.308	3.975	125.847	
	78,3%	18,5%	3,2%		

3.2.7 FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A Câmara Municipal de Lisboa mantém uma atividade de formação profissional do seu efetivo que se reparte em três eixos fundamentais: Interna, Externa e para o Exterior.

A par da atividade acima descrita a CM Lisboa através do seu serviço de formação desenvolve os planos de estágios curriculares e profissionais ou outros programas de desenvolvimento dos trabalhadores, a fim da promoção e partilha de conhecimento e boas práticas.

FORMAÇÃO INTERNA

Ao longo de 2017 realizaram-se 109 cursos de formação profissional que se concretizaram em 287 ações de formação, correspondendo a um total de 6.193 horas de duração (horas ministradas), abrangendo 5.671 trabalhadores, com um custo total de 209.707,58 euros.

No ano de 2017 as verbas despendidas com a Formação Interna foram inferiores às despendidas em 2016 (-10,5%), correspondendo a uma diminuição na despesa de 24.612,57 euros. Registou-se um aumento significativo no número de ações realizadas (+64), no número de formandos envolvidos (+2.082) e no número de horas ministradas (+1.038,5), face a 2016. Não obstante o aumento da atividade formativa registou-se uma diminuição significativa da despesa, continuando-se assim a ver cumprido desta forma, o esforço de contenção de despesas.

Quadro 4: Formação Interna

Área de Formação	Nº Curso	Nº Acções	Nº Formandos	Nº Horas Ministradas	Nº Horas Assistidas	Custos (Euros)
Arquitectura e Urbanismo	3	4	38	25	247	543
Biblioteconomia, Arquivo e Documentação	7	8	98	183	1.665	3.642
Ciências Informáticas	2	3	35	72,5	846	1.586
Construção Civil e Engenharia Civil	2	2	29	48	675	1.042
Contabilidade e Fiscalidade	4	5	189	66	1.346	12.597
Desenvolvimento Pessoal	11	21	320	423	5.926	9.650
Direito	13	39	874	506	9.514	26.470
Educação e Formação de Adultos	3	9	101	540	3.709	7.814
Formação de Formadores	4	7	93	333	3.997	7.235
Gestão e Administração	6	8	681	345	7.525	65.051
Informática na Ótica do Utilizador	16	40	445	588	5.815	12.535
Línguas e Literaturas Estrangeiras	4	5	92	292	1.956	9.095
Metalurgia e Metalomecânica	4	10	100	216	2.003	7.729
Proteção de Pessoas e Bens	3	3	55	78	1.281	2.344
Qualidade	3	4	57	146	1.877	5.498
Saúde	2	8	178	46	875	723
Segurança e Higiene no Trabalho	4	7	215	120	2.319	2.711
Serviços de Transporte	2	14	49	770	2.905	8.085
Técnica	11	75	1867	1280	19.737	21.741
Trabalho Social e Orientação	5	15	155	117	1.156	3.617
TOTAL	109	287	5671	6193	75.370	209.708

FORMAÇÃO EXTERNA

Em 2017 foram promovidas 329 ações de formação externa, envolvendo 867 trabalhadores, num total de 4.350 horas ministradas e com um custo de 47.736,54 euros, traduzindo-se numa diminuição face a 2016, do número de formandos e de horas ministradas de -16,8% (-175 formandos) e -13,0% (-652 horas), respetivamente; registou-se igualmente uma diminuição no número de ações realizadas (-53).

O aumento da despesa em formação externa foi pouco relevante 5,14% (+2.334,54 euros), em relação à despesa realizada em 2016.

Quadro 5: Formação Externa

Área de Formação	Nº Cursos	Nº Acções	Nº Formandos	Nº Horas Ministradas	Nº Horas Assistidas	Custos (Euros)
Acção Social	2	2	3	17	20	30
Arquitectura e Urbanismo	8	8	11	64	98	517
Artes	5	5	10	56	140	150
Assuntos Europeus e Cooperação	1	1	2	28	56	0
Audiovisuais e Produção dos Média	3	3	5	35	55	110
Biblioteconomia, Arquivo e Documentação	18	18	49	153	371	340
Ciência Política e Cidadania	1	1	1	6	6	0
Ciências Informáticas	2	2	2	54	54	415
Ciências Veterinárias	1	1	1	21	14	20
Construção Civil e Engenharia Civil	8	8	13	63	131	3.246
Contabilidade e Fiscalidade	2	2	2	15	15	48
Desenvolvimento Pessoal	3	3	4	56	81	1.410
Desporto	8	8	11	71	92	95
Direito	46	48	142	453	1.310	8.153
Educação e Formação de Adultos	2	2	3	13	19	0
Eletricidade e Energia	3	3	3	26	26	603
Eletrónica e Automação	1	1	3	480	1.440	5.496
Floricultura e Jardinagem	1	1	19	7	133	0
Formação de Formadores	2	2	16	10	104	350
Formação de Professores/Formadores e Ciências da Educação	10	10	20	77	160	154
Gestão e Administração	9	9	32	127	421	600
História e Arqueologia	23	23	58	280	681	750
Informática na Óptica do Utilizador	14	14	22	148	327	3.972
Lingua e Literatura Materna	1	1	1	21	21	0
Linguas e Literaturas Estrangeiras	1	1	1	50	50	0
Marketing	1	1	1	2	2	0
Museologia	1	1	1	21	14	0
Política Social	10	10	28	80	210	130
Protecção do Ambiente	5	5	9	42	68	1.805
Protecção de Pessoas e Bens	8	8	13	200	369	6.850
Psicologia	7	7	10	61	75	127
Qualidade	2	2	9	11	39	0
Saúde	10	10	20	77	170	360
Secretariado e Trabalho Administrativo	1	1	1	21	21	1.218
Segurança Alimentar	4	4	7	31	55	55
Segurança e Higiene no Trabalho	1	1	1	6	6	0
Serviço Social	5	5	9	70	129	365
Serviços de Transporte	5	5	11	323	499	5.160
Sociologia e Outros Estudos	3	3	12	20	78	50
Técnica	62	62	259	743	2.573	5.052
Trabalho Social e Orientação	27	27	42	313	404	105
TOTAL	327	329	867	4.350	10.536	47.737

FORMAÇÃO PARA O EXTERIOR

A CM Lisboa tem procurado otimizar o seu *know-how* e a larga experiência dos seus Serviços de Formação, propondo colocar ao serviço dos seus munícipes e outros públicos externos à autarquia, a realização de ações de formação que venham contribuir para a melhoria da sua prestação ao serviço da cidade de Lisboa.

Neste sentido a oferta formativa da autarquia para públicos externos, tem tido como principais objetivos:

- Incrementar a competitividade da Cidade, fomentando o empreendedorismo e a empregabilidade;
- Qualificar outros públicos não trabalhadores da CM Lisboa em temáticas em que a autarquia detém Know-how;
- Disseminar conhecimento mediante a divulgação de estudos e projetos que os diversos serviços municipais realizam;
- Trocar experiências com outras entidades (nacionais e internacionais) que trabalhem em áreas específicas, análogas às de alguns serviços da CM Lisboa;
- Antecipar necessidades decorrentes de situações concretas, designadamente eventos de grande impacto previstos para a cidade de Lisboa ou preparar agentes intervenientes na cidade para novos desafios;
- Dar cumprimento às competências e atribuições de alguns serviços da autarquia;
- Dar resposta aos pedidos que lhe são apresentados por entidades externas.

Ao longo de 2017 realizaram-se 56 cursos de formação profissional e de sensibilização e atividades lúdicas para o exterior, que se concretizaram em 136 ações de formação, correspondendo a um total de 7.587 horas de duração (horas ministradas), abrangendo 1.911 munícipes, com um custo total de 38.810,50 euros.

Quadro 6: Formação para o Exterior

Área de Formação	Nº Cursos	Nº Acções	Nº Formando	Nº Horas Ministradas	Nº Horas Assistidas	Custos (Euros)
Biblioteconomia, Arquivo e Documentação	2	5	56	112	1.727	2.357
Construção e Engenharia Civil	2	2	20	1.694	17.110	2.513
Desenvolvimento Pessoal	2	11	86	28	1.072	2.449
Direito	3	5	74	47	1.268	1.064
Educação e Formação de Adultos	1	2	17	60	783	868
Floricultura e Jardinagem	14	25	382	5.045	53.838	10.985
Gestão e Administração	1	2	13	15	186	217
Hotelaria e Restauração	3	24	277	39	3.477	6.476
Informática na Óptica do Utilizador	6	9	95	66	1.038	2.344
Línguas e Literaturas Estrangeiras	1	2	36	30	966	1.428
Protecção de Pessoas e Bens	3	14	188	87	4.749	1.324
Saúde	2	11	171	17	821	203
Técnica	4	4	229	56	2.564	543
Trabalho Social e Orientação	12	20	267	291	3.306	6.039
TOTAL	56	136	1911	7.587	92.904	38.811

PLANO DE ESTÁGIOS DA CM LISBOA

A CM Lisboa, pelo seu prestígio, dimensão e diversidade de atribuições e competências, a que correspondem outras tantas áreas funcionais, não só representa uma boa alternativa como possível local de estágio, como se encontra naturalmente vocacionada para exercer essa “função social” junto da comunidade estudantil.

Considerando o elevado número de pedidos de estágio profissional, habilitante e curricular que todos os anos o Município de Lisboa recebe e considerando não ser possível realizar uma apreciação casuística dos mesmos, foi criado o Regulamento de Estágios do Município de Lisboa, através da Deliberação n.º 16/AM/2012, tomada na sequência da Proposta n.º 35/2012.

O Plano de Estágios (PE) do Município contempla os seguintes tipos de estágios:

- Estágios de Formação Profissional (EFP) – visam proporcionar a transição entre o sistema de qualificação e o mercado de trabalho, contribuindo para melhorar, completar e aperfeiçoar as competências anteriormente adquiridas pelos beneficiários dos estágios, através de formação e experiência prática em contexto laboral e promover a inserção de jovens ou a reconversão profissional de desempregados.
- Estágios Curriculares (EC) – visam proporcionar a realização de estágios curriculares obrigatórios para conclusão de curso profissional ou superior.

- Estágios Habilitantes ao Exercício de Profissão Regulada (EH) – têm como objetivo o cumprimento de requisitos adicionais e específicos para acesso ao título profissional de uma profissão regulada por Ordem ou Associação Pública Profissional.
- Outros Estágios (O) – para além dos estágios profissionais, curriculares e habilitantes, são solicitados estágios de natureza diversa, os quais a CM Lisboa pretende sempre integrar, procurando uma resposta adequada aos fins a que se destinam.

Para além destes estágios a CM Lisboa, procura modernizar continuamente o seu Plano de Estágios, com vista à qualidade. Assim, colabora no acolhimento de estagiários ao abrigo dos programas de mobilidade europeus Leonardo e Erasmus. Estes propiciam que profissionais ou estudantes universitários possam estagiar noutro país da união europeia, por um período de três a doze meses.

Em 2017, a CM Lisboa realizou 187 Estágios conforme o demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 7: Estágios

Curriculares	Valorização Profissional	Internacionais	Profissionais	Habilitantes
123	20	38	0	6

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS

O Centro para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEP) da CM Lisboa tem como objetivo aumentar a qualificação escolar e profissional dos trabalhadores do Município; combater a infoexclusão e o desigual acesso à formação profissional; orientar e encaminhar jovens e ativos desempregados para ofertas de educação e formação nas seguintes áreas prioritárias para a cidade (de acordo com a estratégia do executivo LISBOA 2020): Artes e Ofícios Tradicionais, Reabilitação Urbana, Hotelaria, Serviços de Proximidade e Novas Tecnologias e destina-se a trabalhadores da CM Lisboa, inclusive portadores de deficiência ou incapacidade; cidadãos, incluindo desempregados de longa duração, grupos em risco de exclusão social e grupos em risco de abandono escolar; e pessoas imigrantes e refugiadas.

Durante o ano de 2017, a intervenção do Centro Qualifica desenvolveu-se em todos os seus eixos de atividade, nomeadamente na informação, orientação e encaminhamento de jovens e adultos que procuram formação escolar, profissional ou de dupla certificação e no desenvolvimento de processos de reconhecimento, validação e certificação de competências (Processo RVCC), conforme as atribuições definidas para o Centro Qualifica da CM Lisboa e conforme as

orientações da entidade que cotutela, a ANQEP, I.P. Assim, foram desenvolvidas as seguintes ações:

Nº de inscrições	309
Nº de ações técnicas de acolhimento, diagnóstico para qualificação, informação e orientação sobre tipologias e ofertas de qualificação e encaminhamento para a qualificação	435
Nº de ações de Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências	5
Nº de Certificações de Competências	27
Nº de Planos Individuais de Encaminhamento para ofertas de qualificação escolar ou profissional	105

NÚCLEO DE ESTUDOS E APOIO À GESTÃO (NEAG)

O Departamento de Desenvolvimento e Formação, no pressuposto de cumprir a sua missão e de contribuir para o desenvolvimento e para a inovação nos eixos estratégicos da CM Lisboa, desenvolveu ainda atividade no âmbito do Núcleo de Estudos e Apoio à Gestão, realizando em 2017, estudos e projetos que suportam a sua atividade e propõem abordagens inovadoras para os atuais desafios da cidade, em Aprendizagem ao Longo da Vida:

Espaço E & Lisboa Learning Center

Lisbon Learning Center -Centro Integrado para a Aprendizagem de Lisboa, no âmbito do EIXO 2 do Programa de Governo da Cidade de Lisboa e do EIXO B das Grandes Opções do Plano 2018-2021. Incrementámos o estabelecimento de parcerias estratégicas com entidades nacionais e internacionais, que potenciem:

- a) O lançamento de Lisboa Cidade da Aprendizagem e a criação de uma cultura permanente em Aprendizagem ao longo da Vida, nomeadamente o Projeto Europeu Connected Spaces of Learning;
- b) A participação na criação de uma *framework* Europeia que defina as políticas e os mecanismos da *Open Recognition* para o reconhecimento das Aprendizagens Digitais, nomeadamente o Projeto MIRVA (*Making Informal Recognition Visible and Actionable*);
- c) O alargamento das redes que a CM Lisboa integra no âmbito da promoção da Aprendizagem ao Longo da Vida da cidade, nomeadamente a proposta de adesão à Rede

Xarxa (*European Association of the Education of Adults*) , a EAEA (*European Association for the Education of Adults*) e à APG - Associação Portuguesa de Gestão de Pessoas.

Em 2017 celebrou-se o ano da Educação de Adultos na Europa realizando-se a 2ª *European Skills Network*. Neste âmbito, o Encontro de Quadros "Sabemos, Fazemos, Partilhamos", o Outdoor para NAF-núcleos de apoio à formação e os cursos de formação para municípios foram selecionados para fazer parte do mapa de eventos da UE- União Europeia que ilustram o que de melhor se faz a nível local, regional ou nacional, em termos de melhores práticas de educação e formação profissional à escala transnacional em toda a UE.

Em 2017 iniciámos o “Programa de Alfabetização para Imigrantes em situação irregular” com vista a uma melhor integração e inclusão de estrangeiros na Cidade de Lisboa. O Programa decorre das parcerias com o DDS, o Centro Padre Alves Correia e a Fundação Aga Khan.

Lançámos um “Programa para a Inclusão e Literacia Digital”, que alia *workshops* informais em competências básicas digitais para públicos com elevado risco de exclusão como desempregados e seniores; e a atribuição de micro-certificações através de um Passaporte de Competências Digitais, inédito em iniciativas de Inclusão e Literacia Digital, que aumenta a visibilidade digital das suas competências, é partilhável no CV e nas redes sociais e aumenta a empregabilidade. O Programa para a Inclusão e Literacia Digital da CM Lisboa resulta de uma parceria com o Instituto de Educação da Universidade de Lisboa;

Preparámos a emissão dos primeiros *learning badges* digitais da Câmara Municipal de Lisboa, micro-certificações emitidos por uma plataforma *online* que agrega evidência das competências adquiridas pelo utilizador e que são facilmente partilháveis e demonstráveis;

Preparámos o “Plano de Formação 2018”, tendo para o efeito realizado a primeira etapa deste processo com o questionário *online* de LNIF-Levantamento de necessidades individuais de formação, o qual após trabalhado foi enviado a todas as UO com vista à realização de uma 2ª etapa (LNF-Organizacional), que irá permitir alinhar as necessidades de cada UO com o GOP 2018/2021, Plano de Governo para a Cidade e os respetivos Planos de Atividades.

Participámos no “Plano de Apoio à Reforma Administrativa” mediante a organização de cursos de formação profissional para os trabalhadores das Juntas de Freguesia.

Realizámos o “Encontro de Quadros 2017”, com participação de autarquias de norte a sul do país e ainda dos Açores e da Madeira. Esta edição contou ainda com a participação de empresas do universo municipal como a CARRIS, LISBOA-Enova, GEBALIS, EGEAC e a EMEL entre outras. Participaram neste Encontro 351 trabalhadores, dirigentes e municípios.

Realizámos o “Encontro Anual de NAF-Núcleos de Apoio à Formação”. Este encontro na modalidade de Outdoor consistiu numa ação de *teambuilding* destinada a todos os trabalhadores da autarquia especialmente dedicados à promoção da formação e da aprendizagem ao longo da vida, integrando os trabalhadores do DDF e os trabalhadores de todas as UO que são promotores de formação e integram a rede de Núcleos de apoio à formação. Participaram neste Encontro 85 trabalhadores.

Estudo colaborativo das aprendizagens informais “Aprender Excel no local de trabalho?”

O Learning Lab LX do DDF encontra-se a desenvolver o estudo de uma das aprendizagens informais mais frequentes dos trabalhadores do Município de Lisboa: o domínio da utilização quotidiana de folhas de cálculo (através do programa informático Microsoft Excel ou semelhante, como o *Libre Office Calc*).

O investimento nas aprendizagens informais, em complemento da aprendizagem escolar ou formal, destaca a importância dos saberes adquiridos em todos os contextos, incluindo no local de trabalho e não apenas na sala de formação.

"Aprender Excel no local de trabalho?" é estudo inédito na CM Lisboa, transparente e colaborativo, para o qual foram convidados a participar, na primeira fase, trabalhadores aleatoriamente selecionados de todas as unidades orgânica, NAF / Trabalhadores com função RH e dirigentes.

Em 2017 foi realizada a análise e interpretação dos dados com a participação dos dirigentes da CM Lisboa, Núcleos de Apoio à Formação, trabalhadores com função RH, parceiros externos convidados e, comunidade de trabalhadores da CM Lisboa, através da metodologia *crowdsourcing data analysis*.

O presente estudo é uma iniciativa de investigação não-académica - *Citizen Science* de participação de cidadãos em iniciativas de investigação e pretende fomentar a transparência científica e a co-construção de conhecimento científico – *Open Science*.

Projeto Trajetórias Profissionais, em parceria com a ULisboa.

No âmbito do projeto trajetórias profissionais, o DDF continua a colaborar em projetos de investigação, ao nível de doutoramento e pós-doutoramento, com a Universidade de Lisboa, através de entrevistas a adultos certificados e da cedência de portefólios construídos por adultos certificados pelo Centro Qualifica da CM Lisboa a duas investigadoras da área das Ciências da Educação.

Os portefólios foram objeto de estudo no trabalho de investigação e serviram de base para a conclusão de tese de Pós-doutoramento em Ciências da Educação – área de especialização em Formação de Adultos: Histórias de Vida, bem como da investigação de doutoramento em Ciências de Educação de duas discentes da Universidade de Lisboa.

Constituem já parte do acervo documental autobiográfico do Centro Qualifica os portefólios e a transcrição de entrevistas realizadas a candidatos que terminaram a sua certificação escolar no Centro Qualifica da CM Lisboa, que estão disponíveis para a comunidade científica e académica poder consultar e utilizar nas suas investigações.

Projeto “SILVIA” (Supporting Intergenerational Learning and Volunteering as a Mean for Inclusion through Autobiographical Methodology).

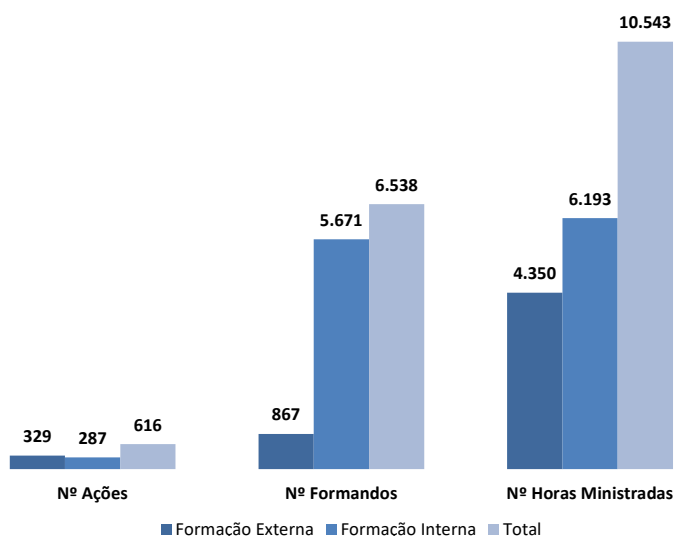
No âmbito do Programa europeu de mobilidade Erasmus+, a CM Lisboa continua a participar neste projeto de parceria transnacional designado por “Sílvia (*Supporting Intergenerational learning and volunteering as a mean for inclusion through autobiographical learning*)”, cujo coordenador é a organização Sueca IFALL, tendo como parceiros as organizações internacionais TERA-Maison de l’Europe Charente, da França, a organização italiana CIAPE, peritos em metodologias autobiográficas, de entre outros.

O projeto pretende que formadores europeus, peritos na utilização de ferramentas das metodologias autobiográficas, trabalhem com jovens e mulheres migrantes NEET (*Not in Education, Employment or Training*) para, através das dinâmicas de educação não formal e das metodologias autobiográficas, capacitar jovens e mulheres migrantes para serem cidadãos ativos, conhecedoras dos seus reais direitos de cidadania, através do uso de ferramentas fundamentais para valorizar as suas competências básicas.

SÍNTESE DA FORMAÇÃO/2017

Este gráfico mostra, em síntese, a atividade formativa em 2017 (nº de ações, nº de formandos e nº de horas de formação efetiva).

Gráfico 32: Síntese da Formação realizada em 2017



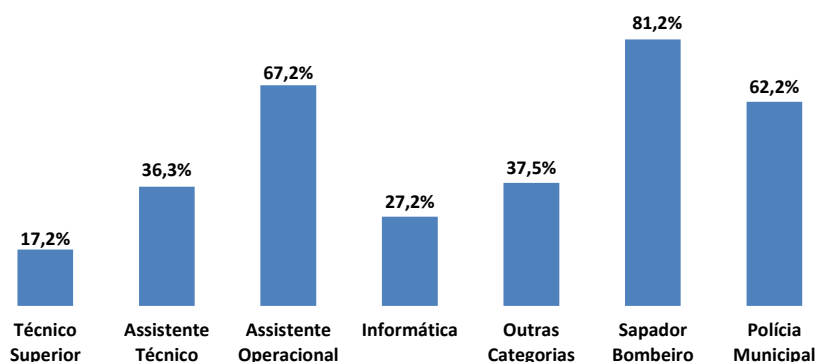
3.2.8 RELAÇÕES DE TRABALHO

ORGANIZAÇÃO SINDICAL

A taxa de sindicalização do efetivo municipal é de 46,3% (3.716 trabalhadores, com um aumento de cerca de 7,9% em relação ao ano anterior).

Gráfico 33: Sindicalizados por grupo de pessoal – 2017

Salienta-se que as carreiras/cargos com maior número de sindicalizados são por ordem decrescente: Assistente Operacional (1.688); Bombeiro Sapador (647);



Assistente Técnico (504); Técnico Superior (375); Polícia Municipal (365); Outras Categorias (103) e Informática (34).

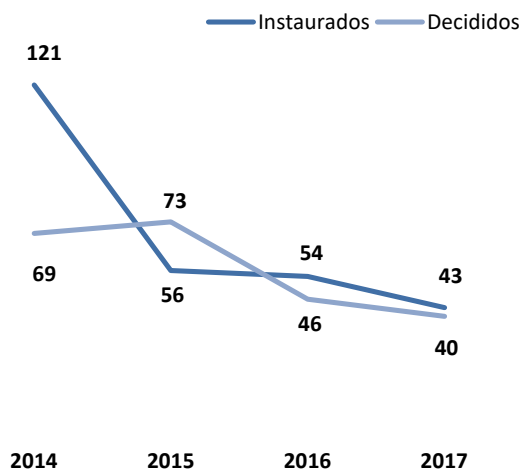
Os sindicatos com maior representação entre os trabalhadores da CML, compreendendo cerca de 82,5% do total, são: o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML) com 71,8%; o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local (STAL) com 6,3% e a Associação Nacional de Bombeiros (ANB) com 4,5%.

AÇÃO DISCIPLINAR

Gráfico 34: Evolução dos processos instaurados e decididos

Transitaram de anos anteriores 52 processos e durante o ano de 2017 foram instaurados 43 processos disciplinares, em que 40 ficaram decididos, 11 apensos, transitando 44 processos para 2018.

Comparativamente ao ano anterior verificou-se um decréscimo de cerca de 20,4% no número de processos instaurados e também uma diminuição no número de processos decididos, cerca de 13,0%.



Os processos arquivados, a multa suspensa e a pena de suspensão...suspensa estão no topo da lista das penas aplicadas nos processos decididos, com um valor absoluto de 13, 7 e 6 respetivamente.

Os Assistentes Operacionais foram os que apresentaram o maior número de arguidos em processos disciplinares, cerca de 43, seguidos dos Assistentes Técnicos com 9 processos.

Gráfico 35: Penas aplicadas nos processos



PAINEL DE INDICADORES DE GESTÃO

INDICADOR	FÓRMULA	VALOR
Leque Etário	Trabalhador Mais Novo - Trabalhador Mais Velho	48
Antiguidade Média da CML	\sum Antiguidades / \sum Efectivos \times 100	21
Taxa de Feminização	\sum Efectivos do Género Feminino / \sum Efectivos \times 100	41,9%
Taxa de Masculinização	\sum Efectivos do Género Masculino / \sum Efectivos \times 100	58,1%
Taxa de Tecnicidade (sentido restrito)	\sum Técnicos superiores / \sum Efectivos \times 100	27,2%
Taxa de Formação Superior	\sum Total de Efectivos com Bacharelato + Licenciatura + Pós graduação + Mestrado + Doutoramento / \sum Efectivos \times 100	32,7%
Taxa de Habilitação Secundária	\sum Total de Efectivos com 11º ano + 12º ano / \sum Efectivos \times 100	27,3%
Nível Médio Etário	\sum Idades / \sum Efectivos \times 100	49
Taxa de Emprego Jovem	\sum idades até 24 anos / \sum Efectivos \times 100	0,7%
Índice de Enquadramento	Número de Dirigentes / \sum Efectivos \times 100	2,0%
Índice de Saídas	\sum Saídas Definitivas / \sum Efectivos \times 100	1,6%

III. REPORTING FINANCEIRO

1. REQUISITOS LEGAIS DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO

1.1 NOTA PRÉVIA

Nos termos da legislação em vigor, apresentam-se de seguida um conjunto de indicadores referentes a equilíbrios ou metas legais, com destaque para:

- Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e suas alterações (POCAL);
- Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril, publicado no Diário da República nº 71, 2ª Série Parte C - indicador relativo ao prazo médio de pagamentos a fornecedores;
- Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso e o Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho que a regulamenta, e suas alterações;
- Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI) aprovado pela Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, e suas alterações;
- Lei nº 42/2016, de 28 de Dezembro - Orçamento de Estado para 2017.

1.2 ENDIVIDAMENTO LEGAL

Com entrada em vigor no início do quadriénio reportado neste relatório, a Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, introduziu modificações no quadro do endividamento legal dos municípios, nomeadamente na aferição do limite legal de endividamento (receita aplicável) e na dívida a observar, determinando limites adicionais à variação da dívida anual e o momento da avaliação do cumprimento dos limites legais a 31/12 de cada ano.

Do início da sua aplicação em 2014, atentas as particularidades de Lisboa, derivou:

- Decréscimo considerável do limite de endividamento; o regime instituído reflete o passivo de operações orçamentais, sem correção dos ativos realizáveis, como acontecia no regime anterior (endividamento líquido);
- Impossibilidade de expurgar da dívida os empréstimos legalmente excecionados (com elevada expressão em Lisboa nomeadamente pela relevância dos financiamentos relativos ao Programa Especial de Realojamento);
- Por oposição, o limite de endividamento cresceu, abarcando o total da receita corrente majorada de 1,5, ao invés de apenas algumas das suas componentes majoradas a 1,25;

- Uma limitação supletiva da margem disponível para a variação do passivo; no anterior regime a capacidade de endividamento traduzia a disparidade entre o limite – receita aplicável – e dívida. No regime em vigor, se a diferença entre receita aplicável e dívida, for positiva (i.e., o município cumpre), no exercício económico imediato, a dívida total só pode crescer até + 20% daquela diferença. A não observância do limite origina a obrigatoriedade de reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10% da verba excedida.

Pese embora com a entrada em vigor da Lei nº 73/2013, a margem de endividamento disponível do Município de Lisboa tenha refletido uma alteração significativa de grandeza (i.e., passou de cerca de 193,4 milhões de euros para cerca de 18,0 milhões de euros, no início do exercício de 2014), o novo quadro legal foi cumprido, registando-se uma evolução favorável da margem disponível utilizável no fecho de cada exercício seguinte.

A margem disponível utilizável na abertura do exercício de 2017, resultante da diferença entre o limite da receita e a dívida total resultante de operações orçamentais a 31/12/2016 (que engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais) fixou-se perto dos 57,1 milhões de euros.

Em 2017, o Município, para além de cumprir o limite de endividamento fixado para o ano, retraiu o *stock* da dívida em 88,2 milhões de euros, i.e., melhorou a margem disponível por utilizar que no final do ano se quantificou em cerca de 145,4 milhões de euros.

Quadro 8: Cumprimento do limite legal

Unid: Milhares de Euros

Limite da Dívida Total	Início 2017	Fim 2017
(1) Limite da receita ^(a)	845 489	845 489
(2) Dívida total	559 841	471 611
(3) Margem absoluta = (1)-(2)	285 648	373 878
(4) Margem utilizável = (3) x 20%	57 130	74 776
(5) Limite global da dívida total para n = (2) + (4)	616 971	-
(6) Variação da dívida (Fim _n - Início _n)	-	-88 230
(7) Margem disponível por utilizar = (4) - (6)	-	145 360

^(a) **Limite da Receita** - 1,5 x média da receita corrente líquida cobrada últimos 3 anos

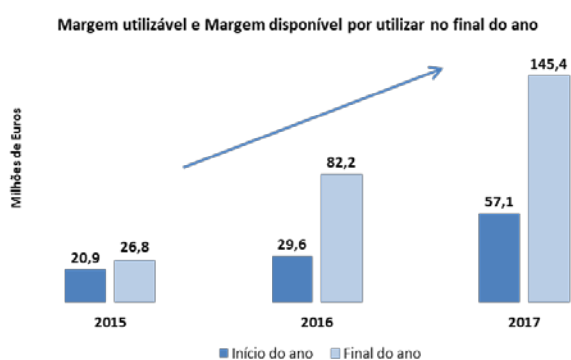
O limite da receita, para efeitos da dívida legal, é dado pela majoração em 1,5 da média da receita corrente líquida cobrada nos 3 anos anteriores (2014/2015/2016) e foi, para 2017, da ordem de 845,5 milhões de euros.

Da comparação deste com a dívida total de operações orçamentais, aferida a 31 de dezembro de 2016, que foi perto de 559,8 milhões de euros, derivou uma margem absoluta à volta de 285,6 milhões de euros; a margem disponível utilizável (i.e., a margem de aumento da dívida total no exercício) é dada, nos termos da lei, por 20% daquela diferença, e fixou-se, assim, nos cerca de 57,1 milhões de euros, o que significou que a dívida total de operações orçamentais, no final de 2017, poderia ter tido um máximo, em cumprimento dos requisitos legais vigentes, da ordem de 617,0 milhões de euros.

Gráfico 36: Evolução da Margem de endividamento

(Margem utilizável e Margem disponível p/ utilizar no final do ano)

Em 31 de dezembro de 2017, data da verificação do cumprimento deste indicador legal, a dívida total de operações orçamentais saldou-se nos cerca de 471,6 milhões de euros, revelando uma redução da dívida total da ordem de 88,2 milhões de euros, o que conduziu a uma margem disponível por utilizar final próxima de 145,4 milhões de euros.



Pela primeira vez desde a entrada em vigor da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a dívida legal do Município ficou abaixo da média da receita corrente líquida cobrada, dos últimos 3 anos, antes de majoração, i.e., perto de 471,6 milhões de euros de dívida total de operações orçamentais para uma receita da ordem de 563,7 milhões de euros, em resultado conjugado da consistente redução do valor da dívida ao longo dos últimos anos e da dinâmica recente dos fluxos da receita corrente, colocando, assim, o Município fora do alcance do alerta precoce previsto no nº 1 do artigo 56º da Lei nº 73/2013.

1.3 PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO

A Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2008, de 22 de fevereiro, publicada no Diário da República nº 38, 1ª Série, aprovou o programa de redução de prazos de pagamentos a fornecedores de bens e serviços pelo Estado, denominado *Programa Pagar a Tempo e Horas*, que abarcou medidas de controlo e publicitação da evolução dos indicadores dos prazos médios de pagamento a fornecedores. Pelo Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril, publicado no Diário da República nº 71, 2ª Série Parte C, foi adotado o indicador de *Prazo Médio de Pagamentos a*

forneecedores (PMP) baseado na seguinte fórmula, para cálculo, reporte e monitorização pela Tutela:

$$PMP = \left(\frac{\left(\sum_{t-3}^t \frac{DF}{4} \right)}{\sum_{t-3}^t A} \right) \times 365$$

Em que:

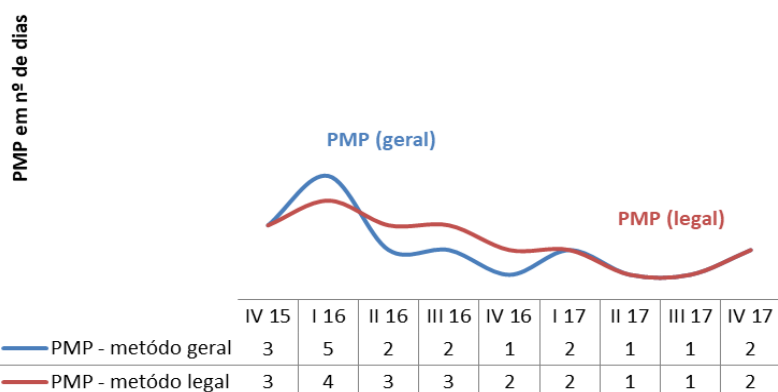
t = Trimestre

DF - Dívida de curto prazo a fornecedores observada no final de um trimestre.

A - Aquisições de bens e serviços efetuadas no trimestre, independentemente de já terem sido liquidadas.

Gráfico 37: Evolução do Prazo Médio de Pagamentos (I a IV Trim/ano)

No final de 2017, o PMP do Município, calculado em conformidade com a fórmula legal, foi de 2 dias, prazo largamente inferior ao limite de 90 dias, veiculado pela resolução do Conselho de Ministros nº 34/2008.



À semelhança do PMP apurado com a fórmula legal, o PMP apurado de acordo com o método geralmente utilizado pelas empresas, foi também de 2 dias, a 31 de dezembro de 2017.

1.4 PAGAMENTOS EM ATRASO

O reporte dos pagamentos em atraso junto da Tutela principiou em 2011, apresentando o gráfico infra os valores de 2011 a 2017.

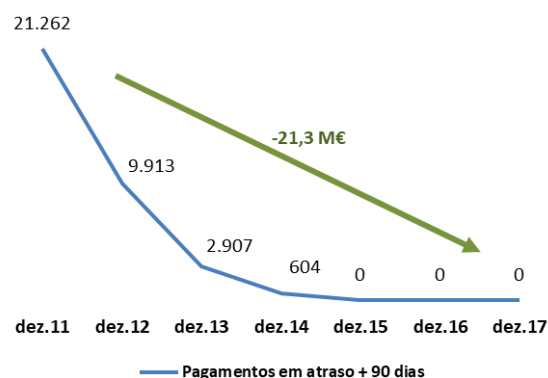
A Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), em vigor desde 2012, introduziu medidas de monitorização e mecanismos de penalização para as entidades com pagamentos em atraso e/ou com agravamento desse *stock* na vigência da Lei.

No período em análise, observou-se uma trajetória de diminuição dos pagamentos em atraso, com uma redução de 21,3 milhões de euros e um saldo nulo de pagamentos em atraso nos últimos 3 anos.

Em paralelo com o observado nos últimos dois anos, o Orçamento do Estado para 2017 (Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro),

identificou como meta para esse ano, a diminuição do endividamento para as entidades incluídas no subsector da administração local, por relação com os pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL).

Gráfico 38: Evolução dos Pagamentos em Atraso



Quadro 9: Redução do stock de pagamentos em atraso (+ 90 dias) – OE 2017

Redução Pagamentos Atraso	2017	Cumprimento	Enunciado da regra	Fonte
stock (SIIAL) dez-2017 / set-2016	O Município não registava pagamentos em atraso com mais de 90 dias em Set-2016, nem em Dez-2017	Sim	Até ao final do ano de 2017, os municípios reduzem, no mínimo, 10% dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados, em setembro de 2016, no SIIAL.	Artigo 74º nº 1 LOE 2017

Considerando que o Município não apresentava pagamentos em atraso com mais de 90 dias em setembro de 2016 ou em dezembro de 2017, foram cumpridos os objetivos emanados do Orçamento de Estado de 2017.

1.5 EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

Quadro 10: Regras orçamentais de equilíbrio

Equilíbrios Orçamentais	2014	2015	2016	2017	Cumprimento	Enunciado da regra	Fonte
$\frac{Receita\ Total}{Despesa\ Total}$	101,7%	120,7%	114,1%	106,9%	sim	O orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas	POCAL e RFALEI
$\frac{Receita\ Corrente}{Despesa\ Corrente}$	111,0%	127,9%	130,4%	156,8%	sim	As receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes	POCAL
$\frac{Receita\ Corrente\ Bruta}{(Despesa\ Corrente + Amortiz\ médias\ Emprést\ MLP)}$	104,7%	118,6%	121,9%	147,4%	sim	A receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo	RFALEI

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais estabelece regras de equilíbrio orçamental, designadamente a do equilíbrio formal ou global (os orçamentos não podem ser deficitários) e a do equilíbrio substancial (as receitas correntes devem cobrir as despesas correntes) que visa a geração de saldos correntes positivos, que financiem, desde logo, a despesa de capital.

A Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, fortaleceu a regra do equilíbrio orçamental determinando, no seu artigo 40º, que as receitas correntes devem dar cobertura às despesas correntes adicionadas das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo (MLP), estabelecendo uma banda de incumprimento até 5% das receitas correntes totais, a ser compensada no ano seguinte.

Foi dado cumprimento a este conjunto de normas em 2017, com melhoria do conjunto dos respetivos indicadores no quadriénio em análise, em base comparável 2017 *versus* 2014, e melhoria dos saldos correntes 2017 *versus* 2016 (o valor das amortizações médias dos empréstimos de MLP, calculado nos termos do nº4 do artigo 40º da citada Lei, foi próximo dos 39,1 milhões de euros, correspondendo a um decréscimo de 8,9% face a 2016, com um contributo positivo para o desempenho deste indicador).

1.6 OUTROS INDICADORES

O artigo 49º da Lei nº 42/2016, de 28 de Dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado (LOE) para 2017, estabeleceu normas para o controlo dos encargos com contratos de aquisição de serviços, fixando, nomeadamente, que em 2017 os encargos globais com os contratos de aquisição de serviços, com exceção dos cofinanciados, não podiam ultrapassar os encargos globais pagos em 2016.

Com o objetivo de dar cumprimento ao estabelecido foram implementados procedimentos de monitorização dos encargos com a aquisição de serviços, com rotinas de informação mensal e com regras gerais exaradas no Despacho nº 9/P/2017, publicado no Boletim Municipal nº 1201, de 23 de fevereiro de 2017.

O Município deu cumprimento à regra geral estabelecida no nº 1 do artigo 49º da LOE/2017, traduzível em $Aquisição\ Serviços_{2016} - Aquisição\ Serviços_{2017} > 0$, com um valor das rubricas sob monitorização da ordem de 117,2 milhões em 2016 para os cerca de 117,0 milhões de euros /2017, i.e., com uma diferença próxima de 212,3 mil euros.

2. ASPETOS PATRIMONIAIS

2.1 NOTA DE INTRODUÇÃO

As informações apresentadas neste capítulo referem-se à contabilidade patrimonial, plano que tem por objetivo basilar o registo das operações que alteram a composição, quantitativa ou qualitativa, do património do Município, definido como o conjunto de todos os seus bens, direitos e obrigações, bem como dos custos e proveitos gerados pela atividade realizada com apuramento dos resultados obtidos em cada exercício económico.

A preparação de mapas financeiros como o Balanço e Demonstração de Resultados facilita a obtenção de informação da posição económico-financeira do Município, sua execução e evolução, apoiando o diagnóstico e a tomada de decisões.

Em conformidade com o reporte de contas de 2016, privilegiaram-se as informações dos registos organizados na Contabilidade Patrimonial, para a obtenção de informação essencial à análise económica, centrada nos proveitos e custos, e de estrutura financeira.

A opção pela utilização de informação criada a partir da Contabilidade Patrimonial para a análise da situação económica e financeira do Município, não inibe a apresentação decorrente da Contabilidade Orçamental em capítulo próprio do presente relatório. Relevam-se, no entanto, as divergências, regra geral, existentes entre os valores referentes a Proveitos e Custos (Contabilidade Patrimonial) e de Receitas e Despesas (Contabilidade Orçamental) pela natureza distinta dos conceitos implicados em cada uma.

2.2 SITUAÇÃO ECONÓMICA

2.2.1 RESULTADOS OPERACIONAIS: PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS

Os Resultados Operacionais ascenderam a cerca de 113,7 milhões de euros, corolário da dinâmica dos custos e proveitos integrantes desta natureza, com um acréscimo, face a 2016, da ordem de 44,0 milhões e de 78,1 milhões de euros, respetivamente.

Quadro 11: Resultados Operacionais

Unid: Milhares Euros

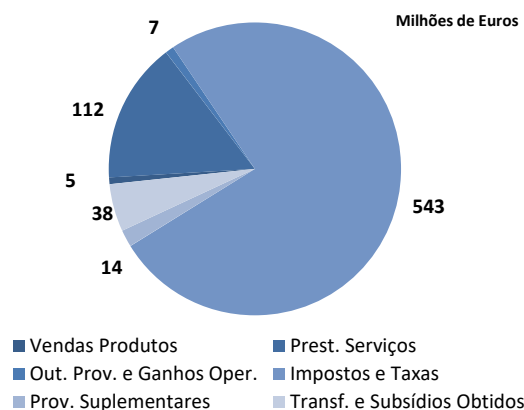
Resultados Operacionais	2014	2015	2016	2017	Crescimento 2017/2016	
					Valor	%
Custo merc. vend. e mat. consum.	4.403	4.250	5.980	5.669	-311	-5,2%
Fornecimentos e serviços externos	109.467	113.842	126.683	130.514	3.830	3,0%
Remunerações	153.736	155.777	156.048	168.359	12.310	7,9%
Encargos sociais	49.059	48.840	48.878	50.425	1.547	3,2%
Transf.,subs. corr. conc., prest. soc.	77.267	96.166	95.356	104.008	8.652	9,1%
Amortizações do exercício	30.507	29.127	45.583	60.827	15.245	33,4%
Provisões do exercício	67.485	12.884	79.691	81.631	1.941	2,4%
Outros custos e perdas operacionais	1.773	1.718	2.104	2.897	793	37,7%
Total dos Custos	493.696	462.603	560.324	604.331	44.007	7,9%
Vendas de produtos	4.599	4.717	5.157	5.311	154	3,0%
Prestações de serviços	53.097	92.275	103.850	111.590	7.740	7,5%
Impostos e taxas	354.398	408.947	463.577	543.122	79.546	17,2%
Proveitos suplementares	14.374	13.092	13.162	13.608	446	3,4%
Transferências e subsídios obtidos	33.529	37.361	38.371	37.690	-681	-1,8%
Outros proveitos operacionais	1.790	3.434	15.828	6.733	-9.095	-57,5%
Total dos Proveitos	461.787	559.826	639.945	718.055	78.110	12,2%
Resultados Operacionais	-31.909	97.223	79.621	113.725	34.103	42,8%

PROVEITOS OPERACIONAIS

Os Proveitos Operacionais, gerados pela atividade corrente do Município, somaram cerca de 718,1 milhões de euros, com um incremento próximo dos 78,1 milhões de euros face ao exercício de 2016, impulsionado, sobretudo, pela dinâmica dos Impostos e Taxas que são a parcela mais significativa deste conjunto, com um total da ordem dos 543,1 milhões de euros, num contributo de 75,6% para o agregado em análise, e uma variação $\approx +79,5$ milhões de euros.

Gráfico 39: Proveitos Operacionais – Estrutura

O acréscimo suprarreferido no segmento dos Impostos e Taxas face ao período homólogo reverteu, no essencial, do crescimento das receitas relativas ao Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis (IMT), com uma variação de $\approx +47,9$ milhões, à Derrama, com um acréscimo de $\approx 15,0$ milhões, ao imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), com mais $\approx 6,3$ milhões e à Taxa Municipal Turística (TMT) com



uma variação da ordem dos +6,1 milhões de euros.

O crescimento da cobrança de IMT assenta em fatores como:

- A forte atratividade e crescimento do mercado imobiliário em 2017, que superou o anterior recorde de 2007, prevendo-se a continuação da sua expansão, sustentada paralelamente pelos segmentos de habitação, escritórios, retalho e hotelaria;
- A crescente disponibilização da Banca à concessão de crédito que, a par com as condições favoráveis do mercado (indexantes e *spreads*) foram um forte impulsionador tanto da procura do mercado habitacional - residencial ou turístico, como do de produtos alternativos – residências de estudantes e unidades de saúde;
- A rentabilidade dos ativos imobiliários face à média europeia e às reduzidas taxas de juro, a par com os incentivos fiscais concedidos a estrangeiros e o crescimento do turismo;
- O crescimento da reabilitação urbana, essencialmente no centro histórico, por relação com o aumento do turismo, que veio promover o alojamento local.

O acréscimo na Derrama, num plano de continuidade da política municipal em matéria de benefícios fiscais, funda-se na evolução positiva da atividade económica da Cidade, a par com o impacto de medidas orientadas para contrariar a evasão fiscal, nomeadamente o E-fatura, o controlo de inventários e as regras de reembolsos.

O incremento no IMI traduz a recuperação do mercado imobiliário, que desde 2013 revela um crescimento contínuo, mitigado pelo incentivo às famílias, introduzido entretantes, de reconhecimento automático pela Autoridade Tributária e Aduaneira (ATA).

O aumento da receita da Taxa Municipal Turística (TMT) funda-se na trajetória de crescimento da atividade turística, nomeadamente no número de dormidas e taxa de ocupação, alavancada pelo crescimento das atividades culturais e de lazer, em simultâneo com a “Imagem segura e positiva transmitida pela cidade” de Lisboa.

A Taxa Municipal de Proteção Civil (TMPC) variou com sinal contrário num decréscimo de cerca de 4,2 milhões de euros na cobrança. A declaração da inconstitucionalidade da TMPC pelo Tribunal Constitucional, em dezembro de 2017, teve como corolário a criação de uma provisão para riscos e encargos quantificada em cerca de 58,8 milhões de euros (devolução dos valores cobrados desde a introdução da taxa e de outros encargos, já conhecidos à data, relacionados com processos em execução fiscal).

Quadro 12: Proveitos operacionais – Prestação de serviços

Unid: Milhares Euros

Prestação de serviços	2016	2017	Crescimento 2017/2016	
			Valor	%
EPAL - Tarifa de saneamento	50.446	54.827	4.380	8,7%
Tarifa de Resíduos Urbanos	27.482	28.261	779	2,8%
EMEL - Fees	6.687	8.042	1.355	20,3%
Serviços Específicos das Autarquias	1.896	2.576	680	35,9%
Rendas e alugueres	9.903	9.784	-119	-1,2%
Mercados e Feiras	2.339	2.179	-160	-6,8%
Cemitérios	2.104	2.067	-37	-1,8%
Tarifa de Recursos Hídricos	469	656	187	39,9%
Piscinas	233	223	-10	-4,3%
Aluguer espaços	69	66	-3	-5,0%
Outros	2.222	2.909	687	30,9%
Total	103.850	111.590	7.740	7,5%

As Prestações de Serviços, com proveitos gerados na ordem dos 111,6 milhões de euros, +7,5% / +≈7,7 milhões de euros face a 2016, foram reflexo da evolução positiva da generalidade das suas componentes com maior relevo para a tarifa de saneamento e de resíduos urbanos e para a cobrança de *fees* da EMEL; o comportamento da tarifa de saneamento radica, no essencial, da aplicação do regime transitório estabelecido no Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa (RGTPORML), para a tarifa aplicável aos utilizadores não-domésticos com um consumo superior a 50 m³/30 dias (aplicação de 75% e de 50% da tarifa unitária em 2017 e 2016, respetivamente) que se conjugou, com efeito em ambas as tarifas, com um aumento dos consumos.

Ainda com impacto nos proveitos operacionais, há a mencionar as Transferências e Subsídios Obtidos, que somaram cerca de 37,7 milhões de euros, com uma redução próxima dos 0,7 milhões de euros relativamente a 2016, assente na redução da generalidade das transferências correntes, com exceção da *Participação Variável no IRS* (≈+0,9 milhões de euros), em consonância com as verbas inscritas nos Orçamentos de Estado de 2016 e 2017; no quadro das transferências provenientes da Administração Central, no valor de cerca de 4,8 milhões de euros, verificou-se um decréscimo nas respeitantes ao ensino pré-escolar e ensino básico (≈0,7 milhões de euros).

Os Proveitos Suplementares referem-se, no fundamental, às rendas trimestrais (3,2 milhões de euros/trimestre) no quadro da concessão à EDP da atividade de distribuição de eletricidade em baixa tensão (BT).

CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos operacionais agregam o Custo das Mercadorias Vendidas e Consumidas (CMVC), os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), os Custos com Pessoal, as Transferências, Subsídios concedidos, as prestações sociais e Outros custos, a que acrescem as Amortizações e as Provisões do Exercício.

Este agregado somou cerca de 604,3 milhões de euros, com um crescimento da ordem dos

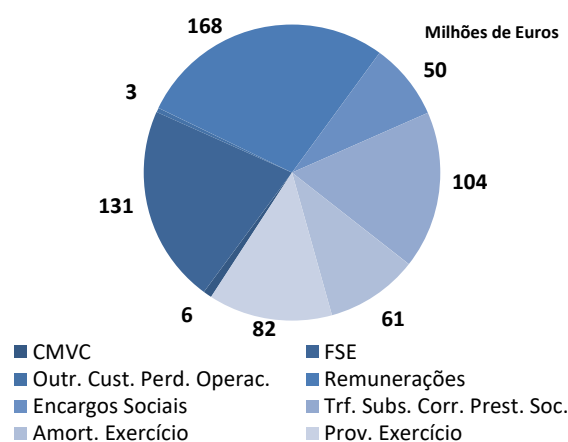
7,9% / 44,0 milhões de euros, prevalecendo na respetiva estrutura os custos relativos a Pessoal e aos FSE, com valores da ordem dos 218,8 milhões de euros e dos 130,5 milhões de euros, respetivamente.

A evolução dos custos operacionais foi impulsionada, sobretudo, pelo aumento dos custos com pessoal, das amortizações do exercício e das transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais, que, em termos agregados, representam mais de 85,8% do crescimento verificado (respetivamente, 31,5%, 34,6% e 19,7%)

O acréscimo dos custos de pessoal reflete, sobretudo, o aumento ocorrido no efetivo municipal, derivado, desde logo, na entrada de novas Polícias Municipais e na conclusão dos concursos externos de ingresso para Assistentes Operacionais.

O incremento das transferências e subsídios correntes concedidos e das prestações sociais funda-se, maioritariamente, no apoio concedido à atividade da EGEAC - com um acréscimo próximo dos 6,5 milhões de euros, associado à transferência para esta empresa da gestão de diversos equipamentos culturais da cidade a par com o incremento da atividade de dinamização cultural - e das Juntas de Freguesia, com uma variação da ordem dos +1,7 milhões de euros associada ao aumento das verbas inscritas no Orçamento de Estado relativas à reorganização administrativa da cidade de Lisboa.

Gráfico 40: Custos Operacionais – Estrutura



Quadro 13: Custos operacionais – Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)

Unid: Milhares Euros

Fornecimentos e Serviços Externo	2016	2017	Crescimento 2017/2016	
			Valor	%
Recolha e tratamento resíduos	32.768	33.110	342	1,0%
Eletricidade e Iluminação Pública	13.495	13.206	-289	-2,1%
Trabalhos especializados	12.358	14.834	2.476	20,0%
Conservação e reparação	14.597	14.143	-455	-3,1%
Encargos cobrança	9.979	11.396	1.416	14,2%
Honorários	11.004	9.421	-1.583	-14,4%
Vigilância e Segurança	3.471	5.106	1.634	47,1%
Rendas e alugures	3.784	5.046	1.262	33,3%
Água	5.413	4.532	-882	-16,3%
Limpeza, higiene e conforto	4.207	4.197	-10	-0,2%
Custos sociais e educativos	3.973	4.057	84	2,1%
Comunicação	1.679	2.484	806	48,0%
Combustíveis	1.640	1.535	-106	-6,4%
Seguros	564	702	138	24,4%
Transportes de pessoal	621	668	47	7,5%
Publicidade e propaganda	466	622	155	33,3%
Deslocações e estadas	520	587	67	13,0%
Transportes Escolares	564	431	-133	-23,6%
Despesas Representação	242	428	186	76,9%
Contencioso e Notariado	419	332	-87	-20,7%
Artigos para oferta	304	262	-42	-13,8%
Ferr. e utensílios desgaste rápido	254	140	-114	-44,9%
Mat. escritório	137	70	-67	-48,8%
Outros	4.223	3.207	-1.016	-24,1%
Total	126.683	130.514	3.831	3,0%

A variação ocorrida no conjunto dos FSE, saldada em cerca de 3,8 milhões de euros, reflete, sobretudo, os acréscimos verificados nos Trabalhos especializados, na Vigilância e segurança, nos Encargos de cobrança e nas Rendas e alugures que foram mitigados pela quebra ocorrida noutras naturezas, de que são exemplo os honorários, a água, a conservação e reparação bem como o consumo de eletricidade.

Na rubrica de Trabalhos especializados houve um acréscimo, no fundamental, nos trabalhos especializados de arquitetura e engenharia (+1,3 milhões de euros), de que sobressaem os relativos ao levantamento geográfico e cadastral da rede pública de saneamento e à assessoria técnica e trabalhos relativos ao estudo de implementação do Plano Geral de Drenagem de Lisboa (PGDL), com ≈+0,6 milhões de euros distribuídos equitativamente por ambas as rubricas.

Os custos de Vigilância e segurança cresceram cerca de 47,1% /1,6 milhões de euros, por relação com a atualização de preços nos novos contratos realizados e a substituição, em alguns locais, da vigilância eletrónica por vigilância humana, como foi o caso da Biblioteca de Belém, Biblioteca Camões, Arquivo Municipal do Alto da Eira e Escola das Gaivotas.

Os Encargos de cobrança registaram um acréscimo próximo dos 1,4 milhões de euros, em consonância, no essencial, com o aumento verificado na receita fiscal, desde logo no IMT e IMI.

Quadro 14: Custos operacionais – Custos com Pessoal

Custos Com Pessoal	2016	2017	Unid: Milhares Euros	
			Crescimento 2017/2016	
			Valor	%
Remunerações	122.956	129.732	6.776	5,5%
Segurança social FP - CGA	33.005	33.965	960	2,9%
Trabalho extraordinário	9.245	10.137	892	9,6%
Subsídio de Refeição	7.465	8.775	1.310	17,6%
Grafiticações	4.973	7.239	2.267	45,6%
Segurança social-RG	5.627	6.913	1.286	22,9%
Trab regime turnos	5.291	5.884	593	11,2%
Pensões	5.722	5.230	-492	-8,6%
Remunerações suplementares	4.248	4.603	355	8,4%
Despesas de saúde	3.016	3.340	324	10,7%
Fardamento/Vestuario	1.375	959	-416	-30,3%
Prestações sociais	906	863	-43	-4,8%
Despesas de Representação	631	647	16	2,5%
Formação	286	256	-29	-10,3%
Segurança social-Avençados	184	242	58	31,7%
Total	204.927	218.784	13.857	6,8%

Os Custos com Pessoal registaram um acréscimo da ordem dos 13,9 milhões de euros, fundado, no essencial, e como já referido, no alargamento do efetivo municipal por via da admissão de efetivos na Polícia Municipal e da conclusão de três concursos externos de ingresso em áreas operacionais (cantoneiros, coveiros e tratador-apanhador de animais).

Quadro 15: Custos operacionais – Provisões do Exercício

Provisões do Exercício	2016	2017	Unid: Milhares Euros	
			Crescimento 2017/2016	
			Valor	%
Processos Judiciais	74.579	18.358	-56.221	-75,4%
Clientes Cobrança duvidosa	5.111	3.591	-1.520	-29,7%
Outros Riscos e Encargos	-	59.682	59.682	-
Total	79.691	81.631	1.941	2,4%

As Provisões do Exercício constituídas para processos judiciais em curso (≈18,4 milhões de euros), para clientes de cobrança duvidosa (≈3,6 milhões de euros) e para outros riscos e encargos (≈59,7 milhões de euros) excedem em cerca de 1,9 milhões de euros as Provisões criadas no Exercício de 2016, em resultado da constituição de provisões para Outros riscos e encargos (reembolso da TMPC, ≈58,8 milhões de euros e pagamento de emolumentos, ≈0,9

milhões de euros) minoradas pelas reduções nos dois outros segmentos evidenciados no quadro supra (os processos judiciais tiveram, em 2016, um aumento da ordem dos 79,4 milhões de euros relativo a processos existentes, sem réplica em 2017, de acordo com a evolução da carteira e avaliação de risco subjacente).

2.2.2 RESULTADOS FINANCEIROS: PROV. E CUSTOS FINANCEIROS

Quadro 16: Resultados Financeiros

Resultados Financeiros	2014	2015	2016	2017	Unid: Milhares Euros	
					Crescimento 2017/2016	
					Valor	%
Juros suportados	10.770	13.252	9.345	7.325	-2.020	-21,6%
Provisões p/ aplicações financeiras	-	821	32	336	304	0,0%
Outros cust/perdas financeiros	684	262	1.066	106	-960	-90,1%
Total Custos e Perdas	11.454	14.336	10.443	7.767	-2.676	-25,6%
Juros obtidos	291	107	68	47	-21	-31,3%
Ganhos em entidades participadas	1.384	1.014	747	4.790	4.043	541,2%
Outros prov/ganhos financeiros	21	108	1	-	-1	-100,0%
Total Proveitos e Ganhos	1.696	1.230	816	4.837	4.021	492,7%
Resultados Financeiros	-9.758	-13.106	-9.627	-2.930	6.697	69,6%

Os Resultados Financeiros foram da ordem dos -2,9 milhões de euros, evidenciando uma evolução positiva, com uma variação de cerca de +6,7 milhões de euros face a 2016 originada pela retração dos custos suportados em conjugação com a melhoria dos proveitos gerados.

Gráfico 41: Proveitos Financeiros – Evolução

Os Proveitos e Ganhos Financeiros saldaram-se em cerca de 4,8 milhões de euros, com uma variação próxima dos 4,0 milhões de euros face a 2016.

Para estes proveitos contribuíram os ganhos em entidades participadas por referência à Valorsul,

com recebimentos da ordem dos 4,8 milhões de euros relativos a dividendos (cerca de 2,6 milhões de euros) e à regularização do Acordo Parassocial (cerca de 0,9 milhões de euros de restituição de capital e de 1,1 milhões de euros do fundo de coesão).

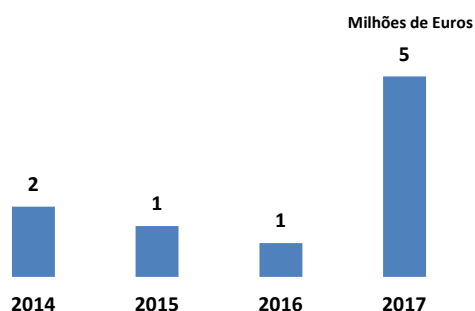
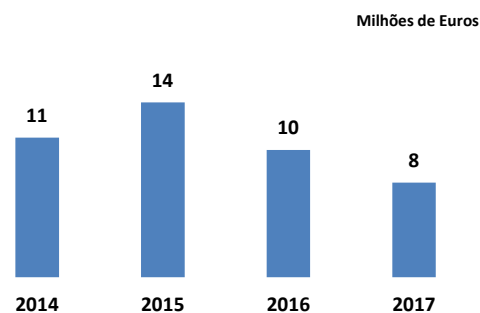


Gráfico 42: Custos Financeiros – Evolução

Os Custos e Perdas Financeiros registaram um decréscimo próximo dos 2,7 milhões de euros face ao ano anterior, num desempenho originado, no fundamental, pela redução dos encargos financeiros suportados, em resultado conjugado da evolução da dívida, com uma variação líquida negativa do respetivo *stock*, a par com a manutenção de indexantes negativos em todo o exercício e da revisão, em baixa, de condições financeiras aplicáveis à carteira de créditos municipal.



2.2.3 RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS: PROVEITOS E CUSTOS EXTRAORDINÁRIOS

Quadro 17: Resultados Extraordinários

Unid: Milhares Euros

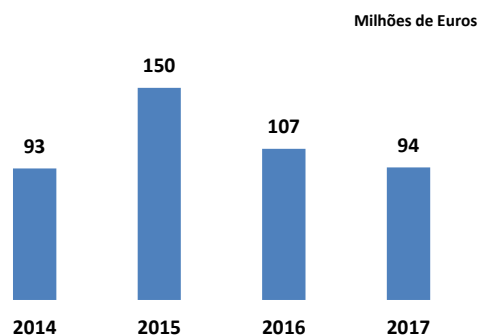
Resultados Extraordinários	2014	2015	2016	2017	Crescimento 2017/2016	
					Valor	%
Transferências capital concedidas	14.538	17.989	36.014	35.462	-553	-1,5%
Perdas em existências	1	130	68	141	73	106,6%
Perdas em imobilizações	51	4.739	2.194	470	-1.724	-78,6%
Multas e penalidades	3	5	4	3	-1	-34,3%
Amortizações extraordinárias	-	-	40.949	60.845	19.896	0,0%
Correcções relativas ex. anteriores	21.665	16.525	32.564	18.532	-14.033	-43,1%
Out. cust/perdas extraordinários	167	1.941	7.224	6.273	-951	-13,2%
Total Custos e Perdas	36.425	41.330	119.018	121.726	2.708	2,3%
Ganhos em existências	78	76	246	34	-213	-86,2%
Ganhos em imobilizações	35.304	76.926	22.437	49.829	27.392	122,1%
Benefícios penalidades contratuais	3.940	3.742	11.946	6.557	-5.389	-45,1%
Reduções amortizações e provisões	32.436	9.557	44.223	6.743	-37.480	-84,8%
Correcções relativas ex. anteriores	17.594	35.519	20.385	18.787	-1.598	-7,8%
Outros prov/ganhos extraordinários	3.834	24.489	7.846	11.911	4.066	51,8%
Total Proveitos e Ganhos	93.186	150.310	107.082	93.861	-13.222	-12,3%
Resultados Extraordinários	56.762	108.980	-11.936	-27.865	-15.929	133,5%

Os Resultados Extraordinários foram negativos em cerca de 27,9 milhões de euros, com um decréscimo ≈15,9 milhões de euros face ao período homólogo, em resultado de um acréscimo de custos combinado com uma contração dos proveitos desta natureza.

Gráfico 43: Proveitos Extraordinários - Evolução

Os Proveitos e Ganhos Extraordinários foram de cerca de 93,9 milhões de euros, apresentando uma diminuição de ≈13,2 milhões de euros face ao exercício de 2016.

Esta quebra tem origem, no fundamental, na descida significativa das Reduções de amortizações e provisões ocorrida em 2017 (justificada



essencialmente pelo impacto da anulação da provisão relativa ao Centro Comercial Colombo registada em 2016) bem como dos Benefícios e penalidades contratuais, parcialmente compensada pelo acréscimo de cerca de 27,4 milhões de euros nos Ganhos de imobilizações, com um forte contributo da escritura relativa aos terrenos da Praça de Espanha (17,0 milhões de euros).

Quadro 18: Redução de Provisões

Unid: Milhares Euros

Redução de Provisões	2016	2017	Crescimento 2017/2016	
			Valor	%
Provisões Pensões	3.454	4.171	717	20,8%
Cobranças Duvidosas	4.875	2.430	-2.445	-50,2%
Provisões investimentos financeiros	702	140	-561	-80,0%
Provisão Centro Comercial Colombo	32.214	-	-32.214	-100,0%
Provisão Liga dos Bombeiros	2.350	-	-2.350	-100,0%
Total	43.593	6.741	-36.852	-84,5%

A diminuição da Redução de provisões ocorrida em 2017 *versus* as de 2016 assenta, sobretudo, no impacto, com efeitos em 2016, da anulação da provisão para processos judiciais relativa ao Centro Comercial Colombo já referida (≈32,2 milhões de euros), que passou a figurar na dívida exigível com o encerramento da respetiva transação judicial, assim como a anulação da provisão da Liga dos Bombeiros (≈2,4 milhões de euros).

A diminuição da ordem dos 2,4 milhões de euros nas cobranças duvidosas refere-se à normal anulação deste saldo no âmbito do cálculo para o exercício atual.

De acordo com o estipulado na alínea c) do nº2 do artigo 63º do Decreto-Lei nº 498/72, de 9 de dezembro, em conjugação com o disposto no artigo 56º da Lei nº 114/88, de 30 de dezembro, o Município de Lisboa tem obrigação de proceder ao pagamento de parte das pensões de trabalhadores e ex-trabalhadores subscritores da Caixa Geral de Aposentações (CGA) na correspondência do serviço compreendido entre 1 de janeiro de 1973 e 31 de dezembro de 1988. A provisão para responsabilidades com pensões a 31 de dezembro de 2017 inclui a

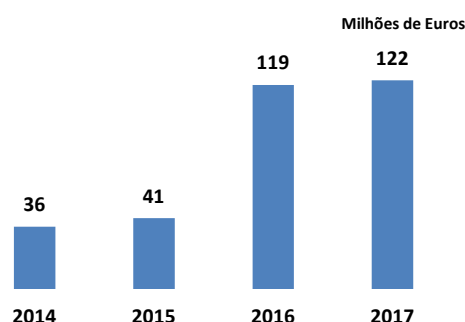
responsabilidade atual a registar no balanço, com base na melhor estimativa dos benefícios pós-emprego, a informação prestada pela CGA e os valores relativos a trabalhadores que se encontram abrangidos pela situação de incapacidade por acidentes de trabalho. Neste âmbito, foi feita a atualização das provisões para pensões de antigos funcionários com um reforço da ordem dos 0,7 milhões de euros.

Gráfico 44: Custos Extraordinários - Evolução

Os Custos e Perdas Extraordinários, com um valor da ordem dos 121,7 milhões de euros, tiveram uma variação de $\approx 2,7$ milhões de euros relativamente ao exercício de 2016.

Do total registado relevam-se:

- As Correções relativas a exercícios anteriores, saldadas em cerca de 18,5 milhões de euros, com um decréscimo $\approx 14,0$ milhões de euros face ao ano transato, radicado, no essencial, no registo feito nesta conta, em 2016, da componente relativa a indemnização por prejuízos do acordo celebrado entre o Município e o Centro Comercial Colombo ($\approx 14,5$ milhões de euros);
- As amortizações extraordinárias com um valor próximo dos 60,8 milhões de euros, numa variação de $\approx 19,9$ milhões de euros face a 2016, que respeitam ao reconhecimento, na Demonstração de Resultados do exercício, do total acumulado das amortizações ocorridas desde a data de início de utilização do bem, designadamente dos bens ora registados em imobilizado corpóreo ou em bens do domínio público, por transferência de imobilizado em curso e adiantamentos, no âmbito das regularizações de imobilizado operadas na prossecução do esforço de identificação e inventariação de bens do Município;
- As transferências de capital que foram concedidas, com um valor perto dos 35,5 milhões de euros, no cômputo das quais relevam as destinadas às Juntas de Freguesia, com um total de $\approx 16,6$ milhões de euros (numa variação da ordem dos $-7,0$ milhões de euros face ao ano anterior, associado à execução de contratos de delegação de competências). Neste segmento foram também registados cerca de 11,4 milhões de euros relativos à execução de contratos-programa celebrados com a Gebalis e com a Lisboa Ocidental, SRU ($\approx 7,3$ milhões de euros e $\approx 4,1$ milhões de euros, respetivamente) e cerca de 5,1 milhões de euros respeitantes à execução do Fundo de Desenvolvimento Turístico de Lisboa transferidos para a Associação de Turismo de Lisboa (ATL) ao abrigo da proposta nº 608/2016, de 27 de outubro (com um acréscimo de $\approx 1,7$ milhões de euros face a 2016).



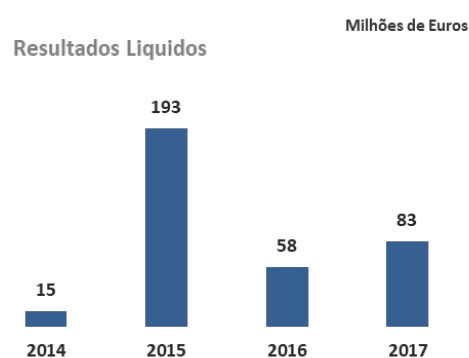
2.2.4 RESULTADOS LÍQUIDOS

Quadro 19: Síntese da Demonstração de Resultados

Resultados	2014	2015	2016	2017	Unid: Milhares Euros	
					Crescimento 2017/2016	
					Valor	%
Resultados Operacionais	-31.909	97.223	79.621	113.725	34.103	42,8%
Resultados Financeiros	-9.758	-13.106	-9.627	-2.930	6.697	-69,6%
Resultados Extraordinários	56.762	108.980	-11.936	-27.865	-15.929	133,5%
Resultado Líquido	15.095	193.097	58.059	82.930	24.871	42,8%

A conjugação dos proveitos gerados com os custos, em resultado da atividade operacional, do exercício da função financeira e de factos pontuais, reconhecidos quando obtidos ou incorridos independentemente do seu recebimento ou pagamento, originou um Resultado Líquido positivo próximo dos 82,9 milhões de euros, numa variação da ordem dos 24,9 milhões de euros alimentada pelos resultados operacionais e financeiros que mais do que compensaram a quebra nos extraordinários.

Gráfico 45: Resultados Líquidos - Evolução



2.3 SITUAÇÃO PATRIMONIAL

No âmbito do Balanço é de referir, como tendo especial impacto na situação patrimonial, a prossecução da identificação e inventariação de bens imobilizados do Município, nomeadamente dos mais antigos, do que resultou um decréscimo das imobilizações em curso e adiantamentos, incluindo as de domínio público (≈172,1 milhões de euros), fruto de um conjunto de regularizações, repartidas por transferências para imobilizado corpóreo (≈155,1 milhões de euros) e de abates (≈92,3 milhões de euros), que mais do que compensaram as adições ocorridas no exercício (≈75,3 milhões euros).

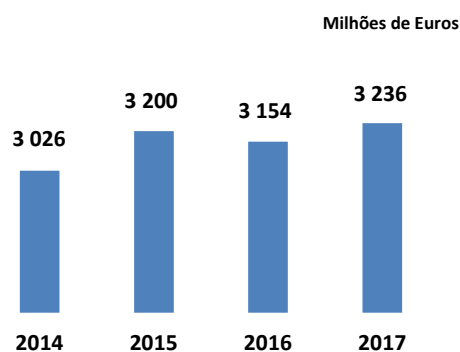
Estas regularizações têm também forte impacto nos resultados do exercício, ao nível dos custos extraordinários, por via, desde logo, das amortizações, anuais ou extraordinárias, dado que se processou este registo levando à Demonstração de Resultados o valor acumulado das amortizações, entretanto ocorridas, dos bens ora registados em imobilizado corpóreo ou em bens do domínio público, por transferência de imobilizado em curso e adiantamentos.

Nas contas 2017, por relação com a contabilização do designado Contrato Inominado, celebrado entre o Município de Lisboa e a Sociedade Gestora da Alta de Lisboa, S.A., foi feita uma diferenciação do valor de contrapartidas em numerário a receber na dívida de terceiros e os bens entregues e recebidos, relativos à conta corrente em espécie entre as duas entidades, passaram a registar-se numa mesma conta, pelos respetivos saldos devedores e credores, permitindo melhor retratar a posição contratual, credora ou devedora, a cada momento.

2.3.1 ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DOS ATIVOS

O Ativo Líquido do Município de Lisboa, a 31 de dezembro de 2017, saldou-se em cerca de 3.236,5 milhões de euros (incluídos os Acréscimos e Diferimentos, no total de ≈175,3 milhões de euros), com um acréscimo de ≈82,5 milhões de euros/2,6% face ao exercício de 2016.

Gráfico 46: Evolução do Ativo Líquido



Nos pontos seguintes realiza-se uma síntese da estrutura dos ativos municipais e da sua evolução face ao exercício económico de 2016.

IMOBILIZADO

As contas de Imobilizado, com um valor líquido da ordem dos 2.729,2 milhões de euros, são as mais relevantes do Ativo Líquido (84,3% do total), apresentando um aumento próximo dos 50,5 milhões de euros face ao fecho de 2016.

Quadro 20: Imobilizado

Imobilizado	2014	2015	2016	2017	Unid: Milhares de Euros	
					Crescimento 2017/2016	
					Valor	%
Bens de Domínio Público	149.259	283.641	389.818	452.786	62.968	16,2%
Imobilizações em Curso e Adiant.	1.128.731	1.078.934	795.164	623.054	-172.110	-21,6%
Imobilizações Incorpóreas	2.948	3.729	3.645	5.744	2.098	57,6%
Imobilizações Corpóreas	1.324.544	1.331.614	1.430.791	1.500.027	69.236	4,8%
Investimentos Financeiros	53.586	54.970	59.257	147.584	88.328	149,1%
Total	2.659.069	2.752.889	2.678.675	2.729.195	50.520	1,9%

Esta rubrica do Balanço agrega os Bens de Domínio Público, Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas e Investimentos Financeiros, sendo de demarcar:

- Os Bens de Domínio Público, abatidos das respetivas Imobilizações em Curso e Adiantamentos, cresceram 16,2%/≈63,0 milhões de euros, para o que contribuiu, largamente, o registo de bens provenientes da Sociedade Parque Expo, a título não oneroso (≈76,5 milhões de euros) e a regularização de várias empreitadas com alguma antiguidade, que se encontravam registadas em imobilizado em curso (≈70,8 milhões de euros), com contrapartida em amortizações de 85,9 milhões de euros;
- O conjunto das Imobilizações em Curso e Adiantamentos diminuíram, em termos líquidos, cerca de 21,6%/172,1 milhões de euros, em resultado, conforme respetivo detalhe, da redução da ordem dos 155,1 milhões por via da transferência para imobilizado definitivo, de abates/regularizações operadas da ordem dos 92,3 milhões em conjugação com adições próximas dos 75,3 milhões de euros. No total das adições, há a destacar os Edifícios e Infraestruturas, com cerca de 10,7 milhões de euros, os Viadutos e Obras na Via Pública, com perto de 32,3 milhões e a rede de saneamento com um valor da ordem dos 10,8 milhões de euros. No plano dos abates/regularizações foram sendo tratadas várias situações por relação com a existência de inúmeros documentos que, em tempo oportuno, deveriam ter sido reconhecidos em custos, por se referirem, nomeadamente, a intervenções de manutenção e conservação ou a demolições sem nexos de causalidade à qualificação dos respetivos terrenos e já com antiguidade considerável; no plano do esforço que importa prosseguir em matéria do imobilizado municipal foi também submetida a Proposta nº 107/2018, de 6 de

março, para reconhecimento de abates a promover no imobilizado em curso, num total próximo dos 56,9 milhões de euros, associado, desde logo, a obras realizadas com antiguidade considerável em que não foi possível reunir os dados necessários à sua cabal inventariação e cadastro;

- Os Investimentos Financeiros, em termos líquidos, cresceram ≈88,3 milhões de euros, corolário de um aumento de 18,0 milhões de euros no capital da EMEL, por contrapartida do decréscimo da conta de devedores (aumento de capital mediante entrada em espécie), e ao registo do investimento financeiro relativo à passagem da Carris a empresa municipal, de 60,0 milhões de euros - capital próprio da empresa à data em que o Município de Lisboa assumiu a sua gestão, ou seja, 1 de fevereiro de 2017. Procedeu-se ainda à redenominação de 7,8 milhões de euros referentes a ações da Empresa Águas do Tejo Atlântico, S.A., resultado da cisão da sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo S.A., por contrapartida da conta 55.3 – Ajustamentos de partes de capital.

DÍVIDAS DE TERCEIROS

Quadro 21: Dívidas de Terceiros (ativo líquido)

Dívidas de Terceiros	2014	2015	2016	2017	Unid: Milhares de Euros	
					Crescimento 2017/2016	
					Valor	%
Outros Devedores	-	-	-	34.772	34.772	-
Dívidas de terceiros - MLP	-	-	-	34.772	34.772	-
Cientes, c/c	15.268	31.691	45.236	21.635	-23.600	-52,2%
Contribuintes, c/c	12.945	14.633	19.433	10.407	-9.027	-46,4%
Contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	852	644	1.254	803	-451	-35,9%
Utentes, c/c	1.113	1.451	6.563	1.113	-5.450	-83,0%
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	207	425	415	1.712	1.297	312,6%
Administração Autárquica	-	2.749	2.161	1.588	-573	-26,5%
Outros Devedores	143.583	114.271	115.833	34.642	-81.192	-70,1%
Dívidas de terceiros - CP	173.969	165.864	190.897	71.900	-118.996	-62,3%
Total	173.969	165.864	190.897	106.672	-84.224	-44,1%

A Dívida de Terceiros, registada a médio e longo prazo (MLP) e curto prazo (CP), respeita ao conjunto de direitos do Município face ao exterior, totalizando, a 31 de dezembro de 2017, cerca de 106,7 milhões de euros (3,3% do Ativo Líquido) refletindo uma variação de ≈84,2 milhões de euros por contraponto com 2016.

DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Nas contas 2017 fez-se a reclassificação do valor de contrapartidas em numerário a receber pela transmissão de lotes municipais no âmbito da execução do Contrato Inominado celebrado com a Sociedade Gestora da Alta de Lisboa, S.A., considerando que do montante total a haver, da ordem de 39,2 milhões de euros, há cerca de 34,8 milhões de euros a considerar em médio prazo, dado não constituírem dívida a vencer no prazo de um ano (as respetivas datas de vencimento dependem do licenciamento da construção/entrada em comercialização), melhorando a visão do ativo por ordem de disponibilidade.

DÍVIDAS DE CURTO PRAZO

A variação das dívidas de Terceiros de CP, com uma retração da ordem dos 119 milhões de euros resulta, basicamente, da diminuição combinada dos saldos das contas de Clientes c/c (≈23,6 milhões de euros), Contribuintes c/c (≈9,0 milhões de euros), Utentes c/c (≈5,5 milhões de euros) e Outros devedores (≈81,2 milhões de euros).

As contas de Clientes c/c, Contribuintes c/c e Taxas, Utentes c/c e Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa, registam um saldo bruto total da ordem dos 109,3 milhões de euros, que se decompõe em: Taxa de Realização de Infraestruturas Urbanísticas – TRIU (≈19,4 milhões de euros); Rendas de Concessões de Terrenos e Espaços (≈15,2 milhões de euros); Parques de Estacionamento (≈14,2 milhões de euros referentes às compensações a pagar pela EMEL relativas aos anos de 2016 (parcial) e 2017); Taxa de Conservação de Esgotos (≈11,8 milhões de euros); Publicidade (≈9,3 milhões de euros); Ocupação da Via Pública (≈5,6 milhões de euros); Taxa Municipal de Proteção Civil (≈4,1 milhões de euros); Compensações Urbanísticas (≈1,9 milhões de euros); Mercados e Feiras (≈2,0 milhões de euros); Tarifa de Saneamento e Adicional (≈1,3 milhões de euros); Tarifa de Resíduos Urbanos (≈0,7 milhões de euros) a que acresce a rubrica residual Outros (≈23,8 milhões de euros).

A conta Administração Autárquica saldou-se nos cerca de 1,6 milhões de euros relativos a transferências efetuadas para a Gebalis, ao abrigo de contratos programa em execução no âmbito das condições estabelecidas nos respetivos contratos.

A conta de Outros devedores com um saldo da ordem de 34,6 milhões de euros, apresenta uma redução perto dos 81,2 milhões de euros, face a 2016, que se explica, em boa parte, pela alteração da contabilização da conta corrente em espécie relativa à execução do Contrato Inominado, em que, melhor retratando a posição contratual a cada momento, se passou a considerar o saldo credor ou devedor, no ativo ou no passivo, ao invés do registo, em singelo, do valor dos lotes transmitidos no ativo e das obras executadas por conta daqueles, no passivo, o que resultou numa diminuição desta conta próxima dos 44,8 milhões de euros.

As contas acima referidas, com um valor de ativo bruto de cerca de 147,3 milhões de euros, apresentam um ativo líquido perto dos 71,9 milhões de euros com o registo de \approx 75,4 milhões de euros em Provisões de Cobrança Duvidosa.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Os Acréscimos de Proveitos e os Custos Diferidos, no total de \approx 175,3 milhões de euros, registaram um acréscimo próximo dos 4,1 milhões de euros.

- Os Acréscimos de Proveitos, respeitantes aos valores reconhecidos como proveitos de 2017 e sem cobrança nesse ano, somaram cerca de 165,3 milhões de euros. Esta conta agrupa valores relativos à especialização do exercício do IMI, a receber em 2018, com base no orçamento do ano (\approx 116,0 milhões de euros), dos impostos a receber em janeiro (\approx 39,6 milhões de euros), das Tarifas de Saneamento e Resíduos Urbanos relativas a dezembro (\approx 7,1 milhões de euros), da Taxa Municipal Turística (\approx 2,0 milhões de euros) e a proveitos referentes aos resultados variáveis dos equipamentos, Ala Nascente e Zona Norte, Zona Ribeirinha e Arco da Rua Augusta, cedidos pelo Município à Associação de Turismo de Lisboa (\approx 0,6 milhões de euros);
- Os Custos Diferidos, referentes a custos suportados relativos a períodos seguintes, saldaram-se em cerca de 10,0 milhões de euros e agregam, no fundamental, o diferimento do pagamento relativo à cedência de imóvel, por um período de 50 anos, pela Manutenção Militar ao Município de Lisboa (7,0 milhões de euros), a antecipação de rendas (\approx 0,3 milhões de euros), os seguros e a faturação das obras coercivas (\approx 1,8 milhões de euros).

OUTRAS CONTAS DO ATIVO

As Existências saldaram-se em cerca de 3,4 milhões de euros no final do exercício, com um decréscimo próximo dos 0,4 milhões de euros.

A conta de Disponibilidades, com um saldo da ordem dos 221,9 milhões de euros, representa cerca de 6,9% do Ativo Líquido. O valor inclui \approx 13,6 milhões de euros referentes a operações de tesouraria, a entregar a terceiros em períodos subsequentes.

2.3.2 ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DOS PASSIVOS

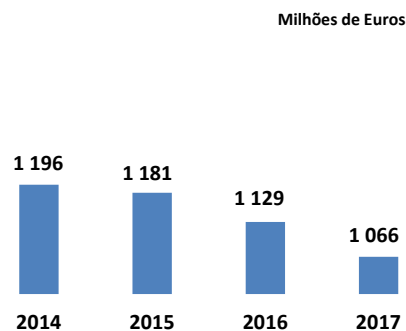
Quadro 22: Passivo municipal

Passivo	2014	2015	2016	2017	Unid: Milhares de Euros	
					Crescimento 2017/2016	
					Valor	%
Provisões para Riscos e Encargos	225.556	211.715	246.871	317.388	70.517	28,6%
Dívidas a Terceiros - MLP	485.672	514.825	469.912	364.947	-104.965	-22,3%
Dívidas a Terceiros - CP	237.733	208.501	166.243	132.300	-33.943	-20,4%
Acréscimos e Diferimentos	246.606	246.255	245.736	251.714	5.978	2,4%
Total	1.195.567	1.181.296	1.128.762	1.066.348	-62.413	-5,5%
Total Dívidas a Terceiros	723.405	723.326	636.155	497.247	-138.908	-21,8%
Dívidas a Terceiros/Passivo	60,5%	61,2%	56,4%	46,6%	-9,7%	-17,3%

O Passivo saldou-se em cerca de 1.066,3 milhões de euros, incluindo Acréscimos e Diferimentos de ≈251,7 milhões e Provisões de ≈317,4 milhões de euros, com uma retração próxima dos 5,5%/62,4 milhões de euros, face ao exercício de 2016, alimentada por todos os agregados exceto pelos relativos às provisões e aos acréscimos e diferimentos, com um acréscimo, respetivamente, da ordem dos 70,5 milhões e dos 6 milhões de euros.

Gráfico 47: Evolução do Passivo

A redução do passivo tem sido consistente no quadriénio em análise, como bem demonstra o gráfico patenteado, assentando, em 2017, na retração da dívida exigível, com o contributo fundamental da redução da Dívida a Terceiros de MLP, superior a 100 milhões de euros.



As Provisões para Riscos e Encargos, saldadas a 31 de dezembro de 2017 em cerca de 317,4 milhões de euros, registaram um reforço da ordem dos 70,5 milhões de euros face a 2016, com os seguintes contributos fundamentais:

- Processos judiciais em curso, que somam cerca de 233,9 milhões de euros, com um acréscimo próximo dos 18,3 milhões de euros face a 2016 firmado na avaliação ao risco dos processos em contenciosa feita pelo Departamento Jurídico;

- Constituição de uma provisão para a devolução da Taxa Municipal de proteção Civil (TMPC) na sequência do Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 848/2017, de 13 de dezembro, pelo valor de 58,8 milhões de euros (valores cobrados desde a introdução da taxa e outros encargos, já conhecidos à data, relacionados com processos em execução fiscal);
- Potenciais responsabilidades para com fornecedores, com um saldo aproximado de 8,1 milhões de euros que compara com os cerca de 8,7 milhões de euros provisionados em 2016, numa contração de ≈0,6 milhões de euros em resultado de regularizações efetuadas ao longo do ano a diversos fornecedores;
- Responsabilidades futuras com pensões, com um valor da ordem dos 14,8 milhões de euros em contraponto com os cerca de 19,0 milhões de euros provisionados em 2016, com uma redução de ≈4,2 milhões de euros decorrente da avaliação da atual carteira, conforme explicitado no ponto 2.2.3;
- Responsabilidades transitadas da EPUL no âmbito da sua integração na esfera do Município de Lisboa em resultado do encerramento da liquidação, saldadas próximo dos 0,9 milhões de euros que contrapõem aos cerca de 3,5 milhões de euros do fecho de 2016, numa retração de ≈2,4 milhões de euros; esta fundou-se na resolução, por via de transações judiciais operadas em 2017, de pendentes relativos a rescisões contratuais e de dívidas à empresa MSF Engenharia, assim como na regularização de valores respeitantes a garantias de clientes dado que as respetivas escrituras de venda foram efetuadas.

O reforço dos Acréscimos e Diferimentos decorreu, fundamentalmente, do aumento da estimativa para férias e subsídio de férias atribuível ao aumento do número de trabalhadores e ao efeito do descongelamento de carreiras com efeitos em 2018, agregando também o reconhecimento de custos do exercício não faturados e montantes a transferir de contratos-programa em execução com valores ainda não confirmados ou certificados.

DÍVIDA A TERCEIROS

Quadro 23: Dívidas a Terceiros

Unid: Milhares de Euros

Dívidas a Terceiros	2014	2015	2016	2017	Crescimento 2017/2016	
					Valor	%
Empréstimos Obtidos	291.502	297.693	267.174	232.773	-34.401	-12,9%
Administração Autárquica	10.703	16.100	16.100	16.100	-	-
Outros Credores	183.468	201.033	186.638	116.073	-70.564	-37,8%
Dívidas a terceiros - MLP	485.672	514.825	469.912	364.947	-104.965	-22,3%
Empréstimos Obtidos (vencimento _{n+1})	41.224	35.444	35.770	39.250	3.480	9,7%
Fornecedores c/c	749	53	7	46	38	511,3%
Fornecedores, fact. recepção e conferência	4.508	3.572	2.162	3.747	1.585	73,3%
Adiant. de clientes, contrib. e utentes	59.651	10.987	8.145	5.011	-3.134	-38,5%
Fornecedores de Imobilizado, c/c	594	24	-	183	183	-
Estado e Outros Entes Públicos	6.801	8.640	1.088	3.250	2.162	198,7%
Administração Autárquica	12	36	27	27	-	-
Outros Credores	124.194	149.744	119.044	80.786	-38.258	-32,1%
Dívidas a terceiros - CP	237.733	208.501	166.243	132.300	-33.943	-20,4%
Total	723.405	723.326	636.155	497.247	-138.908	-21,8%

A rubrica das Dívidas a Terceiros, referente ao conjunto das obrigações do Município face ao exterior, apresentou, a 31 de dezembro de 2017, um saldo credor da ordem dos 497,2 milhões de euros (15,4% do Ativo Líquido), com uma redução próxima dos 138,9 milhões de euros face a 2016.

Do total em dívida, cerca de 364,9 milhões respeitam a dívidas de médio e longo prazo (MLP) e cerca de 132,3 milhões de euros constituem dívidas de Curto Prazo (CP).

DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO (MLP)

No exercício em análise, a dívida de MLP teve uma retração da ordem dos 105,0 milhões de euros face a 2016, para a qual contribuíram:

- A contração do saldo dos *Empréstimos Obtidos* da ordem de 34,4 milhões de euros, assente, na variação negativa do *stock* da dívida, da ordem dos 30,8 milhões de euros, dada por reembolsos de valor superior aos desembolsos (respetivamente, ≈37,5 milhões e ≈ 6,7 milhões de euros), com reclassificação de 3,5 milhões de euros para o CP;
- A redução do saldo de Outros Credores superior a 70 milhões de euros, fundada na satisfação de obrigações relacionadas com a gestão de acordos de pagamento (com amortização de dívida superior a 51 milhões de euros) e na reclassificação para o CP de dívida que atinge a maturidade em 2018 (≈23,5 milhões de euros).

DÍVIDA FINANCEIRA DE MÉDIO E LONGO PRAZO (MLP)

EVOLUÇÃO DO STOCK DE MLP

Quadro 24: Evolução da Dívida financeira de MLP

Evolução	2014	2015	2016	2017	Unid: Milhares de Euros Crescimento 2017/2016	
					Valor	%
(1) Capital em dívida em 01/Jan	414.802	523.281	542.181	502.436	-39.745	-7,3%
Empréstimos regulares	5.730	46.686	7.320	6.746	-574	-7,8%
EPUL (a)	48.600	0	0	0	0	0,0%
Acordo Bragaparques	101.673	0	0	0	0	0,0%
Bernardino Gomes	0	44.729	0	0	0	0,0%
Colombo	0	0	32.710	0	-32.710	-100,0%
Outros Acordos	29.102	0	0	0	0	0,0%
(2) Utilizações	185.105	91.415	40.030	6.746	-33.284	-83,1%
Amortizações regulares	64.126	63.766	79.775	73.066	-6.708	-8,4%
Amortizações Extraordinárias (b)	12.500	8.750	0	16.014	16.014	100,0%
(3) Total Amortizações	76.626	72.516	79.775	89.081	9.306	11,7%
(4) Capital em dívida em 31/Dez (1+2-3)	523.281	542.181	502.436	420.101	-82.335	-16,4%
(5) Variação líquida da dívida (4-1)	108.479	18.899	-39.745	-82.335	-42.590	107,2%

(a) Em 2014 - Assunção do empréstimo de MLP para reestruturação do passivo, na sequência da liquidação da EPUL e internalização da sua atividade no Município.

(b) Em 2014 - 7,5 M€ amortização antecipada do empréstimo da EPUL, componente BNG, e 5,0 M€ amortização extraordinária do Acordo Bragaparques (Cessão do Millennium BCP).

Em 2015 - 3,75 M€ amortização antecipada Empréstimo EPUL, componente DEXIA, e 5,0 M€ amortização extraordinária do 1º CP PER\BCP.

Em 2017 - 1,0 M€ amortização antecipada Empréstimos IFDR; e 15,0 M€ amortização extraordinária do Acordo Bragaparques\CGD.

A dívida financeira de MLP² do Município retraiu cerca de 82,3 milhões de euros em 2017 *versus* o *stock* do final de 2016, saldando-se próximo dos 420,1 milhões de euros, o valor mais baixo do quadriénio em análise.

A evolução registada resultou dos efeitos conjugados da amortização regular da dívida, num total da ordem dos 73,0 milhões de euros, da trajetória continuada de pagamentos superiores a utilizações, com uma variação líquida perto dos -82,3 milhões de euros, que inclui o efeito das amortizações antecipadas efetuadas no quadro do Acordo Bragaparques/CGD (15,0 milhões de euros) e dos empréstimos contratados junto do IFDR no âmbito do QREN 2007-2013 (1,0 milhão de euros), possível ao Município e positiva do ponto de vista das condições de financiamento associadas (poupança da ordem dos 1,1 milhões de euros até à maturidade).

As amortizações regulares tiveram uma evolução da ordem dos -8,4%/-6,7 milhões de euros, por efeito, no essencial, da cessão de créditos ao BPI/BBVA, relativa ao Acordo Simtejo de 2007, com

² Dívida de MLP acrescida dos respetivos vencimentos previstos para n+1 (ano seguinte)

um pagamento de capital anual próximo dos 5,9 milhões de euros, que atingiu a maturidade em dezembro de 2016.

EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO (MLP)

No quadro dos empréstimos de MLP, a análise centra-se na evolução do *stock*, do custo médio e da maturidade da dívida, bem como nos regimes de taxa de juro e nos objetivos dos financiamentos.

EVOLUÇÃO DO STOCK

Quadro 25: Evolução da Dívida Municipal – Empréstimos de MLP

Unid: Milhares de Euros

Evolução da Dívida Municipal MLP	2014	2015	2016	2017	Crescimento 2017/2016	
					valor	%
(1) Capital em dívida em 01/Jan	325.469	332.726	333.137	302.944	-30.193	-9,1%
(2) Receita empréstimos /utilizações	5.730	46.686	7.320	6.746	-574	-7,8%
(3) Amortizações	47.074	46.275	37.513	37.667	154	0,4%
(4) Regularizações extraordinárias (a)	48.600	0	0	0	0	0,0%
(5) Capital em dívida em 31/Dez (1+2-3+4)	332.726	333.137	302.944	272.023	-30.921	-10,2%
(6) Endividamento Bancário (5-1)	7.256	411	-30.193	-30.921	-728	2,4%
Amortizações Extraordinárias	7.500	8.750	0	1.014	1.014	100,0%

(a) Em 2014 - assunção do empréstimo da EPUL relativo à reconversão do CP no valor de 48,6 M€ (autorizado por Despacho do Presidente da CML de 14/03/2014).

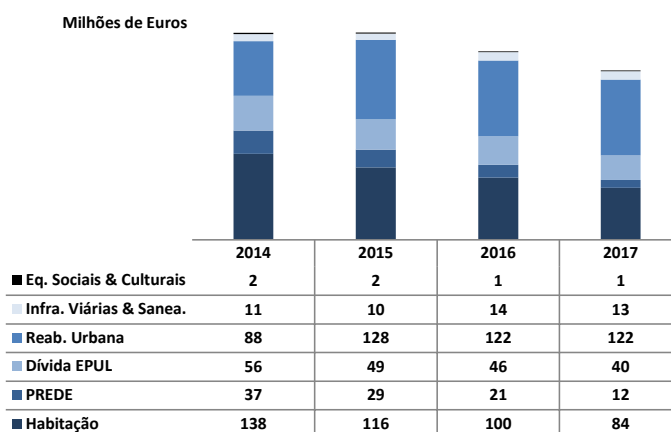
O *stock da dívida* dos empréstimos, com um saldo global próximo dos 272,0 milhões de euros, prosseguiu o movimento descendente do ano anterior com nova quebra da ordem dos 10,2% /30,9 milhões de euros, consequência do normal reembolso da carteira consolidada em ritmo superior ao dos desembolsos dos financiamentos em fase de utilização (1º Contrato do Banco Europeu de Investimento (BEI) para o projeto Lx.XXI e *Plano de Pavimentação*, com utilizações de 6,0 milhões de euros e ≈0,7 milhões de euros, respetivamente). Em 2017, encerrou-se o período de utilização do financiamento do *Plano de Pavimentação*, que se saldou em 11,0 milhões de euros.

As amortizações com maior expressão foram as relativas:

- Empréstimo PREDE/Estado: 8,2 milhões de euros;
- Empréstimo MLP da EPUL: 5,8 milhões de euros;
- Empréstimos destinados a habitação: 16,2 milhões de euros.

No quadrénio 2014/2017, a estrutura do *stock* da dívida manteve-se estável no que respeita ao objetivo financiamento.

No final de 2017, os empréstimos contratados para financiar programas de Reabilitação Urbana equivaliam a cerca de 44,7% / 121,7 milhões de euros, com destaque para os relativos ao PIPARU (85,8% do total).

Gráfico 48: Evolução do *Stock* da Dívida de MLP

Os empréstimos destinados a financiar Programas de Habitação correspondem à segunda maior parcela, consumindo 30,8%, do total da dívida (≈83,7milhões de euros), com realce para o Programa Especial de Realojamento (PER) e o Plano de Intervenção de Médio Prazo (PIMP), com contributos de 51,6% e 28,9%, respetivamente. Da carteira remanescente, sobressaem os financiamentos para consolidação de dívida, nomeadamente o empréstimo de MLP da EPUL destinado a consolidar passivos de CP no quadro da liquidação da empresa e o empréstimo contratado no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), correspondentes a 14,7% e 4,5% do total do *stock* da dívida, respetivamente. A dívida restante (5,3%) teve como objetivo, o financiamento de infraestruturas viárias e de saneamento e a construção de equipamentos sociais e culturais.

CUSTO MÉDIO DOS EMPRÉSTIMOS

Quadro 26: Custo Médio dos Empréstimos

Unid: Milhares de Euros

Custo Médio da Dívida do Município	2014	2015	2016	2017	Crescimento 2017/2016	
					valor	%
Capital em Dívida em 01/Jan	325.469	332.726	333.137	302.944	-30.193	-9,1%
Utilizações/Regularizações	54.330	46.686	7.320	6.746	-574	-7,8%
Amortizações	47.074	46.275	37.513	37.667	154	0,4%
Encargos Financeiros	2.580	3.435	2.483	1.584	-899	-36,2%
Taxa de Juro Média¹	0,78%	1,03%	0,78%	0,55%	-0,23%	-29,4%
Custo Médio da Dívida²	0,79%	1,03%	0,75%	0,52%	-0,22%	-29,8%

¹ Taxa de Juro Média - (Encargos Financeiros)/(Capital em Dívida em 01/01 + 1/2 Utilizações - 1/2 Amortizações)

² Custo Médio da Dívida - (Encargos Financeiros)/(Capital em Dívida em 01/01)

No final de 2017, o custo médio da dívida de MLP diminuiu pelo segundo ano consecutivo (-29,8% do que no final de 2016), para o que concorreram em simultâneo:

- O reembolso antecipado dos empréstimos com taxas de juro mais elevadas (IFDR);

- A evolução da maturidade da carteira;
- A manutenção de indexantes negativos, com uma redução das EURIBOR 6m (média mensal), entre junho/2017 e junho/2016, na ordem dos 42,0% e com a média mensal da EURIBOR 6m, em junho/2017, a fixar-se em -0,267%.

A taxa de juro média foi a mais baixa do quadriénio 2014/2017 (0,55%), equivalendo a uma diminuição da ordem dos 29,4% / 0,9 milhões de euros face a 2016, com uma queda generalizada dos encargos financeiros, de que se elencam:

- A minoração dos encargos associados ao empréstimo originário da EPUL e assumido pelo Município no quadro do plano de liquidação da empresa (≈0,6 milhões de euros), resultante do efeito combinado da redução do respetivo *spread* (de 3,5% para 1,3%, com efeitos no 2º semestre de 2016), da minoração dos indexantes e da diminuição do capital em dívida resultante do normal reembolso do empréstimo (≈5,8 milhões de euros);
- A redução dos indexantes, negativos em 2016 e 2017, conforme política monetária do Banco Central Europeu (BCE), aliada ao decréscimo do capital em dívida dos empréstimos em fase de reembolso (≈0,3 milhões de euros);
- A maturidade, em 2016, de três empréstimos destinados a financiar programas de habitação no quadro do PIMP, na zona de Chelas e Marvila, e de um empréstimo para custear Infraestruturas Viárias, contratados junto do IHRU e BEI, respetivamente (20,8 mil euros);
- A amortização antecipada do capital em dívida do empréstimo contratado junto do IFDR no âmbito do QREN (19,9 mil euros);
- A redução dos encargos dos financiamentos com taxa fixa, por relação com a redução do capital em dívida (7,0 mil euros);

Em sentido inverso, houve acréscimo de encargos:

- No empréstimo contratado para o *Plano de Pavimentação*, ≈47,6 mil euros, decorrente do aumento do respetivo capital em dívida, em face da utilização dos últimos 5 milhões de euros (último semestre de 2016 e fecho em 2017);
- Na 2ª tranche do PIPARU\IHRU (≈13,0 mil euros), por efeito, no essencial, da mudança com efeitos nos vencimentos a partir de março de 2016, do regime e periodicidade da taxa de juro, de que resultou que, em 2017, tenham sido pagos juros referentes a um ano por contraponto com um trimestre em 2016.

PERFIL**Quadro 27: Perfil da Dívida – Regime de Bonificação e de Taxa de Juro**

Unid: Milhares de Euros

Regime Taxa de Juro	Regime de Bonificação 2017				Total	Estrut.
	Bonificado	Estrut.	Não Bonificado	Estrut.		
Taxa Variável	63.203	23,2%	193.932	71,3%	257.135	94,5%
Taxa Fixa	760	0,3%	14.128	5,2%	14.888	5,5%
Total	63.964	23,5%	208.060	76,5%	272.023	100,0%

O perfil da dívida dado pelo regime de taxa de juro não sofreu alteração face ao ano de 2016, com os empréstimos a taxa variável a representarem 94,5%/257,1 milhões de euros do stock da dívida, em consonância com as opções do Município em face do comportamento e evolução dos mercados financeiros na última década, que levaram a que o recurso aos financiamentos a taxa variável fosse mais favorável.

Em 2017, não houve alterações aos regimes de taxa de juro dos empréstimos em carteira, tendo a primeira tranche do empréstimo do BEI para o Projeto Lx.XXI sido contraída em regime de taxa de juro variável.

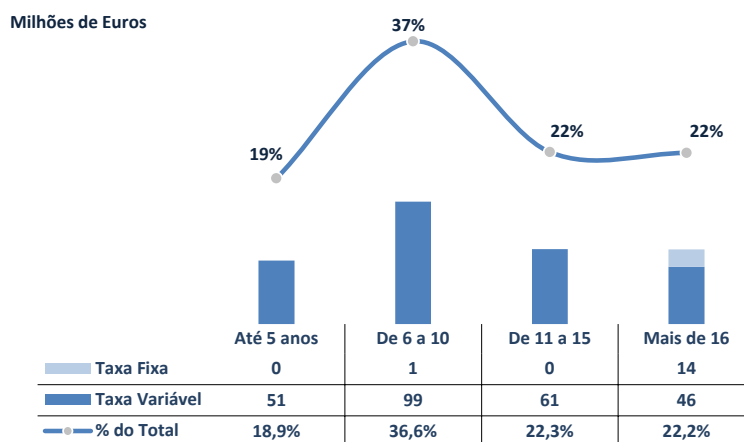
Gráfico 49: Prazo para a Maturidade e Regime de Taxa

No fim do exercício de 2017, o prazo médio para a maturidade dos empréstimos em carteira era de 8 anos, com mais de 77,8% dos créditos a vencerem-se num prazo até 15 anos.

Os empréstimos com maturidades até 10 anos correspondem a 55,5% da

carteira de empréstimos (≈151,1 milhões de euros), com destaque para os destinados aos programas habitacionais PIMP e PER (44,9%/≈67,8 milhões de euros), o empréstimo transitado da EPUL no quadro da liquidação da empresa (26,4%/≈39,9 milhões de euros), os empréstimos contratados junto de bancos não residentes (14,0%/≈21,1 milhões de euros) e o financiamento da Direção Geral do Tesouro (DGT) no âmbito do PREDE (8,2%/≈12,3 milhões de euros).

Os restantes 44,5% (≈121,0 milhões de euros) respeitam a empréstimos com um prazo para a maturidade superior a 10 anos, dos quais cerca de 91,2%/110,3 milhões de euros se destinam a programas de reabilitação urbana (PIPARU, cerca de 94,6%/104,3 milhões de euros e Lx.XXI, 5,4%/6,0 milhões de euros). Os restantes cerca de 8,8%/10,6 milhões de euros são relativos ao financiamento do *Plano de Pavimentação*.



ACORDOS FINANCEIROS

A análise dos acordos financeiros centra-se na evolução do *stock* e do custo médio da dívida.

EVOLUÇÃO DO STOCK

Quadro 28: Evolução da Dívida Municipal – Acordos financeiros de MLP

Unid: Milhares de Euros

Evolução	2014	2015	2016	2017	Crescimento 2017/2016	
					valor	%
(1) Capital em dívida em 01/Jan	89 333	190 556	209 044	199 491	-9 552	-4,6%
(2) Novos Acordos/Cessões	130 775	44 729	32 710	0	-32 710	-100,0%
(3) Amortizações	29 552	26 241	42 262	51 414	9 152	21,7%
(4) Capital em dívida em 31/Dez (1+2-3)	190 556	209 044	199 491	148 078	-51 414	-25,8%
(5) Variação líquida da dívida (4-1)	101 223	18 488	-9 552	-51 414	-41 861	438,2%

No fim de 2017, o *stock* da dívida de MLP referente a acordos financeiros diminuiu pelo segundo ano consecutivo, com uma redução da dívida saldada em cerca de 25,8%/51,4 milhões de euros, alicerçada nos reembolsos da carteira pré-existente de que sobressaem:

- SIMTEJO: ≈ 13,3 milhões de euros;
- BRAGAPARQUES: ≈ 27,7 milhões de euros;
- COLOMBO: ≈ 3,0 milhões de euros;
- Parque Expo (Contrato base): ≈ 1,7 milhões de euros;
- Bernardino Gomes: ≈ 4,5 milhões de euros;
- VALORSUL: ≈ 1,2 milhões de euros.

Neste segmento da dívida foram pagos mais cerca de 9,1 milhões de euros em comparação com 2016, pelo efeito conjugado da amortização antecipada de parte do Acordo com a Bragaparcques (15,0 milhões de euros) com a redução ocorrida nos pagamentos devidos na carteira de acordos existentes; neste âmbito cabe destacar:

- O 2º Aditamento do Parque EXPO, que foi integralmente pago em 2016, com um impacto da ordem dos -2,8 milhões de euros em 2017;
- O Acordo relativo ao Colombo, com uma variação de -2,5 milhões de euros em 2017 relacionado com um pagamento inicial, sem réplica em anos seguintes;
- Os Acordos celebrados com a ex-SIMTEJO, com uma variação global da ordem dos -0,5 milhões de euros, resultante da maturidade, em 2016, do acordo inicial de 2007 (≈ 5,9 milhões de euros), do início do desembolso do acordo firmado em 2015 (≈ 5,1 milhões de

euros) e do acerto ocorrido no valor da última prestação relativa à cessão de crédito originária de 2013 ($\approx +0,3$ milhões de euros de euros).

CUSTO MÉDIO DOS ACORDOS

Quadro 29: Custo Médio dos Acordos Financeiros

Unid: Milhares de Euros

Evolução	2014	2015	2016	2017	Crescimento 2017/2016	
					valor	%
(1) Capital em dívida em 01/Jan	89 333	190 556	209 044	199 491	-9 552	-4,6%
(2) Novos Acordos/Cessões	130 775	44 729	32 710	0	-32 710	-100,0%
(3) Amortizações	29 552	26 241	42 262	51 414	9 152	21,7%
(4) Capital em dívida em 31/Dez (1+2-3)	190 556	209 044	199 491	148 078	-51 414	-25,8%
(5) Variação líquida da dívida (4-1)	101 223	18 488	-9 552	-51 414	-41 861	438,2%
(6) Encargos Financeiros	5 845	6 293	3 955	2 776	-1 179	-29,8%
Custo Médio da Dívida¹ (6)/(1)	6,5%	3,3%	1,9%	1,4%	-0,5%	-26,4%

¹ **Custo Médio da Dívida** - (Encargos Financeiros)/(Capital em Dívida em 01/01)

O custo médio dos acordos financeiros de MLP voltou a descer em 2017 com uma redução da ordem dos 0,5%/-26,4% face a 2016, correspondendo a um custo médio de 1,4%.

A redução verificada decorre do efeito combinado do comportamento dos indexantes, que se mantiveram negativos em 2017, da evolução da maturidade da carteira, com destaque para o reembolso integral do Acordo Simtejo de 2007, e do impacto da redução do *spread* do Acordo Bragaparkes/CGD (de 4,2% para 2,00%) efetivada em 2016 (cerca de -0,7 milhões de euros).

DÍVIDAS DE CURTO PRAZO (CP)

As dívidas a terceiros de CP saldaram-se em cerca de 132,3 milhões de euros, com uma redução próxima dos 20,4%/33,9 milhões de euros face a 2016.

Na variação do *stock* releva-se:

- A diminuição próxima dos 38,2 milhões de euros da conta Outros Credores assente, desde logo, na alteração da contabilização da conta corrente em espécie relativa à execução do Contrato Inominado, em que, melhor retratando a posição contratual a cada momento, se passou a considerar o saldo credor ou devedor, no ativo ou no passivo, ao invés do registo, em singelo, do valor dos lotes transmitidos do lado do ativo e das obras executas por conta daqueles do lado do passivo, o que resultou numa diminuição de saldo, integrante desta conta, próximo dos 44,8 milhões de euros (ora dada pela diferença entre bens entregues e bens recebidos); ainda com efeitos neste saldo, foi registada a transmissão de novos lotes no âmbito da execução do aludido Contrato, no valor aproximado de 7,1 milhões de euros,

com melhoria da posição contratual do Município face a 2016, o que somado ao movimento anterior promoveu um impacto global da ordem dos 51,9 milhões de euros;

- A quebra da ordem dos 3,2 milhões de euros no saldo da conta de Adiantamentos de Clientes, que radica, sobretudo, na anulação do adiantamento de clientes integrado nas contas do Município aquando da internalização das contas da EPUL (≈3,9 milhões de euros), associadas à realização das respetivas escrituras;
- O aumento da conta Estado e Outros Entes Públicos em perto de 2,2 milhões de euros, que radica no portal da Autoridade Tributária e Aduaneira (ATA) não permitir a liquidação do IVA em dezembro, facto sem contraponto em 2016, ano em foi possível efetuar a regularização por existir uma situação de crédito de imposto (processo de otimização do IVA pró-rata de anos anteriores).

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

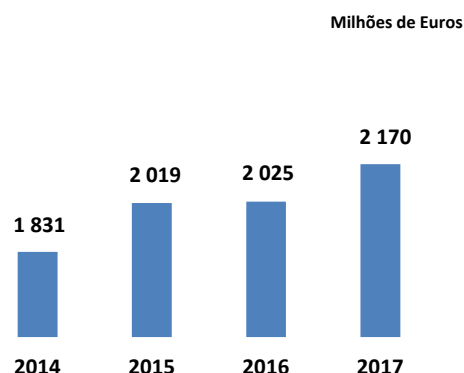
- Os ≈38,8 milhões de euros da conta de Acréscimos de Custos, com um aumento de ≈5,6 milhões de euros face a 2016, respeitam, fundamentalmente, à estimativa de férias e subsídio de férias (≈23,0 milhões de euros), Iluminação Pública - Eletricidade (≈3,6 milhões de euros), aos encargos de cobrança de impostos de dezembro, recebidos em janeiro de 2018 (≈1,0 milhões de euros), aos valores a receber da EPAL relativos à tarifa de saneamento e adicional (≈0,4 milhões de euros), e à estimativa de diversos custos (≈8,2 milhões de euros), de que sobressaem os valores relativos aos consumos de dezembro das empresas Águas do Tejo e Atlântico, Vodafone e Valorsul;
- Os Proveitos Diferidos, referentes a receita cobrada relativa a exercícios seguintes, saldaram-se em cerca de 213,0 milhões de euros, com um ligeiro incremento próximo dos 0,4 milhões de euros face ao exercício de 2016. Nesta conta integram-se valores relativos a subsídios afetos a investimentos, a reconhecer em proveitos em função da vida útil dos bens (≈192,8 milhões de euros), diferimentos da renda de concessão de terrenos à Fundação EDP (≈4,4 milhões de euros) assim como os direitos de superfície concedidos ao Centro Comercial Colombo (≈2,5 milhões de euros) e à Imo Health (≈1,5 milhões de euros).

2.3.3 ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS

Os Fundos Próprios municipais, com um saldo aproximado de 2.170,1 milhões de euros, cresceram 6,8%/≈144,9 milhões de euros face a 2016, representando 67,1% do Ativo Líquido.

O montante de Fundos Próprios derivou dos valores positivos dados por ≈2.077,6 milhões de Património, ≈231,4 milhões de Reservas, ≈4,1 milhões de Doações em conjugação com os saldos negativos de ≈204,7 milhões de Resultados Transitados e de ≈21,1 milhões de euros de Ajustamentos de Partes de Capital, que crescem aos cerca de 82,9 milhões de euros de Resultado Líquido do Exercício.

Gráfico 50: Evolução dos Fundos Próprios



A variação de Resultados Transitados entre o fim dos exercícios de 2016 e de 2017 (negativo em cerca de 176,6 milhões de euros e negativo em cerca de 204,7 milhões de euros, respetivamente) procedeu dos seguintes movimentos:

- Da Aplicação de resultados de 2016, da ordem dos 55,2 milhões de euros;
- Das regularizações de Imobilizado e Subsídios ao Investimento, com um valor negativo próximo dos 80,1 milhões de euros, sendo os valores mais significativos os relativos a regularizações de imobilizado (-≈79,0 milhões de euros), conforme notas dadas no ponto 2.3.

2.4 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Em 2017, os Resultados Líquidos do Município foram da ordem dos 82.929.775,38 euros (oitenta e dois milhões novecentos e vinte e nove mil e setecentos e setenta e cinco euros e trinta e oito cêntimos).

Propõe-se nos termos do ponto 2.7.3 do POCAL que 5% dos Resultados Líquidos do Exercício, i.e., 4.146.488,77 euros (quatro milhões cento e quarenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e oito euros e setenta e sete cêntimos) sejam transferidos para Reservas Legais e que o remanescente, no montante de 78.783.286,61 euros (setenta e oito milhões, setecentos e oitenta e três mil e duzentos e oitenta e seis euros e sessenta e um cêntimos) seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Quadro 30: Proposta de aplicação dos resultados

Unid: Euro

Aplicação dos Resultados Líquidos	2017
Reservas Legais	4.146.488,77
Resultados Transitados	78.783.286,61
Resultados Líquidos do Exercício	82.929.775,38

2.5 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

O Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 848/2017, de 13 de dezembro, declarou a Taxa Municipal de Proteção Civil como inconstitucional.

Até 22 de Março de 2018, o Município de Lisboa procedeu ao reembolso de cerca de 41,9 milhões de euros / 72% do valor cobrado entre 2015 e 2017.

3. ASPETOS ORÇAMENTAIS

Neste capítulo tratam-se aspetos relacionados com a contabilidade orçamental cuja especificidade radica numa ótica de caixa – pagamentos e recebimentos versus uma estimativa e/ou dotação inicial ou corrigida – partindo da visão síntese e global dada pela análise dos fluxos de caixa para se fazer, sequentemente, uma análise da receita e da despesa.

Note-se que os dados relativos às Receitas e Despesas, ou aos fluxos de recebimento e de pagamento, apresentados neste capítulo, podem não coincidir com os relativos aos Proveitos e aos Custos (especializados por exercício económico) resultantes da Contabilidade Patrimonial indicados na análise relativa aos aspetos patrimoniais. As diferenças são explicadas pela abordagem diversa que é feita em cada uma destas óticas contabilísticas.

A análise do desempenho económico bem como da posição financeira do Município é, assim, dada pela contabilidade patrimonial, que, neste contexto, se deve privilegiar para efeitos da prestação de contas, sendo a execução orçamental a expressão dos fluxos de tesouraria - entrada e saída de recursos - que acompanham a geração de custos e proveitos bem como os factos patrimoniais associados, por exemplo, à aquisição de bens de imobilizado, à geração ou à redução de dívida.

Na estruturação desta matéria, a análise aos fluxos de caixa é apresentada num único ponto, onde se determinam as disponibilidades para o ano seguinte, partindo do saldo do ano anterior e acrescentando os pagamentos e recebimentos ocorridos no ano.

A análise da receita e da despesa está estruturada em subpontos, que, no fundamental, resultam balizados pela natureza das operações, i.e., respeitando a classificação económica são feitas agregações para fins de análise face aos mapas de execução orçamental apresentados nas Demonstrações Financeiras; do lado da despesa, a execução modela-se também numa classificação funcional (por atividades) e uma orgânica (por unidades orgânicas responsáveis pela despesa), patenteadas nos mapas anexos.

A análise assenta na dinâmica do ano económico fazendo, a par e passo, um paralelo com o ano anterior, mas espelha igualmente o comportamento do quadriénio.

Em 2017, o orçamento inicial aprovado foi da ordem de 775,1 milhões de euros, tendo ocorrido 20 alterações e uma revisão orçamental, com ajustamento nas dotações e um valor de fecho de ano próximo de 924,4 milhões de euros, incluindo cerca de 97,0 milhões de euros de saldo de gerência.

A execução saldou-se perto de 914,2 milhões de euros do lado da receita e de 705,9 milhões de euros do lado da despesa.

3.1 MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA

Quadro 31: Demonstração dos Fluxos de Caixa 2017

Unid: Milhares de Euros

FLUXOS DE CAIXA			
RECEBIMENTOS		PAGAMENTOS	
Saldo da Gerência anterior	109.445	Despesas Orçamentais	705.885
Execução Orçamental	97.023	Correntes	481.063
Operações de Tesouraria	12.422	Capital	224.822
Receitas Orçamentais	817.138	Operações de Tesouraria	101.365
Correntes	754.328		
Capital	62.810	Saldo para a Gerência Seguinte	221.922
		Execução Orçamental	208.275
Operações de Tesouraria	102.589	Operações de Tesouraria	13.646
TOTAL	1.029.172	TOTAL	1.029.172

O mapa dos fluxos de caixa faz uma síntese da ligação entre a contabilidade orçamental, assente nos fluxos de caixa, e a contabilidade patrimonial, assente no princípio do acréscimo, refletindo os saldos iniciais e finais da conta de disponibilidades, sendo a ligação ao orçamento dada pelo saldo de execução orçamental.

Distingue os recebimentos e pagamentos relativos à execução orçamental, segmentando-a em corrente e de capital, assim como as operações de tesouraria (valores recebidos para entrega a terceiros), cujo saldo incorpora as respetivas contas de Balanço.

A sua autonomia face às políticas de amortizações e provisões simplifica a análise do processo de execução das despesas e das receitas e dos saldos de gerência (prévio e sequente), relativamente à sua origem: execução orçamental ou operações de tesouraria.

Do saldo inicial de Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa (saldo da gerência anterior), à volta de 109,4 milhões de euros respeitaram à execução orçamental de 2016.

No exercício de 2017, as receitas cobradas ascenderam a cerca de 817,1 milhões de euros e os pagamentos a cerca de 705,9 milhões de euros, a que acresceu o saldo da gerência anterior da execução orçamental de ≈97,0 milhões de euros, originando uma execução orçamental para a gerência seguinte da ordem de 208,3 milhões de euros (27,6% da receita orçamental corrente).

No segmento corrente as receitas orçamentais excederam em 56,8% as despesas, ao contrário do segmento de capital, em que as receitas orçamentais ficaram aquém das despesas em cerca de 162,0 milhões de euros.

Em 2016 apurou-se um saldo de operações de tesouraria próximo dos 12,4 milhões de euros, que adicionado ao saldo do ano (≈1,2 milhões de euros), originou um montante a transitar para 2018 da ordem dos 13,6 milhões de euros.

Da conjugação da execução orçamental (≈208,3 milhões de euros) com as operações de tesouraria (≈13,6 milhões de euros) resultou um Saldo de Gerência da ordem dos 221,9 milhões de euros a transitar para 2018.

3.2 RECEITA

3.2.1 RECEITA TOTAL

Quadro 32: Receita Total

Unid: milhares de Euros

Descrição	2014	2015	2016 (1)	2017				
				Previsão (2)	Liquidação (3)	Cobrança (4)	Tx. Exec. (4/2)	Tx. Cresc. (4/1)-1
Receita Corrente	490.477	581.745	618.756	586.906	759.268	754.328	128,5%	21,9%
Receita Capital	132.255	128.496	40.545	237.106	61.023	62.199	26,2%	53,4%
Total	622.732	710.241	659.301	824.012	820.291	816.527	99,1%	23,8%
Outras Receitas	28.359	11.522	124.325	100.416	97.666	97.634	97,2%	-21,5%
Rep. N/Abatidas Pag.	410	431	339	3.393	643	611	18,0%	80,4%
Saldo Gerência do ano anterio	27.949	11.091	123.987	97.023	97.023	97.023	100,0%	-21,7%
Total Geral	651.091	721.763	783.626	924.427	917.957	914.160	98,9%	16,7%
Total s/ SG	623.142	710.672	659.640	827.405	820.934	817.138	98,8%	23,9%

Nota: Na tabela, e para efeitos de análise, considera-se a receita total, dividida em receita corrente e receita de capital, com um subtotal, e as outras receitas, onde se enquadram as reposições não abatidas aos pagamentos (RNAP) e o saldo de gerência, receitas que respeitam à execução do saldo transitado e a receita executada por conta de pagamentos feitos a mais em anos anteriores. Evidencia-se o total de receita sem o saldo transitado do exercício anterior para uma melhor comparação dos valores de cobrança do ano.

A receita de 2017 ascendeu a cerca de 914,2 milhões de euros, incluindo perto de 97,6 milhões de euros de outras receitas (saldo de gerência do ano anterior e reposições não abatidas aos pagamentos), com uma taxa de execução global de 98,9% e um incremento de 16,7% relativamente a 2016.

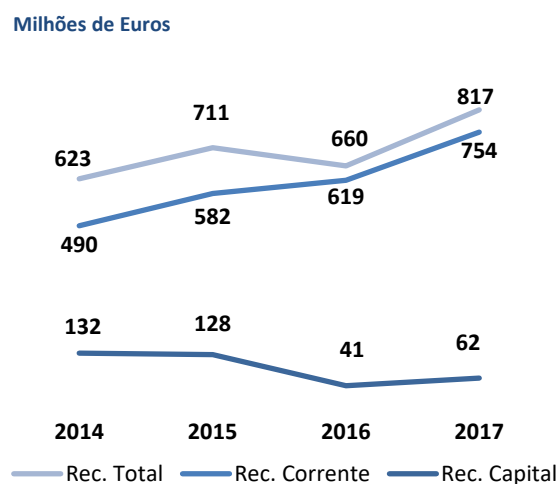
O crescimento da receita fundou-se parcialmente, no contexto macroeconómico favorável, com o investimento imobiliário a atingir níveis recorde, no que se pode considerar um percurso já não de recuperação, mas de crescimento com ligação direta ao Imposto Municipal sobre as Transações Onerosas de Imóveis (IMT), que em 2017 ultrapassou a cobrança do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), à semelhança do sucedido no ano anterior. O resultado obtido foi coadjuvado pelas medidas com impacto na receita regular do Município, introduzidas em 2014, relativas, designadamente, à introdução de tarifas autónomas para os serviços de águas residuais e de resíduos urbanos, em cumprimento de diretrizes regulamentares e legislativas, e à criação da Taxa Municipal Turística (TMT), cuja receita, teve, em 2017, o primeiro ano civil completo de cobrança para a totalidade dos operadores do sector hoteleiro.

No quadro da receita orçamental, a execução expressa-se em fluxos de entrada/recebimento relativos aos proveitos gerados no ano (receita liquidada e cobrada no ano) e/ou de proveitos de anos anteriores e não cobrados no exercício respetivo, o que tem como consequência que os valores de execução orçamental não sejam coincidentes com os constantes na Demonstração de Resultados, proveitos do exercício, que respeitam o princípio da especialização dos exercícios.

O Saldo de Gerência transitado do ano anterior foi aplicado em Revisão Orçamental, num total de ≈97,0 milhões de euros, dos quais ≈3,6 milhões de euros consignados ao Programa de Investimento Prioritário em Ações de Reabilitação Urbana (PIPARU).

Gráfico 51: Evolução da Receita Total

No quadriénio 2014/2017 a receita corrente registou um crescimento da ordem dos 263,9 milhões de euros, com relevo para as variações positivas nos impostos (+≈147,6 milhões de euros), na receita de atividade (+≈99,3 milhões de euros) e nas outras receitas correntes (+≈14,0 milhões de euros). Este incremento foi parcialmente mitigado, pelos decréscimos de receita relativos à TCE - Taxa de Conservação de Esgotos (≈16,3 milhões de euros) extinta em 2015, e à tarifa de saneamento anterior, por relação com a sua reformulação, conforme explicitado em ponto próprio (≈4,4 milhões de euros).



O crescimento das Outras Receitas Correntes funda-se, desde logo, na cobrança de ≈12,1 milhões de euros de Compensações Urbanísticas, com relevo para o *Fundo Investimento Imobiliário Fechado Amoreiras* (cobrados ≈5,4 milhões de euros e ≈3,8 milhões de euros em 2017 e 2016, respetivamente).

No quadriénio, a receita de capital diminuiu cerca de 70,1 milhões de euros, por relação nomeadamente com a quebra verificada nas rubricas de Passivos Financeiros (≈54,0 milhões de euros) e nas Outras Receitas de Capital (≈12,0 milhões de euros). Se procedermos à correção da receita de capital de 2014, pelo montante de empréstimos de CP utilizado no ano (55,0 milhões de euros) teríamos uma quebra, no quadriénio, cifrada em apenas ≈15,1 milhões de euros, assente, sobretudo, na variação negativa das Outras Receitas de Capital, por relação com a regularização de ≈14,3 milhões de euros relacionados com a liquidação da EPUL.

A receita total, corrigida de Saldo de Gerência e de Reposições não Abatidas aos Pagamentos (RNAPs), segue o padrão da receita corrente, sustentada, em larga medida, em fatores de conjuntura por relação, máxime, com o crescimento do sector imobiliário. Na série, verificou-se uma inflexão no ano de 2016, reflexo da quebra acentuada das receitas de capital, por efeito da diminuição das rubricas de venda de bens de investimento e de passivos financeiros.

3.2.2 RECEITA POR GRANDES AGREGADOS

Quadro 33: Receita por Grandes Agregados

Unid: milhares de Euros

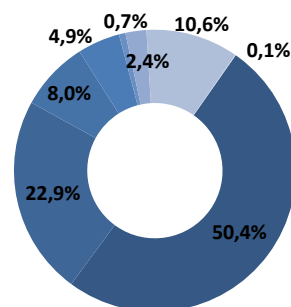
Descrição	2014	2015	2016 (1)	2017			Tx. Exec. (4/2)	Tx. Cresc. (4/1)-1
				Previsão (2)	Liquidação (3)	Cobrança (4)		
Receita Fiscal	313.026	365.899	378.026	342.594	472.434	460.644	134,5%	21,9%
Receita de Actividade	109.970	138.666	160.293	177.812	207.825	209.249	117,7%	30,5%
Receita Patrimonial	74.442	94.429	51.489	62.698	72.950	73.250	116,8%	42,3%
Transferências	44.580	44.087	47.437	48.919	44.616	44.609	91,2%	-6,0%
Empréstimos	60.730	46.686	7.320	52.325	6.746	6.746	12,9%	-7,8%
Outras	19.983	20.473	14.737	139.664	15.721	22.029	15,8%	49,5%
Rep. N/Abatidas Pag.	410	431	339	3.393	643	611	18,0%	80,4%
Saldo de Gerência	27.949	11.091	123.987	97.023	97.023	97.023	100,0%	-21,7%
Total	651.091	721.763	783.626	924.427	917.957	914.160	98,9%	16,7%

Explicitando os conjuntos de receita organizados para efeitos de análise, matéria dos pontos subsequentes:

- A receita fiscal inclui os impostos locais, diretos e indiretos;
- A receita de atividade respeita à receita procedente da cobrança de taxas, preços e tarifas e da venda de bens e serviços excetuando a que decorre da administração do património municipal;
- A receita patrimonial inclui as receitas com origem na gestão e administração do património municipal abrangendo os rendimentos de propriedade, as rendas e a alienação de bens de investimento;
- As transferências respeitam a valores originários de terceiros com natureza corrente ou de capital (receita maioritariamente consignada a fins específicos);
- O segmento 'Outras' agrega as cobranças de outras receitas correntes e de capital;
- Os empréstimos correspondem aos passivos financeiros;
- As RNAPs são o conjunto orçamental onde se classificam devoluções de valores pagos em excesso em exercícios anteriores.

Gráfico 52: Receita por Grandes Agregados

A receita municipal de 2017, composta pelos agregados suprarreferidos, conserva a estrutura dos últimos anos, com prevalência da receita fiscal (50,4% da receita cobrada) e de atividade (22,9%), a que se somam a receita patrimonial (8,0%) e as transferências (4,9%).



O conjunto das outras receitas, dos empréstimos e das RNAPs, perfazem 3,2% da receita municipal.



As utilizações de empréstimos de Médio e Longo Prazo (MLP) totalizam ≈6,7 milhões de euros - *Programa de Investimento Lisboa XXI e Plano de Pavimentação*, com utilizações de 6,0 milhões de euros e ≈0,7 milhões de euros, respetivamente - de acordo com a carteira de investimentos aprovada e em execução, espelhando uma diminuição da ordem dos 0,6 milhões de euros face a 2016. O Município de Lisboa não recorreu a empréstimos de Curto Prazo (CP) em 2017, à semelhança dos dois últimos exercícios.

3.2.3 RECEITA FISCAL

Quadro 34: Receita fiscal

Unid: milhares de Euros

Descrição	2014	2015	2016 (1)	2017				
				Previsão (2)	Liquidação (3)	Cobrança (4)	Tx. Exec. (4/2)	Tx. Cresc. (4/1)-1
Impostos Diretos	313.026	365.899	378.026	342.594	472.434	460.644	134,5%	21,9%
IMI/Contrib. Autárquica	111.383	115.984	114.149	109.507	119.002	118.153	107,9%	3,5%
IMT/Sisa	123.302	174.516	178.205	159.706	235.999	225.212	141,0%	26,4%
Imp. Único Circulação	18.731	17.928	18.179	17.952	19.584	19.431	108,2%	6,9%
Derrama	59.611	57.471	67.484	55.424	97.830	97.830	176,5%	45,0%
Outros	0	0	10	5	19	19	400,0%	100,0%
Impostos Indiretos	0	0	0	0	0	0	-	-
Total	313.026	365.899	378.026	342.594	472.434	460.644	134,5%	21,9%

A receita fiscal somou cerca de 460,6 milhões de euros, com uma dinâmica muito favorável e variações positivas face ao orçado em todas as componentes, com forte predomínio do IMT e da Derrama; estes impostos locais registaram uma execução superior à estimativa próxima de 65,5 milhões de euros e de 42,4 milhões de euros, respetivamente, com uma variação positiva, face aos valores de execução do ano transato, da ordem dos 45,0%/30,3 milhões e dos 26,4%/47,0 milhões de euros, respetivamente.

Esta evolução da receita fiscal firmou-se, sobretudo, em fatores de conjuntura:

- O acréscimo na cobrança de IMT retrata:
 - A dinâmica e crescimento do mercado imobiliário, que levou a que o investimento imobiliário em 2017 superasse o anterior recorde de 2007, no que se estima seja um percurso de expansão, com o mercado imobiliário português a registar a segunda maior subida homóloga entre os vários países europeus no terceiro trimestre de 2017 (10%), assente simultaneamente nos segmentos de habitação, escritórios, retalho e hotelaria.
 - Esta *performance* funda-se no crescimento das transações de imóveis, incluindo as relativas a não residentes e a reabilitação urbana, a par com a subida dos preços, fruto do desequilíbrio entre a oferta e a procura, acompanhada pelo ritmo crescente da disponibilização de crédito pelas instituições financeiras, a custos historicamente baixos.
 - A valorização que se tem feito sentir, nomeadamente na cidade de Lisboa, é suportada, sobretudo, pela rentabilidade dos ativos imobiliários, superior à média europeia, pela instabilidade do sistema financeiro atual por relação com o risco elevado de retorno do investimento, pelos incentivos fiscais concedidos a estrangeiros (programas de autorização de residência para atividades de investimento - Vistos Gold - e regime fiscal para residentes não habituais), pela expansão do turismo por relação com o arrendamento local e pelo aumento do rendimento disponível dos portugueses.

O crescimento da atividade na reabilitação urbana, sobretudo no centro histórico, fomentada pelo aumento do turismo, que veio desenvolver um novo nicho de mercado, o Alojamento Local.

- Na Derrama, com manutenção da política fiscal do Município de Lisboa desde 2014 em matéria de isenções, designadamente para entidades com volume de negócios inferior a 150 mil euros, o valor cobrado cresceu de forma expressiva, em consonância com a evolução positiva da atividade económica, e a continuidade das regras de reembolsos e das medidas conducentes a diminuir a evasão fiscal implementadas em anos anteriores.
- O crescimento registado também no IMI funda-se, no essencial, na recuperação do mercado imobiliário que se começou a delinear no final de 2013, e que, desde aí, tem crescido de forma contínua, mitigado pela nova isenção, com início em 2015, concedida às famílias de forma automática e com reconhecimento oficioso pela Autoridade Tributária e Aduaneira (ATA).

No âmbito da receita regular do Município, existe a possibilidade da diminuição da cobrança de IMI no tempo, consequência do cada vez maior número de pedidos de revisão do valor tributário

dos imóveis, que maioritariamente impactam negativamente no valor patrimonial tributário, por influência do coeficiente de vetustez, a par com a isenção temporária do pagamento de IMI para as habitações destinadas a reabilitação urbana.

3.2.4 RECEITA PROVENIENTE DA ATIVIDADE MUNICIPAL

Quadro 35: Receita associada à Atividade

Unid: milhares de Euros

Descrição	2014	2015	2016 (1)	2017			Tx. Exec. (4/2)	Tx. Cresc. (4/1)-1
				Previsão (2)	Liquidação (3)	Cobrança (4)		
Txs, Multas e Outr. Penal.	51.448	52.064	73.110	77.273	98.201	95.492	123,6%	30,6%
Serv. Urban./Realiz. Infra. Urba	6.441	6.848	13.961	9.275	25.410	24.254	261,5%	73,7%
Ocupação Via Pública	17.412	13.266	12.013	10.635	11.595	12.164	114,4%	1,3%
Publicidade	5.282	4.020	4.363	4.328	3.844	3.707	85,7%	-15,0%
Conservação de Esgotos	16.805	4.420	831	200	0	455	227,7%	-45,2%
Taxa Proteção Civil	0	14.485	21.607	18.850	24.321	22.214	117,8%	2,8%
Taxa Turística	0	3.000	12.097	15.736	16.555	16.548	105,2%	36,8%
Taxa Gestão Resíduos - TGR	0	0	0	0	449	416	831087,0%	-
Outros	2.179	2.505	2.655	2.449	3.374	3.302	134,8%	24,4%
Multas e Outras Penalidades	3.330	3.522	5.584	15.800	12.653	12.433	78,7%	122,6%
Venda Bens e Serv. Correntes	58.521	86.602	87.183	100.540	109.624	113.756	113,1%	30,5%
Venda de Bens	4.039	4.932	5.105	5.398	5.313	5.367	99,4%	5,1%
Saneamento (anos ant.)	29.297	13.583	0	0	0	0	-	-
Saneamento	0	36.422	45.575	50.523	55.242	59.897	118,6%	31,4%
Resíduos Urbanos	0	20.837	25.228	25.960	28.342	30.182	116,3%	19,6%
Cemitérios	2.268	2.244	2.232	2.258	2.261	2.156	95,5%	-3,4%
Mercados e Feiras	3.673	2.634	2.391	2.619	2.182	2.108	80,5%	-11,9%
Parq. Estacionam.	11.402	0	0	7.015	8.032	7.091	101,1%	-
Outras	7.842	5.948	6.652	6.767	8.253	6.955	102,8%	4,6%
Total	109.970	138.666	160.293	177.812	207.825	209.249	117,7%	30,5%

A receita de atividade com uma cobrança de 209,2 milhões de euros, inclui cerca de 54,4%/113,8 milhões de euros relativos a Venda de Bens e Serviços Correntes e perto de 95,5 milhões de euros do agregado das Taxas, Multas e Outras Penalidades.

No desempenho deste agregado, é de salientar:

- A receita de ≈24,3 milhões de euros de Serviços Urbanísticos, dos quais ≈20,8 milhões de euros respeitam à Taxa de Realização de Infraestruturas Urbanísticas (TRIUI) - destes, ≈1,2 milhões de euros decorrem do *Fundo Investimento Imobiliário Fechado Amoreiras*, ≈2,8 milhões de euros respeitam a Licenças de Obras e Utilização e ≈0,7 milhões de euros respeitam a Obras na Via Pública. Da comparação com o ano anterior, observa-se um crescimento da ordem dos 10,3 milhões de euros, dos quais ≈9,8 milhões de euros de TRIUI, corroborando os aumentos verificados no IMT e IMI, corolário da evolução positiva do mercado imobiliário.

- A receita de ≈12,2 milhões de euros da Taxa de Ocupação da Via Pública relativa, na sua maioria, a condutas do subsolo (≈6,1 milhões de euros) e materiais/vedações (≈3,4 milhões de euros), estabilizou após as alterações sofridas nos últimos anos com a passagem de competências para as Juntas de Freguesia, no âmbito da Reforma Administrativa de Lisboa (Lei nº 56/2012, de 8 de novembro), registando uma cobrança de nível com os valores de 2016 (+1,3%/+150,8 mil euros).
- A cobrança da ordem dos 22,2 milhões de euros de Taxa Municipal de Proteção Civil (TMPC) implementada em 2015, com o objetivo de melhorar os serviços prestados nos domínios da proteção civil, combate a incêndios e garantia da segurança de pessoas e bens. Do total recebido, ≈8,5 milhões de euros correspondem à 1ª prestação, ≈4,7 milhões de euros à 2ª prestação e ≈2,9 milhões de euros a prestação única; os restantes ≈6,1 milhões de euros respeitam à 2ª prestação de 2016 com cobrança em 2017 (≈5,4 milhões de euros) e à recuperação de dívida em sede de execução fiscal (≈0,7 milhões de euros).

A declaração da inconstitucionalidade da TMPC pelo Tribunal Constitucional, em dezembro de 2017, teve como corolário a devolução pelo Município de todos os valores cobrados desde a sua introdução, num processo que foi encetado de imediato, desde logo, no plano orçamental, com a anulação da maior parte das liquidações não pagas.

- O recebimento de ≈16,5 milhões de euros de Taxa Municipal Turística / Taxa de Dormida (TMT), com início de aplicação em 2016, com o objetivo de compensar o benefício turístico relativo ao conjunto de atividades e investimentos relacionados com o turismo. Esta taxa, com o valor unitário de 1 euro por entrada/dormida, incide sobre:
 - Dormidas, por hóspede com idade superior a 13 anos / por noite, nos empreendimentos turísticos e estabelecimentos de alojamento local, até um máximo de 7 noites por pessoa, ficando isentos do seu pagamento hóspedes, e acompanhante, cuja estadia seja determinada pela obtenção de serviços médicos, e, hóspedes cuja estadia seja objeto de oferta por empreendimento turístico ou alojamento local (art.º 3 das Normas de Execução da TMT aprovadas pela Proposta nº 827, de 16 de dezembro de 2015).
 - No ano de 2017 a TMT relativa a dormidas em hotéis e alojamentos locais foi de 11,7 milhões de euros, a que acresceram 3,6 milhões de euros de dormidas cobradas via plataforma *airbnb* e 1,2 milhões de euros relativos a anos anteriores (período de dezembro e 4º trimestre de 2016 com recebimento apenas em 2017), num total de ≈16,5 milhões de euros. Por comparação com 2016, a TMT cresceu cerca de 4,5 milhões de euros, radicada no incremento dos recebimentos provenientes da *airbnb* (≈2,3 milhões de euros, dado que em 2016 apenas se começaram a receber valores em

maio/junho) e de hotéis/alojamentos locais (≈1,6 milhões de euros). Esta receita corresponde a cerca de 12,6 milhões de dormidas, após exclusão/isenção de cerca de 904 mil dormidas.

- O acréscimo verificado na receita da TMT tem fundamento no crescimento, pelo terceiro ano consecutivo, da atividade turística, com Lisboa a obter novo recorde turístico em 2017, pese embora a recuperação verificada nas viagens para o Mediterrâneo Ocidental.
- O mercado internacional foi o líder do crescimento, o que confirma a evolução de Lisboa como destino “culturalmente apelativo e vibrante”, sobretudo nos segmentos “city break” e de negócios, com Lisboa no top 10 mundial do turismo de negócios, a nível mundial e europeu.
- O bom desempenho foi suportado pela melhoria da imagem e valorização da marca Portugal, com oferta diferenciada e de qualidade, pela introdução de novas rotas aéreas, pela realização de congressos, conferências e eventos internacionais, com destaque para o *Web Summit*, o *ClikSummit* e a *Marketing Marathon* na área do *content marketing* e a *Volvo Ocean Race* na área dos eventos desportivos.
- A receita próxima dos 12,4 milhões de euros de multas e outras penalidades, de que sobressaem ≈7,6 milhões de euros de juros de mora e ≈4,4 milhões de euros de coimas e penalidades por contraordenações. Face a 2016 verificou-se um crescimento de ≈6,8 milhões de euros, firmado na evolução positiva destas duas rubricas, por relação com:
 - O recebimento extraordinário de ≈5,9 milhões de euros de juros de mora de processos em execução fiscal relativos ao IMI (≈4,6 milhões de euros) e IMT (≈1,3 milhões de euros);
 - O crescimento dos processos de coimas e penalidades por contraordenações, com um incremento próximo dos 0,9 milhões de euros, baseado, sobretudo, no aumento da cobrança das contraordenações de trânsito (≈1,1 milhões de euros) face a 2016.
- O aumento de 5,1% no conjunto da Venda de Bens, com uma variação da ordem dos 0,3 milhões de euros, dos quais cerca de 0,1 milhões euros respeitam à venda de bens inutilizados à VALORSUL, no âmbito da política de gestão de resíduos urbanos, garantindo a execução dos objetivos nacionais e comunitários relativamente aos resíduos urbanos biodegradáveis de aterro e de reciclagem e valorização de resíduos de embalagens, determinados no PERSU 2020.
- No final de 2014 criaram-se tarifas autónomas para os serviços de águas residuais (saneamento) e de resíduos urbanos, em conformidade com o quadro normativo, legislativo

e institucional do sector de abastecimento de água, recolha e tratamento de águas residuais e de resíduos urbanos.

Os objetivos da criação destas tarifas foram o de garantir simultaneamente a qualidade do serviço prestado e o da sua sustentabilidade no tempo, sem esquecer a garantia de acessibilidade dos serviços prestados quer com fins sociais, quer destinados a famílias numerosas, quer para organizações de declarada utilidade pública. Adicionalmente foram criados um tarifário para Grandes Produtores (entidades cuja produção média diária de resíduos excede os 1.100 litros) com contrato de recolha com o Município de Lisboa, uma redução tarifária para sectores em que se entendeu não existir relação direta entre o consumo de água e a produção de resíduos e um regime transitório a vigorar até ao final de 2017, para os utilizadores não-domésticos com um consumo superior a 50 m³ por 30 dias.

No comportamento da tarifa de saneamento (dividida em tarifa anterior e posterior a 2015, uma vez que o tarifário atual só entrou em vigor em 2015 e houve, ainda, cobranças de período anterior com aplicação do respetivo tarifário), importa destacar:

- Do valor cobrado em 2017, cerca de 9,2 milhões de euros respeitam a cobrança dos meses de novembro e dezembro de 2016; registou-se um atraso da liquidação da receita, o que, do ponto de vista orçamental, i.e., numa ótica de fluxos de caixa, significa que a cobrança correspondeu a 13 meses em 2017 por contraponto com os 11 de 2016;
- O valor cobrado agrega também a aplicação do regime transitório, consubstanciado no aumento anual da percentagem aplicada aos consumos dos utilizadores não-domésticos com um consumo superior a 50 m³ por 30 dias (50% da tarifa normal em 2016 e 75% em 2017), bem como o crescimento verificado nos consumos.

A Tarifa de Resíduos Urbanos, liquidada e cobrada a par com a de saneamento e igualmente influenciada pelo aumento dos consumos ocorridos, registou também um atraso na liquidação de que resultou uma entrada próxima dos 5,0 milhões referentes aos meses de novembro e dezembro de 2016, com um fluxo de caixa de 13 meses face aos 11 cobrados no ano anterior.

- A cobrança de ≈7,1 milhões de euros, na rubrica Parques de Estacionamento, de *fee* da EMEL, por contraponto aos anos de 2015 e 2016 em que não se verificou este recebimento.

3.2.5 RECEITA PATRIMONIAL

Quadro 36: Receita Patrimonial - alienação e administração do património Municipal

Unid: milhares de Euros

Descrição	2014	2015	2016 (1)	2017				
				Previsão (2)	Liquidação (3)	Cobrança (4)	Tx. Exec. (4/2)	Tx. Cresc. (4/1)-1
Rendas Hab., Edifícios e Out.	9.029	8.307	8.988	9.791	9.102	8.541	87,2%	-5,0%
Rend. de Propriedade	19.130	13.405	19.646	14.207	18.508	19.155	134,8%	-2,5%
Venda de Bens Invest.	46.283	72.718	22.855	38.699	45.340	45.554	117,7%	99,3%
Total	74.442	94.429	51.489	62.698	72.950	73.250	116,8%	42,3%

A receita patrimonial, no total de ≈73,3 milhões de euros, cresceu 42,3%/≈21,8 milhões de euros relativamente ao ano de 2016. Da análise deste agregado, releva-se:

- A venda de bens de investimento com uma execução da ordem dos 45,6 milhões de euros. Do valor de alienações:
 - ≈34,2 milhões de euros respeitam à rubrica de Terrenos, de que sobressaem os montantes relativos às escrituras da Praça de Espanha (17,0 milhões de euros), Rua Sousa Lopes (5,5 milhões de euros), Avenida de Berlim (4,8 milhões de euros) e Rua Aviador Plácido (2,5 milhões de euros);
 - ≈6,0 milhões de euros referem-se à rubrica de Habitações, com destaque para os valores de hastas públicas da Rua Conselheiro Lobo Vaz (1,8 milhões de euros), Largo do Paço da Rainha (672 mil euros), Rua Marquês de Ponte de Lima (469,8 mil euros) e Rua da Palma (231,3 mil euros);
 - ≈5,3 milhões de euros relativos à rubrica de Edifícios, de que se evidenciam as hastas públicas relativas aos imóveis localizados na Rua de Sapadores (1,0 milhões de euros), Rua da Graça (628,7 mil euros) e Rua João Outeiro (466,7 mil euros).

Do cômputo da venda de bens de investimento, ≈39,9 milhões de euros referem-se a hastas públicas (dos quais, ≈13,1 milhões são adiantamentos), ≈1,1 milhões respeitam à venda de imóveis no quadro do Programa de Regularização de Alienação Imóveis Municipais (RAIM) e ≈1,1 milhões a vendas faseadas, sendo os remanescentes 3,5 milhões de euros referentes a outras situações.

- Os rendimentos de propriedade, com um total próximo dos 19,2 milhões de euros registaram uma quebra de 2,5%/≈0,5 milhões de euros, com justificação:
 - Na constituição em 2016, de dois direitos de superfície no montante de ≈3,9 milhões de euros - Centro Comercial Colombo e estacionamento da Rua Mário Botas / Hospital CUF Descobertas (≈2,6 milhões de euros e ≈1,3 milhões de euros, respetivamente), que

levaram a que o valor das rendas de terrenos em 2017 fosse inferior ao de 2016, em igual montante;

- Na regularização de parte do Acordo Parassocial com a VALORSUL (≈5,3 milhões de euros, dos quais ≈1,5 milhões de euros foi recebido em 2017, sendo o remanescente a receber em 2018), o que se traduziu no acréscimo da ordem dos 0,7 milhões de euros na rubrica Outros Lucros;
- No aumento cifrado perto de 2,7 milhões de euros, face a 2016, das rendas de concessão da EDP, fruto da regularização da totalidade da renda do ano e das rendas e protocolo de iluminação pública de anos anteriores.

3.2.6 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL

Quadro 37: Transferências Correntes e de Capital

Unid: milhares de Euros

Descrição	2014	2015	2016 (1)	2017			Tx. Exec. (4/2)	Tx. Cresc. (4/1)-1
				Previsão (2)	Liquidação (3)	Cobrança (4)		
Transf. Obrigatórias	28.626	29.775	30.140	30.510	31.007	31.007	101,6%	2,9%
Fundos Comunitários	2.328	4.437	7.334	3.085	1.418	1.415	45,9%	-80,7%
Administração Central	13.619	9.609	9.962	15.323	12.190	12.187	79,5%	22,3%
Outras	8	266	0	0	0	0	0,0%	-
Total	44.580	44.087	47.437	48.919	44.616	44.609	91,2%	-6,0%

As transferências recebidas, no total ≈44,6 milhões de euros, diminuíram 6,0%/≈2,8 milhões de euros relativamente a 2016.

A participação variável no IRS, transferência obrigatória do Orçamento de Estado, teve um incremento de 2,9%/≈0,9 milhões de euros relativamente a 2016, em conformidade com as verbas inscritas nos mapas XIX, anexos aos respetivos Orçamentos de Estado.

As transferências com origem em Fundos Comunitários diminuíram 80,7%/≈5,9 milhões de euros, sendo que em 2016 foram recebidos, designadamente, cerca de 4,9 milhões de euros de financiamento não reembolsável do FEDER em regime de overbooking afetos a projectos inicialmente inscritos no PIPARU.

As transferências procedentes da Administração Central apresentam uma cobrança da ordem dos 12,2 milhões de euros, e um acréscimo de 22,3%/≈2,2 milhões de euros, por relação com o aumento da transferência do Instituto de Turismo de Portugal/Casino (≈2,8 milhões de euros), atenuados pela diminuição das transferências respeitantes ao pré-escolar e ensino básico (≈0,7 milhões de euros).

3.2.7 RECEITA LIQUIDADA E NÃO COBRADA

Quadro 38: Receita liquidada e não cobrada

Descrição	Unid: milhares de Euros						
	Receitas por Cobrar no Início do Ano	Receita Liquidada	Liquidações Anuladas	Reembolsos Pagos	Receita Cobrada Líquida	Grau de Execução (%)	Receita Não Cobrada
Impostos	127	472.434	0	11.789	460.644	134,5%	127
Taxas, Multas Out. Penalidades	63.859	98.201	8.664	373	95.492	123,6%	57.531
Rendimentos de Propriedade	5.148	18.508	2	0	19.155	134,8%	4.499
Transferências Correntes	44	37.690	5	0	37.684	98,5%	45
Venda de Bens e Serviços Corr.	74.861	118.727	15.939	75	122.297	110,8%	55.276
Outras Receitas Correntes	14.900	13.709	154	0	19.055	448,8%	9.400
Venda de Bens de Investimento	10.641	45.340	155	0	45.554	117,7%	10.272
Transferências de Capital	171	6.926	13	0	6.925	65,0%	159
Activos Financeiros	0	0	0	0	0	0,0%	0
Passivos Financeiros	0	6.746	0	0	6.746	12,9%	0
Outras Receitas de Capital	2.361	2.012	67	0	2.974	2,2%	1.331
Rep. Não Abatidas Pagamentos	1.864	643	0	0	611	18,0%	1.896
Sld. Ger. Ant. (n/posse serviço)	0	97.023	0	0	97.023	100,0%	0
Total	173.976	917.957	24.999	12.238	914.160	98,9%	140.535
Total s/ SG	173.976	820.934	24.999	12.238	817.138	98,8%	140.535

Em 2017, o Município de Lisboa liquidou cerca de 918,0 milhões de euros e cobrou perto de 914,2 milhões de euros (incluindo saldo de gerência), o que se saldou numa evolução positiva do saldo por cobrar³, que ficou próximo dos 140,5 milhões de euros, com uma diminuição da ordem dos 33,4 milhões de euros face ao valor registado no final de 2016.

Para o saldo final de receita não cobrada concorreram:

- O conjunto das taxas, multas e outras penalidades, com ≈57,5 milhões de euros por cobrar, ou seja, menos ≈6,3 milhões de euros do que o registado no final do ano anterior.

A diminuição da receita por cobrar radicou, no essencial, na redução do saldo por cobrar da TMPC (≈6,0 milhões de euros) relacionado com a anulação de faturação por força da declaração de inconstitucionalidade da Taxa, a par com a maior eficácia da execução fiscal na cobrança coerciva da Taxa de Conservação de Esgotos (TCE) e de juros de mora, que resultou numa redução de saldo por cobrar da ordem dos 0,9 milhões de euros em cada uma destas componentes, e com valores de cobrança superiores aos de liquidação nas taxas de ocupação da via pública.

No caso da TRIU há valores em aberto em operações urbanísticas diversas com planos de pagamento em execução, nomeadamente, *Fundo Investimento Imobiliário Fechado Amoreiras* (≈3,0 milhões de euros), *Imocolumbia – Sociedade Imobiliária* (≈0,6 milhões de euros), a que acrescem outros valores, como sejam, a exemplo, os do *Edifício 41 – Prom.*

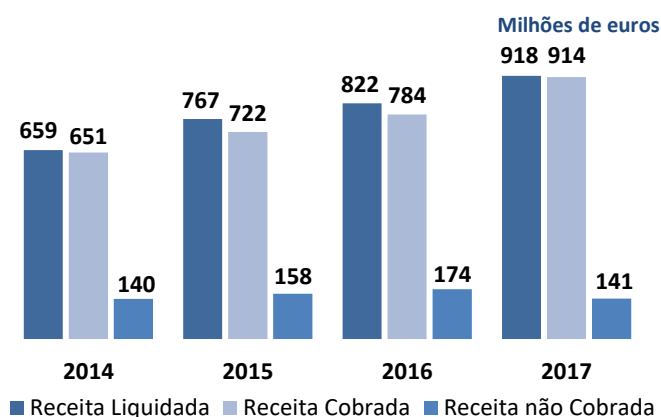
³ produto da receita por cobrar no início do ano + saldo transitado + receita liquidada em 2017, expurgada de liquidações anuladas, reembolsos pagos e receita cobrada líquida

Imob. Hotelaria (≈1,0 milhões de euros) ou a cedência de uma fração do *Picoas Plaza* (≈2,0 milhões de euros).

- A venda de bens e serviços correntes com uma diminuição do valor por cobrar da ordem dos 19,6 milhões de euros face a 2016, fundada:
 - Na variação do saldo por cobrar relativo aos *fees* da EMEL, resultante do aumento do capital social, concretizado mediante entrada em espécie composta pela conversão de crédito que o Município de Lisboa detinha sobre a empresa, respeitante aos anos de 2011 a 2015 (≈14,6 milhões de euros), conforme disposições da Deliberação nº 395/AML/2016, de 22 de novembro, e pelos pagamentos efetuados (≈7,1 milhões de euros), conforme já referido; permanecem em dívida ≈3,7 milhões de euros de 2016 e ≈7,9 milhões de euros de 2017.
 - Na variação do saldo da tarifa de Saneamento e Resíduos Urbanos, -≈6,6 milhões de euros, dado que em 2017 foram cobrados 7,2 milhões de euros respeitantes a novembro de 2016, conforme explicitado em ponto anterior.
- Destacam-se ainda no saldo por cobrar:
 - Cerca de 21,1 milhões de euros em outros serviços (dos quais se salientam ≈18,1 milhões de euros de obras coercivas, ≈1,2 milhões de euros do contrato com a Parque Expo - galeria técnica e ≈ 1,2 milhões de euros de estacionamento privativo);
 - Cerca de 8,7 milhões de euros em rendas de terrenos urbanos (dos quais, ≈ 1,1 milhões de euros respeitam a rendas de 2017 e ≈7,6 milhões de euros a anos anteriores), ligeiramente superior ao registado no final de 2016 (+ ≈0,3 milhões de euros).
- No segmento da venda de bens de investimento não houve alteração significativa do valor, com um saldo próximo dos 10,3 milhões de euros (que inclui cerca de 7,3 milhões de euros de alienações ocorridas entre 2013 e 2017, com pagamento faseado em anos futuros, com destaque para os valores respeitantes à *Fundação EDP*, ≈ 2,1 milhões de euros e ao *Pavilhão Carlos Lopes*, ≈ 1,6 milhões de euros), distribuídos pelas rubricas de Terrenos (≈5,5 milhões de euros), Habitações (≈1,9 milhões) e Edifícios (≈2,9 milhões).
- Nas outras receitas correntes ficaram por cobrar cerca de 9,4 milhões de euros no final de 2017, ou seja menos ≈5,5 milhões de euros do que no final de 2016 por relação, no essencial, com o *Fundo Investimento Imobiliário Fechado Amoreiras* (≈5,4 milhões de euros).

Gráfico 53: Receita Liquidada, Cobrada e Não Cobrada

O gráfico evidencia o referido supra, mostrando os saldos por cobrar em cada final de ano, que em 2017 caíram para valor idêntico ao de 2014, após as subidas verificadas em 2015 e 2016.



A execução orçamental regista os valores liquidados e cobrados do ano (que inclui cobranças relativas a anos anteriores) não distinguindo as correções por via de anulações ou reembolsos.

O saldo global de receita liquidada e não cobrada de 2017 queda-se nos ≈3,8 milhões de euros (excluindo o saldo de gerência) o que, com as componentes de correção referidas, se traduz na diminuição de cerca de 33,4 milhões de euros do saldo por cobrar do final do ano face ao valor inicial.

Atento o valor acumulado da receita por cobrar no final de 2017, observa-se:

- Nas receitas de capital transitaram ≈13,2 milhões de euros de anos anteriores. Em 2017 foram liquidados ≈61,0 milhões de euros, que, após correção de 0,2 milhões de euros relativos a anulações e reembolsos, somaram ≈60,8 milhões de euros; foram cobrados perto de 62,2 milhões de euros, pelo que o saldo de cobranças superou o das liquidações corrigidas em cerca de 1,4 milhões de euros. Se ao saldo obtido retirarmos as cobranças do ano, obtemos ≈11,8 milhões de euros de receita de capital por cobrar no fim de 2017;
- Nas receitas correntes o saldo transitado de 2016 foi próximo dos 158,9 milhões de euros. Em 2017 foram liquidados ≈759,3 milhões de euros (saldo liquido resultante de ≈722,3 milhões de euros de liquidações com uma correção de ≈37,0 milhões de euros respeitantes a reembolsos e anulações) e cobrados ≈754,3 milhões de euros, pelo que o valor cobrado superou o liquidado corrigido de reembolsos e anulações, em ≈32,1 milhões de euros. Se ao saldo obtido retirarmos as cobranças efetuadas em 2017, obtemos um saldo por cobrar, a transitar para 2018, da ordem dos 126,9 milhões de euros.

3.3 DESPESA

3.3.1 DESPESA TOTAL

O Município de Lisboa vem prosseguindo uma estratégia de crescimento, sustentada numa política fiscal competitiva e impulsionadora da atividade económica, reforçando o seu papel de dinamizador da economia, a par com outras políticas que fomentam o empreendedorismo, a criação de novas empresas, a geração de emprego e a qualidade de vida na Cidade.

O esforço de consolidação orçamental e a forte redução da dívida resultaram numa situação de tesouraria manifestamente positiva que tem viabilizado mais investimento na requalificação da Cidade e na melhoria dos serviços urbanos, fazendo de Lisboa uma cidade mais atrativa e mais competitiva e também com renovada visibilidade internacional.

O reconhecimento da solidez financeira do Município permitiu-lhe, designadamente, assegurar uma linha de financiamento de médio e longo prazo (MLP) junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), com chancela do Plano Juncker, iniciativa conjunta do BEI e do Fundo Europeu de Investimento (FEI), para uma carteira de intervenções de importância fundamental para a Cidade, possibilitando o lançamento de um novo ciclo de investimentos que visam preparar Lisboa para as alterações das condições climáticas e melhorar a vida de quem nela habita e trabalha.

A execução da despesa, como referido no tema orçamental, expressa-se em fluxos de saída/pagamento referentes aos custos gerados no ano e aos investimentos executados objeto de pagamento, à utilização de recursos para pagamento de custos e investimento de anos anteriores não pagos no exercício respetivo, assim como à amortização de outra dívida, nomeadamente a relativa a financiamentos obtidos, pelo que os montantes de execução da despesa não coincidem com os custos do exercício que alinham com o princípio da especialização dos exercícios e, designadamente, integram as amortizações de imobilizado ao invés de valores de investimento anuais.

Assim, os dados relativos à despesa resultantes da contabilidade orçamental apresentados neste capítulo podem não coincidir com os custos objeto de análise no ponto relativo aos aspetos patrimoniais, em face da diferença de conceitos presente em cada uma das óticas.

Quadro 39: Despesa Total

Unid: Milhares de Euros

Descrição	2014	2015	2016	2017				Tx Exec.	Crescimento 2017/2016	
				Dotação	Cabiment.	Compr.	Execução		Valor	%
Despesa Corrente	441.941	454.854	474.683	536.808	521.330	518.704	481.063	89,6%	6.380	1,3%
Despesa de Capital	198.060	142.923	211.920	387.619	311.712	297.477	224.822	58,0%	12.902	6,1%
Total	640.000	597.777	686.603	924.427	833.042	816.181	705.885	76,4%	19.281	2,8%
Amort. Emp. CP	55.000									
Total (corrigido)	585.000	597.777	686.603	924.427	833.042	816.181	705.885	76,4%	19.281	2,8%

Em 2017, o Município executou 86,5% dos seus compromissos e 76,4% do seu orçamento de despesa, com um total de pagamentos da ordem dos 705,9 milhões de euros, numa variação de cerca de 19,3 milhões de euros face a 2016, sendo o aumento no segmento de capital responsável por 66,9% do incremento registado.

A despesa corrente prevaleceu na estrutura global da despesa, à semelhança de anos transatos e em face da representatividade da despesa com pessoal que a integra, com um contributo de 68,2% para a execução global e com um crescimento quedado nos 1,3%.

No segmento da despesa de capital, o crescimento foi de 6,1%, com um agregado de pagamentos que somou ≈224,8 milhões de euros, alicerçado na dinâmica da política de investimentos adotada, nomeadamente no âmbito da requalificação do espaço público e dos equipamentos, da remodelação da iluminação pública, da modernização dos serviços e renovação das viaturas de remoção e da frota municipal. Neste plano, foram comprometidos cerca de 297,5 milhões de euros, i.e., 76,7% do valor orçamentado; um aumento da ordem dos 47,3 milhões de euros face ao nível de compromissos firmados em 2016 (≈250,2 milhões de euros, ou seja, 69,1% do valor orçamentado).

A análise realizada neste ponto será centrada em aspetos específicos da contabilidade orçamental – como por exemplo a segmentação de transferências por destinatários – deixando, quando pertinente, a análise da despesa para pontos específicos do Relatório, para evitar a duplicação de informação.

3.3.2 DESPESA CORRENTE

A representatividade da despesa corrente deriva da relevância dos custos com o funcionamento do Município e da Cidade, como sejam os relativos a pessoal, ao tratamento de águas residuais e de resíduos urbanos, ao fornecimento de energia para iluminação pública ou à manutenção de espaços verdes, aliados a uma importante política de apoios municipais, nomeadamente nas áreas da educação, cultura ou direitos sociais que são, à luz do classificador orçamental vigente, gastos de natureza corrente.

O Município despendeu cerca de 481,1 milhões de euros neste segmento da despesa em 2017, o que corresponde a um acréscimo de 1,3%/6,4 milhões de euros face ao ano anterior, numa taxa de execução de 89,6%.

Quadro 40: Despesa Corrente

Unid: Milhares de Euros

Despesa Corrente	2014	2015	2016	2017				Tx Exec.	Crescimento 2017/2016	
				Dotação	Cabiment.	Compr.	Execução		Valor	%
Pessoal	216.512	213.265	216.260	230.550	227.570	227.443	226.896	98,4%	10.636	4,9%
Aq. Bens Serv. Corr.	132.541	125.467	130.999	161.275	153.566	151.904	129.778	80,5%	-1.220	-0,9%
Enc. Corr. Dívida	7.260	9.905	6.637	8.556	7.905	7.904	7.522	87,9%	885	13,3%
Transf. Correntes	70.089	82.212	87.575	103.907	102.062	101.664	89.795	86,4%	2.220	2,5%
Subsídios	8.948	17.621	12.480	24.744	22.897	22.897	20.884	84,4%	8.404	67,3%
Outras Desp. Corr.	6.591	6.383	20.732	7.776	7.330	6.891	6.187	79,6%	-14.545	-70,2%
Total	441.941	454.854	474.683	536.808	521.330	518.704	481.063	89,6%	6.380	1,3%

As despesas com pessoal, com um peso relativo de 47,2% e uma taxa de execução de 98,4%, são as mais expressivas no conjunto das despesas correntes, sendo também as que mais contribuíram para a variação global, com um acréscimo da ordem dos 10,6 milhões de euros, mitigado por minorações noutras componentes para efeitos da variação registada em termos totais.

Os subsídios atribuídos foram o segundo segmento com maior crescimento em valor, com uma variação de ≈8,4 milhões de euros, fundado, no essencial, no apoio às atividades das empresas locais, 100% participadas pelo Município, EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, e GEBALIS - Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa (aspetos tratados com maior detalhe no ponto “*Atividade empresarial local*”).

Ainda no âmbito da despesa corrente, é de registar que as Outras Despesas Correntes recuaram para os níveis de 2014/2015, com uma execução da ordem dos 6,2 milhões de euros numa redução de 14,5 milhões de euros face ao ano anterior, ultrapassadas que foram as ocorrências extraordinárias de 2016 (designadamente, acordo de cedência celebrado com o Estado Português, relativo ao imóvel da Manutenção Militar – Ala Sul e resolução de processos judiciais com impacto nesta rubrica) que promoveram um acréscimo pontual destes gastos.

Com variações menores, mas com grande relevância no capítulo das despesas correntes e por isso de referenciar, importa mencionar as aquisições de bens e serviços, com um peso relativo de 27,0% neste agregado e com uma retração de pagamentos de ≈1,2 milhões de euros face a 2016, bem como as transferências, com um contributo de 18,7% para o total, que cresceram cerca de 2,2 milhões de euros em 2017.

3.3.3 DESPESA DE CAPITAL

As despesas de capital ascenderam a ≈224,8 milhões de euros, registando um crescimento de 6,1%/12,9 milhões de euros face a 2016, decorrente do aumento da despesa de investimento que mais do que compensou os decréscimos verificados na generalidade dos demais segmentos.

Quadro 41: Despesa de Capital

Unid: Milhares de Euros

Despesa de Capital	2014	2015	2016	2017				Tx Exec.	Crescimento 2017/2016	
				Dotação	Cabiment.	Compr.	Execução		Valor	%
Aq. Bens Invest.	68.771	66.663	128.188	280.869	219.916	205.744	153.002	54,5%	24.814	19,4%
Transf. Capital	19.703	17.547	34.798	63.691	48.787	48.724	28.812	45,2%	-5.986	-17,2%
Activos Financ.	0	2.936	3.737	2.936	2.936	2.936	2.936	100,0%	-801	-21,4%
Passivos Financ.	109.586	53.832	45.047	39.325	39.325	39.325	39.324	100,0%	-5.723	-12,7%
Outras Desp. Capital	0	1.945	150	798	748	748	748	93,7%	598	398,7%
Total	198.060	142.923	211.920	387.619	311.712	297.477	224.822	58,0%	12.902	6,1%

A despesa com aquisição de bens de investimento teve um acréscimo aproximado de 24,8 milhões de euros, saldando-se em cerca de 153,0 milhões de euros.

Para a evolução registada contribuíram simultaneamente os incrementos de ≈15,4 milhões de euros e de ≈14,9 milhões de euros na aquisição de *Terrenos* e nas *Construções diversas*, respetivamente, fundados na amortização antecipada de 15,0 milhões de euros na dívida associada à transação judicial relativa à reversão dos terrenos da Feira Popular e nas várias intervenções de requalificação do espaço público concretizadas em 2017. Nas construções em *Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares* registou-se uma execução de 12,0 milhões de euros, com uma quebra de 12,8 milhões de euros face ao ano anterior (em que foram pagos valores relacionados com processos judiciais, como seja o relativo ao Centro Comercial Colombo - 2,6 milhões de euros com contrapartida na receita em 2016, sem correspondência em 2017).

O aumento global das despesas de capital foi mitigado pelos decréscimos registados, face ao período homólogo nas transferências de capital - com uma variação de -17,2%/-≈6,0 milhões de euros, relacionado com a variação da execução de contratos de delegação de competências e nos passivos financeiros, com uma variação de -12,7%/-≈5,7 milhões de euros, fundados na evolução do ciclo de reembolsos da dívida em carteira.

3.3.4 DESPESA POR GRANDES AGREGADOS

Quadro 42: Despesa por Grandes Agregados

Descrição	2014	2015	2016	2017				Tx Exec.	Crescimento 2017/2016	
				Dotação	Cabiment.	Compr.	Execução		Valor	%
				Unid: Milhares de Euros						
Desp. Pessoal	216.512	213.265	216.260	230.550	227.570	227.443	226.896	98,4%	10.636	4,9%
Encargos Financ.	116.846	63.738	51.684	47.881	47.230	47.229	46.846	97,8%	-4.838	-9,4%
Aquisição Bens Serv.	132.541	125.467	130.999	161.275	153.566	151.904	129.778	80,5%	-1.220	-0,9%
Transf. e Subsídios	98.740	117.380	134.853	192.343	173.746	173.285	139.491	72,5%	4.638	3,4%
Investimentos	68.771	69.599	131.925	283.805	222.852	208.680	155.938	54,9%	24.013	18,2%
Outras	6.591	8.328	20.882	8.574	8.078	7.640	6.935	80,9%	-13.947	-66,8%
Total	640.000	597.777	686.603	924.427	833.042	816.181	705.885	76,4%	19.281	2,8%

Para esta análise consideram-se os agregados apresentados no quadro, referentes aos seguintes capítulos (com detalhe evidenciado nos mapas anexos ao Relatório e nas Demonstrações Financeiras):

- Despesas com pessoal (capítulo económico 01);
- Encargos financeiros (capítulos económicos 03 – de natureza corrente e 10 – de capital);
- Aquisição de bens e serviços (capítulo económico 02);
- Transferências e subsídios (capítulos 04, 08 e 05) – que abrangem os valores transferidos para terceiros, para financiar despesa de natureza corrente ou de capital e, quanto ao capítulo 05, os subsídios à exploração que, desde logo, espelham o apoio necessário à prática de preços inferiores aos que resultariam do mercado;
- Investimentos e ativos financeiros (capítulos 07 e 09), respeitantes à despesa com bens de carácter reprodutivo e/ou relacionado com os meios de produção municipais bem como à carteira de investimentos financeiros municipal;
- Outras despesas (capítulos 06 e 11, respetivamente, outras despesas correntes e outras despesas de capital).

DESPESAS COM PESSOAL

A despesa com Pessoal foi da ordem dos 226,9 milhões de euros, com uma execução de 98,4% e um acréscimo de 4,9%/10,6 milhões de euros, decorrente, no essencial, do aumento do efetivo municipal com uma variação líquida de +346 pessoas/+4,5% (num efetivo de 8.023 no final de 2017 *versus* o de 7.677 de 2016), excluindo os contratos de prestação de serviços. Esta variação radicou, no fundamental, nas novas admissões de assistentes operacionais, num total de 332 e

elementos da Polícia Municipal (PM), num total de 144, parcialmente compensadas pelas saídas ocorridas, das quais 129 foram a título definitivo.

Quadro 43: Despesas com o Pessoal

Unid: Milhares de Euros

Descrição	2014	2015	2016	2017			Tx Exec.	Crescimento 2017/2016	
				Dotação	Compr.	Execução		Valor	%
Pessoal do Quadro e Requisições	98.648	97.832	99.272	103.135	102.890	102.890	99,8%	3.617	3,6%
Contrato Trabalho a Termo Certo + CAP	16	0	0	0	0	0	0,0%	0	-
Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença	7.329	9.011	10.647	9.411	9.204	9.008	95,7%	-1.639	-15,4%
Pessoal em Qualquer Outra Situação	2.330	1.823	1.817	2.027	1.998	1.998	98,6%	181	10,0%
Sub. Refeição + Sub. Férias e Natal	26.340	25.629	25.720	28.118	27.782	27.782	98,8%	2.062	8,0%
Outras Remunerações	9.311	8.448	8.367	9.724	9.517	9.517	97,9%	1.150	13,7%
TOTAL DAS REMUNERAÇÕES CERTAS	143.974	142.743	145.823	152.416	151.391	151.195	99,2%	5.371	3,7%
Horas Extraordinárias	8.682	8.877	9.197	10.097	10.067	10.067	99,7%	869	9,5%
Sub. Trab. Not., Turno e Insalubridade	6.420	6.487	6.681	7.572	7.518	7.518	99,3%	837	12,5%
Outros Abonos	5.446	6.544	5.811	7.786	7.210	7.180	92,2%	1.369	23,6%
TOTAL ABONOS VAR. OU EVENTUAIS	20.548	21.908	21.689	25.454	24.795	24.765	97,3%	3.076	14,2%
Encargos com Saúde (ADSE)	6.453	4.639	4.908	5.670	5.329	5.261	92,8%	354	7,2%
Caixa Geral de Aposentações	28.850	28.294	28.746	29.975	29.724	29.724	99,2%	979	3,4%
Outras Pensões	7.071	6.330	5.668	5.580	5.184	5.184	92,9%	-485	-8,6%
Outras Despesas c\ a Segurança Social	9.617	9.351	9.426	11.455	11.021	10.767	94,0%	1.341	14,2%
TOTAL CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	51.990	48.613	48.748	52.680	51.258	50.937	96,7%	2.189	4,5%
TOTAL	216.512	213.265	216.260	230.550	227.443	226.896	98,4%	10.636	4,9%

Das variações verificadas neste capítulo, importa destacar:

- O aumento de ≈7,3 milhões de euros de despesa associada ao efetivo da PM, que passou de 470 elementos, em dezembro de 2016, para 587 no final de 2017. O impacto desta variação foi de ≈4,9 milhões de euros nas Remunerações Certas, ≈1,3 milhões de euros nos Abonos Variáveis ou Eventuais e ≈1,2 milhões de euros nas Contribuições Sociais;
- O acréscimo da ordem dos 1,5 milhões de euros com o pessoal do RSB fundado na passagem a bombeiro sapador de diversos elementos do seu efetivo que terminaram a recruta e à consolidação de mobilidade intercategorias;
- O incremento de ≈1,4 milhões de euros nas despesas com pessoal da Direção Municipal de Higiene Urbana motivado pela entrada de novos funcionários por via concursal, com impacto no capítulo das remunerações e dos suplementos remuneratórios.

AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES

A despesa ocorrida neste segmento, com uma taxa de execução de 80,5%, foi da ordem dos ≈129,8 milhões de euros, com uma quebra de 0,9%/1,2 milhões de euros face ao período homólogo.

Quadro 44: Aquisição de Bens e Serviços

Unid: Milhares de Euros

Descrição	2014	2015	2016	2017			Tx Exec.	Crescimento 2017/2016	
				Dotação	Compr.	Execução		Valor	%
Encargos das Instalações	28.152	19.744	19.828	21.010	20.980	17.623	83,9%	-2.205	-11,1%
Conservação de Bens	1.320	1.102	1.826	1.965	1.643	1.368	69,6%	-458	-25,1%
Comunicações	2.212	1.888	1.992	2.487	2.434	1.917	77,1%	-75	-3,8%
Combustíveis e Lubrificantes	5.366	4.042	3.741	4.451	4.299	3.979	89,4%	238	6,4%
Material de Escritório	472	400	382	314	292	227	72,1%	-155	-40,7%
Refeições Confeccionadas	5.953	3.970	4.135	4.064	4.036	3.758	92,5%	-377	-9,1%
Outros Bens	4.830	4.644	5.504	6.579	5.862	4.791	72,8%	-713	-13,0%
Rendas e Alugueres	3.496	4.340	4.549	6.242	5.725	5.365	86,0%	816	17,9%
Consult. Assist. Téc. e Trab. Especial.	10.820	7.841	9.890	18.889	14.845	10.002	53,0%	111	1,1%
Publicidade	1.432	1.233	1.947	2.615	2.181	1.986	76,0%	40	2,0%
Espaços Verdes	5.650	3.838	5.520	7.710	7.633	6.022	78,1%	502	9,1%
Fornecimento de Energia - Iluminação Pública	14.061	8.126	8.057	12.824	12.810	7.393	57,7%	-664	-8,2%
Transportes, Desloc. e Estadas	2.034	1.869	2.288	3.050	2.693	2.430	79,7%	142	6,2%
Encargos de Cobr. Receitas	7.610	8.623	9.914	11.769	11.292	11.113	94,4%	1.198	12,1%
Outros Serviços	15.303	13.503	8.489	10.212	8.645	6.697	65,6%	-1.792	-21,1%
Recolha e trat. resíduos e águas res.	23.830	40.304	42.934	47.093	46.534	45.106	95,8%	2.172	5,1%
Valorsul	3.018	6.999	6.541	5.981	5.513	5.513	92,2%	-1.028	-15,7%
Águas do Tejo Atlântico	20.812	33.305	36.394	41.112	41.021	39.594	96,3%	3.200	8,8%
TOTAL	132.541	125.467	130.999	161.275	151.904	129.778	80,5%	-1.220	-0,9%

Na análise mais detalhada desta tipologia de despesa, importa mencionar:

- O agregado dos Encargos das Instalações, que engloba os custos suportados com a eletricidade, água, gás, as pequenas reparações, a limpeza e vigilância das instalações de serviços e equipamentos, com pagamentos de cerca de 17,6 milhões de euros. O ano de 2017 registou um decréscimo de 11,1%/≈2,2 milhões de euros face à despesa do ano anterior, alicerçado, no essencial, nas poupanças obtidas nos consumos de eletricidade e de água, por via, desde logo e respetivamente, da celebração de contratos com melhores condições e na melhoria da gestão e controlo dos locais, mitigadas pelo aumento da despesa com vigilância e segurança resultante da atualização de preços nos novos contratos e da substituição da vigilância eletrónica por vigilância humana em alguns locais como sejam as Bibliotecas de Belém e Camões, o Arquivo Municipal do Alto da Eira ou a Escola das Gaivotas;
- O segmento da Recolha e Tratamento de Resíduos e de Águas Residuais, com uma execução saldada em cerca de 45,1 milhões de euros e uma variação de 5,1%/≈2,2 milhões de euros face a 2016. No tratamento de águas residuais foram despendidos ≈39,6 milhões de euros, dos quais 26,3 milhões respeitaram à prestação de serviços e 13,3 milhões ao cumprimento das obrigações associadas aos acordos de pagamento celebrados (com uma variação de cerca de 3,2 milhões de euros fundada no início do período de reembolso do acordo de 2015). Na recolha e tratamento de resíduos foram pagos ≈5,5 milhões de euros, dos quais ≈4,3 milhões de euros respeitaram aos serviços do ano (com a reclassificação de cerca de 0,7 milhões de euros da fatura anual, relativa à Taxa de Gestão de Resíduos, para o grupo da

outra despesa corrente) e ≈1,2 milhões de euros ao cumprimento das obrigações associadas ao acordo de pagamento celebrados com a Valorsul.

- Os Encargos de cobrança de receita, com pagamentos da ordem dos 11,1 milhões de euros registaram uma variação de ≈1,2 milhões de euros, face a 2016, correlacionada com o acréscimo da receita fiscal, máxime por via do IMT;
- Os Outros Serviços, com uma execução global de cerca de 6,7 milhões de euros e um decréscimo, em período homólogo, de 21,1%/-1,8 milhões de euros, para o qual contribuiu o cumprimento integral, em 2016, do acordo de pagamento com a Parque Expo, relativo a serviços de gestão urbana no Parque das Nações (num impacto da ordem dos -2,8 milhões de euros);
- O Fornecimento de Energia - Iluminação Pública, com uma execução aproximada de 7,4 milhões de euros e um decréscimo da ordem dos 0,7 milhões de euros face a 2016 (a existência de diferendos com a empresa fornecedora na validação dos consumos associados a este fornecimento tem inviabilizado a regularização de toda a despesa associada);
- O grupo da Consultadoria, Assistência Técnica e Trabalhos Especializados com pagamentos de ≈10,0 milhões de euros e uma variação da ordem dos 0,1 milhões de euros por contraponto com 2016. Neste agregado relevam as despesas relativas à recolha de resíduos no Parque das Nações (≈1,4 milhões de euros), à assistência técnica às viaturas da frota municipal (≈1,1 milhões de euros), à vigilância de tráfego e sistema de radares (≈0,7 milhões de euros), à limpeza de *graffitis* na cidade (≈0,5 milhões de euros), à realização de estudos relativos a instrumentos de gestão territorial (≈0,4 milhões de euros) e aos trabalhos especializados de modernização de sistemas de informação (≈0,4 milhões de euros).

TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS

No exercício de 2017, as transferências financeiras efetuadas pelo Município ascenderam a cerca de 118,6 milhões de euros, dos quais ≈89,8 milhões de euros de natureza corrente e ≈28,8 milhões de euros de capital, numa execução de 70,8% da estimativa anual.

Esta despesa teve uma diminuição de 3,1%/3,8 milhões de euros, pelo efeito combinado do aumento das transferências correntes, cifrado em 2,5%/≈2,2 milhões de euros, com o decréscimo nas de capital, que foi de 17,2%/6 milhões de euros.

Quadro 45: Transferências Correntes e de Capital

Unid: Milhares de Euros

Descrição	2014	2015	2016	2017			Tx Exec.	Crescimento 2017/2016	
				Dotação	Compr.	Execução		Valor	%
Soc. E Quase-Soc. Não Financeiras	1.384	1.694	2.594	13.103	12.687	2.457	18,7%	-137	-5,3%
Administração Central	956	1.250	768	1.046	922	829	79,3%	60	7,9%
Freguesias	54.734	64.069	66.206	68.277	68.051	68.006	99,6%	1.800	2,7%
Reforma Administrativa	52.787	61.483	62.211	63.327	63.327	63.327	100,0%	1.116	1,8%
Outros	1.947	2.586	3.995	4.949	4.724	4.679	94,5%	684	17,1%
Restante Adm. Local	112	112	112	112	112	112	100,0%	0	0,0%
Instituições sem Fins Lucrativos	12.628	14.542	17.229	19.995	18.934	17.568	87,9%	339	2,0%
Outras Transf. Correntes	275	541	665	1.375	957	822	59,8%	157	23,7%
Resto do Mundo - UE - Instituições	0	3	0	0	0	0	-	0	-
Total das Transferências Correntes	70.089	82.212	87.575	103.907	101.664	89.795	86,4%	2.220	2,5%
Soc. E Quase-Soc. Não Financeiras	8.529	5.302	5.351	24.103	9.861	4.476	18,6%	-875	-16,3%
Empresas Municip. e Intermunicipais	8.366	5.194	5.201	23.738	9.506	4.121	17,4%	-1.080	-20,8%
Outras	163	108	150	365	355	355	1,0	206	137,5%
Freguesias	10.363	11.462	24.127	24.734	24.208	17.061	69,0%	-7.065	-29,3%
Reforma Administrativa	10.118	8.903	8.989	9.138	9.138	9.138	100,0%	149	1,7%
Outros	244	2.559	15.138	15.596	15.070	7.923	50,8%	-7.214	-47,7%
Instituições Sem Fins Lucrativos	754	592	5.017	14.493	14.297	7.066	48,8%	2.048	40,8%
Famílias	56	92	203	110	108	108	98,1%	-95	-46,6%
Outras	1	100	100	250	249	100	40,0%	0	0,0%
Total Transferências de Capital	19.703	17.547	34.798	63.691	48.724	28.812	45,2%	-5.986	-17,2%
TOTAL	89.792	99.759	122.373	167.599	150.388	118.607	70,8%	-3.766	-3,1%

As transferências para as Juntas de Freguesia, com um contributo de 71,7% para as transferências anuais, totalizaram cerca de 85,1 milhões de euros, dos quais ≈70,8 milhões corresponderam a recursos no âmbito da reorganização administrativa de Lisboa, conforme estabelecido na Lei de Orçamento de Estado 2017 (OE/2017). Do total transferido, perto de 68,0 milhões de euros foram de natureza corrente.

Em 2017, as transferências para as Juntas retraíram ≈5,2 milhões de euros, resultado da dinâmica combinada do reforço nas de natureza corrente, da ordem dos 1,8 milhões de euros (por via, desde logo, do aumento inscrito no OE/2017, ≈1,0 milhões de euros) e da retração próxima dos 7,1 milhões de euros nas de capital, relacionadas com a execução dos contratos de delegação de competências vigentes.

Nas transferências de capital para as empresas locais municipais observou-se uma quebra da ordem dos 1,1 milhões de euros, que resultou do incremento de ≈2 milhões de euros no âmbito da execução do Contrato-programa celebrado com a SRU, a par com a quebra nos valores transferidos para a Gebalis por via do encerramento de contratos-programa celebrados no âmbito do *Programa de Investimentos Prioritários em Ações de Reabilitação Urbana* – PIPARU, ≈3,1 milhões de euros.

As transferências para Instituições sem Fins Lucrativos tiveram um acréscimo próximo dos 2,4 milhões de euros, dos quais cerca de 2,0 milhões de euros referentes a transferências de capital respeitando, no essencial, ao acréscimo de 1,7 milhões de euros na execução do Fundo de Desenvolvimento Turístico de Lisboa.

Quadro 46: Subsídios Correntes

Unid: Milhares de Euros

Descrição	2014	2015	2016	2017			Tx Exec.	Crescimento 2017/2016	
				Dotação	Compr.	Execução		Valor	%
EBAHL/EGEAC.ME	5.814	8.793	4.500	10.970	10.970	10.970	100,0%	6.470	143,8%
SRU Ocidental	260	650	230	300	300	300	100,0%	70	30,4%
GEBALIS		2.500	2.046	7.534	6.703	5.689	75,5%	3.643	178,0%
Total Empresas Munic. e InterMunic.	6.074	11.943	6.776	18.804	17.973	16.959	90,2%	10.183	150,3%
Associação Turismo de Lisboa	1.750	4.553	4.116	4.815	3.799	2.800	58,2%	-1.316	-32,0%
Assoc. Música, Educação e Cultura	1.124	1.125	1.588	1.125	1.125	1.125	100,0%	-463	-29,2%
Total Out. Soc. e Quase Soc. N/Financ.	2.874	5.678	5.704	5.940	4.924	3.925	66,1%	-1.779	-31,2%
TOTAL	8.948	17.621	12.480	24.744	22.897	20.884	84,4%	8.404	67,3%

Em 2017 foram atribuídos cerca de 20,9 milhões de euros de subsídios, com um acréscimo da ordem dos 8,4 milhões de euros face a 2016.

Os subsídios e as transferências para as empresas municipais são objeto de maior detalhe no ponto relativo à “*Atividade empresarial local*”, pelo que esta análise incide fundamentalmente sobre os demais subsídios atribuídos em 2017; assim:

- A Associação de Turismo de Lisboa (ATL), da qual o Município é associado fundador e que tem como objetivo principal a promoção de Lisboa como destino turístico em diversas áreas, nomeadamente lazer, congressos, feiras, beneficiou de ≈2,8 milhões de euros (a redução ≈1,3 milhões de euros deveu-se à regularização, em 2016, de rendas de anos anteriores);
- A Associação de Música, Educação e Cultura (AMEC) para a promoção do ensino da música e desenvolvimento do projeto artístico assente em agrupamentos musicais profissionais e amadores recebeu ≈1,1 milhões de euros;

No quadro das empresas, e em síntese:

- A EGEAC, empresa responsável pela gestão de diversos equipamentos e dinamização de eventos culturais recebeu, em 2017, cerca de 11,0 milhões de euros (que agrega 1,6 milhões de pagamentos devidos no âmbito da Proposta nº 617/2015, de 8 de outubro), com reforço da subsidiação municipal por via da transferência da gestão dos museus da cidade para a empresa a par com o incremento da atividade de dinamização cultural;
- A GEBALIS, empresa responsável pela gestão e requalificação dos bairros municipais, beneficiou de cerca de 5,7 milhões de euros, numa variação de ≈3,6 milhões de euros face a 2016, no âmbito da execução do contrato-programa celebrado para realização de trabalhos de beneficiação, conservação e manutenção do edificado municipal (Proposta nº 398/2015, de 19 de junho);
- A LISBOA OCIDENTAL, SRU - empresa local de promoção do desenvolvimento local e regional, recebeu 300 mil euros de subsídio de exploração anual.

DESPESAS DE INVESTIMENTO

A análise dos pagamentos realizados com a aquisição de bens de investimento está detalhada no ponto «*Reporting* de atividades» no âmbito do Plano Plurianual de Investimentos.

SERVIÇO DA DÍVIDA E OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS

No final de 2017, a despesa associada ao serviço da dívida de Médio e Longo Prazo (MLP), reunindo os empréstimos, acordos de pagamento e outros encargos financeiros com classificação nestas económicas, foi da ordem dos 46,8 milhões de euros, com uma variação de -9,3%/-≈4,8 milhões de euros face ao ano anterior, com a seguinte execução:

- Empréstimos de MLP: ≈39,3 milhões de euros, dos quais ≈37,7 milhões de euros em amortizações e ≈1,6 milhões de euros em juros, correspondendo a um decréscimo da ordem dos 0,8 milhões de euros. Esta evolução resulta da redução dos juros, por relação com os indexantes negativos a par do decurso do normal reembolso da dívida e da revisão, em baixa, de *spreads* aplicáveis á dívida em carteira (vide análise mais detalhada apresentada no ponto sobre a dívida de médio e longo prazo);
- Acordos de pagamento com cessão de créditos junto da banca: ≈4,4 milhões de euros, dos quais ≈1,7 milhões de euros em amortizações (há pagamentos de acordos com registo noutras económicas em consonância com a natureza da despesa a que se referem) e ≈2,8 milhões em juros, correspondendo a uma redução de ≈7,1 milhões de euros face a 2016. Esta variação justifica-se com os decréscimos nas amortizações (5,9 milhões de euros, em resultado do Acordo SIMTEJO de 2007 ter atingido a maturidade em 2016) e nos juros (1,2 milhões de euros, reflexo do efeito conjugado da manutenção de indexantes negativos e da redução do *spread* do Acordo Bragaparkes/CGD, negociado em 2016 com impacto em 2017, e do normal decurso dos respetivos planos de reembolso);

Os outros encargos financeiros, incluindo comissões, garantias, outras despesas bancárias e juros de mora registaram pagamentos de 3,2 milhões de euros, sendo a variação face a 2016, no essencial, radicada no valor de juros de mora suportados no âmbito de processo judiciais resolvidos.

4. A ATIVIDADE EMPRESARIAL LOCAL

No final do exercício de 2017, o Município de Lisboa detinha integralmente o capital social de cinco empresas com objetivos setoriais e áreas de atuação distintas, nomeadamente: transporte público urbano de superfície de passageiros, cultura, gestão e exploração de soluções de mobilidade urbana, gestão do parque habitacional social e outro edificado e reabilitação urbana, a saber:

- CARRIS – Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E M, S.A.;
- EGEC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E.M., S.A.;
- EMEL – Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.;
- GEBALIS – Gestão do Arrendamento Social em Bairros Municipais de Lisboa, E.M., S.A.;
- LISBOA OCIDENTAL, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M., S.A.

4.1 ASPETOS DE CONTEXTO

LEI Nº 50/2012

A Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, que aprovou o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (RJAEPL), introduziu reformas substanciais no quadro do funcionamento do sector empresarial local, clarificando o funcionamento deste setor, complementadas posteriormente pela aprovação do Decreto-Lei nº 133/2013, de 30 de outubro que visou reforçar os instrumentos de acompanhamento económico-financeiro. Destes diplomas sobressaem:

- O alargamento do âmbito subjetivo de aplicação do regime das empresas públicas, densificando o conceito de empresa pública, assim como o de influência dominante;
- A inclusão do conceito de sector público empresarial, constituído pelo sector empresarial do estado e sector empresarial local (SEL);
- A criação da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do sector público empresarial (UT), conforme disposto no Decreto Regulamentar nº 1/2014, de 10 de fevereiro.

De entre as regras a observar relevam-se:

- A função acionista no SEL – nas empresas locais e demais entidades subordinadas ao regime jurídico da atividade local e das participações locais - é realizada pelos órgãos executivos do município e associações de municípios, exercendo-se o seu controlo e monitorização de acordo com o regime jurídico da tutela administrativa conforme previsto no RJAEPL;

- A criação de entidades do SEL implica a realização de estudos de viabilidade económica e financeira, que são obrigatoriamente sujeitos à UT;
- A obrigação de prestação da informação à UT, nomeadamente Plano de Atividades e Orçamento anual e plurianual, incluindo planos de investimento e fontes de financiamento que é assegurada via Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL);
- A obrigação de monitorização do equilíbrio financeiro e do endividamento, prevendo-se, designadamente, que no caso de desequilíbrio de contas e até que se verifique o reequilíbrio financeiro, o titular da função acionista tem a obrigação de impedir a assunção de novos encargos financeiros por estas empresas.

LEI Nº 75/2013

A Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, ao estipular o regime jurídico das autarquias locais, estabeleceu que:

- São competência das Câmaras nomear o representante do respetivo Município na Assembleia Geral das empresas locais (artigo 33º);
- São competência das Assembleias Municipais acompanhar e fiscalizar a atividade das empresas locais e analisar, com base na informação disponibilizada pela Câmara, os resultados da participação do Município nas empresas locais (artigo 25º);
- São competência das Assembleias Municipais, deliberar sobre todas as matérias previstas no regime jurídico da atividade empresarial local, não atribuídas à Câmara Municipal (artigo 25º);
- São competência das Assembleias Municipais apreciar os resultados da participação do município nas empresas locais (artigo 25º).

LEI Nº 73/2013

A Lei nº 73/2013, de 03 de setembro, veio estabelecer o regime financeiro das autarquias locais e entidade intermunicipais, sendo de destacar que para efeitos do limite legal de endividamento, a dívida total do Município - conforme alínea c) do nº 1 do artigo 54º - inclui a das empresas locais, na proporção da respetiva participação no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto.

CARRIS – COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, E.M., S.A.

O Governo assinou um memorando de entendimento com o Município de Lisboa, no cumprimento do seu programa e no âmbito da sua estratégia para o sector dos transportes, com o objetivo de fazer regressar a CARRIS – Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M.,S.A. (Carris) à esfera municipal.

Neste quadro, a Lei nº 22/2016, de 4 de agosto, estabeleceu a total autonomia jurídica da Carris e pelo Decreto - Lei nº 86-D/2016 de 30 de dezembro, a 1 de fevereiro de 2017, o Município assumiu as atribuições e competências legais relativas ao serviço público de transporte coletivo de superfície de passageiros na cidade de Lisboa, com transferência, pelo Estado, da posição contratual do Contrato de Concessão de Serviço Público e da totalidade das ações representativas do capital social da Carris. No âmbito da transferência da gestão da Carris para o Município de Lisboa, o Estado assumiu as obrigações inerentes à dívida financeira da Carris, reconhecida no balanço a 31 de dezembro de 2016, bem como as obrigações financeiras decorrentes do artigo 6º do Decreto-Lei nº86-D/2016, de 30 de dezembro, de que se relevam as responsabilidades referentes:

- *“À dívida financeira da Carris, enquanto dívida bancária acumulada reconhecida no balanço da Carris em 31 de dezembro de 2016, bem como os encargos financeiros resultantes da referida dívida que se possam vencer após aquela data;*
- *Às responsabilidades formadas ou em formação relativas a complementos de pensões de reforma ou invalidez dos trabalhadores da Carris (...);*
- *A quaisquer eventuais responsabilidades que venham a ser apuradas, em termos definitivos, designadamente por sentença judicial ou acórdão arbitral transitados em julgado (...) de atos tomados por deliberação do Conselho de Administração aqui previstos;*
- *Às compensações financeiras no âmbito da prestação da obrigação de serviço público (...);*
- *A quaisquer eventuais responsabilidades que venham ser apuradas, em termos definitivos, incluindo despesas, honorários de advogados e custas (...) com instituições financeiras;*
- *A quaisquer eventuais responsabilidades que venham a ser apuradas (...) relativamente a factos formados até 31 de dezembro de 2016 (...).”*

O Município, pelo seu lado, assumiu a responsabilidade das obrigações de serviço público impostas à Carris, bem como a responsabilidade pelos respetivos resultados de exploração (artigo 7º do Decreto-Lei nº86-D/2016, de 30 de dezembro).

A Carris é uma pessoa coletiva de direito privado, sob a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, de responsabilidade limitada, com natureza municipal, constituída pelo

Município de Lisboa, que goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. É uma empresa local que tem como objeto social a exploração, em regime de concessão, do serviço público de transporte coletivo de passageiros à superfície de âmbito municipal, que se desenvolve maioritariamente na cidade de Lisboa.

O Decreto-Lei nº86-D/2016, de 30 de dezembro estabelece ainda, conforme alínea c) do nº 1 do artigo 8º que, *“No que se refere ao regime de fusão, cisão e dissolução, aplicam-se as disposições pertinentes do Código das Sociedades Comerciais e do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, alterado pela Lei nº75-A/2014, de 30 de Setembro, não se aplicando os artigos 23º, 62º e 63º e o nº2 do artigo 64º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, alterada pelas Leis nºs 53/2014, de 25 de agosto, 69/2015, de 16 de julho, e 7-A/2016, de 30 de março.”*

EGEAC – EMPRESA DE GESTÃO DE EQUIPAMENTOS E ANIMAÇÃO CULTURAL, E.M., S.A.

A informação vinculativa da Autoridade Tributária de 2014, relativa à isenção do IVA nos subsídios à exploração à EGEAC, originou a emissão de notas de crédito por parte da EGEAC no valor de cerca de 4,5 milhões de euros (Contratos-Programa anteriores de 2011 a 2013), dos quais foram pagos cerca de 1,6 milhões de euros em 2015, estando o remanescente pendente de decisão relativamente à impugnação do indeferimento parcial dado pela ATA relativamente aos anos de 2011 e 2012.

Em 2016, com efeitos no segundo semestre, foi transferido um novo conjunto de equipamentos para a esfera da EGEAC, constituídos pelo Museu de Lisboa através dos seus núcleos (Torreão Poente do Terreiro do Paço, Palácio Pimenta, Santo António, Núcleo Arqueológico da Casa dos Bicos e Teatro Romano), Museu do Aljube - Resistência e Liberdade, Museu Bordalo Pinheiro, Teatro Aberto, Galeria da Mitra e o Projeto Africa.

A concretização do Plano de Atividades para 2017 assentou na celebração de um Contrato-programa quantificado em 10,0 milhões de euros que reflete também a existência de novas responsabilidades na esfera da empresa, conforme se rememorou supra; o contrato-programa visa dar cobertura aos *deficits* de exploração para garantia do equilíbrio das contas, prevendo-se que o valor possa ser ajustado se desnecessário àquele objetivo essencial.

Em 2017, o Município de Lisboa procedeu ao pagamento integral do subsídio de exploração previsto no contrato-programa celebrado (com diferimento de 350 mil euros) e ao pagamento de cerca de 1,6 milhões de euros de contrato-programa anterior.

A EGEAC consolidou e reforçou o seu posicionamento estratégico no panorama cultural da cidade de Lisboa, mantendo a sua trajetória de crescimento do número de visitantes, 12,7% / 318.581 visitantes (não considerando os equipamentos integrados em julho de 2016), relevando o Castelo de S. Jorge e o Padrão dos Descobrimentos, com 1.970.888 e 351.512 visitantes, e crescimentos de 11,1% e 43,7%, respetivamente, face a 2016. Desta evolução resultaram acréscimos nos rendimentos da ordem dos 1,7 milhões de euros/13,7% face ao ano anterior, com relevo para o Castelo de S. Jorge, com uma variação de +11,2 %/+1,2 milhões de euros.

O artigo 190º da Lei de Execução Orçamental de 2016 estipulou que as empresas locais que exerçam, a título principal, as atividades de gestão de equipamentos e prestação de serviços na área da cultura se encontram excluídas da obrigatoriedade de dissolução, nos casos em que se verifique que as vendas e prestações de serviços, nos últimos 3 anos, não cubram, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios ou quando o peso dos subsídios à exploração atribuídos pela entidade pública participante for superior a 50% das suas receitas, mantendo-se as demais condições aplicáveis; a EGEAC cumpriu os critérios anteriormente definidos.

EMEL – EMPRESA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E ESTACIONAMENTO DE LISBOA E.M., S.A.

O objeto social da EMEL é o da prestação de serviços de interesse geral no âmbito do desenvolvimento, gestão e exploração de soluções de mobilidade urbana, as quais incluem a construção, promoção e gestão de infraestruturas de estacionamento público urbano, nomeadamente, a fiscalização do cumprimento das disposições do Código da Estrada, das normas constantes de legislação complementar e dos regulamentos e posturas municipais relativos ao estacionamento público e serviços de apoio à mobilidade urbana, a fiscalização do estacionamento público urbano e serviços associados, a prestação de serviços de interesse geral no âmbito do transporte público urbano de passageiros, bem como o exercício de todas as atividades complementares ou acessórias ao seu objeto social que lhe venham a ser confiadas pelo Município de Lisboa, ou que se revelem necessárias e adequadas para a sua boa realização.

No quadro do exercício da sua atividade, a EMEL paga uma compensação (*fee*) anual ao Município de Lisboa, com base nas atividades decorrentes do estacionamento, do cumprimento de ações de fiscalização, designadamente emissão de Avisos, denunciadores de infrações ao Código da Estrada, operações subsequentes de processamento de ações que permitem a identificação do condutor, emissão do auto e notificação do arguido, da remoção de veículos em

infrações ou o seu bloqueamento, bem como a quota-parte do valor das coimas aplicadas, de acordo com o estipulado na Proposta nº 177/ 2015, de 8 de abril.

De acordo com a Deliberação nº 395/AML/2016, de 22 de novembro, com visto prévio em março de 2017, a EMEL realizou um aumento de capital em espécie, no valor de 18 milhões de euros, por conversão de créditos do Município de Lisboa, no quadro da expansão da área de intervenção da empresa, pelo que terá que promover, num período relativamente curto, o ordenamento do estacionamento em todas as zonas da cidade em que tal se releve necessário, perspetivando-se que a oferta de lugares de estacionamento na via pública cresça dos 52 mil lugares em 2015 para os 140 mil lugares em 2020.

GEBALIS – GESTÃO DO ARRENDAMENTO DA HABITAÇÃO MUNICIPAL DE LISBOA, E.M., S.A.

A Gebalis – Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa, EM, S.A., é uma Empresa Municipal, dotada de personalidade jurídica e autonomia administrativa, financeira e patrimonial, criada em 1995, para assegurar a gestão dos Bairros Municipais de Lisboa que o Município lhe confiar.

Pela Deliberação nº 186/AML/2015, de 7 de julho, foi celebrado um contrato-programa com a Gebalis, com execução prevista até 2020, orçado em 25 milhões de euros, com vista a dotar a GEBALIS dos meios financeiros necessários para fazer face a um conjunto de obras em bairros e edifícios municipais ou frações municipais, que se reputam de intervenção prioritária, a carecer de trabalhos de beneficiação, conservação e manutenção para reposição e melhoria das condições de segurança, salubridade, higiene e conforto do edificado. Ao abrigo deste contrato-programa o Município transferiu um valor acumulado da ordem dos 10,2 milhões de euros, dos quais ≈ 5,7 milhões de euros foram pagos em 2017.

LISBOA OCIDENTAL, SRU – SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA, E.M., S.A.

A Lisboa Ocidental, SRU é uma empresa de natureza não comercial, de promoção do desenvolvimento local e regional com atuação na renovação das infraestruturas, reabilitação do espaço público e de edifícios municipais ou para arrendamento, criada ao abrigo do Decreto-Lei nº 104/2004, de 7 de maio. No quadro da estratégia de reabilitação urbana do Município, nomeadamente quanto à requalificação e reabilitação do espaço e equipamentos serem âncoras de regeneração e alavancas potenciadoras de reabilitação urbana da cidade, o Município

procedeu, pela Deliberação nº 558 / 2014, de 8 de outubro, ao alargamento geográfico da área de atuação original da SRU, para que esta proceda à *“reabilitação de edifícios na área de reabilitação urbana de Lisboa das quais seja encarregue pela Câmara Municipal”*

A Lisboa Ocidental, SRU, no âmbito da reabilitação urbana rege-se pelo regime jurídico estipulado no Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei nº 32/2012, de 14 de agosto. O Decreto-Lei nº 88/2017, de 27 de julho, veio clarificar que o regime aplicável à extinção das sociedades de reabilitação urbana, constituídas ao abrigo do Decreto-Lei nº 104/2004, de 7 de maio, é o que decorre do próprio diploma, pelo que não estão sujeitas às condições de dissolução previstas no nº 1 do artigo nº 62 do RJAELPL.

Dada a natureza não comercial da missão e atividade da Lisboa Ocidental, SRU, o Banco Europeu de Investimento (BEI) concedeu, através do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), uma linha de crédito para financiamento da sua atividade, até ao montante de 16,1 milhões de euros (maturidade de 30 anos e carência de amortização de 10 anos); este financiamento, destinado exclusivamente a reabilitar património municipal – o espaço público e os edifícios que serão entregues ao Município de Lisboa após conclusão da operação de reabilitação -, foi acompanhada da celebração do contrato-programa pelo qual o Município se comprometeu a dotar a Lisboa Ocidental, SRU, dos recursos financeiros necessários ao respetivo serviço da dívida. O empréstimo foi executado assim como os respetivos projetos, com conclusão dos trabalhos em janeiro de 2018.

O Município celebrou com a Lisboa Ocidental, SRU um contrato-programa, com execução prevista até 2020, no valor 33,9 milhões de euros para a concretização de 17 intervenções de reabilitação urbana de edifícios e de espaços públicos, ao abrigo do qual foram transferidos um valor acumulado de a ordem dos 6,6 milhões de euros dos quais ≈4,1 milhões em 2017.

4.2 ATIVIDADE EMPRESARIAL LOCAL

RESUMO DA ATIVIDADE DAS EMPRESAS MUNICIPAIS

Para análise sintética da situação económico-financeira das empresas municipais tratadas no ponto anterior, fica patenteado o quadro infra com alguns indicadores e resultados, num retrato a 31/12/2017, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho de 2009.

Quadro 47: Resumo da Atividade das Empresas Municipais

Unid: milhares de euros

Rubricas	CARRIS	EGEAC	EMEL	GEBALIS	SRU
Capital Social	382.941	449	32.000	1.300	2.000
Capital Próprio	83.689	4.904	40.068	2.959	17.055
Activo Não Corrente	82.519	7.112	55.453	403	32.177
Activo Corrente	100.344	8.618	19.217	21.735	4.110
Passivo Total	99.174	10.826	34.602	19.179	19.231
Passivo Não Corrente	16.599	1.799	5.246	11.214	16.100
Passivo Corrente	82.575	9.027	29.356	7.964	3.131
Rendimentos Totais	104.680	26.299	35.604	26.711	5.524
Subsídios de Exploração	3.866	9.323	-	7.405	4.169
Gastos Totais	99.806	26.173	33.928	26.594	5.520
Gastos com Pessoal	53.428	9.912	11.659	4.817	515
RAI	4.874	125	1.676	116	3
EBITDA	11.801	1.242	4.334	663	185
RL	4.970	43	907	82	0
N.º Empregados	2.112	337	518	199	13

Cumpra relevar relativamente a cada uma das empresas municipais:

- CARRIS – Passagem para a esfera do Município de Lisboa, a 1 de fevereiro de 2017, por força da aplicação do Decreto-Lei nº 86-D/2016, de 30 de setembro, do que resultaram, pela primeira vez em três décadas, Resultados Líquidos e Capitais Próprios positivos, respetivamente de ≈5,0 milhões de euros (face aos ≈6,9 milhões de 2016) e 83,7 milhões de euros (face aos ≈740,4 milhões de 2016). A Carris tem impostos diferidos decorrentes de reavaliações livres e legais que impactam positivamente no resultado líquido do exercício.

O capital próprio no final do exercício era inferior a metade do capital social, situação que importa resolver, conforme estipulado no artigo 33º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

- EGEAC – O valor do subsídio de exploração anual concedido pelo Município cresceu cerca de 0,3 milhões de euros em 2017 face ao ano anterior, refletindo a passagem para a esfera desta empresa do conjunto de equipamentos já referido (considerando os valores anuais efetivos de 2016 (contrato inicial + adenda) e de 2017 (sem diferimento), por comparação, respetivamente, de ≈8,7 milhões de euros e ≈9,4 milhões de euros. Para este resultado contribuiu a trajetória de crescimento de visitantes (12,7%/318.581), o que já no universo dos novos equipamentos sob gestão, levou ao crescimento do valor de vendas e prestações de serviços em ≈ 13,5%/≈1,9 milhões de euros por comparação com 2016.
- EMEL – Em 2017, registou-se um aumento do capital da empresa, já referido, no quadro da expansão da sua área de intervenção a todo o território do concelho de Lisboa, conforme Deliberação nº 236/AML/2016 de, 19 de julho, com um aumento das vendas e prestações de serviços próximo dos 18,5% / 5,4 milhões de euros face ao ano anterior.
- GEBALIS – A contratação de um empréstimo de médio e longo prazo, com um capital de cerca de 13,7 milhões de euros, para liquidar valores em dívida das contas correntes caucionadas permitiu a redução dos juros e gastos similares da empresa que, em 2017, voltaram a quebrar cerca de 11,2%/ 56,3 mil euros face a 2016 (com uma redução de 2016 face a 2014 da ordem dos 1,1 milhões de euros).

A passagem para a GEBALIS das frações atribuídas ao abrigo do Programa Renda Convencionada e das frações locadas, a par com a diminuição dos valores das regularizações / correções às rendas emitidas, potenciou um aumento das vendas e prestações de serviço da ordem dos 9,4% / 1,6 milhões de euros face a 2016.

- Lisboa Ocidental, SRU – a empresa não tem uma natureza comercial, tendo tido um resultado de exploração equilibrado e prosseguido a execução do contrato-programa firmado em 2015 bem como a finalização dos investimentos objeto do Contrato de Financiamento celebrado com o IHRU / BEI, conforme referido em ponto anterior

Quadro 48: Cumprimento dos requisitos legais

Unid: milhares euros

Empresa	Código das Sociedades Comerciais		Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais			Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais ⁽²⁾	
	Capital Próprio (CP) / Capital Social (CS)	Exigência CP / CS > 50% (Art. 35º CSC)	RAI - Result. antes de impostos	Art. 40º Equilíbrio de Contas? (RAI>0) ⁽¹⁾	Necessário Transferência de CML ou Reforço de Capital (Art. 40º RJAEPL)	Consolida Dívida com CML (Art 52º Lei n.º 73/2013) ⁽³⁾	
CARRIS	22%	Não Cumpre	4.874	Cumpr	Não	Não	
EGEAC	1092%	Cumpr	125	Cumpr	Não	Não	
EMEL	125%	Cumpr	1.676	Cumpr	Não	Não	
GEBALIS	228%	Cumpr	116	Cumpr	Não	Não	
SRU Ocidental	853%	Cumpr	3	Cumpr	Não	Não	

⁽¹⁾ O equilíbrio de contas da empresa é dado por $RAI \geq 0$, cf art 40º RJAEPL

⁽²⁾ Valor da dívida total, cf art 52º RFALEI, é dado pelo passivo total resultante de operações orçamentais

⁽³⁾ A dívida total da empresa não releva para a dívida municipal quando o $RAI \geq 0$, cf art 54º RFALEI e art 41º RJAEPL

Todas as empresas cumprem os critérios de equilíbrio definidos no artigo nº 35 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) à exceção da Carris em que o capital próprio é inferior a 50% o capital social, sendo necessária a tomada das medidas que se entenderem adequadas no quadro das disposições do citado artigo.

Todas as empresas municipais cumprem os critérios de equilíbrio estipulados no artigo nº 40 da Lei nº 50/2012, pelo que não existe necessidade de transferência para cobertura de prejuízos ou impacto sobre o endividamento do Município conforme previsto no artigo nº 52 da Lei nº 73/2013.

4.3 TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS MUNICIPAIS

Em 2017 as transferências e subsídios efetuadas pelo Município de Lisboa para as empresas municipais ascenderam a cerca de 21,2 milhões de euros, com a GEBALIS e a EGEAC a absorver 78,7 % dos recursos destinados às empresas municipais.

Quadro 49: Transferências e subsídios 2016 – Empresas municipais

Unid: Euro

EMPRESAS	Reforço de Cap. Próprios	Cobertura de Prejuízos	Subsídios Investimento	Subsídios de Exploração	Outros	Total	
CARRIS	-	-	-	-	-	-	-
EGEAC	-	-	-	10.970.000	-	10.970.000	51,8%
EMEL	-	-	-	-	-	-	-
GEBALIS	-	-	-	5.695.371	-	5.695.371	26,9%
SRU Ocidental	-	-	-	4.415.106	110.609	4.525.715	21,3%
Total	-	-	-	21.080.477	110.609	21.191.086	100%

		Unid: Euro		
Empresa	Propostas	Valor da transferência		%
CARRIS	-	-	-	-
EGEAC (*)	Proposta 617/2015	CP exploração 2016	1.620.000	
	Proposta 598/2016	CP exploração 2017	9.350.000	
			-	10.970.000
				51,8%
EMEL	-	-	-	-
GEBALIS	Proposta 398/2015	Realização de trabalhos de beneficiação, conservação e manutenção para reposição e melhoria das condições de segurança, salubridade, higiene e conforto de edificado.	5.689.252	
	Proposta 160/2013	CP 2013 - Obras beneficiação, conservação e manutenção (Qta. Ourives-Beato, Bº Laranjeiras, Olaias, Horta Nova 1ª Fase e Alfredo Bem Saúde) (PIPARU)	6.119	5.695.371
				26,9%
SRU Ocidental	Proposta 599/2016	Contrato-programa 2017	300.000	
	Juros Empréstimos	Empréstimo IHRU/BEI	110.609	
	Proposta 397/2015	Contrato-programa CML/SRU	4.115.106	4.525.715
				21,3%
TOTAL			21.191.086	100%

(*) A EGEAC emitiu notas de crédito no valor de 4.512.798,05€ relativas a CP, dos quais já reembolsou a CML no montante de 1.619.903,13 euros

As empresas municipais GEBALIS e Lisboa Ocidental, SRU reforçaram a execução dos contratos programa em que estão envolvidas, com destaque para os aprovados em 2015 já antes referidos, com o compaginado reforço das associadas transferências municipais.

As transferências para a Lisboa Ocidental, SRU abarcam também a cobertura do serviço da dívida do financiamento IHRU/BEI que captou cerca de 0,3 milhões de euros.

Não houve transferências ou subsídios municipais para a EMEL ou para a Carris, tendo transitado, para 2018, o valor de 15 milhões de euros previstos para a renda de concessão de 2017.

IV. REPORTING ATIVIDADES

1. FINANCIAMENTO E EXECUÇÃO DE ATIVIDADES

1.1 PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI)

1.1.1 EXECUÇÃO

Em reflexo da política de investimentos que tem vindo a ser concretizada no Município e mantendo a tendência de crescimento, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) registou uma execução global de 155,9 milhões de euros, com uma variação de mais 24,0 milhões de euros face ao ano transato.

Quadro 50: Execução do Plano Plurianual de Investimentos

Unid: Milhares de Euros

Descrição	2014	2015	2016	2017			Tx Exec.	Crescimento	
				Dotação	Compr.	Execução		Valor	%
Terrenos	7 162	3 292	21 650	48 546	40 155	37 045	76,3%	15 395	71,1%
Habitacões	4 222	5 622	7 227	17 652	13 022	6 995	39,6%	-232	-3,2%
Total Edifícios	26 679	22 369	32 361	63 347	44 140	23 893	37,7%	-8 468	-26,2%
Infraestruturas Culturais	4 340	5 895	3 775	8 119	6 068	1 319	16,2%	-2 456	-65,1%
Equipamentos de Educação	8 916	10 518	7 037	18 353	10 171	5 657	30,8%	-1 380	-19,6%
Equipamentos Sociais	9 076	621	362	3 898	2 076	295	7,6%	-66	-18,4%
Outros Edifícios	4 347	5 335	21 187	32 977	25 824	16 622	50,4%	-4 565	-21,5%
Total Construções Diversas	22 883	24 708	53 382	106 991	71 540	57 667	53,9%	4 285	8,0%
Viadutos, Arruam. e Obras Compl.	9 189	11 114	24 862	23 281	16 279	12 039	51,7%	-12 824	-51,6%
Esgotos	1 169	2 161	6 495	8 148	4 678	3 188	39,1%	-3 307	-50,9%
Parques e Jardins	2 912	1 406	2 434	12 466	5 957	3 883	31,1%	1 449	59,5%
Outras Construções	9 612	10 026	19 590	63 097	44 625	38 558	61,1%	18 967	96,8%
Equipamento Básico	3 873	3 436	6 352	19 095	15 269	12 510	65,5%	6 158	96,9%
Outros Investimentos	3 952	7 235	7 217	25 238	21 619	14 893	59,0%	7 676	106,4%
Total Aquisição Bens Investimento	68 771	66 663	128 188	280 869	205 744	153 002	54,5%	24 814	19,4%
Ativos Financeiros		2 936	3 737	2 936	2 936	2 936	100,0%	0	0,0%
TOTAL INVESTIMENTO	68 771	69 599	131 925	283 805	208 680	155 938	54,9%	24 013	18,2%

Da carteira de investimentos 2017, fez parte a aplicação de ≈2,9 milhões de euros em ativos financeiros, compreendendo ≈2,8 milhões de euros para subscrição de capital do Fundo de Apoio Municipal (FAM) e ≈0,1 milhões de euros para participação na constituição da Associação para a Inovação e Empreendedorismo de Lisboa (AIEL).

Na aquisição de bens de investimento foram aplicados cerca de 153,0 milhões de euros, com compromissos firmados da ordem dos 205,7 milhões de euros, dos quais cerca de 52,7 milhões de euros estão em curso, importando ter presente na análise da execução que no ciclo dos investimentos há um desfasamento necessariamente mais longo entre o lançamento dos procedimentos, que carece de inscrição orçamental, e a execução integral dos empreendimentos. Por relação com a execução dada por pagamentos, importa realçar:

- As **Construções Diversas** com uma despesa de ≈57,7 milhões de euros, em que se destaca a rubrica de **Outras Construções** com um valor de ≈38,6 milhões de euros e um acréscimo de

≈19 milhões de euros face ao ano anterior. Neste âmbito, evidenciam-se as requalificações realizadas através do programa *Uma Praça em cada Bairro* (≈16,4 milhões de euros), a estabilização dos muros na Rua Damasceno Monteiro e no miradouro de S. Pedro de Alcântara (≈10,3 milhões de euros), as intervenções que decorrem do Programa Integrado de Requalificação do Espaço Público (≈4,5 milhões de euros) e o Programa de Acessibilidade Pedonal (≈1,2 milhões de euros).

- A despesa em **Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares**, contribuiu com cerca de 12,0 milhões de euros para este agregado, dos quais ≈7,7 milhões de euros respeitam a obras de pavimentos executadas no âmbito da carteira do Programa de Investimentos designado por *Lisboa XXI* doravante abreviado para Lx.XXI (conforme Proposta nº 605/2016) e ≈1,2 milhões de euros foram executados no quadro do *Plano da Pavimentação* da cidade. A quebra face a 2016 deve-se ao valor suportado no quadro de processos judiciais (cerca de 1,7 milhões de euros/2017 versus cerca de 13,0 milhões de euros/2016).



Rua 1º de Maio; Estrada do Desvio; Av. Gago Coutinho; Alameda Afonso D. Henriques

- Ao nível dos **Parques e Jardins** foram pagos cerca de 3,9 milhões de euros, englobando, designadamente, as intervenções de requalificação paisagística do Jardim do Campo Grande-Sul e a repavimentação dos caminhos do parque Urbano do Vale de Chelas, concretizados no âmbito dos Espaços Verdes e Parques Urbanos da carteira do Programa Lx.XXI, bem como a execução de projeto e trabalhos preparatórios para o Parque Verde na Nova Feira Popular.



Projeto Execução Parque Verde Nova Feira Popular; Jardim Campo Grande Sul; Parque Urbano Vale Chelas

- No segmento dos **Esgotos**, foram pagos perto de 3,2 milhões de euros, agregando intervenções de conservação e manutenção da rede pública de saneamento e de drenagem, de reabilitação de arruamentos e infraestruturas de saneamento, bem como trabalhos preparatórios e estudos no âmbito do *Plano Geral de Drenagem*, com aprovação do lançamento da “Empreitada de Execução dos Túneis de Drenagem da Cidade de Lisboa e Intervenções Associadas” (Proposta nº 387/2017, de 22 de junho, ratificada pela Deliberação nº 221/AML/2017, de 4 de julho).

- A despesa realizada com a aquisição de **Terrenos** abarcou investimentos na ordem dos 0,9 milhões de euros com a aquisição de diversas parcelas de terrenos, por referência, nomeadamente, à da Rua do Cruzeiro (≈0,2 milhões de euros), da Travessa do Bahuto, para execução do parque de estacionamento para residentes de Campo de Ourique (≈0,2 milhões de euros) e da Rua Fábrica de Pólvora para reperfilamento dos edifícios e reconversão urbanística do Casal Ventoso (≈0,2 milhões de euros), a par com a satisfação de obrigações decorrentes de transações judiciais, incluindo o relativo à reversão dos terrenos da antiga Feira Popular.

- No cômputo dos **Edifícios** foram investidos cerca de 23,9 milhões de euros dos quais ≈16,6 milhões de euros respeitantes a *Outros Edifícios* onde se enquadram, nomeadamente, o cumprimento do plano de aquisição de edifícios na Praça do Município / Largo de São Julião (≈5,1 milhões de euros), a reabilitação do arquivo municipal sito nas torres do Alto da Eira (≈2,1 milhões de euros) e a requalificação de diversos edifícios municipais (≈1,2 milhões de euros).



Arquivo Alto da Eira; Escola Aida Vieira;
Escola D. Luís da Cunha

Os **Equipamentos de Educação** absorveram um valor próximo dos 5,7 milhões de euros deste agregado, nomeadamente no âmbito dos Programas "Escola Nova"

(≈2,1 milhões de euros), PACTO 2020 (≈1,9 milhões de euros) e Programa Lx.XXI (≈1,5 milhões de euros).

- O **Equipamento Básico** e os **Outros Investimentos** absorveram cerca de 27,4 milhões de euros da despesa realizada no quadro do PPI, sendo de relevar as aquisições de viaturas e equipamento para limpeza urbana e recolha de resíduos (≈9,5 milhões de euros), de equipamento e licenciamento no âmbito da gestão e modernização do parque informático do município (≈4,4 milhões de euros) e de equipamento, fardamento e veículos urbanos para combate aos incêndios (≈3,5 milhões de euros).
- As obras em **Habitacões** tiveram pagamentos da ordem dos 7,0 milhões de euros, com destaque para a reabilitação de fogos municipais e devolutos (≈4,3 milhões de euros), construção urbana da zona de alvenarias do Bairro da Boavista (≈1,7 milhões de euros) e reabilitação do património municipal no âmbito da finalização do PIPARU - Programa de Investimento Prioritário em Ações de Reabilitação Urbana (≈0,8 milhões de euros).

1.1.2 FINANCIAMENTO

Quadro 51: Financiamento do PPI por Objetivo/Programa

Unid: Milhares de Euros

EIXO / OBJECTIVO / PROGRAMA	Dotação		Execução	
	Autofinanc	Financ. Alheio	Autofinanc	Financ. Alheio
EIXO A - LISBOA MAIS PRÓXIMA	106.443	12.287	71.366	8.551
EIXO B - LISBOA EMPREENDEDORA	508	750	367	358
EIXO C - LISBOA INCLUSIVA	29.969	11.540	9.744	3.705
EIXO D - LISBOA SUSTENTÁVEL	77.118	31.396	54.204	2.877
EIXO E - LISBOA GLOBAL	8.502	5.292	4.357	409
TOTAL	222.540	61.265	140.038	15.900

Os capitais próprios garantiram cerca de 89,8% do total dos investimentos realizados, com os cerca de 10,2% restantes a serem garantidos por financiamento alheio, através de subsídios e participações obtidos, de que se destaca o financiamento proveniente do Turismo de Portugal, IP (ITP), num montante próximo dos 6,1 milhões de euros, e pelo recurso a verbas de empréstimos, num total de 9,2 milhões de euros, resultantes de saldo transitado e de novos desembolsos por relação com o PIPARU, o Pavimentar e o Lx.XXI.

No que concerne aos investimentos realizados no âmbito do PPI, com financiamento alheio e por relação com estes Programas, releva-se:

- **Programa de Investimentos Lx.XXI**

O Programa resultou da estruturação de um conjunto de investimentos, de carácter plurianual e com prazo de execução previsto de 5 anos, com enquadramento geral no Plano Diretor Municipal, e, *inter alia*, na Estratégia de Reabilitação Urbana 2011/2024, no Plano Geral de Drenagem 2016/2030 e na Estratégia Municipal de Habitação Social, que se reputam de estratégicos para Lisboa, em linha com o Programa de Governo da Cidade, em que, desde logo, se assumiu o compromisso da promoção das áreas da construção de infraestruturas eficientes, da proteção do ambiente, da inovação e da coesão social; com o conjunto de investimentos perfilados pretende-se, no fundamental, estruturar uma atuação municipal focada em áreas chave para a modernização da Cidade, a melhoria das condições de vida de quem nela vive, trabalha ou a visita, e a preparação da Capital para o futuro, num leque de intervenções que potenciam o desenvolvimento económico local, a mobilidade urbana, a qualidade do espaço público, a proteção de pessoas e bens desde logo por via da preparação da cidade para as alterações climáticas, centrado em três áreas de intervenção – regeneração urbana, alterações climáticas e habitação social.

Os investimentos perfilados incluem, assim, vários sectores de intervenção abrangendo a prevenção de alterações climáticas com ligação à rede de saneamento da Cidade, a manutenção e construção de habitação social, infraestruturas urbanísticas e de regeneração urbana, pavimentação, espaço público e áreas verdes, mobilidade suave e outras acessibilidades pedonais, reforço da rede de escolas e de equipamentos de proteção civil e culturais.

A carteira de investimentos assim delimitada foi estimada em 523,0 milhões de euros e constituiu uma candidatura de Lisboa ao Banco Europeu de Investimento (BEI), que foi aprovada e teve chancela do Plano *Junker*; deste modo o Programa Lx.XXI está ancorado num financiamento de médio e longo prazo de até 250 milhões de euros pelo BEI, sendo que em Abril de 2017 foi visado o 1º contrato de financiamento ao abrigo desta candidatura, num total de 51 milhões de euros, com execução a dois anos.

No âmbito deste programa foram efetivados compromissos no âmbito do PPI da ordem dos 59,9 milhões de euros e concretizados cerca de 41,7 milhões de euros de pagamentos, com um primeiro desembolso de 6 milhões de euros junto do BEI. Das obras realizadas através deste programa, importa destacar:

- As intervenções em **Pavimentos** somaram um total aproximado de 7,7 milhões de euros, abrangendo designadamente arruamentos e estruturas de saneamento nas zonas ocidental, oriental e norte da cidade (≈4,1 milhões de euros), a reconstrução e repavimentação de diversos arruamentos (≈1,2 milhões de euros) e a requalificação da 2ª Circular, na ligação desta via à Avenida Padre Cruz (≈1,5 milhões de euros);
- O **programa Uma Praça em cada Bairro**, com cerca de 16,4 milhões de euros aplicados na requalificação de espaços públicos nomeadamente na Alameda Linhas Torres (≈2,7 milhões de euros), na Alameda Manuel Ricardo Espírito Santo (≈2,5 milhões de euros), no Eixo Central (≈2,1 milhões de euros), nos Largos de Alcântara, Fontainhas e Calvário (≈1,6 milhões de euros) e nos, Largos da Graça, Santos e Rua de Campolide (≈1,5 milhões de euros);



- A **Reabilitação de Habitação Municipal e Re/Construção de Bairros Municipais**, com pagamentos da ordem dos 4,8 milhões de euros, com intervenções de reabilitação de frações e fogos nos Bairros Municipais do Vale da Ameixoeira, Vale de Alcântara, Furnas e Casalinho da Ajuda, Quinta do Lavrado, na Alta do Lumiar, na Rua Fernão Gusmão e Rua José Viana, na Travessa da Pimenta e Convento das Bernardas, na zona de alvenarias do Bairro da Boavista e em património disperso da cidade;
- No plano dos **Equipamentos Culturais** foram pagos perto de 2,1 milhões de euros respeitantes à reestruturação do arquivo municipal, através da remodelação dos pisos não residenciais e envolventes do exterior e espaço público das Torres do Alto da Eira;
- Nos **Equipamentos Educativos**, registaram-se pagamentos de cerca de 1,5 milhões de euros destinados à beneficiação geral de escolas básicas, nomeadamente Arco Iris, Frei Luís de Sousa, Duarte Pacheco e Aida Vieira;

A requalificação de escolas no âmbito do PACTO, integrados neste Programa, somou pagamentos da ordem dos 1,8 milhões de euros, com prevalência de capitais próprios (≈0,5 milhões de euros de capitais alheios). Dos equipamentos intervencionados, destacam-se pela despesa realizada, a Escola Básica Coruchéus e a Escola Básica Quinta Frades com ≈0,8 milhões de euros e ≈0,5 milhões de euros pagos, respetivamente.

- Os **Espaços Verdes e Parques Urbanos**, com uma aplicação da ordem dos 3,1 milhões de euros, em que são de relevar a repavimentação dos caminhos do Parque Urbano do Vale Chelas, o Parque Urbano da Quinta da Montanha, o Parque Infantil da Praça da Piscina no Vale Ameixoeira, o Parque de Recreio Intergeracional do Grafanil, a qualificação do Vale Casal Vistoso - 2ª Fase e a instalação de cafetarias no Parque dos Olivais e Quinta Conde dos Arcos;
- No **Plano Geral de Drenagem de Lisboa** houve uma execução de 1,6 milhões de euros relativos a estudos, assessorias técnicas, elaboração de projetos e outros trabalhos preparatórios necessários à sua implementação, com aprovação, já referida, do lançamento da Empreitada de Execução dos Túneis.



Quinta da Montanha; Cafetaria Pq.Urbano Olivais; Pq.Intergeracional Grafanil; Casal Vistoso 2ª Fase

- **Programa de Investimentos Prioritários em ações de Reabilitação Urbana (PIPARU)**

Este Programa fez parte da estratégia definida pelo executivo municipal, em que a reabilitação urbana foi assumida como uma prioridade da governação da cidade e entendida como uma intervenção integrada sobre o tecido urbano existente, em que o património urbanístico e imobiliário foi mantido, no todo ou em parte substancial, e modernizado através da realização de obras de remodelação e beneficiação em habitações, infraestruturas urbanas, equipamentos coletivos, com destaque para os equipamentos escolares e culturais, e espaços públicos.

O PIPARU, com um investimento aprovado de 117,2 milhões de euros, foi finalizado, como programa financiado, no final de abril de 2017, nos termos dos contratos de financiamento celebrados, com uma execução financeira de 110,7 milhões de euros / 94,5%, acoplado financiamento via empréstimos, ≈4,8 milhões de euros pelo Overbooking do QREN e ≈1,5 milhões de euros de capitais próprios; para lá deste prazo, foi dada continuidade aos investimentos em curso por recurso a capitais próprios, com uma execução global anual de 3,9 milhões de euros.

Os investimentos feitos em 2017 foram financiados por saldo transitado consignado e por capitais próprios, sendo de destacar:

- O *Programa Escola Nova* com cerca de 1,9 milhões de euros, investidos em equipamentos de educação, nomeadamente na Escola da Boa-Hora e Escola Mestre Querubim Lapa;
- A *Reabilitação do Património Habitacional* com intervenções da ordem dos 0,8 milhões de euros, nomeadamente a reabilitação urbana da zona de alvenarias no Bairro Padre Cruz e a reconstrução do edifício 38-40 na Rua da Mouraria.



Escola da Boa-Hora; Refeitório Escola Mestre Querubim Lapa; Bairro Padre Cruz

No cômputo geral deste programa, os equipamentos escolares e a habitação municipal foram as áreas com maior impacto na execução financeira, representando 54,5% (60,0 milhões de euros) dos pagamentos realizados.

▪ Plano de Pavimentação

A componente do *Plano de Pavimentação* financiada por recurso ao financiamento contratado foi concluída em 2017, com investimentos no valor de 0,7 milhões de euros, distribuídos por intervenções de reabilitação de arruamentos e infraestruturas de saneamento (≈0,6 milhões de euros), a par com a reabilitação de pavimentos e estruturas de drenagem. O empréstimo foi executado por um total de 11,0 milhões de euros, ajustado aos investimentos concretizados no respetivo prazo de utilização e sem utilização do valor remanescente dos 25,0 milhões de euros contratados.

1.2 PLANO ANUAL DE ATIVIDADES (PAA)

1.2.1 EVOLUÇÃO DA DOTAÇÃO

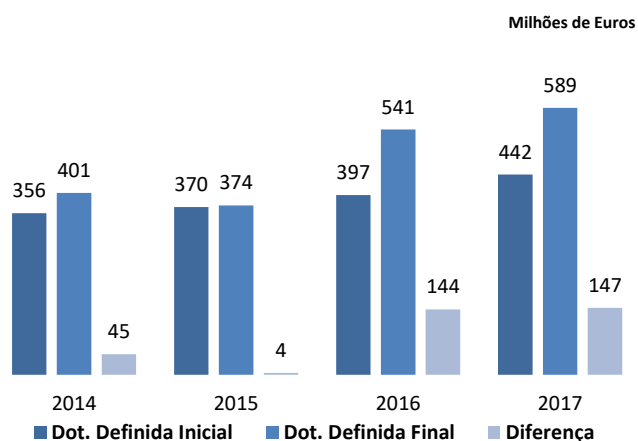
O Plano Anual de Atividades de 2017 foi aprovado com uma dotação total da ordem dos 571,4 milhões de euros, dos quais cerca de 129,8 milhões de euros respeitavam a dotação não definida, diferenciada em ≈56,2 milhões de euros de saldo de gerência e ≈73,6 milhões de euros de financiamentos em negociação.

Gráfico 54: Ev. das Dotações do PAA – Dot. Inicial vs Dot. Final

No decurso do ano de 2017, visando um melhor ajustamento das dotações às necessidades efetivas de execução, foram realizadas 20 alterações e uma revisão orçamental, de que resultou um acréscimo próximo dos 147,3 milhões de euros à dotação inicialmente prevista.

Para este aumento contribuiu,

essencialmente, a integração do saldo de gerência, que alocou ao plano de atividades um montante de cerca de 83,1 milhões de euros, através da 1ª revisão orçamental, e a inscrição de novos financiamentos, com destaque para o 1º empréstimo no quadro do *Programa Lx.XXI* (51,0 milhões de euros).



1.2.2 EXECUÇÃO

No âmbito do Plano Anual de Atividades (PAA) foram executados perto de 385,3 milhões de euros, a que corresponde um aumento de pagamentos da ordem dos 22,7 milhões de euros face a 2016.

Os compromissos assumidos ascenderam a cerca de 487,7 milhões de euros, com uma

variação de +≈70,2 milhões de euros face ao total firmado em 2016, com um peso de 82,8% da dotação definida.

A evolução das dotações afetas ao Plano não tem tido espelho proporcional na execução, o que faz com que, mesmo com valores pagos ascendentes, as taxas de execução não façam uma linha de igual sentido, no que importa reter a ressalva já feita no PPI quanto ao desfasamento entre o lançamento dos procedimentos, desde logo com inscrição orçamental, e a execução integral dos empreendimentos que caracteriza os ciclos de investimento.

Em termos de estrutura da despesa realizada nos cinco eixos que o Plano integra, verifica-se que o Eixo A - Lisboa Mais Próxima foi o que agregou o nível mais elevado de pagamentos absorvendo 61,0% dos recursos alocados, seguido dos Eixos: D - Lisboa Sustentável, com um contributo de 18,6%, o C - Lisboa Inclusiva, com aplicação de 10,4%, o eixo E - Lisboa Global com um peso de 9,4% no total pago e o eixo B - Lisboa Empreendedora com um peso de 0,6% associado também à natureza das suas intervenções.

Gráfico 55: Ev. Dotação e Execução do PAA

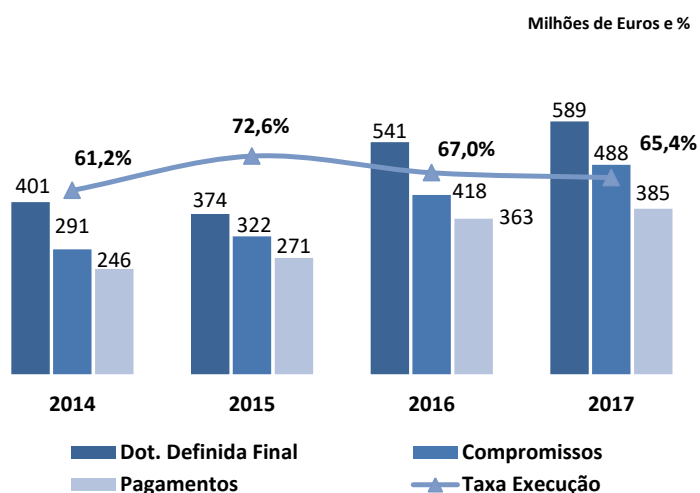
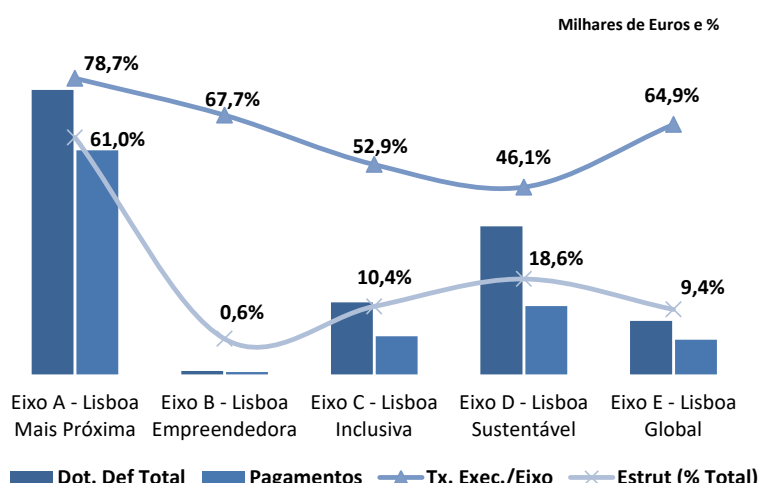


Gráfico 56: Execução do PAA por Eixo

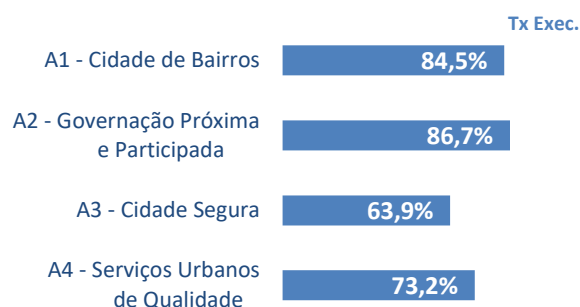
A análise da taxa de execução por eixo apresenta variações, sendo o Eixo A - Lisboa Mais Próxima aquele que obteve maior taxa de execução face à dotação (78,7%) por contraponto ao Eixo D – Lisboa Sustentável, que regista a menor taxa de execução (46,1%).



Numa avaliação mais detalhada, apresentam-se as taxas de execução dos programas que integram cada Eixo/Objetivo e os projetos/ações com maior relevância para essa execução:

EIXO A - Lisboa Mais Próxima

Neste eixo sobressaem os programas *Governança Próxima e Participada* (86,7%), *Cidade de Bairros* (84,5%) e *Serviços Urbanos de Qualidade* (73,2%) com o contributo da execução dos seguintes projetos/ações:

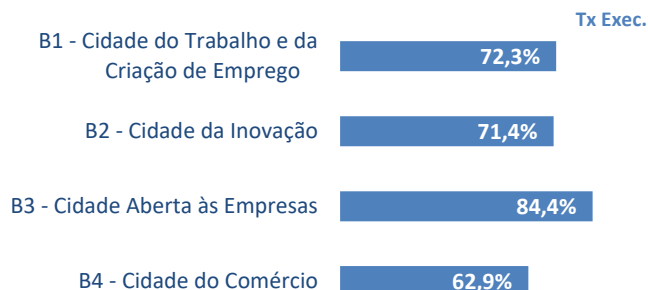


- Reforma Administrativa: ≈72,5 milhões de euros;
- Tratamento de Águas Residuais: ≈40,2 milhões de euros;
- Uma Praça em Cada Bairro Lx.XXI: ≈16,4 milhões de euros;
- Consolidação de Muros de Suporte e Tapumes: ≈10,9 milhões de euros;
- Limpeza Urbana e Recolha Seletiva: ≈9,5 milhões de euros;
- Pavimentos Lx.XXI: ≈7,5 milhões de euros;
- Fornecimento de Energia de Iluminação Pública: ≈7,4 milhões de euros;
- Manutenção dos Espaços Verdes: ≈7,1 milhões de euros;
- Contratos de Delegação de Competências: ≈6,4 milhões de euros;
- Instalações de Serviços: ≈5,4 milhões de euros;
- Programa Integrado de Requalificação do Espaço Público: ≈5,4 milhões de euros;

- Gestão Global do Parque Informático: ≈5,1 milhões de euros;
- Orçamento Participativo: ≈ 0,8 milhões de euros.

EIXO B - Lisboa Empreendedora

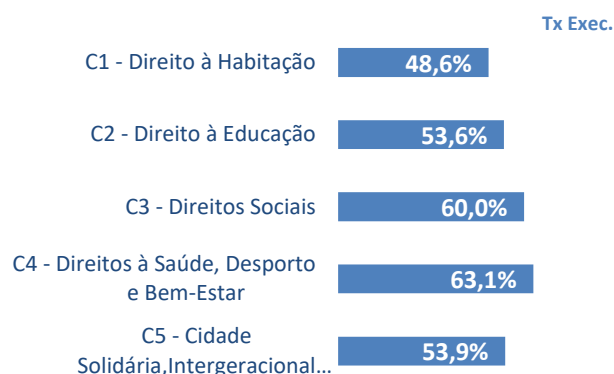
A Cidade Aberta às Empresas (84,4%) e a Cidade do Trabalho e da Criação do Emprego (72,3%) foram os programas que mais contribuíram para a realização da despesa neste eixo, com relevância para os seguintes projetos/ações:



- Posicionar *Lx. Start-Up City*: ≈0,3 milhões de euros;
- Apoiar o Investimento em Lisboa (Lx): ≈0,2 milhões de euros;
- Parcerias Dinamizadoras e Comércio Tradicional: ≈0,5 milhões de euros;
- Valorizar e Promover Mercado Municipais Lx.XXI: ≈0,4 milhões de euros.

EIXO C - Lisboa Inclusiva

Este eixo apresenta uma maior homogeneidade nas taxas de execução dos seus programas, sendo *Direitos à Saúde, Desporto e Bem-Estar* (63,1%), *Direitos Sociais* (60,0%) e *Cidade Solidária, Intergeracional e Coesa* (53,9%) aqueles que registaram maior taxa de execução, com realce para os seguintes projetos/ações:



- Apoio a entidades desportivas – RAAML e Outros: ≈1,9 milhões de euros;
- Resposta de Alojamento PSA: ≈0,8 milhões de euros;
- Fundo de Emergência Social: 0,7 milhões de euros;
- Desenvolvimento Desportivo – Outros: ≈0,7 milhões de euros;
- Programa PSOBLE: ≈0,2 milhões de euros.

No âmbito dos programas *Direito à Educação* (53,6%) e *Direito à Habitação* (48,6%), destacam-se os seguintes projetos/ações:

- Apoio à Família – JI e 1ª CEB: ≈2,7 milhões de euros;
- Refeições Escolares: 5,5 milhões de euros;
- Reabilitação de Bairros Municipais Lx.XXI (Gebalis): ≈5,7 milhões de euros;
- Reabilitação de Habitação Municipal Lx.XXI: ≈3,0 milhões de euros.

EIXO D - LISBOA SUSTENTÁVEL

Neste eixo destacam-se a *Cidade das Energias Renováveis* (76,6%) e o *Espaço Público Amigável* (70,7%), em que tiveram particular peso as despesas associadas à execução dos projetos/ações:



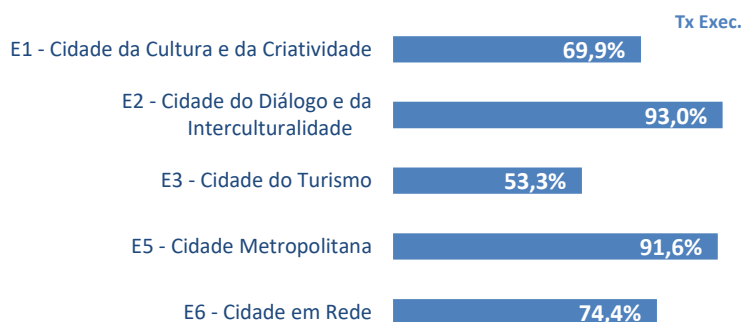
- Eficiência Energética – Semaforização: ≈0,8 milhões de euros;
- Reabilitar Espaço Público – PIPARU: ≈0,4 milhões de euros.

Integrados nos programas “*Cidade Reabilitada e Reabitada*” (55,0%), e *Cidade Ecológica* (27,7%) importa realçar os seguintes projetos/ações:

- Aquisição de Terrenos Edifícios: ≈41,5 milhões de euros;
- Processos Judiciais: ≈ 12,6 milhões de euros;
- Reabilitação Urbana Lx.XXI (SRU): ≈4,1 milhões de euros;
- Espaços Verdes e Outros Parques Urbanos Lx.XXI: ≈3,1 milhões de euros.

EIXO E - LISBOA GLOBAL

As atividades relacionadas com os programas, *Cidade do Diálogo e da Interculturalidade* (93,0%), *Cidade Metropolitana* (91,6%) e *Cidade em Rede* (74,4%), foram as mais



relevantes na execução da despesa deste eixo, com destaque para a execução dos projetos/ações:

- Lisboa Encruzilhada de Mundos: ≈0,3 milhões de euros;
- Mais Cultura - Cultura de Proximidade: ≈0,4 milhões de euros;
- Atividades Internacionais: ≈0,5 milhões de euros.

Sobressai neste segmento, o forte contributo da despesa executada nos objetivos *Cidade da Cultura e da Criatividade* (69,9%) e *Cidade do Turismo* (53,3%) dado pelos projetos/ações:

- Transferências para a EGEAC: ≈11,0 milhões de euros;
- Projetos de Instituições Culturais: ≈2,5 milhões de euros;
- Apoio à ATL: ≈2,8 milhões de euros;
- Melhoria de Oferta Turística: ≈5,1 milhões de euros.

1.2.3 FINANCIAMENTO**Quadro 52: Financiamento do Plano Anual de Atividades (PAA)**

Unid: Milhares de Euros

Descrição	2014	2015	2016	2017			Crescimento	
				Dot. Def.	Execução	%	Valor	%
Capitais Próprios	210.303	231.222	327.499	520.347	362.760	69,7%	35.261	10,8%
Financiamento Alheio	35.265	39.960	35.037	68.442	22.496	32,9%	-12.541	-35,8%
Empréstimos	20.424	30.226	7.291	52.325	6.806	13,0%	-485	-6,7%
Saldo Gerência Consig.			11.455	3.600	2.354	65,4%	-9.101	-79,4%
Subsídios e Compartic	14.841	9.734	16.290	16.116	13.336	82,7%	-2.954	-18,1%
Despesa Total do Plano	245.568	271.182	362.536	588.788	385.257	65,4%	22.720	6,3%

Os recursos próprios são a principal fonte de financiamento do PAA no quadriénio em análise, representando 94,2% em 2017; os restantes 5,8% respeitam a financiamentos decorrentes de subsídios e participações (3,5%) e de empréstimos (2,3%).

Gráfico 57: Financiamento do PAA e % de autofinanciamento

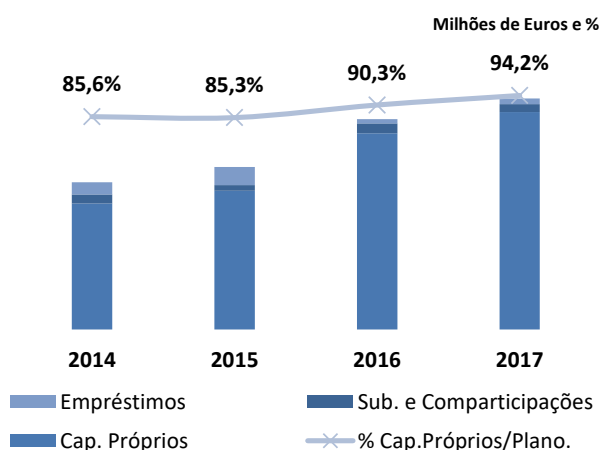
Face a 2016, a despesa do Plano apresentou um crescimento da ordem dos 22,7 milhões de euros, assente em recursos próprios que tiveram um reforço da ordem dos 35,3 milhões de euros no financiamento das atividades desenvolvidas, com retração do financiamento alheio dado por empréstimos e por subsídios e participações.

Em 2017, os subsídios e participações

contribuíram com ≈13,3 milhões de euros para as aplicações feitas, dos quais ≈11,9 milhões de euros corresponderam a apoios governamentais e ≈1,4 milhões de euros a apoios comunitários.

Nos apoios governamentais sobressai o financiamento proveniente das verbas provenientes do ITP via Imposto de Jogo, com um contributo de ≈6,2 milhões de euros, e via Contrapartida Anual com um total de ≈0,7 milhões de euros.

Ao nível dos apoios comunitários destaca-se o financiamento resultante de candidaturas ao programa comunitário *Horizonte 2020* que ascendeu a 0,8 milhões de euros, designadamente o correspondente ao adiantamento recebido após aprovação da candidatura do Projeto *Rock* (≈0,4 milhões de euros) e o financiamento do Projeto *Sharing Cities* (≈0,2 milhões de euros).



2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

EIXO / PROG	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	DESCRIÇÃO QUANTITATIVA / QUALITATIVA	DM / Dep.
EIXO A - LISBOA MAIS PRÓXIMA			
A1 CIDADE DE BAIROS	Requalificação do Espaço Público	Reparação da cobertura de Entrecampos	DMPO
		Relatório "Contributos do Município de Lisboa para o novo Plano Diretor do Aeroporto Humberto Delgado"	DMU
	Programa Bairro com Vida	Realização da 2ª edição (candidaturas de 19/05/2017 a 22/06/2017), com atribuição de 15 espaços, para fins sociais, desportivos, culturais e recreativos	DMHDL
	Bibliotecas Municipais	Reparação das instalações de deteção de incêndios existentes na Biblioteca Orlando Ribeiro	UCT
		Aquisição de equipamentos informáticos (androids)	DSI
	Parques Infantis e Juvenis	Repavimentações dos parques infantis - Alvito, Alto da Serafina e da Rua Professor Cidade dos Santos	DMEVAE
		Aquisição de mobiliário para parques infantis - Rio Seco, Graça, Arco Cego, Jardim Avelar Brotero e parque florestal de Monsanto	
		Manutenção preventiva e corretiva em 45 parques infantis e juvenis	
	Biblioteca da Penha de França	Empreitada para reconversão do espaço para futura biblioteca	DMC
	Biblioteca de Marvila	Equipamento de som, iluminação cénica e meios de apresentação multimédia	DMC
Biblioteca Galveias	Aquisição e instalação de equipamento informático e implementação de um sistema RFID no Auditório	DSI	
	Aquisição de mobiliário e equipamento básico	DMC	
	Uma Praça em Cada Bairro Lx.XXI	Projeto de espaços exteriores: Rua de Campolide; Largo de Santos; Largo da Boa Hora à Ajuda; Largo do Calvário; Largo da Igreja de Benfica; Av. Fontes Pereira de Melo; Alameda das Linhas de Torres; Rua Vitorino Nemésio/Rua Jorge Sena	DMU
	Concurso público: "Ideias para conceção do projeto do parque urbano da Praça de Espanha" - 1ª fase - Seleção dos concorrentes		
	Elaboração de estudo de viabilidade e de projetos de especialidade de ciclovias entre a Praça de Londres e Av. Conde Sabogosa		
		Requalificações: Eixo central (Av. Fontes Pereira de Melo/Praça do Saldanha/Av.ª da República); Espaço público no Rossio de Palma	DMPO
		Requalificação de largos: Fontainhas; Calvário; Graça; Santos; Rua de Campolide; Igreja de Santa Isabel; Alcântara	
		Requalificações: Alameda das Linhas de Torres; Alameda Manuel Ricardo Espírito Santo	
		Projetos: Parada do Alto de S. João; Rio Seco; Praça Viscondessa dos Olivais; Sete Rios, Rua Padre Américo; Rua da Centieira; Rua Actriz Palmira Bastos	
		Projetos: Praça da Alegria; Alameda do Beato; Praça do Chile; Largos da Boa-Hora à Ajuda; Av. de Roma; Largo do Conde Barão	
A2 GOVERNAÇÃO PRÓXIMA E PARTICIPADA	Processo de Orçamento Participativo (OP)	Realização da 10ª edição do OP de Lisboa: 434 propostas, das quais resultaram 128 projetos (48 de âmbito local e 80 estruturantes); 15 projetos vencedores	SG
	OP 2010 - Melhoria Condições Tomada/Largada de Passageiros	Melhoria das condições de mobilidade junto às escolas: Liceu Francês, Doroteias, Sagrado Coração de Jesus, Colégio Moderno, Externato Maristas	DMPO
	OP 2012 - Implementação do Parque Urbano do Rio Seco - 4ª Fase	Construção de parque infantil e aquisição de vedações para as hortas urbanas do Bairro 2 de Maio	DMEVAE
	OP 2012 - Parque Urbano do Vale da Ameixoeira	Acompanhamento e gestão da obra	DMEVAE
	OP 2013 - Parede de Escalada no Vale do Silêncio	Construção da parede de escalada Vale do Silêncio	DAFD
	OP 2013 - Monumento a José Afonso	Colocação de monumento evocativo em S. Bento/ Estrela	DMC
	OP 2014 - Jardim Botânico: Proteger, Valorizar e Promover	Acompanhamento e gestão de obra	DMEVAE
	OP 2014 - Estátua de Cosme Damião	Colocação de monumento evocativo em S. Domingos de Benfica	DMC
OP 2014 - Parque Infantil na Quinta das Camareiras	Reordenamento das redes de energia	DMEVAE	

EIXO / PROG	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	DESCRIÇÃO QUANTITATIVA / QUALITATIVA	DM / Dep.
EIXO A - LISBOA MAIS PRÓXIMA			
AZ GOVERNAÇÃO PRÓXIMA E PARTICIPADA	OP 2015 - Requalificação da Azinhaga das Carmelitas	Projeto de requalificação dos espaços exteriores para a Azinhaga das Carmelitas; Rua Mestra; Rua Parreiras; Tv. Pregoeiro; e Rua General Henrique de Carvalho	DMU
	OP 2015 - Implementação de Pomar na Quinta dos Lilases	Acompanhamento e gestão da obra	DMEVAE
	OP 2015 - Mobilidade Suave no Centro da Cidade	Análise técnica para definição de eixos a intervir e de soluções a implementar	DMMT
	OP 2015 - Requalificação do Mercado de Alvalade Sul	Contrato de Delegação de Competências (CDC) com a JF de Alvalade	UCT
	OP 2015 - Mobilidade Ciclável	Análise técnica para definição de eixos a intervir e de soluções a implementar	DMMT
	OP 2015 - Trilhos de Monsanto	Projetos: Sinalética para os trilhos; Acalmias de tráfego; Passadiço elevado sobre a estrada de Monsanto	DMEVAE
	OP 2016 - Parques Calisténicos	Projetos de execução dos parques calisténicos de Marvila, do Parque das Nações e de Belém	DMEVAE
	OP 2017 - Jardim do Caracol da Penha	Alteração do projeto de intervenção na encosta da Penha de França	DMU
	OP 2017 - Criação de Espaços Verdes na Estrada de Telheiras	Desenvolvimento do projeto de execução	DMEVAE
	OP 2017 - Criação de Jardim de Proximidade	Acompanhamento técnico (transferência para a JF de Campolide)	DMEVAE
	OP 2017 - Parque Infantil no Bairro do Condado	Desenvolvimento do projeto de execução	DMEVAE
	OP 2017 - Parque Canino na Ajuda	Desenvolvimento do projeto de execução	DMEVAE
	OP 2017 - Parque Intergeracional na Ajuda	Desenvolvimento do projeto de execução	DMEVAE
	OP 2017 - Parque Canino - Caracol da Graça	Desenvolvimento do projeto de execução	DMEVAE
	OP 2017 - Plataforma online de combate ao ruído	Em desenvolvimento em parceria com a Polícia Municipal	DMEVAE
	GABIP EX-SAAL	Bairro Prodac Norte: Processo de alienação e consequente regularização cadastral e urbanística Bairro Prodac Sul: Iniciado processo de alienação e consequente regularização cadastral e urbanística Bairro Fonsecas e Calçada - Cooperativas de habitação económica Unidade do Povo e 25 de Abril: Concluído o processo de regularização Bairro Horizonte, Penha de França e Beato: processos de loteamento, incluindo a articulação com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) Bº Portugal Novo Areeiro: Procedimentos prévios aos processos de loteamento, em articulação com o IHRU	DMHDL
	GABIP Avenida Almirante Reis	Apoio na elaboração do plano de desenvolvimento local e acompanhamento nas áreas de intervenção de interculturalidade, empregabilidade e envelhecimento ativo	DMHDL
	Nova Carta BIP-ZIP	Atualização da carta municipal dos BIP/ZIP: Revisão e validação do relatório base com a caracterização sócio-territorial	DMHDL
	Programa BIP-ZIP - Edição 2017	Admitidas 107 candidaturas e aprovados 38 projetos	DMHDL
	Ações de Divulgação	Salão Imobiliário de Lisboa - 2017 Conceção, produção e montagem de estrutura para coreto, no âmbito do projeto "Uma Praça em Cada Bairro" Caderno para crianças alusivo a obras de requalificação, reabilitação e recuperação na cidade Dossier "Oportunidade de Investimento em Lisboa" Exposição: "Há Fogo! Há Fogo! Acudam, acudam!" - Museu Nacional dos Coches - 105.093 visitantes Visitas ao RSB (escolares, forças congéneres e outras instituições): 89 visitas Workshops "Uma Comunidade mais Segura": 38 ações Projeto de Prevenção e Segurança "Já Conheces a PM?": 69 ações Projeto de Prevenção e Segurança "Lisboa Cidade Maior": 4 ações Semana Europeia da Mobilidade (SEM) 2017: reunião com parceiros, definição de agenda, elaboração do plano de comunicação, imagem gráfica e respetivos suportes de comunicação e logística	DMU RSB PM DMMT

EIXO / PROG	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	DESCRIÇÃO QUANTITATIVA / QUALITATIVA	DM / Dep.
EIXO A - LISBOA MAIS PRÓXIMA			
A2 GOVERNAÇÃO PRÓXIMA E PARTICIPADA	Instalações de Serviços	Remodelação e manutenção das instalações elétricas e de AVAC existentes em diversos serviços municipais: Oficinas do DRMM; Edifício do Campo Grande; Bairro do Armador; Quartel do RSB em Benfica	UCT
		Obras de reabilitação e de remodelação dos edifícios: Paços do Concelho, Rua Nova do Almada 47/57 (Largo da Boa Hora) e Rua do Arsenal	DMPO
		Impermeabilização da cobertura do edifício dos Olivais 2; Obras de conservação do edifício municipal da Associação de Moradores do Bairro da Boavista	
		Recuperação da cobertura e estrutura em ferro na varanda do edifício sito na Rua António Maria Cardoso, 68 (Centro Nacional de Cultura)	
		Reabilitação de fachadas e cobertura do armazém municipal sito na Av. da Índia, 168; Recuperação de fachadas do edifício central - Campo Grande, 25	
		Obras nas coberturas e paredes exteriores do edificado da Qta. Conde dos Arcos	
		Reabilitação de edifício para balneários e instalações sanitárias da Polícia Municipal	DDS
		Casa dos Direitos Sociais (Bº da Flamengo-Marvila) e Espaço Lx Jovem (Bº do Armador-Marvila)	DMHU
		Beneficiação de instalações com intervenções em balneários e refeitórios	
	Ampliação dos armazéns do DRMM e modernização de equipamentos na área de manutenção mecânica e higiene urbana		
	Mobiliário e Equipamento dos Serviços Municipais	Aquisição de equipamento de fotografia e vídeo para o Núcleo Audiovisual; Aquisição de mobiliário para o Contact Center	SG
		Aquisição equipamento audiovisual	PM
	Material de Representação e Ornamentação	Mastros em inox, toldos para tribunas, palcos e púlpitos	SG
Aluguer Operacional de Viaturas Ligeiras	Contratos de aluguer operacional de 134 viaturas ligeiras de passageiros e de carga	DMHU	
Gestão e Manutenção da Frota de Ligeiros (Utiliz. Geral)	Aquisição de viaturas com plataforma elevatória e viaturas tipo furgão para recolha e vacinação de canídeos	DMHU	
	Aquisição de viaturas ligeiras para transporte de passageiros e quadriciclos elétricos para recolha de papel		
Gestão e Manutenção da Frota de Pesados	Aquisição veículos pesados de transporte de passageiros	DMHU	
Viaturas de Remoção de Resíduos	Aquisição de 3 viaturas de recolha de resíduos	DMHU	
Formação (Interna e Externa)	63 ações de formação abrangendo 768 formandos	RSB	
A3 CIDADE SEGURA	Equipamento e Fardamento	Renovação e modernização do EPI e fardamento para os operacionais do RSB: Fatos de combate a incêndios urbanos, polos, calças, camisas	RSB
	Veículos e Respetivas Cargas	Aquisições de 10 veículos urbanos de combate a incêndios e 15 veículos de comando de operações táticas, para melhorar a capacidade de resposta ao socorro	RSB
		Aquisições de 1 ambulância de emergência (ABSC) e 1 embarcação de resgate (semi rígido)	
		Aquisição de um veículo tanque tático urbano	
	Veículos Operacionais de Proteção e Socorro	Aquisição de um veículo tanque tático florestal	RSB
	Ações de Socorro	Incêndios - 1.346; Acidentes - 2.385; Infraestruturas e vias de comunicação - 2.210; Pré-hospitalar - 1.041	RSB
		Conflitos legais - 99; Tecnológicos Industriais - 1.074; Serviços - 9.448; Atividades - 2.245	
	Exercícios e Simulacros	Participação em 65 simulacros de diversas natureza (observação e participação, incluindo 8 complexos); treinos diversos	RSB
Serviços de Proteção	1.106 prevenções a casas de espetáculo e 113 prevenções em eventos de elevada densidade populacional	RSB	
Serviço Técnico de Segurança Contra Incêndios	2.934 ações (1.137 de análise de projetos de segurança e medidas de autoproteção)	RSB	
Patrulhamento e Vigilância	251 ações, incluindo o patrulhamento ao parque florestal de Monsanto	RSB	

EIXO / PROG	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	DESCRIÇÃO QUANTITATIVA / QUALITATIVA	DM / Dep.
EIXO A - LISBOA MAIS PRÓXIMA			
A3 CIDADE SEGURA	Ações de Fiscalização e Trânsito	3.045 averiguações e 156 desocupações e despejos em bairros municipais	PM
		2.777 fiscalizações, 187 embargos, 11 desobediências a embargos e 1.300 autos de contraordenação no âmbito do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE)	
		3.354 fiscalizações, 2.123 autos de contraordenação e 1.243 apreensões em venda ambulante	
		5.512 fiscalizações e 1.601 autos de contraordenação em estabelecimentos comerciais	
		160 autos de contraordenação em feiras e mercados	
	188 autos de contraordenação por falta de licença, registo, vacinas, seguro e açaimo em canídeos		
	1.497 fiscalizações de licenças de ocupação da via pública, 118 autos de contraordenação de resíduos sólidos e 124 autos de contraordenação de ruído		
	83.608 autos de contraordenação por excesso de velocidade, 10 veículos apreendidos, 5.751 veículos bloqueados e 9.786 veículos removidos		
	1.005 viaturas removidas para depósito municipal, 1.400 notificações, 12 editais e 982 autos de apropriação		
	Modernização da frota	57 veículos ligeiros, 40 motocicletas, 2 viaturas de reboque, 2 veículos (tipo pickup), 8 veículos comerciais e 1 reboque para motocicletas	PM
	Contrato Local de Segurança	Policiamento nas zonas do Bairro Alto e do Intendente	PM
	Ações de Sensibilização e Segurança	Projecto "Crescer na Segurança": 259 ações ; Campanha "Calor Intenso, Um Perigo para a Saúde - Saiba como Proteger-se": 12 ações Plano especial de contingência para os sem abrigo durante o tempo frio 1.914 ocorrências de emergência; 21.160 ocorrências do dispositivo integrado e permanente de emergência pré-hospitalar; 573 pessoas com apoio psicossocial após emergência; 69 pessoas em alojamento de emergência municipal	SMPC
	Planos Locais de Emergência	Planos de emergência elaborados: 2; Reuniões com Juntas de Freguesia: 8 Medidas de autoproteção (MAP's) de edifícios e de equipamentos municipais elaboradas: 8	SMPC
A4 SERVIÇOS URBANOS DE QUALIDADE	Pavimentos	Reabilitação e conservação de pavimentos betuminosos numa área total de 113.727 m2 e execução de sinalização horizontal	UCT
		1ª fase do estudo no cruzamento das Av. Lusíada, Av. Colégio Militar e Av. Eusébio da Silva Ferreira - Maquete Estudo de viabilidade para a construção de parque de estacionamento subterrâneo na Praça da Estrela	DMU
	Obras de Arte	Viaduto do Rego à Praça de Espanha: Plano de extração de carotes, inspeção e ensaios em fundações Reabilitação da passagem pedonal da Av. Infante D. Henrique; Viaduto metálico de Alcântara	DMPO
	Sinalização e semaforização	Sinalização vertical polimérica para requalificação da sinalização do Bairro Alto Renovação do contrato de assistência técnica e manutenção do sistema centralizado de tráfego da cidade - GERTRUDE Semaforização dos entroncamentos da Av. Cidade Lourenço Marques (Olivais) Sinalização luminosa automática na Rua João Freitas Branco com a Av. Lusíada (acordo quadro) Equipamentos semafóricos na Estrada Correia; Estrada de Benfca; Av. do Colégio Militar; Alameda dos Oceanos	DMMT
	Cadastro de Sinalização Rodoviária	60.651 registos na sinalização vertical: 60.651; 19.354 registos na sinalização horizontal; 28 respostas sobre a sinalização rodoviária	DMMT
	Gestão da Circulação, Estacionamento e Condicionamentos	Análise, parecer e acompanhamento no âmbito da gestão de circulação em 183 parques privativos; 154 parques para deficientes; 259 estacionamentos; 138 boleamentos e entradas especiais; 470 ocupações da via pública; 241 obras e desvios de trânsito; 206 cargas e descargas	DMMT

EIXO / PROG	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	DESCRIÇÃO QUANTITATIVA / QUALITATIVA	DM / Dep.
EIXO A - LISBOA MAIS PRÓXIMA			
A4 SERVIÇOS URBANOS DE QUALIDADE	Parques Caninos	Conclusão dos projetos de execução de 17 parques em vários locais da cidade	DMEVAE
	Manutenção de Espaços Verdes	Projetos de execução: Qta. da Alfarrobeira (2ª Fase); Arruamento da EB de S. Vicente; Casal Vistoso (2ª fase) Projeto de requalificação dos caminhos do parque urbano da Qta. da Granja; Revisão do projeto da Rua João Nascimento Costa Reabilitação do jardim do Arco Cego (percurso nascente); Área expectante do Calhariz de Benfica; Plano de plantação para a área pedagógica da Qta. do Zé Pinto; Jardim da Cerca da Graça (drenagem/ novas plantações) Acompanhamento e gestão de obras: Jardim Avelar Brotero; Enquadramento paisagístico da envolvente do lote 48 (Av. Mouzinho de Albuquerque); Casal Vistoso (1ª e 2ª fases) Reabilitação da Av. Rovisco Pais; Espaço interior do LNEC; Espaço exterior da Qta. das Comendadeiras	DMEVAE
	Limpeza Urbana e Recolha Seletiva	Aquisição de vidrões, contentores, papeléis, tampas e acessórios e sacos para resíduos urbanos (RU) Aquisição de 39 viaturas multifuncionais, 12 viaturas pesadas e 1 varredora mecânica, para recolha e remoção de resíduos urbanos Aquisição de kits de viatura para abertura das tampas das escotilhas subterrâneas	DMHU
	Campanhas de Sensibilização	Produção de materiais no âmbito da campanha "Não Abandone o Lixo Volumoso na Rua"	DMHU
	Controlo de Pragas e Pombos	Aquisição de materiais para pombal contraceptivo; Análises a pombos	DMHU
	Aquisição de Serviços - Valorsul	Entrega e tratamento de resíduos sólidos urbanos nas instalações da Valorsul	DMHU
	Tratamento e Destino Final de Resíduos Perigosos	Transporte e tratamento de resíduos perigosos Recolha de resíduos hospitalares dos grupos III e IV	DMHU
	Conservação e Manutenção da Rede de Esgotos	Conservação e manutenção da rede de saneamento nas várias zonas da cidade; Serviços de limpeza, desobstrução e inspeção de coletores Projeto de execução: Construção de coletores na Azinhaga do Porto Prospecção geotécnica: Reforço hidráulico da Av. de Berna	DMPO
	Conservação e Manutenção de Infraestruturas	Pareceres sobre projetos externos de iluminação pública e acompanhamento de obras externas de iluminação pública	UCT
	Fornecimento de Energia	Contratação de fornecimento de energia para dispositivos de iluminação pública, tráfego e publicidade	UCT
	Infraestruturas Cemiteriais	Nova rede de distribuição de água e combate a incêndios no cemitério dos Prazeres e de Benfica; Demolição de chafarizes inativos no cemitério do Alto de S. João Recuperação do muro exterior no cemitério da Ajuda; Substituição das coberturas em fibrocimento do edifício administrativo no cemitério do Lumiar Aquisições de 5 elevadores de urnas; Equipamento para apoio da retirada de urnas de chumbos de subterrâneos	DMEVAE
	Monitorização/Controlo e Fiscalização de Ruído	Análise e resposta a 245 reclamações; Realização de ensaios para verificação do critério de incomodidade	DMEVAE
	Monitorização/Controlo e Fiscalização das Águas	Certificação do sistema de gestão da qualidade (NP EN ISO 9001:2015) Controlo da qualidade de águas de consumo, recreio, rega, ornamentais, nascentes e subterrâneas; Monitorização das ETAR's de Lisboa	DMEVAE
	Postos de Limpeza	Aquisição de barreiras acústicas para o posto Filipe da Mata	DMHU
	Quinta Pedagógica	168.656 visitantes; 31.979 atividades; 4.014 horas de trabalho comunitário	DMEVAE
	Manutenção e Conservação do Parque Escolar	Conservação e reparação: EB Patrício Prazeres; EB Alice Vieira; EB Infante D. Henrique; EB Frei Luís de Sousa; EB Gaiotas; EB dos Lóios	DMPO
	Nova Feira Popular	Projetos de execução de espaços exteriores e do parque verde (lançamento de empreitada do arruamento de ligação da Estrada da Pontinha, Av. Professor Francisco Gama Caeiro e Jardim dos Professores) e movimento de terras	DMEVAE

EIXO / PROG	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	DESCRIÇÃO QUANTITATIVA / QUALITATIVA	DM / Dep.
EIXO A - LISBOA MAIS PRÓXIMA			
A4 SERVIÇOS URBANOS DE QUALIDADE	Pavimentos Lx.XXI	Projetos de execução de espaços exteriores: Troço entre o Cais do Sodré e o Boqueirão Ferreiros (Av. 24 de Julho); Requalificação da Estrada de Caselas; Requalificação da Rua Bartolomeu Dias; Requalificação da Azinhaga dos Lameiros	DMU
		Projeto de execução de espaços exteriores e alteração de geometria na Rua de Campolide entre a Av. Miguel Torga e a Qta. do Zé Pinto	
		Projeto de execução de espaços exteriores da Av. Infante D. Henrique entre o Campo das Cebolas e Santa Apolónia	
		Projeto de reabilitação da rede de saneamento em arruamentos adjacentes ao campo dos Mártires da Pátria	
		Projeto de execução do nó rodoviário da Av. Miguel Torga, Rua de Campolide e Av. Calouste Gulbenkian	
		Estudo de mobilidade urbana para apoio à concretização da rede viária (Assessoria técnica)	
		Estudos de tráfego de intervenções no âmbito do Plano Pavimentar Lisboa 2015-2020	
		Levantamentos topográficos diversos e imagens para o projeto do corredor oriental do Vale de Chelas	
		Reabilitação e fiscalização técnica das empreitadas de reabilitação de pavimentos em várias zonas da cidade	DMPO
		Trabalhos de manutenção junto ao viaduto do Fonte Nova; Viaduto da 2ª Circular à Av. Padre Cruz	

EIXO / PROG	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	DESCRIÇÃO QUANTITATIVA / QUALITATIVA	DM / Dep.
EIXO B - LISBOA EMPREENDEDORA			
B1 CIDADE DO TRABALHO E DA CRIAÇÃO DE EMPREGO	Empreendedorismo Jovem nas Escolas	Parceria com Júnior Achievement Portugal com o objetivo de promoção da educação para o empreendedorismo	DMEI
	6ª Semana do Empreendedorismo de Lisboa	40 iniciativas de promoção e apoio ao empreendedorismo: workshops, open days, meetups, talks	DMEI
	Modelo de Dados da Economia da Cidade	Dados estatísticos dos quadros de pessoal do Gabinete de Estratégia e Planeamento/Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, informação INE, rankings e índice Startup Genome	DMEI
	Academia do Código	Requalificação de jovens desempregados através de ações de formação em linguagens de programação (código) e competências TICs	DMEI
	Websummit 2017	Participação na conferência e reuniões bilaterais com empreendedores de todo o mundo	DMEI
	Made of Lisboa	Plataforma agregadora de ecossistema empreendedor: 18 incubadoras, 14 aceleradores, 6 Fab Labs e 41 CoWorks	DMEI
	Startup Lisboa	300 startups apoiadas; 1.600 postos de trabalho criados	DMEI
	Projeto EPLUS	O projeto faz a ligação entre os ecossistemas empreendedores de Lisboa, Nice Côte D'Azur e Baden-Wuttenberg (Estugarda) 2015-2018	DMEI
	Projeto Urban Manufacturing	Apoio em políticas de estímulo a infraestruturas da inovação: Espaços de fabricação colaborativa em áreas urbanas; Troca de experiências entre cidades e regiões, com vista à promoção de ecossistemas colaborativos com foco na inovação e crescimento das PME	DMEI
	Centro de Inovação da Mouraria (CIM)	Incubadora para apoiar projetos e ideias-negócio das indústrias criativas: 39 projetos apoiados	DMEI
B1 CIDADE DO TRABALHO E DA CRIAÇÃO DE EMPREGO	Incubadora Social	Programa Municipal para a Economia Social e Promoção da Empregabilidade em Lisboa (PMESPELx) - Economia Social: Programa em Gestão e Qualidade-Capacitação para Entidades apoiadas pela CML. 4 Grupos, num total de 44 entidades Ação "Desafios, Iniciativas, Impacto e Financiamento", apresentação do Estudo sobre necessidades de formação das entidades de economia social, 55 presenças Ações de sensibilização: Candidaturas a Apoios do Município (RAAML, BIP/ZIP E FES/IPSS); Sustentabilidade nas Organizações Sociais; Impacto Social; Soluções de Inovação Social; Up Social - Eurocidades Programa I.D.E.I.A.S. - 10 sessões, 27 entidades apoiadas; Criação da comunidade para Gestão de Mentores e Parceiros; Apresentação das 6 IDEIAS vencedoras Market Place 2017: realização de 123 matches, 100 participantes de entidades e empresas Coorganização em parceria com a ESLIDER-Portugal, do Seminário Internacional Gathering to Grow Coorganização do 5º Global Pro Bono Summit, em parceria com a Seacoop-Agência de Empreendedores Sociais e a Fundação BMW, 100 participantes	DDS
	Rede Emprega - Lisboa	Apoio às Redes existentes na cidade: RedEmprega Vale de Alcântara; Rede Empregabilidade Alta de Lisboa; Rede São Domingos Emprega; Grupo Empregabilidade de Carnide; Rede EFE (Beato/Areeiro) Novas Redes: RedEmprega Lx Oriental (Marvila e Olivais) e RedEmprega Centro Histórico (Misericórdia e Sto. António)	DDS
	Empreendedorismo Inclusivo	"Programa Lisboa Consigo", capacitação na criação do auto-emprego: 3 edições	DDS
	Lojas Sociais	Protocolo com a Associação CLIP, Recursos e Desenvolvimento - Plataforma das Lojas Sociais da CML	DDS
	Plataforma Crowdfunding de Lisboa	Forma colaborativa de angariar financiamento para projetos, produtos, serviços e ideias: 30 projetos submetidos e 11 financiados	DMEI
	Lisboa Empreende	Projeto em parceria com a CASES, entidade gestora do SOU Mais – Programa Nacional de Microcrédito Startup Europe Award - Categoria Best Public Administration for Startups: 350 projetos apoiados, 104 projetos instalados, mais de 250 postos de trabalho criados	DMEI

EIXO / PROG	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	DESCRIÇÃO QUANTITATIVA / QUALITATIVA	DM / Dep.
EIXO B - LISBOA EMPREENDEDORA			
BZ CIDADE DA INOVAÇÃO	Study in Lisbon	Inauguração do "Study in Lisbon Lounge": Espaço de atendimento público dedicado aos estudantes internacionais e que conta com a presença da CML, do SEF e das Associações Erasmus	DMEI
	NAFSA 2017 - Feira de Educação	Participação na 6ª NAFSA, a maior feira de educação dos EUA, em parceria, entre outros, com Study in Portugal e Fulbright Commission	DMEI
	Rede Interm. c/Univ./Politéc.Clusters Ind	LOIC - Conceito Centro de Inovação do Mar	DMEI
	FAB LAB Lisboa	Laboratório de Prototipagem: Aberto ao público 2 dias por semana; Os restantes dias servem para desenvolver projetos comunitários e de apoio ao empreendedorismo; mais de 500 protótipos; mais de 3.000 users Programa Young Creators: Formação e desenvolvimento de atividades para 100 jovens em 4 áreas: robótica, impressão 3D, textile hacking e bio hacking	DMEI
	SPEED UP - Supporting Practices for Entrepreneurship in Ecosystems Development of Urban Policies	Implementação nos programas regionais dos fundos estruturais europeus, de instrumentos financiamento direcionados às incubadoras empresas	DMEI
	Coorganização de Atividades com o Clube dos Criativos de Portugal	Mentoria de branding e marketing para a comunidade FabLab e CIM; Realização de masterclasses de design thinking e marketing digital	DMEI
	Rede Ind. Criativas - Mercado do Bairro Alto	Desenvolvimento do projeto, aquisição de equipamento e elaboração de protocolos: Mercado dos ofícios	DMEI
	Rede Ind. Criativas - Mercado de Santa Clara	Desenvolvimento do projeto Showroom das Criativas	DMEI
	Hub Criativo do Beato	Novo Hub empreendedor e criativo de Lisboa com 35.000m2 e 20 edifícios (áreas: tecnologia, inovação e indústrias criativas)	DMEI
	Programa de Crosslanding de Lisboa	Internacionalização do ecossistema empreendedor de Lisboa: Assinatura de memorandos de entendimento com os ecossistemas de Londres, Paris, Amsterdão e Telavive	DMEI
	Mapa do Conhecimento e Inovação de Lisboa Integrado na Plataforma LXI	Plataforma online que permite conhecer e explorar melhor o ecossistema universitário, de investigação e desenvolvimento e de inovação da cidade	DMEI
	Smart Open Lisboa	Projeto de dados abertos que pretende transformar Lisboa num laboratório de startups e ideias de negócio: 2ª edição do Programa Aceleração (www.smartopenlisboa.pt)	DMEI
	Projeto Lisboa Robotics	Lançado em Março de 2017, tem como ideia central criar um Cluster composto por um conjunto de entidades, entre as quais a CML, o Instituto de Sistemas e Robótica /Instituto Superior Técnico e a Sociedade Portuguesa de Robótica (SPR); Este projeto irá fomentar a investigação e desenvolvimento (I&D), a inovação e transferência de tecnologia através da colaboração entre instituições do ensino superior, unidades de investigação, empresas produtoras e utilizadores finais	DMEI
	Lisboa Robotics Talk	Conversa informal com especialistas sobre robótica	DMEI
	B3 CIDADE ABERTA ÀS EMPRESAS	Invet Lisboa	Promoção da instalação de novas empresas e investimentos: mais de 2.500 projetos apoiados Evento de networking com investidores da Diáspora portuguesa e empreendedores participantes no WebSummit 2017
Lisbon Business Connections		Plataforma que visa atrair empresas, investimento e criar novos postos de trabalho	DMEI
Economia de Lisboa em números - Versão em Português e Inglês		Publicação que se destina a todos os que pretendem conhecer os principais indicadores económicos de Lisboa e a quem pretende investir na cidade, criando novas empresas ou relocando e expandindo empresas existentes	DMEI
Lisbon Investment Summit		Evento internacional de captação de investimento para startups (parceria com a Beta-i)	DMEI
Apoio ao Investimento e Iniciativa Lisboa		Atendimentos a empreendedores interessados em criar/instalar negócios; Diversas áreas: street food, produtos, serviços, reabilitação de imóveis e comércio	DMEI
6ª Edição do Lisbon Challenge		Realização da 6ª Edição do programa internacional de aceleração LISBON CHALLENGE (parceria com a Beta-i)	DMEI
Lisboa Film Commission		A criação da Lisboa Film Commission permitiu agilizar os processos que envolveram a rodagem de produções de cinema e publicidade	DMEI
Lift - Lisbon Initiative for the Future		Realização da conferência "Cidades do Futuro – Conhecimento e Clusters", organizada em conjunto com a Fundação Calouste Gulbenkian, que ambiciona posicionar a Grande Região Funcional de Lisboa no mapa da Globalização	DMEI

EIXO / PROG	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	DESCRIÇÃO QUANTITATIVA / QUALITATIVA	DM / Dep.
EIXO B - LISBOA EMPREENDEDORA			
B4 CIDADE DE COMÉRCIO	Lisbon Shopping Destination	Lançamento da APP e impressão de guias LSD em português/inglês, francês e mandarim	DMEI
	Lojas com História	Distinção de 82 Lojas; Criação do site para promoção e divulgação Lançamento do Livro "Lojas com História"	DMEI
	Academia do Comércio de Lisboa	Programa de aceleração dirigido ao setor comércio - 2 eixos: novos projetos e reconversão de antigos negócios	DMEI
	Valorizar e Promover Mercados Municipais	Mercado de Arroios: reparação e pintura das fachadas Mercado 31 de Janeiro: criação de condições para instalação da Loja do Cidadão (adaptação do piso 1) Mercado da Ribeira: colocação de equipamento de controlo de acesso dos comerciantes à Rua do Instituto D ^a Amélia, para cargas e descargas Mercado do B ^o de Santos - celebração do contrato de concessão para exploração de parte delimitada do mercado, incluindo reabilitação do edifício e a exploração do parque de estacionamento	UCT
	Plano de Comunicação para Implementação da Marca "Mercados de Lisboa"	Colocação do lettering nas fachadas dos mercados e fornecimento de aventais aos comerciantes Realização de eventos nos mercados de Arroios e de Alvalade Norte (requalificação das instalações e abertura do "Mercado das Famílias") Capacitação de comerciantes: Implementação de um programa de formação para os operadores dos mercados	UCT
	Instrumentos Reguladores	Implementação do plano municipal de mercados e do regulamento geral dos mercados de Lisboa	UCT
	Ordenamento de Mercados e Feiras	Intervenções de sinalização, vedação e remarcação de lugares nas feiras da ladra, do relógio e das galinheiras	UCT
	Segurança Alimentar e Metrologia	355 vistorias de rotina e apoio a eventos.	UCT
	Educação Alimentar	"Vamos Todos ao Mercado": 1.846 alunos	UCT
	Segurança Alimentar e Metrologia	Verificação de instrumentos em Lisboa e Oeiras (8.418); Contadores de tempo (14); Parcometros (2.301); Taxímetros (1.044) Análises a amostras para garantia do controlo da qualidade alimentar nos refeitórios (261)	DMEVAE
	Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo de Lisboa	Arbitragem e mediação de conflitos até 5.000 euros; centro de informação autárquica	DMEI

EIXO / PROG	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	DESCRIÇÃO QUANTITATIVA / QUALITATIVA	DM / Dep.
EIXO C - LISBOA INCLUSIVA			
C1 DIREITO À HABITAÇÃO	Subsídio Municipal ao Arrendamento (SMA)	Apoio a agregados com carência económica, por um período de 12 meses, renovável e sujeito a avaliação semestral: 190 subsídios atribuídos	DMHDL
	Programa Renda Acessível (PRA)	Elaboração da Proposta referente à operação renda acessível para a Rua de São Lázaro Aprovação da operação renda acessível - Rua Gomes Freire; Avaliação imobiliária dos imóveis sitos na Rua Gomes Freire; Reuniões técnicas de trabalho no desenho do modelo do sistema informático de suporte ao programa de habitação	DMHDL
		Levantamentos topográficos na Rua das Barracas, na Rua de S. Lázaro e na Rua Gomes Freire; Levantamento arquitetónico de armazém na Rua de S. Lázaro Projeto de modelização 3D para loteamentos: Rua Padre Abel Varzim; Laranjeiras; Parque das Nações; Av. Marechal Teixeira Rebelo Estudos de revisão do plano de urbanização do Vale de Santo António	DMU
	Transferência de Agregados Residentes em Fogos Municipais	Intervenções nas ruínas municipais, visando a transferência dos agregados residentes (94% resolvidas, 6% em análise)	DMHDL
	Desocupação de Fogos Municipais	Desocupação de 19 fogos	DMHDL
	Libertação de Fogos de Realojamento Arrendados pelo Município no Mercado Privado	Rescisão de 24 contratos de arrendamento; 2 em fase de rescisão	DMHDL
	Programa de Renda Convencionada	Concurso de fogos municipais por sorteio (total de 16 edições); 2017: 4 edições com 59 fogos atribuídos	DMHDL
	Reabilitar Património Municipal - PIPARU	Intervenções em edifícios: Pátio José Pedreira; Rua do Recolhimento, 35 e Beco do Leão 2-4; Rua da Mouraria, 38 – 40 Edifícios habitacionais: Conclusão da construção de 20 fogos no Bairro Padre Cruz - Quarteirão Piloto - Zona de alvenarias 6 empreitadas com vista à recuperação de 44 frações habitacionais	UCT DMPO DMHDL
	Fogos Municipais Atribuídos	Renda convencionada: 59; Operações de realojamento: 28; Transferência de fogos particulares: 14; Transferências definitivas e provisórias: 38; Ruínas: 12; Outros: 6	DMHDL
	Operações de Realojamento	Alto Varejão (3 famílias); Pátio do Coelho (2 famílias); Dispersos (2 famílias); Qta. da Montanha (1 família) Em fase de estudo e planificação: Largo do Mastro; Qta. de Sto. António; Azinhaga da Salgada	DMHDL
	Regulamento do Regime de Acesso à Habitação Municipal	Validados 8.486 pedidos de habitação (6.297 pedidos classificados e 2.189 pedidos não classificados); Atribuição de 143 Em vários Bairros: 2.174 pedidos de habitação validados (1.905 pedidos classificados e 269 pedidos não classificados)	DMHDL
	PROHABITA	2 contratos de financiamento com o IHRU (30 famílias); Estão ativos 8 contratos com financiamento	DMHDL
	Gestão de Ocorrências e Pedidos de Intervenção	Realizados 761 levantamentos técnicos de ocorrências GOPI	DMHDL
	Fiscalizações Técnicas em Frações Habitacionais e Não Habitacionais	Efetuada 1.166 fiscalizações/vistorias em frações habitacionais e não habitacionais	DMHDL
	Programa de Requalificação dos Pátios e Vilas de Lisboa	Criar melhores condições no interior e exterior das habitações: Vila Romão da Silva; Tv. Paulo Jorge; Vila Bela Vista; Vila Elvira	DMHDL
	GABIP - Bairro Boavista	Acompanhamento das obras de requalificação da sede da associação de moradores da cozinha comunitária; Projeto para construção da nova escola e praça adjacente Adjudicada empreitada para construção de 46 fogos	DMHDL
	GABIP - Bairro Padre Cruz	Realojadas 11 famílias residentes nas alvenarias da fase A2 e transferidas 9 famílias para novas habitações Adjudicada empreitada para construção de 48 fogos	DMHDL
	Torres do Alto da Eira	Empreitada de reestruturação das instalações do arquivo municipal e criação de 2 equipamentos	DMHDL
	Agregados Familiares Desalojados Provisoriamente de Fogos Particulares pela CML	Propostas de realojamento definitivo: 20; Notificações para entrega de documentos para proposta de realojamento definitivo: 20; Propostas de realojamento definitivo (nos termos da deliberação aprovada): 3	DMHDL
	Reparações/Beneficiações em Património Municipal	Reabilitação de frações em bairros municipais: 178 frações dispersas pela cidade (21 empreitadas) Obras de reparação de imóveis em património municipal	DMPO DMGP

EIXO / PROG	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	DESCRIÇÃO QUANTITATIVA / QUALITATIVA	DM / Dep.
EIXO C - LISBOA INCLUSIVA			
C1 DIREITO À HABITAÇÃO	Padre Cruz	Construção de infraestruturas e de espaços públicos do edifício de equipamentos de proximidade (creche e residência sénior)	DMPO
	Re/Construção em Bairros Municipais Lx.XXI	Obra de reforço da rede elétrica para as fases AO e A1	DMPO
		Construção de 48 fogos no Bairro Padre Cruz - Fase 1 - Zona de alvenarias	
Reabilitação Habitação Municipal Lx.XXI	Construção de 50 fogos no Bairro da Boavista - Fase 1	DMPO	
	Construção de 46 fogos no Bairro da Boavista		
C2 DIREITO À EDUCAÇÃO	Programa "Escola Nova" - PIPARU	Construção de creche no Beco do Loureiro, 16 (Alfama)	DMPO
	Mobiliário e Equipamento para as Escolas	Beneficiação geral, ampliação e espaços exteriores da EB1/JI Mestre Querubim Lapa	
		Construção de instalações sanitárias para a EB1/JI Manuel Teixeira Gomes	
	Comer e Aprender - Alimentação Saudável e Sustentável	Monitorização das aquisições e colocação de infraestruturas wireless e software para as bibliotecas das escolas básicas (EB) do 1º ciclo	DE
		Mobiliário e equipamento: EB Querubim Lapa (todo o equipamento); EB Qta. dos Frades (4 salas do 1º ciclo)	
	Projeto FLAW4LIFE	Apetrechamento com mobiliário: 21 salas de aula, 10 jardins de infância (JI), 2 unidades de apoio à multideficiência, 1 biblioteca escolar, 2 refeitórios e 10 salas/gabinetes	DE
		Programa "Crescer Saudável": Apresentação da mascote VEGI; Participação da mascote na parada das mascotes; Dia da alimentação: Ação para 18.949 crianças de JI e do 1º Ciclo	
	Transportes Escolares Alfacinhas	Ações várias envolvendo 4.504 crianças e 1.830 adultos: Saladas em família; Passeio com sabor a fruta e legumes; Natal Saudável	DE
		Feios mas saborosos: Concurso de histórias e ilustração (800 alunos; 16 EB's); 33 histórias integraram o livro lançado numa festa para todos	
	Subsídios Transporte Escolar	Casa-Escola-Casa: 26 viaturas transportando diariamente 595 alunos	DE
		Passaporte Escolar e Passaporte Pré-Escolar: Transporte de 51.515 crianças; Natação curricular: Transporte diário das 543 turmas entre escolas e piscinas	
	Transporte Escolar Adaptado	Atribuição de passe social a 350 crianças e/ou jovens (nº médio mensal)	DE
		Assegurado o trajeto casa-escola-casa a 48 alunos com várias deficiências de grau elevado	
Dinamizar Programa de Apoio à Educação Física Curricular - Bloco de Natação	Componente de Apoio à Família (CAF)/Atividades de Animação e Apoio às Famílias (AAAF) - Entidades Executoras: Juntas de Freguesias (20); Associações de Pais (4); Entidades locais (7). Total de estabelecimentos com CAF/AAAF: 91	DAFD	
	Ensino regular: 11.516 alunos; 543 turmas; 78 EB do 1º ciclo; 28 agrupamentos; Ensino especial (Unidade de Apoio Especializado): 16; Nº de alunos: 80; Inclusão (Necessidades Educativas Especiais): 72 crianças integradas na própria turma		
Dinamizar Programa de Apoio à Educação Física Curricular - Bloco dos Jogos	Festivais de encerramento: 3.735 participantes; Festa de Finalistas: 2.499 participantes e 143 turmas; Festas finais: 15 unidades e 53 participantes	DAFD	
	Ensino Regular - 8.726 alunos; 390 turmas; 60 EB do 1º ciclo; 20 agrupamentos		
Dinamizar Programa de Apoio à Educação Física Curricular - Bloco das Atividades Rítmicas e Expressivas	Ensino regular: 332 alunos; 14 turmas; 4 EB do 1º ciclo; 3 agrupamentos; Ensino especial : 6 com 36 participantes	DAFD	
	Festas finais (Unidade de apoio Especializado): 6 com 36 participantes		

EIXO / PROG	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	DESCRIÇÃO QUANTITATIVA / QUALITATIVA	DM / Dep.
EIXO C - LISBOA INCLUSIVA			
CZ DIREITO À EDUCAÇÃO	Workshops e Ações de Formação no Âmbito da Dinamização do Programa de Apoio à Educação Física Curricular	"Prevenção de abusos e maus tratos a crianças": 40 participantes; "Relações Interpessoais": 16 participantes; "Trabalho em Equipa e Colaborativo": 16 participantes "Primeiros Socorros": 19 participantes; Práticas Pedagógicas "Auto e Heteroanálise": 34 participantes; Workshop Prático: 34 participantes	DAFD
	Promoção da Música - Orquestra Geração	Gravação do CD da orquestra jovem municipal Geração Lisboa; 9 escolas e 155 alunos envolvidos; 21 concertos	DE
	Refeições Escolares	Média de almoços/dia no 1º ciclo e JI: 12.900 e 3.100; Média de pequenos almoços/dia no 1º ciclo e JI: 1800 e 600; Média de lanches/dia no 1º ciclo e JI: 9.440 e JI	DE
		Nº de refeitórios escolares (88): Serviço contratado (61); Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGESTE) - 7; Juntas de Freguesia (20)	DE
		Transferência de verbas para as Juntas de Freguesia, no âmbito da delegação de competências na área das refeições saudáveis	DE
	Apoio à Gestão Escolar	7.520 alunos do escalão A/B (9 % do universo escolar); 1.246 alunos com necessidades Educativas Especiais (6 % do universo escolar)	DE
	Rede de Bibliotecas Escolares de Lisboa	Nº de bibliotecas escolares: 91; Nº de bibliotecas escolares integradas em 2017: 2 Mês internacional das bibliotecas escolares: Atividades para 90 professores (4 sessões) e para 1.881 alunos (79 sessões em 32 escolas)	DE
	Escola Ciência Viva	Transporte e refeições: 1.270 crianças; 119 professores; 43 escolas do 1º ciclo de 31 de agrupamentos	DE
	Incursões pela Arte	Percursos de arte urbana aos murais do Bº Padre Cruz com as 5 turmas envolvidas da EB23 de Marvila; Sessões em sala de aula e execução do mural na escola	DE
	Programa Empreendedorismo Jovem	335 turmas; 7.710 alunos de escolas públicas do 1º ciclo ao ensino secundário	DE
	Marchas Infantis de Lisboa	Viver as tradições de Lisboa: 700 crianças de 14 freguesias da cidade	DE
	Festa de Encerramento do Ano Letivo	3.000 alunos e 15 entidades parceiras	DE
	Presenças em Festivais	Futurália - "Lisboa: Uma Cidade Boa para Estudar"; Festival Ludopolis: Promoção das literacias e jogos tradicionais; A Nossa Escola - Aproxima-te	DE
	Passaporte Escolar e Pré-Escolar	Participação em atividades: 28.181 crianças do pré-escolar; 55.755 alunos do 1º ciclo; Edição dos 2 guias de oferta educativa Semana do passaporte escolar (2 a 4 de Maio): Cerimónia de abertura com a assinatura de 7 protocolos de colaboração; Feira dos serviços educativos: 841 crianças (pré-escolar) e 482 crianças (escolar); Encontro de educação não formal da cidade de Lisboa: 87 participantes	DE
	Promoção da Atividade Física	Programa "Infância em Movimento PIMobil": Atividades na área da educação rodoviária e motricidade (14 salas dos JI; 315 crianças) Escola de judo Nuno Delgado - "Blocos de Judo - Formar Campeões para a Vida": 4 escolas do 1º ciclo (578 alunos de 27 turmas)	DE
	Pela Cidade Fora	Entrega de livros às crianças e aos jovens do ensino secundário, para as questões de mobilidade sustentável em parceria com a EMEL - 114 ações	DE
	Passaporte Escolar +	Crescer com a música: 3 parceiros; 12 turmas do 1º ano; 7 escolas com 3 agrupamentos Escrita criativa: Encerramento do projeto na EB Parque Silva Porto - No ano letivo 2016/2017 envolveu 15 turmas do 3º e 4º anos dos agrupamentos de escolas Qta. de Marrocos e Alto do Lumiar Lançamento do livro "CriAtivo – Promoção de Estratégias e Autorregulação na Escrita" Plataforma digital com a Universidade Nova de Lisboa - CITI; Edição de publicação digital: Livro "Lisboa"; Lançamento no dia das bibliotecas escolares Pequeno Grande C: Parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian e a rede de Bibliotecas Municipais para a exposição "Pequeno Grande C" na biblioteca de Belém	DE

EIXO / PROG	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	DESCRIÇÃO QUANTITATIVA / QUALITATIVA	DM / Dep.
EIXO C - LISBOA INCLUSIVA			
C2 DIREITO À EDUCAÇÃO	Passaporte Escolar +	Com Arte – Companhias de Teatro de Carnide e Lua Cheia para a implementação nos JI da rede pública (37 salas; 772 crianças inscritas)	DE
	Escolas de Trânsito	Projeto “A Segurança Começa em Ti” nas escolas de trânsito da Serafina e da Bela Vista (turmas do pré-escolar e do 1º ciclo - 1.706 alunos) Monitorização do projeto do PEDIBUS na EB Sampaio Garrido	DE
	Promoção da Educação - Atribuição de Apoios (RAAML)	Escola de Judo Nuno Delgado; O Companheiro (atribuição do apoio financeiro); Elo Social (apoio ao transporte adaptado) Do SOS Criança à Mediação Escolar – Acompanhamento técnico, Divulgação “SOS-Criança” e ações de sensibilização; À Luz da Sombra - Multicultural	DE
	Orçamento Participativo Escolar	Melhorar o recreio - EB Padre Abel Varzim; EB Vale de Alcântara Tecnologias - EB Engº Ressano Garcia; EB Maria da Luz de Deus Ramos e EB Eurico Gonçalves	DE
	Infraestruturas Educação Formação	Beneficiação geral das escolas básicas : Coruchéus (151); Qta. dos Frades (31); D. Luís da Cunha (121); Olivais (36); Teixeira de Pascoais (101); Bº S. Miguel (24)	DE
	Equipamentos Educativos Lx.XXI	Beneficiação geral, projeto e programas preliminares das escolas básicas: Alice Vieira; Actor Vale; Prof. Agostinho da Silva; Aida Vieira; Engº Duarte Pacheco; Telheiras; Stª Maria dos Olivais; Frei Luís de Sousa	DE
C3 DIREITOS SOCIAIS	Comissão Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)	Contrato de Delegação de competências com as Juntas de Freguesia de Arroios, Carnide, Campo de Ourique, Marvila e Belém, para apoio às CPCJ	DDS
	Observatório do Envelhecimento	Divulgação do estudo SHARE “Envelhecimento em Lisboa, Portugal e Europa: Uma Perspectiva Comparada”	DDS
	Intervenção na Deficiência - RAAML	9 projetos apoiados: Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger; Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa; Cerci; Crinabel; Colégio “As Descobertas” (4 projetos); Náutico Club Boa Esperança Tradução em língua gestual portuguesa das reuniões de Câmara públicas e de outros eventos Balcão de Inclusão: 252 atendimentos Operação “Emprego para Pessoas com Deficiência”: 2.191 atendimentos; 75 inscrições; 91 Entrevistas de Emprego; 71 Ofertas de trabalho; 589 Integrações em posto de trabalho.	DDS
	Cidadania - RAAML	Programa Mentores para Migrantes, participação no II Encontro; Realização de 18 entrevistas a mentores e continuidade da rede de mentorias IV Fórum da Cidadania : 100 participantes Balcão para a Parceria Social: atendimento de 101 entidades e 23 pessoas	DDS
	Plano de Desenvolvimento Social (PDS)	Aprovada metodologia e modelo de implementação do PDS 2017-2020; Criação de 9 Grupos de Trabalho temáticos	DDS
	Programa Municipal Voluntariado (PMV)	152 Novos voluntários em serviços municipais, 961 participações de voluntários; 6 ações de sensibilização (87 voluntários) Banco de Voluntariado para a Cidade de Lisboa (BVL): 925 voluntários inscritos, 504 entrevistas e 20 novas entidades; Realizados 515 enquadramentos de voluntários nas entidades inscritas 2.ª Edição do Programa “+ Voluntariado”: 7 candidaturas Projeto-piloto do mecanismo de reconhecimento das aprendizagens em contexto de voluntariado, com a participação de 12 entidades promotoras de voluntariado. 2.ª edição do Prémio Municipal de Voluntariado 2017 “Roteiro para valorizar a economia social”, para 25 entidades participantes; 2 Ações de Sensibilização ao Voluntariado, para 40 voluntários participantes; 1 Ação em Gestão do Voluntariado para 15 entidades III Encontro Intermunicipal de Voluntariado, 104 participantes	DDS
	Transporte Adaptado	Programa de Apoio à Mobilidade - 38 utentes transportados; 3 carrinhas adaptadas com 6 ajudantes de motorista com deficiência	DDS

EIXO / PROG	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	DESCRIÇÃO QUANTITATIVA / QUALITATIVA	DM / Dep.
EIXO C - LISBOA INCLUSIVA			
C3 DIREITOS SOCIAIS	Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género	Implementação do I Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género do Município de Lisboa	DDS
		Contratos Programa com Associação das Mulheres Contra a Violência (AMCV), Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e União Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR)	
		"Violência Doméstica e Deficiência" (6 sessões)	
		Ações de sensibilização: "Avaliação de Risco de Violência a Pessoas Idosas"; "Entrevista a Adultos / Vítimas Vulneráveis"; "Entrevista a Crianças"	
		Ações de formação: "Perseguição/Stalking"; "Violência Sexual"; "Violência Doméstica/género contra (I)migrantes"; "Vítimas em situação de especial vulnerabilidade em razão de: orientação sexual"; "Vítimas em situação de especial vulnerabilidade em razão de: Deficiência"	
		Ações de formação: "Violência Doméstica e de Género contra Crianças"; "Violência Doméstica e de Género para Profissionais não Docentes"; "Violência Doméstica enquadramento jurídico-legal"; "Assédio Sexual e Moral no Local de Trabalho"	
		"Violência no Namoro" dirigida aos alunos e alunas	
		"Vigilância Eletrónica no Programa para Agressores de Violência Doméstica".	
		Workshop "Mutilação Genital Feminina", no âmbito da Unidade de Apoio à Vítima Migrante e de Discriminação (UAVMD).	
		Protocolo com o Observatório Nacional de Violência e Género (ONVG) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas para análise dos resultados do Inquérito sobre Violência Doméstica e de Género de Vitimação	
Protocolo de Colaboração sobre Violência Doméstica, celebrado como Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses: atribuição de 4 Fogos	DMHDL		
Protocolo com a APAV (Associação Portuguesa Apoio à Vítima), com a AMCV (Associação de Mulheres Contra a Violência) e UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta); Foram atribuídos 4 fogos em 2017			
Direitos Humanos	Direitos Humanos	Protocolo de Adesão à iniciativa "Cidades pela Vida - Cidades Contra a Pena de Morte"	DDS
		Realização da III Escola SOMOS que contou com a presença de 60 formandos	
		Realização do 2º encontro da Bolsa de Multiplicadores/as "Somos" (41 facilitadores/as)	
		101 Ações de sensibilização no âmbito do Programa Municipal de Educação para os Direitos Humanos com a participação de 1.563 pessoas	
		Exposição "Os Direitos Estão nas Nossas Mãos - Somos os Direitos que Temos"	
Estratégia Envelhecimento 2050	Apresentação da Estratégia Envelhecimento 2050	DDS	
Casa dos Direitos Sociais	Casa dos Direitos Sociais	Apoio a 304 iniciativas de formação e projectos de intervenção social; Alojamento de 736 Atendimentos Psicológicos e de 354 ensaios de projectos sociais e/ou culturais	DDS
		Espaço Associativo: acolhimento e apoio a Associações recém-criadas; Desenvolvimento Comunitário e/ou apoio a grupos em situação de vulnerabilidade ou exclusão social	
Reclusos	Reclusos	Protocolo celebrado com a entidade "O Companheiro", para inserção de reclusos em regime aberto	DMHU
Prevenção das Dependências	Prevenção das Dependências	Projeto Piloto do Autocarro Informativo - circular para prevenir comportamentos aditivos. Protocolo de colaboração com o Teatro Umano (TU) e Associação Piaget para o Desenvolvimento (APDES)	DDS
		Ações de sensibilização em contextos festivos no Bairro Alto, Santos e Cais do Sodré, Projeto All Cool da APDES	
Programa PSOBLE	Programa PSOBLE	Acompanhamento de 1.759 utentes; apoio social a 322 utentes; Encaminhados para estruturas da área da toxicod dependência 343; rastreio, 1.456 utentes	DDS

EIXO / PROG	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	DESCRIÇÃO QUANTITATIVA / QUALITATIVA	DM / Dep.
EIXO C - LISBOA INCLUSIVA			
C3 DIREITOS SOCIAIS	Atlas Social	Concluída a 1ª fase do Atlas Social de Lisboa, com informação georreferenciada detalhada à subsecção estatística do INE	DDS
	Programa de Redução Risco Mínimo de Danos	Apresentação pública do Atlas Social de Lisboa Apoio Financeiro: Associação Crescer na Maior - Equipa de Rua Oriental e Equipa de Rua Ocidental	DDS
	Programa Municipal Combate às Vulnerabilidades	Protocolos de colaboração com Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN), Projeto "Re-Flectere" e o Projeto "Pobreza na Cidade de Lisboa, uma responsabilidade de todos" Apoio a obra social das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor; Comunidade Vida e Paz e GAT Intendente Projeto "Perto Lx": Acompanhamento de equipas de rua, estruturas móveis e fixas: 24.672 pessoas; 35.878 atendimentos; 4.801 encaminhamentos; Distribuição 17.453 seringas e kit's; 5.317 testes de rastreio	DDS
C4 DIREITO À SAÚDE, AO DESPORTO E AO BEM-ESTAR	Plano Municipal de Saúde	"Plano de Desenvolvimento de Saúde, Qualidade de Vida e Bem-Estar da cidade de Lisboa" (PDSQVBEL), organizado em 3 Volumes, (Vol I – Perfil Municipal de Saúde de Lisboa; Vol II – Referencial Estratégico de Enquadramento; Vol III – Plano de Ação 2017-2020)	DDS
	Promoção da Saúde e Qualidade de Vida - RAAML	Financiamento de 10 projetos: Fundação do GIL (2), Associação Alzheimer Portugal (3), MDV (1); Operação Nariz Vermelho (1) Mundo a Sorrir (1); Abraço (1) Projeto "Apoio Cuidador" (ADVITA - Associação para o Desenvolvimento de novas Iniciativas para a Vida, ESEL - Escola Superior de Enfermagem) - apresentação em Juntas de Freguesia - 300 participantes e 29 cuidadores Projeto "Selo Saudável": 27 candidaturas, 9 ações de capacitação; Realização de 3 showcooking, 130 pessoas; Lançamento aplicação móvel "Selo Saudável"; Candidatura ao Food & Nutrition Awards 2017 Projeto "Saúde Porta a Porta", parceria com Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa, Hospital CUF Infante Santo e Juntas de Freguesias da Estrela, Campo de Ourique e Misericórdia: abrangidos 25 idosos Programa "Saúde Mais Próxima" - 5.333 rastreios em todas as freguesias de Lisboa	DDS
	Centros de Saúde	Projetos de arquitetura e especialidade das unidades de saúde: Fonte Nova, Marvila, Alta de Lisboa, Restelo, Beato, Alcântara, Alto dos Moinhos, Ajuda e Campo de Ourique	DDS
	Apoiar a Prática Desportiva	147 Contratos Programa de Desenvolvimento Desportivo (CCPD) com apoio a 117 entidades para atividade desportiva regular e/ou aquisição de equipamentos; Nº de praticantes: 16.201 (federados); 25.711 (não federados)	DAFD
	Apoio ao Associativismo Desportivo	Apoio não financeiros: 199 eventos, destacando-se os eventos de atletismo e corrida de estrada	DAFD
	Volta a Portugal em Bicicleta	79ª Volta a Portugal em Bicicleta: Realização do prólogo com contrarrelógio na zona ribeirinha	SG
	1ª Edição do Torneio de Futsal Cidade de Lisboa 2017	Em parceria com a Associação das Coletividades do Concelho de Lisboa decorreu a 1ª Edição do Torneio de Futsal em 5 instalações desportivas (240 jogos; 32 equipas de 18 freguesias; 400 atletas)	DAFD
	Olisipiadas - A Caminho de 2021 - 3ª Edição	Participação de 15.337 atletas; 562 treinadores; 292 delegados; 216 árbitros; 110 voluntários; Participação de 103 escolas e 53 clubes	DAFD
	Programa "Desporto Mexe Comigo"	Atividade desportiva regular: 2.624 participantes	DAFD
	Programa "Lisboa Vai ao Parque"	3ª edição em 11 parques da cidade: 5.458 participantes	DAFD
	Programa "Lisboa Sabe Nadar"	Piscina municipal do Casal Vitoso (participação de 169 alunos)	DAFD
	Programa "Lisboa Running Center"	Pista de atletismo municipal Prof. Moniz Pereira (participação de 146 atletas)	DAFD
	Circuito dos Parques de Lisboa	4 provas em 4 parques da cidade (Vale do Silêncio, Oeste, Bela Vista e Calhau) - 1.631 participantes	DAFD
	Programa "Lisboa +55"	Em parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa abrangendo 8 freguesias	DAFD
Programa "Clubes de Mar"	2º turno de 2016/17: 203 alunos na vela e 118 no remo; 15 escolas públicas do 2º e 3º ciclos 1º turno de 2017/18: 239 alunos na vela e 128 no remo; 17 escolas públicas do 2º e 3º ciclos	DAFD	

EIXO / PROG	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	DESCRIÇÃO QUANTITATIVA / QUALITATIVA	DM / Dep.
EIXO C - LISBOA INCLUSIVA			
C4 DIREITO À SAÚDE, AO DESPORTO E AO BEM-ESTAR	Programa "Clubes de Mar"	Realização do festival náutico de 2016/17: Participação de 74 alunos de 14 escolas	DAFD
	Capital Europeia do Desporto 2021	Formalização da candidatura com a entrega do filme e do dossier ao Presidente da Associação das Capitais Europeias do Desporto Visita da equipa da ACES Europe para avaliação das políticas desportivas Distinção oficial de Lisboa "Capital Europeia do Desporto 2021"	DAFD
	Carta Desportiva do Município de Lisboa (CDML)	Conclusão do carregamento da informação das infraestruturas desportivas na plataforma informática e do diagnóstico das condições de acessibilidade das instalações desportivas municipais	DAFD
	Complexo Desportivo do Casal Vistoso	Manutenção dos equipamentos de supervisão e controlo do tratamento de águas e sistemas de esterilização por radiação UV e reparação do sistema de filtragem de água da piscina	UCT
	Complexo Desportivo do Alto do Lumiar	Reparação do sistema de deteção de incêndios	UCT
	Outros Pavilhões Municipais	Reparação e manutenção de equipamentos de aquecimento, ventilação e ar condicionado	UCT
	Requalificação de Infraestruturas Desportivas Clubes RAAML	Requalificação de infraestruturas desportivas de clubes através de apoio financeiro no âmbito do RAAML: Casa Pia Atlético Clube; ADCEO, CDOM, AJP, AARB	DAFD
	C5 CIDADE SOLIDÁRIA, INTERGERACIONAL E COESA	Fundo de Emergência Social - IPSS	Recepção de 20 pedidos de apoio; Aprovação de 7 pedidos
Fundo de Emergência Social - Agregados Familiares		Rececionados 4.461 pedidos de apoio, deferidos 2.526 (janeiro a setembro)	DDS
Programa Aproveitamento Excedentes Alimentares		Plano Municipal de Combate ao Desperdício Alimentar: 5 ações de formação "Higiene e Segurança Alimentar na Doação de Alimentos"; Apoio técnico à implementação dos Núcleos Locais de Combate ao Desperdício Alimentar; Apoio à abertura de novo Núcleo ReFood (Campo de Ourique)	DDS
Fundo de Apoio aos Refugiados		Protocolo de Colaboração com o Serviço Jesuíta aos Refugiados (JRS), no âmbito do projecto de Recolocação de refugiados na Cidade de Lisboa Projecto de acompanhamento em HA Temporária para Refugiados inseridos em Agregados Familiares e para Refugiados Isolados	DDS
Programa Municipal Acolhimento a Refugiados (PMARLx)		179 pessoas acolhidas; 42 pessoas integradas em habitação partilhada	DDS
Apoio à Intervenção c/Sem-Abrigo - RAAML		Associação Conversa Amiga - Implementação de 36 Cacifos Solidários Associação Crescer - Apoio de um Projeto de Inserção diurno "Espaço Âncora" - 250 pessoas	DDS
Creches		Programa de Desenvolvimento de Creches em Lisboa (B.a.Bá): 11 creches modulares, com Acordo de Cooperação com a Segurança Social: 840 crianças	DDS
Juventude - RAAML		2 Projetos, Fundação Cidade de Lisboa com o Projeto Academia CV - Capacitar e Valorizar" e a Associação Mais Cidadania com o Projeto "Clube Cidadania" - 450 jovens	DDS
Apoio à Juventude		Programa Escolas (Ensino Secundário) 2017/2018 - estabelecidos planos de atividades com 8 escolas Inauguração da "Rádio Lx Jovem" (sedeada no Espaço LxJovem), 38 Ações Projeto "Tour Agarra a Vida", em parceria com a Associação Academia dos Patins - 1.800 alunos Autocarro multimédia - centro móvel de informação à Juventude e polo de eventos e acontecimentos especiais Semana da Juventude - Abrangeu cerca de 7.000 jovens	DDS
Programa Jovem Empreendedor		Projeto YEP-Young Entrepreneur Programa, projeto internacional direcionado a jovens empreendedores: 18 ações; cerca de 150 pessoas	DDS

EIXO / PROG	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	DESCRIÇÃO QUANTITATIVA / QUALITATIVA	DM / Dep.
EIXO C - LISBOA INCLUSIVA			
C5 CIDADE SOLIDÁRIA, INTERGERACIONAL E COESA	Apoio à Família / Infância - RAAML	Projeto ADM Estrela - Associação Social e Desenvolvimento, abrangendo 40 crianças e jovens e respetivas famílias "Ao encontro da inclusão" do IAC; "Dire(ito) ao hospital" do IAC; "Mala VIP"; "So IAC; "SOS Criança-atendimento psicológico"; "Temos o colo que precisa", do Centro Cultural do Cruzeiro e Rio Seco; "Projeto Famílias", do Movimento de Defesa da Vida; "Programa Ímpar", da Associação PAR -1.000 crianças e jovens e respetivas famílias	DDS
	Envelhecimento Activo - RAAML	Financiamento de 5 projetos, com a abrangência de cerca de 2.600 idosos e 1 projeto com abrangência intergeracional de cerca de 15 jovens	DDS
	Envelhecimento Ativo - Outros	Colaboração no Projeto Lisboa (C)idade Maior, envolvendo cerca de 1.500 utentes de 45 Centros de Dia	DDS
	Apoio à População Sénior	Oficina da Cidadania - projecto de intervenção social e comunitária, em parceria com a Fundação S. João de Deus: Realizadas 19 intervenções em habitações e 268 equipamentos Serviço de Teleassistência instalados Festival LisBoa Idade Boas Práticas de "Ageing in place" "A crise económica e a má nutrição em crianças e idosos: estudo piloto no Concelho de Lisboa"	DDS
	Roteiro do Imigrante	Distribuição do "Roteiro Lisboa Imigrante" pelas Associações do CMIC (Conselho Municipal para a Interculturalidade e Cidadania)	DDS
	Plano Municipal para Integração Imigrantes Lisboa	Implementação da Rede Municipal de CLAIM's (Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes): Candidatura ao Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração, através de parcerias com entidades da sociedade civil FMINT 2017 (Fórum Municipal de Interculturalidade): Promover encontros para a partilha de boas práticas entre as associações na área do associativismo imigrante Protocolo com o Centro Padre Alves Correia (CEPAC) para consultadoria no âmbito das candidaturas e procura de emprego	DDS
	Rede Social de Lisboa	Co-gestão do funcionamento da Rede Social de Lisboa	DDS
		Aprovação do II Diagnóstico Social 2015-2016 e do PDS 2017-2020; aprovação da metodologia e modelo de implementação do PDS 2017-2020; apresentação e aprovação do plano de atividades de 2018 e do Plano de Ação do PDS 2017-2020).	DDS
	Conselhos Municipais	Conselho Municipal para a Inclusão das Pessoas com Deficiência (CMIPD) – 2 reuniões plenárias	DDS
		Conselho Municipal da Juventude (CMJ): proposta de novas metodologias de abordagem e condução	DDS
		Conselho Municipal para a Interculturalidade e Cidadania (CMIC): Reunião do Conselho	DDS
		Conselho Municipal para a Igualdade (CMI): 2 reuniões do Conselho; Apresentação de documento Orientador para a elaboração do Plano Municipal para a Igualdade de Género	DDS
	Resposta de Alojamento PSA	Plano Municipal Pessoa Sem Abrigo - Financiamento a 4 centros de alojamento com capacidade para 394 utentes; 4 equipas técnicas de rua; 2 núcleos de apoio local (Arroios e S. Vicente) Financiamento de 2 projetos no âmbito do Modelo Housing First (1 direcionado para a doença mental, para 50 vagas e outro para as dependências, com 30 vagas)	DDS
	Espaço a Brincar - Ateliês	Programa "Universo D Direitos, na criança e no jovem", 21 participantes Dinamização e realização de "VIAGENS" - com 559 participantes (Crianças, Jovens e adultos)	DDS
	Outros Equipamentos Sociais - Intervenções Diversas	Execução de instalações elétricas para separação de contagem de equipamento social (Bairro dos Lóios)	DMPO
		Reabilitação da envolvente exterior do centro de dia e do ATL (Bairro da Boavista)	
	Ações Dias temáticos	Comemoração do Dia Mundial da Criança - 25 participantes 28ª Aniversário da Convenção dos Direitos da Criança, 20 participantes (Jovens e adultos) Celebrações do 25 de Abril - "Há Festa no Parque", cerca de 1.000 participantes	DDS

EIXO / PROG	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	DESCRIÇÃO QUANTITATIVA / QUALITATIVA	DM / Dep.
EIXO C - LISBOA INCLUSIVA			
C5 CIDADE SOLIDÁRIA, INTERGERACIONAL E COESA	Ações Dias temáticos	Celebração do Dia Internacional dos Direitos Humanos, iniciativa participativa e interativa com as crianças e famílias no Universo D, 30 participantes	DDS
		Dia Mundial da Saúde, ação em Monsanto destinada à população (caminhada, ioga, dança e visita ao Picadeiro da Polícia Florestal), cerca de 140 pessoas	
		Dia Nacional Prevenção Contra o Cancro Mama -1º Momento Rosa, participação de cerca de 50 pessoas;	
		Mês Mundial de Sensibilização para o Cancro Infantil: iluminação a dourado durante o mês de setembro da estátua do D. José no Terreiro do Paço	
		Semana Europeia do Teste VIH e Hepatites Virais, colaboração com o GAT: Rastreadas 253 pessoas	
		Dia Mundial da Saúde Mental: Reedição e divulgação online do II Guia de Recursos da Saúde Mental em Lisboa	
		Dia Internacional das Pessoas com Deficiência - participaram 13 associações	
		Dia Internacional de Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina: assinalado com a colaboração para a realização do 2º Encontro Regional para a Intervenção Integrada pelo Fim da Mutilação Genital Feminina - Centro Cultural Olga Cadaval, Sintra	
		Dia Nacional contra a Homofobia e a Transfobia: hastear da bandeira LGBT na CML	
		"Arraial Lisboa Pride 2017" e "18ª Marcha do Orgulho LGBTI de Lisboa"	
Desenvolvimento Comunitário		PIC-Produzir Intervenção Comunitária da Associação de Moradores do Bairro Padre Cruz, abrangendo 5.600 participantes; FUN Camp 2017 da Associação de Residentes do Alto do Lumiar, abrangendo 160 participantes	DDS
		Acompanhamento do Programa Escolhas 6ª. Geração, projetos "Dá-te ao Condado" e "Campolide Soma & Segue"	
		Dinamização das 19 Comissões Sociais de Freguesia e Grupos de Trabalho	
		Participação no Grupo Comunitário do Bairro da Flamenga, abrangendo 270 pessoas	
Igualdade - RAAML		Projetos: "Vive na Boa em Lisboa - Promoção da Igualdade de Género e de estilos de Vida Saudáveis"; "Esta é a minha Lisboa - Promover os Direitos Humanos das pessoas T/I"; Obra Gay Associação Opus Gay: "LGBT Seniores: Contrariar Tendências, Eliminar Estigmas"	DDS
Creches Lx.XXI		Beneficiação dos espaços exteriores da creche do Bairro do Condado e do equipamento polivalente do Bairro da Flamenga	DMPO
		Beneficiação dos espaços exteriores da creche do Bairro do Armador e da residência e do centro de dia da Qta. das Flores	

EIXO / PROG	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	DESCRIÇÃO QUANTITATIVA / QUALITATIVA	DM / Dep.
EIXO D - LISBOA SUSTENTÁVEL			
D1 CIDADE REABILITADA E REABILITADA	Plano Geral de Drenagem Lx.XXI (PGDL)	Plano de sondagens geológicas/geotécnicas dos túneis: Assessoria técnica aos estudos e trabalhos das várias fases de implementação do Plano Geral de Drenagem (acompanhamento dos trabalhos de campo; ensaios laboratoriais)	DMPO
		Programa preliminar dos túneis (Monsanto/Sta. Apolónia e Chelas/Beato) e da rede saneamento da zona de Sta. Apolónia para concurso; Acompanhamento do concurso e apreciação técnica do projecto de execução	
		Percurso dos túneis (Monsanto/Sta. Apolónia e Chelas/Beato): Execução de sondagens geológicas/geotécnicas; Levantamento topográfico; Programa do procedimento e caderno de encargos do concurso (Assessoria jurídica e tramitação processual)	
		Estudo de impacto ambiental (EIA) geral dos túneis (Monsanto/Sta. Apolónia e Chelas/Beato)	
		Estudo do descritor de hidrogeologia dos túneis (Monsanto/Sta. Apolónia e Chelas/Beato)	
		Estudo do efeito de descarga das águas pluviais dos túneis (Monsanto/Sta. Apolónia e Chelas/Beato) na hidrodinâmica local e na dinâmica sedimentar no rio Tejo	
		Sondagens arqueológicas no troço final do túnel Monsanto/Sta. Apolónia	
		Análise do custo/benefício e de indicadores económico/financeiros do Plano Geral de Drenagem	
		Bacia Q: Projecto de execução e empreitada para substituição/reforço/construção da rede de saneamento da zona da estação do Oriente	
		Ensaio hidráulico em modelo reduzido da câmara de vórtice da Av. Almirante Reis do túnel Monsanto/Sta. Apolónia	
Programa preliminar de requalificação urbana junto ao Beco do Belo, na zona de transição da secção circular/rectangular do túnel Monsanto/Sta. Apolónia			
Caneiro de Alcântara: Inspeção subaquática - Troço final junto ao rio Tejo			
Concurso público internacional para execução dos túneis (Monsanto/Sta. Apolónia e Chelas/Beato) e intervenções associadas			
Fiscalização, coordenação da segurança da obra, gestão da qualidade e ambiental e risco da empreitada de construção dos túneis (Monsanto/Sta. Apolónia e Chelas/Beato)			
Coletores Lx.XXI	Projetos: Av. Recíproca; Av. De Berlim; Av. Dr. Alfredo Bensaúde; Av. Infante D. Henrique e zonas anexas	DMPO	
Plano Geral de Drenagem Lx.XXI (Outros)	Construção de bacias de retenção no parque do Vale da Ameixoeira	DMPO	
	Levantamento geográfico e cadastral da rede pública de saneamento da cidade	DMEVAE	
	Projetos: Bacia de retenção do Alto da Ajuda; Reabilitação dos caminhos e sistema de drenagem do Pq. Eduardo VII		
Estudos prévios: Bacia de retenção do Pq. do Vale da Ameixoeira; Qta. da Granja; Vale de Chelas; Vale Fundão			
Parque Habitacional Privado - Obras Coercivas	Demolição coerciva de edifício particular sito na Rua de S. Ciro, nº 57 (Pátio A - Edifício B)	DMPO	
	Intervenção no prédio particular sito na Rua dos Remédios, nº 59-61 e edifícios confinantes (estado de necessidade)		
	Demolição coerciva de edifício particular sito na Rua de Marvila, nº 117		
Parque Habitacional Privado - Outras Obras	Substituição das coberturas nas cooperativas Ex-SAAL: Rua Carlos Botelho (blocos A, B, C e D)	DMPO	
Reabilitação Urbana - SRU	Transferência para a SRU para promoção e reabilitação urbana na área de intervenção (âmbito do protocolo de colaboração)	DMU	
Alienação Direta aos Moradores	RAIM - Regulamento de alienação de imóveis municipais: Enviados 155 processos à Direção Municipal de Gestão Patrimonial para alienação, realizadas 97 escrituras; Enviadas 4.118 cadernetas prediais	DMHDL	
Programa de Valorização do Património	Avaliação de casos de reabilitação e/ou alienação de edificado devoluto ou parcialmente desocupado; Avaliação da viabilidade construtiva de 79;	DMHDL	

EIXO / PROG	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	DESCRIÇÃO QUANTITATIVA / QUALITATIVA	DM / Dep.
EIXO D - LISBOA SUSTENTÁVEL			
D1 CIDADE REABILITADA E REABILITADA	Programa de Reabilita Primeiro Paga Depois	No âmbito do programa de valorização de património: 92 edifícios alienados, dos 30 obras concluídas abrangendo um total de área reabilitada de 36.452 m2	DMHDL
	Resiliência Sísmica do Edificado Habitacional	Reuniões de trabalho com a equipa da FUNDEC/IST a fim de reajustar o modelo de classificação de resistência sísmica do edificado Guia de boas práticas na área do reforço sísmico do edificado no domínio da pré reabilitação	DMHDL
	Reabilitação Pátios e Vilas Municipais	Acordo de colaboração do grupo de investigação do projeto "Reabilite - Plataforma para a Reabilitação do Parque Habitacional Social" com o Centro de Investigação CERIS – IST; Apresentação dos 7 pátios/vilas com proposta de reabilitação	DMHDL
	Instrumentos de Gestão Territorial - Cartografia Digital	Introdução e análise de dados na aplicação "GEOSIG"	DMU
		Produção de Cartografia Digital e Fiscalização	DMGP
	Instrumentos de Gestão Territorial - Estudos	Elaboração do plano urbanístico (PU) da Cidade Universitária e planos de pormenor (PP) do Casal do Pinto, Boavista Nascente, Aterro da Boavista Poente	DMU
		Alteração do plano de urbanização da Av. da Liberdade e zona envolvente, do PP das Amoreiras e do PP 1 - Zona central	
		Alteração dos projetos das redes de infraestruturas do Plano Pormenor da Calçada das Lages e do PP das Amoreiras	
		Levantamento de alçados e frentes de rua inseridos no Plano Pormenor da Colina do Castelo e levantamento urbanístico na área do PP do Bairro Alto e da Bica	
		Estudo de reabilitação do Bairro da Cruz Vermelha	
		Estudos de viabilidade/oportunidade e definição da estrutura e termos da candidatura da calçada portuguesa a património cultural e imaterial da humanidade	
		Trabalhos de prospeção geológica e geotécnica dos terrenos integrados no Plano Pormenor do Casal do Pinto	
		Desenvolvimento de modelo de sobrelevação de maré e storm surge para a zona ribeirinha	
		Levantamento de dados e produção de modelo tridimensional da ocupação do subsolo	
		Revisão da carta dos equipamentos de saúde, da carta educativa e da carta da atividade física e desporto	
		Processos de legalização da Área Urbanística de Génese Ilegal (AUGI's): Alto do Chapeleiro; Sete Céus	
		PP de reabilitação urbana: Colina do Castelo, Alfama; Bairro Alto e Bica, Janelas Verdes e Calçada da Ajuda	
		Análise de projetos da rede ciclável; Estudo de monitorização e avaliação do projeto BUS & Moto e avaliação de soluções para os corredores BUS de alto desempenho	
		Estudo de projetos de sinalização luminosa automática de tráfego	
	Planeamento, Operações Patrimoniais e Conexas	Elaboração de estudos de monitorização e análise técnica de implementação da Zona de Emissões Reduzidas da cidade - Fase III	DMMT
Monitorização e avaliação da qualidade do ar nas fases pré e pós obra da Praça de Sete Rios			
Realização de inquérito aos utilizadores do sistema de mobilidade da cidade			
Aquisição de Terrenos e Edifícios	Estudo de avaliação técnica na área da mobilidade	DMMT	
	Desenvolvimento da rede de mobilidade ciclável da cidade		
Aquisição de Terrenos e Edifícios	Aquisição de terrenos na Rua Fábrica Pólvora, na Travessa do Bahuto, na Rua do Cruzeiro, 60 - 60A	DMGP	
	Aquisição de propriedade sita na Calçada da Tapada, 64-A/66		
	Aquisições de imóveis na Vila Dias e Rua das Barracas		
	Aquisição Fração "A" sito na Rua Marques da Silva		

EIXO / PROG	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	DESCRIÇÃO QUANTITATIVA / QUALITATIVA	DM / Dep.	
EIXO D - LISBOA SUSTENTÁVEL				
D2 CIDADE COM ESPAÇO PÚBLICO AMIGÁVEL	Reabilitar Espaço Público - PIPARU	Reabilitação do muro da Rua Gualdim Pais (requalificação de talude); Intervenção no muro da Rua Raúl Proença	DMPO	
	Cais do Sodré, Campo das Cebolas e Envolverte	Projeto da Doca da Marinha		
	Requalificação do Espaço Público - Diversos Locais	Conservação e restauro do lanço oriental da cerca velha e troços das escadas da Rua Norberto Araújo e varrimento a laserscan da muralha		UCT
		Projeto de execução de espaços exteriores no âmbito do projeto "Uma Praça em Cada Bairro": Av. da República		DMU
		Trabalhos de arquitetura no âmbito do Plano Pavimentar Lisboa 2015-2020		
D3 CIDADE ACESSÍVEL PARA TODOS	Ponte Ciclopederal da Belavista	Acompanhamento e gestão da obra	DMEVAE	
	Plano de Acessibilidade Suave Colina do Castelo	Construção de um elevador para ligação das Escadinhas das Portas do Mar e o Largo da Sé		UCT
		Construção de um funicular para ligação da Rua dos Lagares ao miradouro Sophia Mello Breyner		
		Implantação de meios mecânicos para promover a acessibilidade entre o Martim Moniz e o Castelo		
	Transporte Público	Estudo de apoio à implementação de um sistema de transportes coletivos para a coroa norte da cidade e estudos das carreiras suburbanas		DMMT
	Sistema de Radares e Controlo de Velocidade	Serviços de assistência técnica para a aferição anual dos cinemómetros: Radar do sistema de controlo da velocidade		DMMT
		Manutenção e reparação do sistema de controlo de velocidade		
	Vigilância de Tráfego	Assistência técnica, manutenção preventiva e manutenção corretiva dos equipamentos do Túnel do Marquês		DMMT
		Acompanhamento do projeto piloto da rede viária com rede ciclável para o planalto central da cidade		
	Planeamento da Mobilidade e Transportes	Estratégia de implementação de parques dissuasores e de interfaces		DMMT
	Ligações Cicláveis	Reabilitação de arruamentos para implementação de infraestruturas de mobilidade ativa em várias zonas da cidade		DMPO
		Fornecimento e instalação de suportes para estacionamento de bicicletas; Fornecimento e instalação de balizadores em PVC		
	Rede Ciclável Lx.XXI	Projeto de rede viária com rede ciclável para a zona oriental/norte e ocidental/centro da cidade		DMU
Projetos de execução: Troços cicláveis T24B (pq. urbano dos Olivais/Qta. Conde dos Arcos), T24C (rotunda do relógio/aeroporto) e T25 (pq. de campismo/rotunda da Buraca)			DMEVAE	
Projetos de execução: Passagem ciclopederal sobre a Calçada de Carriche; Viaduto ciclopederal do Casal Vistoso				
Acompanhamento e gestão da obra do troço ciclável entre o pq. do Vale de Chelas e o pq. do Vale Fundão				
Passagens acessíveis: Av. de Belém; Av. da República da Bulgária; Av. Dr. Augusto Castro				
Plano de Acessibilidade Pedonal Lx.XXI	Promoção da segurança e acessibilidade pedonal		DMPO	
Intervenções Diversas Reabilitação Urbana LXXI	Substituição do relvado sintético do complexo desportivo municipal do Alto do Lumiar; Beneficiação e requalificação do espaço público do complexo desportivo do Casal Vistoso		DAFD	
D4 CIDADE ECOLÓGICA	Parque Florestal de Monsanto	Elaboração do estudo prévio para a reabilitação do centro de recuperação de animais silvestres	DMEVAE	
		Projetos para reabilitação do edificado e envolvente paisagística do antigo Aquaparque		
		Limpeza e conservação no antigo restaurante panorâmico de Monsanto		
	Campo Grande	Campo Grande Sul - Requalificação do jardim; Bikeshearing; Plano de acesso viário com travessia semaforizada; Campo Grande Norte (plano de plantação)		DMEVAE
Outros Parques Urbanos	Projetos de execução: Mosteiro dos Jerónimos (canteiros envolventes); Pq. urbano dos Olivais (viveiros da Av. de Berlim/ligações EDP); Qta. de Stª Clara (reestruturação da Alameda de Tílias); Qta. das Conchas (caminho de acesso ao portão e mata)		DMEVAE	
Agricultura Urbana (Hortas Urbanas)	Projetos de execução: Casalinho da Ajuda; Casal Vistoso (2ª Fase) e Parque hortícola de Carnide		DMEVAE	

EIXO / PROG	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	DESCRIÇÃO QUANTITATIVA / QUALITATIVA	DM / Dep.
EIXO D - LISBOA SUSTENTÁVEL			
D4 CIDADE ECOLÓGICA	Casa dos Animais de Lisboa	Estudo prévio para ampliação das instalações; Criação de 154 novas colónias de felídeos Entrada de 904 animais (494 canídeos; 331 felídeos; 79 de outras espécies); Adoção de 494 animais (256 canídeos; 229 felídeos; 9 de outras espécies) Vacinação de 713 animais (704 canídeos; 9 felídeos e 13.030 atos clínicos realizados)	DMEVAE
	Educação, Sensibilização e Divulgação Ambiental	466 atividades em 99 escolas, envolvendo 10.124 alunos e 1.181 professores e auxiliares; 1 concurso em 11 escolas, envolvendo 7.526 alunos 31 atividades com a população, envolvendo 1.127 participantes; 2 cursos de aprendizagem de condução de bicicleta (maio e setembro) - 79 participantes 18 passeios pedagógicos (Falua Esperança), envolvendo 85 alunos e 18 professores (4 escolas)	DMEVAE
	Projeto Sharing Cities	Levantamento de requisitos e construção de plano para empreitada de reabilitação e eficiência energética dos edifícios da Quinta do Cabrinha Ações de dinamização, sensibilização e divulgação para a sustentabilidade energética Mentoring e coaching a start-ups, no âmbito do apoio ao programa Smart Open Lisboa 2017 Instalação de 15 dispositivos MDC (monitoring device control), em veículos da frota municipal Definição de modelo e desenho técnico de um "Digital Social Market" Instalação de novo sistema de AVAC no edifício dos Paços do Concelho e sua integração no sistema de gestão de energia do edifício Definição de requisitos técnicos, projeto e plano de implementação de painéis foto-voltaicos na cobertura do edifício dos Paços do Concelho Criação de condições técnicas e alocação de recursos para a instalação do sistema SEMS no edifício dos Paços do Concelho	DMF
	Projeto Urban Waste	Divulgação do sistema de prevenção de resíduos dirigido aos turistas	DMHU
	Espaços Verdes e Parques Urbanos Lx.XXI	Reformulação das áreas lúdicas e de estadia do pq. da Bela Vista sul/pq. infantil; Pq. Urbano da Qta. da Montanha - Praças e envolvente Unidade de projeto da estação de Campolide - Vale de Alcântara; Pq. de recreio intergeracional da Rua do Grafanil; Antigo miradouro do jardim da Estrela Reabilitação da estufa-fria e dos muros dos 3 patamares do pq. Bensaúde: Projeto e lançamento de procedimento; Requalificação de caminhos da Qta. da Granja Repavimentação de caminhos no pq. urbano do Vale de Chelas; Arruamento e estacionamento entre a Av. Marechal António de Spínola e a Azinhaga Fonte do Louro Pq. hortícola do Vale de Chelas (3ª Fase): Miradouro e área envolvente	DMEVAE
	D5 CIDADE DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS	Eficiência Energética	Apoio à estratégia de desenvolvimento e promoção da implementação do plano solar, da eficiência energética e da eficiência hídrica
Projeto Fundo Ambiental		Aquisição de 30 pontos de carregamento normal para veículos e de 2 máquinas industriais automotrizes compactas	DMHU
Eficiência Hídrica		Apoio à elaboração do plano de gestão de recursos hídricos; Reabilitação do lago do Roseiral no pq. Eduardo VII	DMEVAE

EIXO / PROG	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	DESCRIÇÃO QUANTITATIVA / QUALITATIVA	DM / Dep.
EIXO E - LISBOA GLOBAL			
E1 CIDADE DA CULTURA E DA CRIATIVIDADE	Orquestra Metropolitana de Lisboa	Apoio financeiro à atividade (formação e programação); Programa "Sons pela Cidade": concertos em freguesias	DMC
	Agenda Cultural de Lisboa/AgendaLx.pt	11 edições; 40 mil exemplares cada; 360 locais de distribuição; Site: 1,4 milhões sessões e 991.867 utilizadores; Facebook: 55 mil gostos; Instagram: 3.600 participantes	DMC
	Comemorações de Efemérides	Exposição "Ventura Terra - Do Útil e do Bello" (Torreão Poente Terreiro do Paço); Eventos associados aos "150 Anos da Abolição da Pena de Morte"	DMC
	Itinerários de Lisboa e Visitas Comentadas	Itinerários: 10 novos; 206 visitas; 3.596 participantes; Visitas comentadas: 282 e 4.982 participantes	DMC
	Feira do Livro	Apoio financeiro e não financeiro à atividade (cedência de equipamentos, meios técnicos e logísticos, licenciamentos e colaboração no programa cultural)	DMC
	Apoios Financeiros e Não Financeiros	142 apoios financeiros concedidos a diversas entidades; 647 apoios não financeiros concedidos a 113 entidades; 151 iniciativas apoiadas	DMC
	Prémios municipais	Atribuição dos prémios Valmor e Municipal de arquitetura dos anos 2013 a 2016	DMU
	Ateliês Portas Abertas	Ateliês dos Coruchéus; Realização de 3 programas de intercâmbio artístico, num total de 4 residências em Lisboa e 3 no estrangeiro; Criação de uma plataforma sobre residências artísticas: 1ª Fase - Auscultação prévia das entidades promotoras	DMC
	MUDE	Requalificação integral do edifício; Sinalética; Loja e museologia; 5 exposições temporárias; 23 eventos; 40.806 visitantes	DMC
	Reabilitar Equipamento Cultural - PIPARU	Requalificação e conservação do Palácio das Galveias Espaço 2 da Biblioteca da Penha de França Escola das Gaivotas: Sala multiusos do Teatro Praga	DMPO
	Equipamentos Culturais	Projeto de execução do enquadramento paisagístico do centro de arte e comunicação visual	DMEVAE
	Videoteca Municipal	"Topografias Imaginárias", no âmbito da Capital Ibero-Americana da Cultura (CIAC); Festival "Traça" (Madragoa)	DMC
	PISAL - Banco Azulejo	Restauro de Painéis: Querubim Lapa; Casa dos Parafusos; Carlos Botelho (Infante Santo); Padre António Vieira; Sá Nogueira; Levantamento da azulejaria de fachada na cidade	DMC
	CRLx - Galerias Romanas	Estudos e tratamento de espólio arqueológico	DMC
	Gabinete de Estudos Olisiponenses	Projeto de investigação "Testemunho da Escravatura", no âmbito da CIAC (com diversas exposições, parcerias, site, etc.)	DMC
	Arquivo Municipal	Digitalização e disponibilização de documentação on-line; Edições várias, por exemplo: "Lisboa uma Grande Surpresa"; Atividades educativas; Gestão dos arquivos municipais	DMC
	Arquivo Fotográfico	Substituição do sistema de iluminação no piso 0 e 1 no edifício do arquivo fotográfico Eventos vários (exposições, workshops, conferências, etc.); Por exemplo: "Implosões, Construções e Demolições"	UCT DMC
	Centro de Arqueologia de Lisboa	Investigação, conservação e restauro, atividades educativas e eventos (por exemplo: "Fragmentos da Arqueologia", "Arqueologia no Bairro")	DMC
	Polo Cultural Gaivotas Boavista (Escola das Gaivotas e Residências da Boavista)	2 anos de funcionamento; 381 projetos; 252 artistas acolhidos (156 portugueses e 96 estrangeiros); Lusco-Fusco: Programação - 26 iniciativas	DMC
	Polo Cultural Gaivotas Boavista (Loja Lisboa Cultura)	Obras de recuperação do espaço; Parcerias (AT, SS, IGAC e SEF); Criação bilingue de artigos técnicos; Inauguração do serviço; 190 atendimentos	DMC
Outros Equipamentos Culturais	Manutenção preventiva de equipamentos de ar condicionado e de produção de águas quentes sanitárias em diversos edifícios culturais	UCT	
Capital Ibero-Americana da Cultura	Programação e cooperação internacional de 23 cidades Iberoamericanas; 250 atividades: cinema, teatro, música, exposições, dança, debates; 690 artistas	DMC	

EIXO / PROG	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	DESCRIÇÃO QUANTITATIVA / QUALITATIVA	DM / Dep.
EIXO E - LISBOA GLOBAL			
E2 CID. DIÁLOGO E INTERC.	Lisboa Encruzilhada de Mundos	Promoção de Lisboa como capital intercultural; Festa TODOS - Caminhada de Culturas	SG
	Diálogo Intercultural/Inter-religioso - RAAML	Aniversário do Buda; Festival Ratha Yatra	DDS
E3 CIDADE DO TURISMO	Iluminações de Natal	Comparticipação das iluminações de Natal nas ruas e praças mais emblemáticas da cidade (apoio ao comércio local)	SG
	Moda Lisboa	Coorganização da 48ª e 49ª Moda Lisboa: Contribuíram para a projeção internacional de Lisboa e para dinamizar os setores económicos ligados à moda	
	Festa de Fim do Ano	A festa de fim do ano foi organizada pela EGEAC e incluiu concertos nos dias 29, 30 e 31 de dezembro e espetáculo de fogo de artifício	
	Outros Eventos de Animação Turística	Comparticipação da CML na 13ª edição da Volvo Ocean Race 2017-2018; Realização do World Bike Tour Lisboa 2017	
	Lisboa à Prova	Realização do concurso gastronómico "Lisboa à Prova" que premeia os restaurantes pela sua cozinha, serviço, ambiente e relação qualidade/preço	
	Fundo de Desenvolvimento Turístico de Lisboa - Fundo Lojas com História	Aquisição e distribuição do livro "Lojas com História"	DMEI
E6 CIDADE EM REDE	Rede Portuguesa Cidades Saudáveis	Participação nas reuniões do Grupo Técnico e da Assembleia Geral da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis (RPMS) Colaboração na publicação "20 Anos em Rede: Boas Práticas dos Municípios Saudáveis" e colaboração na produção do vídeo de celebração dos 20 anos da Rede	DDS
	Atividades de Cooperação - Apoio à UCCLA	Desenvolvimento das atividades constantes no plano de atividades da UCCLA	SG
	Atividades Internacionais	Promoção da imagem internacional da cidade, através da participação em organizações internacionais	SG
	Eurocidades - Participação em Diversas Iniciativas	Actividades no âmbito da co-presidência do grupo de trabalho sobre "PME's e Empreendedorismo" - Fórum de Desenvolvimento Económico	DMEI
	Comité das Regiões da EU	Atividades e projetos conjuntos no âmbito da rede das cidades EER - European Entrepreneurial Region que Lisboa ganhou em 2015	DMEI
	Rede Consensus - Startup Genome	Rede de ecossistemas empreendedores globais	DMEI
	Milestone Event	Evento do Conselho da Europa do programa "Cidades Interculturais", dedicado às políticas urbanas para integração de emigrantes	SG

V. ANEXOS

1. SITUAÇÃO PATRIMONIAL

1.1 BALANÇO SINTÉTICO

Unid: Milhares de Euros

Δ 2017/2016

ACTIVO	2016	2017	Tx Cresc.	Varição
IMOBILIZADO				
Bens de Domínio Público	389.818	452.786	16,2%	62.968
Imobilizações em Curso	795.164	623.054	-21,6%	-172.110
Imobilizações Incorpóreas	3.645	5.744	57,6%	2.098
Imobilizações Corpóreas	1.430.791	1.500.027	4,8%	69.236
Investimentos Financeiros	59.257	147.584	149,1%	88.328
	2.678.675	2.729.195	1,9%	50.520
CIRCULANTE				
Existências				
Mat. Primas, Subsidiárias e Consumo	3.792	3.405	-10,2%	-386
Dív. de Terceiros-M.L. Prazo				
Outros devedores	-	34.772	0,0%	34.772
Dív. de Terceiros - Curto Prazo				
Clientes, Cont. e Utentes c/c	72.487	33.958	-53,2%	-38.529
Outros	118.410	37.943	-68,0%	-80.467
	190.897	71.900	-62,3%	-118.996
Disponibilidades				
Depósitos Instit. Financeiras	109.061	221.474	103,1%	112.413
Caixa	384	448	16,5%	63
	109.445	221.922	102,8%	112.477
Acréscimos e Diferimentos	171.162	175.302	2,4%	4.140
TOTAL ATIVO	3.153.970	3.236.498	2,6%	82.528
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	2016	2017	Tx Cresc.	Varição
FUNDOS PRÓPRIOS				
Património	2.077.572	2.077.572	-	-
Reservas Legais	76.778	79.681	3,8%	2.903
Doações	3.209	4.109	28,0%	900
Reservas decorr. Transf. do activo	15.156	151.675	900,8%	136.519
Ajust. partes capital empresas	-28.975	-21.140	-27,0%	7.835
Resultados Transitados	-176.590	-204.677	15,9%	-28.086
Resultado Líquido do Exercício	58.059	82.930	42,8%	24.871
TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS	2.025.208	2.170.150	7,2%	144.942
PASSIVO				
Provisões p/ Riscos e Encargos	246.871	317.388	28,6%	70.517
Dív. a Terceiros-M. L. Prazo				
Empréstimos de M. L. Prazo	267.174	232.773	-12,9%	-34.401
Administração Autárquica	16.100	16.100	-	-
Outros Credores	186.638	116.073	-37,8%	-70.564
	469.912	364.947	-22,3%	-104.965
Dívidas a Terceiros-Curto Prazo				
Emprést. M.L.Prazo (Venc n+1)	35.770	39.250	9,7%	3.480
Fornecedores	2.169	3.976	83,3%	1.807
Estado e Outros Entes Públicos	1.088	3.250	198,7%	2.162
Outros Credores	127.216	85.824	-32,5%	-41.392
	166.243	132.300	-20,4%	-33.943
Acréscimos e Diferimentos	245.736	251.714	2,4%	5.978
TOTAL PASSIVO	1.128.762	1.066.348	-5,5%	-62.413
TOTAL F. PRÓPRIOS E PASSIVO	3.153.970	3.236.498	2,6%	82.528

1.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Unid: Milhares de Euros

Δ 2017/2016

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA	2016	2017	Tx Cresc.	Varição
CUSTOS E PERDAS				
Custo Merc. Vendidas e das Matérias Consumidas	5.980	5.669	-5,2%	-311
Fornecimentos e Serviços Externos	126.683	130.514	3,0%	3.831
Custos com o Pessoal				
Remunerações	156.048	168.359	7,9%	12.310
Encargos Sociais	48.878	50.425	3,2%	1.547
Transf. e Subs. Corr. Concedidos e Prest. Sociais	95.356	104.008	9,1%	8.652
Amortizações do Exercício	45.583	60.827	33,4%	15.245
Provisões do Exercício	79.691	81.631	2,4%	1.941
Outros Custos e Perdas Operacionais	2.104	2.897	37,7%	793
(A)	560.324	604.331	7,9%	44.007
Custos e Perdas Financeiros	10.443	7.767	-25,6%	-2.676
(C)	570.767	612.098	7,2%	41.331
Custos e Perdas Extraordinários	119.018	121.726	2,3%	2.708
(E)	689.785	733.824	6,4%	44.039
Resultado Líquido do Exercício	58.058	82.930	42,8%	24.871
PROVEITOS E GANHOS				
Vendas e Prestações de Serviços				
Venda de Produtos	5.157	5.311	2,99%	154
Prestação de Serviços	103.850	111.590	7,45%	7.740
Impostos e Taxas	463.577	543.122	17,16%	79.546
Proveitos Suplementares	13.162	13.608	3,39%	446
Transferências e Subsídios Obtidos	38.371	37.690	-1,77%	-681
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	15.828	6.733	-57,46%	-9.095
(B)	639.945	718.055	12,21%	78.110
Proveitos e Ganhos Financeiros	816	4.837	492,77%	4.021
(D)	640.761	722.892	12,82%	82.131
Proveitos e Ganhos Extraordinários	107.082	93.861	-12,35%	-13.221
(F)	747.843	816.753	9,21%	68.910
Resultados Operacionais: (B) - (A)	79.621	113.725	42,8%	34.103
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)	-9.627	-2.930	-69,6%	6.697
Resultados Correntes: (D) - (C)	69.994	110.795	58,3%	40.800
Resultado Líquido do Exercício: (F) - (E)	58.058	82.930	42,8%	24.871
Resultados Extraordinários	-11.936	-27.865	133,5%	-15.929

1.3 MAPA DE FLUXOS DE CAIXA

Unid: Milhares de Euros

FLUXOS DE CAIXA			
RECEBIMENTOS		PAGAMENTOS	
Saldo da Gerência anterior	109 445	Despesas Orçamentais	705 885
Execução Orçamental	97 023	Correntes	481 063
Operações de Tesouraria	12 422	Capital	224 822
Receitas Orçamentais	817 138	Operações de Tesouraria	101 365
Correntes	754 328	Saldo para a Gerência Seguinte	221 922
Capital	62 810	Execução Orçamental	208 275
Operações de Tesouraria	102 589	Operações de Tesouraria	13 646
TOTAL	1 029 172	TOTAL	1 029 172

CONTAS DE ORDEM			
Saldo da Gerência Anterior	171 024	Garantias e Cauções Accionadas	0
Garantias e Cauções	171 024	Garantias e Cauções Devolvidas	39 684
Recibos para Cobrança		Receita Virtual Cobrada	
Garantias e Cauções Prestadas	84 618	Receita Virtual Anulada	
Receita Virtual Liquidada		Saldo para a Gerência Seguinte	215 957
		Garantias e Cauções	215 957
		Recibos para Cobrança	
TOTAL	255 641	TOTAL	255 641

2. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

2.1 EXECUÇÃO DA RECEITA

Unid: Milhares de Euros

Designação das Receitas	2014	2015	2016	2017				Desvio Exec./Prev.	Crescimento	
				Previsão	Liquidação	Cobrança	%		Valor	%
RECEITA CORRENTE	490.477	581.745	618.756	586.906	759.268	754.328	128,5%	167.422	135.572	21,91%
Impostos Directos	313.026	365.899	378.026	342.594	472.434	460.644	134,5%	118.051	82.618	21,9%
IMI + Contribuição Autárquica	111.383	115.984	114.149	109.507	119.002	118.153	107,9%	8.646	4.005	3,5%
Imposto Único de Circulação	18.731	17.928	18.179	17.952	19.584	19.431	108,2%	1.479	1.251	6,9%
IMT + Imposto Municipal de Sisa	123.302	174.516	178.205	159.706	235.999	225.212	141,0%	65.506	47.007	26,4%
Derrama	59.611	57.471	67.484	55.424	97.830	97.830	176,5%	42.406	30.346	45,0%
Outros	0	0	10	5	19	19	400,0%	14	10	99,9%
Impostos Indirectos	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0	0,0%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	51.448	52.064	73.110	77.273	98.201	95.492	123,6%	18.220	22.382	30,6%
Serv.Urban.e Realiz.Infr.Urban.	6.441	6.848	13.961	9.275	25.410	24.254	261,5%	14.979	10.293	73,7%
Ocupação da Via Pública	17.412	13.266	12.013	10.635	11.595	12.164	114,4%	1.529	151	1,3%
Publicidade	5.282	4.020	4.363	4.328	3.844	3.707	85,7%	-621	-656	-15,0%
Conservação de Esgotos	16.805	4.420	831	200	0	455	227,7%	255	-375	-45,2%
Taxa Proteção Civil	0	14.485	21.607	18.850	24.321	22.214	117,8%	3.364	607	2,8%
Taxa Turística	0	3.000	12.097	15.736	16.555	16.548	105,2%	812	4.451	36,8%
Taxa de Gestão de Resíduos - TGR	0	0	0	0	449	416	831087,0%	415	416	100,0%
Multas e Outras Penalidades	3.330	3.522	5.584	15.800	12.653	12.433	78,7%	-3.367	6.849	122,6%
Outros	2.179	2.505	2.655	2.449	3.374	3.302	134,8%	853	647	24,4%
Rendimentos de Propriedade	19.130	13.405	19.646	14.207	18.508	19.155	134,8%	4.948	-491	-2,5%
Juros	442	105	86	230	33	33	14,4%	-197	-53	-61,8%
Particip. Lucros Administ.Pública	1.190	1.207	747	970	4.790	1.490	153,6%	520	742	99,3%
Rendas	52	60	3.899	57	77	67	116,2%	9	-3.833	-98,3%
Activos Incorpóreos	17.447	12.033	14.913	12.950	13.608	17.566	135,6%	4.616	2.653	17,8%
Transferências Correntes	34.265	36.696	38.434	38.256	37.690	37.684	98,5%	-572	-750	-2,0%
Participação variável no IRS	28.626	29.775	30.140	30.510	31.007	31.007	101,6%	497	867,3	2,9%
Administração Central	3.452	4.617	5.484	4.524	4.763	4.757	105,1%	233	-727	-13,3%
Estado - Projectos Co-financiados	2.023	2.030	1.633	2.075	1.223	1.223	58,9%	-853	-411	-25,1%
União Europeia	156	274	1.176	1.146	697	697	60,8%	-450	-480	-40,8%
Outras	8	0	0	0	0	0	0,0%	0	0	0,0%
Venda de Bens e Serviços Correntes	67.550	94.909	96.170	110.330	118.727	122.297	110,8%	11.967	26.127	27,2%
Venda Bens	4.039	4.932	5.105	5.398	5.313	5.367	99,4%	-31	262	5,1%
Cemitérios	2.268	2.244	2.232	2.258	2.261	2.156	95,5%	-102	-76	-3,4%
Mercados e Feiras	3.673	2.634	2.391	2.619	2.182	2.108	80,5%	-511	-284	-11,9%
Parq. Estacionam.	11.402	0	0	7.015	8.032	7.091	101,1%	77	7.091	100,0%
Rendas	9.029	8.307	8.988	9.791	9.102	8.541	87,2%	-1.250	-447	-5,0%
Taxa de Resíduos Urbanos	0	20.837	25.228	25.960	28.342	30.182	116,3%	4.222	4.954	19,6%
Saneamento (anos anteriores)	29.297	13.583	0	0	0	0	0,0%	0	0	0,0%
Tarifa de Saneamento e Adicional	0	36.422	45.575	50.523	55.242	59.897	118,6%	9.374	14.322	31,4%
Outras	7.842	5.948	6.652	6.767	8.253	6.955	102,8%	188	303	4,6%
Outras Receitas Correntes	5.058	18.772	13.369	4.245	13.709	19.055	448,8%	14.809	5.685	42,5%
RECEITA DE CAPITAL	132.255	128.496	40.545	237.106	61.023	62.199	26,2%	-174.907	21.654	53,41%
Venda de Bens de Investimento	46.283	72.718	22.855	38.699	45.340	45.554	117,7%	6.854	22.698	99,3%
Terrenos	21.254	26.924	9.853	17.734	34.002	34.207	192,9%	16.473	24.353	247,2%
Habitacões	18.678	19.306	5.794	7.933	6.320	6.032	76,0%	-1.901	238	4,1%
Edifícios	6.350	26.488	7.208	13.032	5.017	5.314	40,8%	-7.718	-1.894	-26,3%
Outros	1	0	0	0	1	1	600,0%	1	1	100,0%
Transferências de Capital	10.316	7.391	9.003	10.662	6.926	6.925	65,0%	-3.737	-2.077	-23,1%
Transferências Casino de Lisboa	8.529	3.215	2.906	7.988	5.471	5.471	68,5%	-2.516	2.566	88,3%
Fundos e Serviços Autónomos (FSA)	0	11	0	742	739	742	100,0%	0	742	100,0%
FSA - Part. Comunit. em Proj. Co-fin.	1.786	3.899	6.097	1.933	715	712	36,8%	-1.221	-5.385	-88,3%
Outras	0	266	0	0	0	0	0,0%	0	0	0,0%
Activos Financeiros	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0	0,0%
Passivos Financeiros	60.730	46.686	7.320	52.325	6.746	6.746	12,9%	-45.579	-574	-7,8%
Empréstimos a curto prazo	55.000	0	0	0	0	0	0,0%	0	0	0,0%
Empréstimos a médio e longo prazo	5.730	46.686	7.320	52.325	6.746	6.746	12,9%	-45.579	-574	-7,8%
PIPARU	5.000	43.403	0	0	0	0	0,0%	0	0	0,0%
Plano Pavimentação - BPI	0	3.000	7.300	1.325	746	746	56,3%	-579	-6.554	-89,8%
Prog. Investimento Lisboa XXI	0	0	0	51.000	6.000	6.000	11,8%	-45.000	6.000	100,0%
QREN\BEI	730	283	20	0	0	0	0,0%	0	-20	-100,0%
Outras Receitas de Capital	14.926	1.701	1.367	135.419	2.012	2.974	2,2%	-132.445	1.607	117,6%
TOTAL DA RECEITA (excluindo outras rec.)	622.732	710.241	659.301	824.012	820.291	816.527	99,1%	-7.485	157.226	23,85%
OUTRAS RECEITAS	28.359	11.522	124.325	100.416	97.666	97.634	97,2%	-2.782	-26.692	-21,47%
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	410	431	339	3.393	643	611	18,0%	-2.782	272	80,4%
Saldo da Gerência Ant. (na posse do serviço)	27.949	11.091	123.987	97.023	97.023	97.023	100,0%	0	-26.964	-21,7%
TOTAL DA RECEITA	651.091	721.763	783.626	924.427	917.957	914.160	98,9%	-10.267	130.534	16,66%

2.2 EXECUÇÃO DA DESPESA

Unid: Milhares de Euros

Designação das Despesas	2014	2015	2016	2017				Desvio Exec./Dot.	Crescimento 2017/2016	
				Dot. Definida	Comprom.	Execução	%		Valor	%
DESPESA CORRENTE	441.941	454.854	474.683	536.808	518.704	481.063	89,6%	-55.746	6.380	1,3%
Pessoal	216.512	213.265	216.260	230.550	227.443	226.896	98,4%	-3.653	10.636	4,9%
Remunerações	136.645	133.732	135.176	143.004	142.187	142.187	99,4%	-818	7.010	5,2%
Contratos Regime de Tarefa ou Avenç	7.329	9.011	10.647	9.411	9.204	9.008	95,7%	-403	-1.639	-15,4%
Trabalho extraordinário	8.682	8.877	9.197	10.097	10.067	10.067	99,7%	-30	869	9,5%
Outros Abonos Variáveis	11.866	13.031	12.492	15.357	14.728	14.699	95,7%	-659	2.207	17,7%
Encargos com a Saúde	1.338	1.174	1.397	1.688	1.580	1.488	88,2%	-200	92	6,6%
Contribuições para Segurança Social	40.467	38.410	39.149	42.311	41.517	41.517	98,1%	-794	2.367	6,0%
Pensões	7.071	6.330	5.668	5.580	5.184	5.184	92,9%	-396	-485	-8,6%
Outros Encargos	3.115	2.700	2.533	3.101	2.978	2.748	88,6%	-353	215	8,5%
Aquisição de Bens e Serviços	132.541	125.467	130.999	161.275	151.904	129.778	80,5%	-31.497	-1.220	-0,9%
Bens Duradouros e Não Duradouros	16.621	13.057	13.764	15.408	14.489	12.755	82,8%	-2.653	-1.008	-7,3%
Aquisição de Serviços	115.919	112.411	117.235	145.867	137.415	117.023	80,2%	-28.844	-212	-0,2%
Encargos das Instalações	23.527	15.790	16.614	15.713	15.683	13.262	84,4%	-2.451	-3.352	-20,2%
Conservação de Bens	1.320	1.102	1.826	1.965	1.643	1.368	69,6%	-596	-458	-25,1%
Locação de Bens e Outros	3.496	4.340	4.549	6.242	5.725	5.365	86,0%	-877	816	17,9%
Transportes e Comunicações	3.906	3.431	3.832	4.722	4.449	3.739	79,2%	-983	-93	-2,4%
Representação Autárquica	69	120	187	473	386	357	75,4%	-117	170	91,1%
Seguros	414	379	512	646	568	565	87,4%	-82	52	10,2%
Estudos e Consultadoria	979	1.152	1.737	4.470	3.248	2.013	45,0%	-2.457	276	15,9%
Encargos de Cobrança de Receita	7.610	8.623	9.914	11.769	11.292	11.113	94,4%	-657	1.198	12,1%
Outros	74.598	77.473	78.063	99.867	94.421	79.241	79,3%	-20.626	1.178	1,5%
Juros e Outros Encargos	7.260	9.905	6.637	8.556	7.904	7.522	87,9%	-1.034	885	13,3%
Juros da Dívida Pública	3.012	3.436	2.528	1.667	1.667	1.584	95,1%	-82	-944	-37,3%
Outros	4.248	6.470	4.109	6.889	6.238	5.938	86,2%	-952	1.829	44,5%
Transferências Correntes	70.089	82.212	87.575	103.907	101.664	89.795	86,4%	-14.113	2.220	2,5%
Soc. Quase-Sociedades não Financ.	1.384	1.694	2.594	13.103	12.687	2.457	18,7%	-10.646	-137	-5,3%
Administração Central	956	1.250	768	1.046	922	829	79,3%	-217	60	7,9%
Administração Local	54.846	64.181	66.318	68.389	68.164	68.119	99,6%	-270	1.800	2,7%
Reforma Administrativa	52.787	61.483	62.211	63.327	63.327	63.327	100,0%	0	1.116	1,8%
Protocolos Transf. Competências	753	751	1.311	1.418	1.274	1.231	86,8%	-188	-80	-6,1%
Outras	1.306	1.947	2.796	3.643	3.563	3.561	97,7%	-82	764	27,3%
Instituições sem Fins Lucrativos	12.628	14.542	17.229	19.995	18.934	17.568	87,9%	-2.427	339	2,0%
Outras	275	544	665	1.375	957	822	59,8%	-553	157	23,7%
Subsídios	8.948	17.621	12.480	24.744	22.897	20.884	84,4%	-3.860	8.404	67,3%
Emp. Municipais e Intermunic.	6.074	11.943	6.776	18.804	17.973	16.959	90,2%	-1.845	10.183	150,3%
Soc. Quase-Soc. Não Financ. Públicas	2.874	5.678	5.704	5.940	4.924	3.925	66,1%	-2.015	-1.779	-31,2%
Outras Despesas Correntes	6.591	6.383	20.732	7.776	6.891	6.187	79,6%	-1.589	-14.545	-70,2%
DESPESA DE CAPITAL	198.060	142.923	211.920	387.619	297.477	224.822	58,0%	-162.797	12.902	6,1%
Aquisição de Bens de Capital	68.771	66.663	128.188	280.869	205.744	153.002	54,5%	-127.866	24.814	19,4%
Terrenos	7.162	3.292	21.650	48.546	40.155	37.045	76,3%	-11.500	15.395	71,1%
Habituação	4.222	5.622	7.227	17.652	13.022	6.995	39,6%	-10.657	-232	-3,2%
Edifícios	26.679	22.369	32.361	63.347	44.140	23.893	37,7%	-39.454	-8.468	-26,2%
Construções Diversas	22.883	24.708	53.382	106.991	71.540	57.667	53,9%	-49.324	4.285	8,0%
Material de Transporte	316	576	2.456	11.286	10.863	7.128	63,2%	-4.158	4.672	190,2%
Maquinaria e Equipamento	6.811	6.206	9.768	30.320	24.505	19.014	62,7%	-11.306	9.246	94,7%
Outros	699	3.890	1.345	2.728	1.519	1.260	46,2%	-1.467	-85	-6,3%
Transferências de Capital	19.703	17.547	34.798	63.691	48.724	28.812	45,2%	-34.879	-5.986	-17,2%
Soc. Quase-Sociedades não Financ.	8.529	5.302	5.351	24.103	9.861	4.476	18,6%	-19.627	-875	-16,3%
Administração Central	1	100	100	250	249	100	40,0%	-150	0	0,0%
Administração Local	10.363	11.462	24.127	24.734	24.208	17.061	69,0%	-7.673	-7.065	-29,3%
Reforma Administrativa	10.118	8.903	8.989	9.138	9.138	9.138	100,0%	0	149	1,7%
Protocolos Transf. Competências	244	2.559	15.138	15.596	15.070	7.923	50,8%	-7.673	-7.214	-47,7%
Instituições sem Fins Lucrativos	754	592	5.017	14.493	14.297	7.066	48,8%	-7.427	2.048	40,8%
Outras	56	92	203	110	108	108	98,1%	-2	-95	-46,6%
Activos Financeiros	0	2.936	3.737	2.936	2.936	2.936	100,0%	0	-801	-21,4%
Ações e Outras Participações	0	0	801	0	0	0	0,0%	0	-801	-100,0%
Unidades de Participação	0	2.936	2.936	2.936	2.936	2.936	100,0%	0	0	0,0%
Passivos Financeiros	109.586	53.832	45.047	39.325	39.325	39.324	100,0%	-1	-5.723	-12,7%
Empréstimos a curto prazo	55.000	0	0	0	0	0	0,0%	0	0	0,0%
Empréstimos a médio e longo prazo	47.051	46.298	37.513	37.668	37.668	37.667	100,0%	-1	154	0,4%
Outros passivos financeiros	7.534	7.534	7.534	1.657	1.657	1.657	100,0%	0	-5.877	-78,0%
Outras Despesas de Capital	0	1.945	150	798	748	748	93,7%	-50	598	398,7%
TOTAL DA DESPESA	640.000	597.777	686.603	924.427	816.181	705.885	76,4%	-218.543	19.281	2,8%

2.3 EXECUÇÃO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Unid: Euros

Económica	Descritivo	Dot. Definida	Execução 2017			Taxa Exec
			Extra Plano	Plano	Total	
	DESPESAS CORRENTES	536.808.479	281.304.320	199.758.402	481.062.722	89,6%
01	Despesas com o Pessoal	230.549.789	226.880.335	16.040	226.896.376	98,4%
01.01	Remunerações certas e permanentes	152.415.706	151.194.526	0	151.194.526	99,2%
01.01.01	Membros de Órgãos Autárquicos	412.985	373.197	0	373.197	90,4%
01.01.03	Pessoal Quadros - Regime Função Pública	8.784.586	8.744.440	0	8.744.440	99,5%
01.01.03.01	Pessoal em funções	8.784.286	8.744.440	0	8.744.440	99,5%
01.01.03.02	Alterações obrigat. posicionamento remun	100	0	0	0	0,0%
01.01.03.03	Alterações facultat. posicionamento remu	100	0	0	0	0,0%
01.01.03.04	Recrutamento de Pessoal para novos posto	100	0	0	0	0,0%
01.01.04	Pessoal dos Quadros - Regime Contr. Ind.	94.351.123	94.145.119	0	94.145.119	99,8%
01.01.04.01	Pessoal em funções	92.902.050	92.723.244	0	92.723.244	99,8%
01.01.04.02	Alterações obrigat. posicionamento remun	100	0	0	0	0,0%
01.01.04.03	Alterações facultat. posicionamento remu	100	0	0	0	0,0%
01.01.04.04	Recrutamento de Pessoal para novos posto	1.448.873	1.421.876	0	1.421.876	98,1%
01.01.07	Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença	9.411.381	9.007.901	0	9.007.901	95,7%
01.01.08	Pessoal aguardando Aposentação	125.867	124.462	0	124.462	98,9%
01.01.09	Pessoal em Qualquer Outra Situação	2.027.200	1.997.890	0	1.997.890	98,6%
01.01.10	Gratificações	3.580.929	3.502.349	0	3.502.349	97,8%
01.01.11	Representação	657.342	647.221	0	647.221	98,5%
01.01.13	Subsídio de Refeição	8.954.297	8.774.952	0	8.774.952	98,0%
01.01.14	Subsídio de Férias e de Natal	19.163.259	19.007.395	0	19.007.395	99,2%
01.01.15	Remunerações p/Doença e Maternidade/Pat.	4.946.737	4.869.599	0	4.869.599	98,4%
01.02	Abonos variáveis ou eventuais	25.453.866	24.749.223	16.040	24.765.263	97,3%
01.02.01	Gratificações Variáveis ou Eventuais	3.762.721	3.736.999	0	3.736.999	99,3%
01.02.02	Horas Extraordinárias	10.096.807	10.066.709	0	10.066.709	99,7%
01.02.04	Ajudas de Custo	127.912	96.344	16.040	112.384	87,9%
01.02.05	Abono para Falhas	120.000	107.233	0	107.233	89,4%
01.02.06	Formação	145.100	137.241	0	137.241	94,6%
01.02.10	Subsídio de Trabalho Noturno	1.664.200	1.634.698	0	1.634.698	98,2%
01.02.11	Subsídio de Turno	5.907.352	5.883.763	0	5.883.763	99,6%
01.02.12	Indemnizações por Cessação de Funções	100	0	0	0	0,0%
01.02.13	Outros Suplementos e Prémios	3.255.874	2.742.010	0	2.742.010	84,2%
01.02.13.02	Outros	2.620.874	2.305.211	0	2.305.211	88,0%
01.02.13.03	Senhas de Presença	635.000	436.799	0	436.799	68,8%
01.02.14	Outros Abonos em Numerário ou Espécie	373.800	344.227	0	344.227	92,1%
01.03	Segurança social	52.680.217	50.936.587	0	50.936.587	96,7%
01.03.01	Encargos com a Saúde	668.208	547.590	0	547.590	81,9%
01.03.02	Outros Encargos com a Saúde	1.020.000	940.886	0	940.886	92,2%
01.03.03	Subsídio Familiar a Crianças e Jovens	371.850	296.678	0	296.678	79,8%
01.03.04	Outras Prestações Familiares	306.000	288.078	0	288.078	94,1%
01.03.05	Contribuições para a Segurança Social	42.030.739	41.303.186	0	41.303.186	98,3%
01.03.05.01	ADSE	5.001.416	4.713.788	0	4.713.788	94,2%
01.03.05.02	Segurança Social dos Funcionários Públic	36.784.323	36.345.729	0	36.345.729	98,8%
01.03.05.02.01	Caixa Geral de Aposentações	29.975.367	29.724.459	0	29.724.459	99,2%
01.03.05.02.02	Segurança Social - Regime Geral	6.808.956	6.621.270	0	6.621.270	97,2%
01.03.05.03	Outras	245.000	243.668	0	243.668	99,5%
01.03.06	Acidentes Serv.e Doenças Profissionais	2.340.298	2.130.205	0	2.130.205	91,0%
01.03.08	Outras Pensões	5.580.000	5.183.519	0	5.183.519	92,9%
01.03.09	Seguros	83.122	33.117	0	33.117	39,8%
01.03.09.01	Seguros de Acidentes Trabalho e Doenças	35.000	3.503	0	3.503	10,0%
01.03.09.02	Outros	48.122	29.614	0	29.614	61,5%
01.03.10	Outras Despesas Segurança Social	280.000	213.328	0	213.328	76,2%
01.03.10.01	Eventualidade Maternidade, Paternidade e	280.000	213.328	0	213.328	76,2%
02	Aquisição de Bens E Serviços	161.275.206	46.044.871	83.733.278	129.778.149	80,5%
02.01	Aquisição de bens	15.408.191	7.123.781	5.631.587	12.755.368	82,8%
02.01.01	Matérias Primas e Subsidiárias	439.397	166.302	160.754	327.056	74,4%
02.01.02	Combustíveis e Lubrificantes	4.451.288	3.917.131	61.964	3.979.095	89,4%
02.01.02.01	Gasolina	147.772	122.286	0	122.286	82,8%
02.01.02.02	Gasóleo	2.845.041	2.792.163	3.586	2.795.749	98,3%
02.01.02.03	Outros	1.458.475	1.002.682	58.378	1.061.060	72,8%
02.01.03	Munições, Explosivos e Artíficos	2.258	1.757	0	1.757	77,8%
02.01.04	Limpeza e Higiene	237.526	171.373	6.908	178.282	75,1%
02.01.05	Alimentação - Refeições Confeccionadas	4.063.927	55.558	3.702.802	3.758.360	92,5%
02.01.06	Alimentação - Géneros para Confeccionar	155.463	24.145	76.792	100.937	64,9%
02.01.07	Vestuário e Artigos Pessoais	845.948	288.783	274.368	563.151	66,6%
02.01.08	Material de Escritório	314.438	226.452	291	226.744	72,1%
02.01.09	Produtos Químicos e Farmacêuticos	109.679	20.444	61.472	81.915	74,7%
02.01.10	Produtos Vendidos nas Farmácias	13.000	5.702	0	5.702	43,9%
02.01.11	Material de Consumo Clínico	58.436	16.673	18.816	35.489	60,7%
02.01.12	Material de Transporte - Peças	2.035.100	1.532.462	34.762	1.567.225	77,0%
02.01.13	Material de Consumo Hoteleiro	16.812	10.122	1.508	11.630	69,2%
02.01.14	Outro Material - Peças	217.155	71.778	120.672	192.451	88,6%

(Cont.)

Unid: Euros

Económica	Descritivo	Dot. Definida	Execução 2017			Taxa Exec
			Extra Plano	Plano	Total	
(Cont.)						
02.01.15	Prémios, Condecorações e Ofertas	367.826	55.610	232.139	287.749	78,2%
02.01.16	Mercadorias p/ Venda	54.557	0	26.962	26.962	49,4%
02.01.17	Ferramentas e Utensílios	144.332	95.641	18.016	113.657	78,7%
02.01.18	Livros e Documentação Técnica	29.275	4.322	7.526	11.848	40,5%
02.01.19	Artigos Honoríficos e de Decoração	30.213	14.742	8.060	22.803	75,5%
02.01.20	Material de Educação, Cultura e Recreio	271.504	31.056	154.799	185.855	68,5%
02.01.21	Outros Bens	1.550.057	413.725	662.975	1.076.700	69,5%
02.02	Aquisição de serviços	145.867.015	38.921.090	78.101.691	117.022.782	80,2%
02.02.01	Encargos das Instalações	12.159.578	9.871.363	551.210	10.422.573	85,7%
02.02.02	Limpeza e Higiene	3.553.210	2.839.315	0	2.839.315	79,9%
02.02.03	Conservação de Bens	1.964.519	956.120	411.928	1.368.047	69,6%
02.02.04	Locação de Edifícios	3.362.265	2.588.403	217.438	2.805.841	83,5%
02.02.05	Locação de Material de Informática	1.768.920	1.869	1.638.824	1.640.693	92,8%
02.02.06	Locação de Material de Transporte	975.475	0	824.663	824.663	84,5%
02.02.08	Locação de Outros Bens	135.490	32.491	61.650	94.142	69,5%
02.02.09	Comunicações	2.487.420	1.713.075	204.000	1.917.075	77,1%
02.02.10	Transportes	2.234.600	716.071	1.106.353	1.822.424	81,6%
02.02.11	Representação dos Serviços	473.280	236.268	120.485	356.754	75,4%
02.02.12	Seguros	646.032	547.281	17.246	564.527	87,4%
02.02.13	Deslocações e Estadas	815.875	31.260	576.497	607.756	74,5%
02.02.14	Estudos, Pareceres, Proj.e Consultadoria	4.469.855	548.115	1.464.958	2.013.072	45,0%
02.02.15	Formação	212.685	0	88.084	88.084	41,4%
02.02.16	Seminários, Exposições e Similares	1.565.641	8.691	1.103.194	1.111.885	71,0%
02.02.17	Publicidade	1.049.509	577.668	296.704	874.372	83,3%
02.02.18	Vigilância e Segurança	5.297.465	4.361.157	0	4.361.157	82,3%
02.02.19	Assistência Técnica	5.424.199	1.726.220	1.670.362	3.396.583	62,6%
02.02.20	Outros Trabalhos Especializados	55.875.372	285.233	49.325.295	49.610.528	88,8%
02.02.22	Serviços de Saúde	4.945	165	0	165	3,3%
02.02.24	Encargos de Cobrança de Receitas	11.769.147	11.112.529	0	11.112.529	94,4%
02.02.25	Outros Serviços	29.621.533	767.796	18.422.800	19.190.595	64,8%
03	Juros e Outros Encargos	8.555.981	5.172.786	2.349.094	7.521.880	87,9%
03.01	Juros da dívida pública	1.666.519	1.584.064	0	1.584.064	95,1%
03.01.03	Soc.Financeiras - Bancos e Outras Instit	1.237.117	1.181.406	0	1.181.406	95,5%
03.01.03.01	Empréstimos de Médio e Longo Prazos	1.237.117	1.181.406	0	1.181.406	95,5%
03.01.06	Adminst.Púb.Central - Serv.e Fundos Aut.	429.402	402.658	0	402.658	93,8%
03.02	Outros Encargos Correntes da Dívida	25.977	18.766	0	18.766	72,2%
03.02.01	Despesas Diversas	25.977	18.766	0	18.766	72,2%
03.05	Outros juros	6.832.778	3.540.785	2.349.094	5.889.879	86,2%
03.05.02	Outros	6.832.778	3.540.785	2.349.094	5.889.879	86,2%
03.05.02.02	Juros de Mora	4.048.872	764.485	2.349.094	3.113.579	76,9%
03.05.02.99	Outros	2.783.906	2.776.300	0	2.776.300	99,7%
03.06	Outros encargos financeiros	30.707	29.172	0	29.172	95,0%
03.06.01	Outros Encargos Financeiros	30.707	29.172	0	29.172	95,0%
04	Transferências Correntes	103.907.468	988.220	88.806.604	89.794.824	86,4%
04.01	Soc.e quase-sociedades não financeiras	13.102.779	630.193	1.826.522	2.456.715	18,7%
04.01.01	Públicas	10.254.400	110.609	0	110.609	1,1%
04.01.02	Privadas	2.848.379	519.584	1.826.522	2.346.106	82,4%
04.03	Administração central	1.045.980	1.470	827.501	828.971	79,3%
04.03.01	Estado	1.038.596	1.470	824.657	826.127	79,5%
04.03.04	Estado-Particip. Comunitária Proj. Co-Fin	7.384	0	2.843	2.843	38,5%
04.05	Administração local	68.388.610	112.105	68.006.487	68.118.592	99,6%
04.05.01	Continente	68.388.610	112.105	68.006.487	68.118.592	99,6%
04.05.01.01	Freguesias	68.276.505	0	68.006.487	68.006.487	99,6%
04.05.01.01.02	Protocolos de Transf. de Competências	3.078.418	0	2.890.883	2.890.883	93,9%
04.05.01.01.03	Outros	65.198.087	0	65.115.604	65.115.604	99,9%
04.05.01.02	Junta Metropolitana de Lisboa	112.105	112.105	0	112.105	100,0%
04.07	Instituições sem fins lucrativos	19.995.083	10.516	17.557.800	17.568.316	87,9%
04.07.01	Instituições sem Fins Lucrativos	19.995.083	10.516	17.557.800	17.568.316	87,9%
04.08	Famílias	1.374.916	233.936	588.294	822.230	59,8%
04.08.01	Empresário em Nome Individual	96.507	0	0	0	0,0%
04.08.02	Outras	1.278.409	233.936	588.294	822.230	64,3%
04.08.02.02	Outras	1.278.409	233.936	588.294	822.230	64,3%
04.09	Resto do mundo	100	0	0	0	0,0%
04.09.03	Resto Mundo - Países Terc. e Org.Intern.	100	0	0	0	0,0%
05	Subsídios	24.744.192	0	20.884.442	20.884.442	84,4%
05.01	Sociedades e quase-soc. não financeiras	24.744.192	0	20.884.442	20.884.442	84,4%
05.01.01	Públicas	24.744.192	0	20.884.442	20.884.442	84,4%
05.01.01.01	Empresas Municipais e Intermunicipais	18.804.168	0	16.959.252	16.959.252	90,2%
05.01.01.01.01	EBAHL/EGEAC.ME	10.970.000	0	10.970.000	10.970.000	100,0%
05.01.01.01.02	Sociedade Reabilitação Urbana	300.000	0	300.000	300.000	100,0%
05.01.01.01.03	GEBALIS	7.534.168	0	5.689.252	5.689.252	75,5%
05.01.01.02	Outras	5.940.024	0	3.925.190	3.925.190	66,1%
05.01.01.02.02	Associação Turismo de Lisboa	4.815.024	0	2.800.190	2.800.190	58,2%
05.01.01.02.03	Assoc.de Música, Educação e Cultura	1.125.000	0	1.125.000	1.125.000	100,0%
(Cont.)						

		Execução 2017				Unid: Euros
Económica	Descritivo	Dot. Definida	Extra Plano	Plano	Total	Taxa Exec
(Cont.)						
06	Outras Despesas Correntes	7.775.843	2.218.108	3.968.943	6.187.051	79,6%
06.02	Diversas	7.775.843	2.218.108	3.968.943	6.187.051	79,6%
06.02.01	Impostos e Taxas	2.473.733	540.425	1.284.367	1.824.791	73,8%
06.02.01.01	Impostos e taxas pagas pela Autarquia	1.857.187	0	1.284.367	1.284.367	69,2%
06.02.01.01.01	Taxa de Gestão de Resíduos - TGR	853.000	0	712.747	712.747	83,6%
06.02.01.01.99	Outras	1.004.187	0	571.619	571.619	56,9%
06.02.01.02	Restituições de impostos ou taxas cobrad	616.546	540.425	0	540.425	87,7%
06.02.03	Outras	5.302.110	1.677.683	2.684.577	4.362.259	82,3%
06.02.03.02	Restituições	100.000	91.560	0	91.560	91,6%
06.02.03.03	Outras	5.202.110	1.586.122	2.684.577	4.270.699	82,1%
	DESPESAS DE CAPITAL	387.619.014	39.324.001	185.498.156	224.822.157	58,0%
07	Aquisição de Bens De Capital	280.868.772	0	153.002.296	153.002.296	54,5%
07.01	Investimentos	280.868.772	0	153.002.296	153.002.296	54,5%
07.01.01	Terrenos	48.545.893	0	37.045.489	37.045.489	76,3%
07.01.01.01	Terrenos - Adm.Local - Continente	48.545.893	0	37.045.489	37.045.489	76,3%
07.01.02	Habitacões	17.651.662	0	6.994.535	6.994.535	39,6%
07.01.02.01	Habitacões - Adm.Local - Continente	17.651.662	0	6.994.535	6.994.535	39,6%
07.01.02.01.01	Construção e Aquisição	6.711.769	0	1.800.963	1.800.963	26,8%
07.01.02.01.02	Reparação e Beneficiação	10.939.893	0	5.193.572	5.193.572	47,5%
07.01.03	Edifícios	63.346.534	0	23.892.865	23.892.865	37,7%
07.01.03.01	Edifícios - Adm.Local - Continente	63.346.534	0	23.892.865	23.892.865	37,7%
07.01.03.01.01	Infraestruturas Culturais	8.118.601	0	1.318.607	1.318.607	16,2%
07.01.03.01.02	Equipamentos de Educação	18.353.199	0	5.657.293	5.657.293	30,8%
07.01.03.01.03	Equipamentos Sociais	3.897.565	0	295.104	295.104	7,6%
07.01.03.01.04	Instalações Desportivas e Recreativas	792.414	0	384.072	384.072	48,5%
07.01.03.01.05	Infraest. Abastecim.e Controlo Sanitário	882.020	0	391.709	391.709	44,4%
07.01.03.01.06	Outros	31.302.735	0	15.846.080	15.846.080	50,6%
07.01.04	Construções Diversas	106.991.474	0	57.666.987	57.666.987	53,9%
07.01.04.01	Construções Diversas - Adm.Local - Cont.	106.991.474	0	57.666.987	57.666.987	53,9%
07.01.04.01.01	Viadutos, Arruam. e Obras Complementares	23.280.790	0	12.038.802	12.038.802	51,7%
07.01.04.01.02	Esgotos	8.147.651	0	3.187.792	3.187.792	39,1%
07.01.04.01.03	Iluminação Pública	1.230.508	0	1.110.778	1.110.778	90,3%
07.01.04.01.04	Parques e Jardins	12.465.910	0	3.882.753	3.882.753	31,1%
07.01.04.01.05	Instalações Desportivas e Recreativas	298.555	0	76.260	76.260	25,5%
07.01.04.01.06	Sinalização e Trânsito	2.218.243	0	751.542	751.542	33,9%
07.01.04.01.08	Cemitérios	993.953	0	393.076	393.076	39,5%
07.01.04.01.09	Outros	58.355.864	0	36.225.982	36.225.982	62,1%
07.01.06	Material de Transporte	11.285.702	0	7.128.145	7.128.145	63,2%
07.01.06.01	Material Transporte - Adm.Local - Cont.	11.285.702	0	7.128.145	7.128.145	63,2%
07.01.07	Equipamento de Informática	3.226.112	0	1.505.293	1.505.293	46,7%
07.01.07.01	Equip. Informática - Adm.Local - Cont.	3.226.112	0	1.505.293	1.505.293	46,7%
07.01.08	Software Informático	5.001.854	0	2.890.452	2.890.452	57,8%
07.01.08.01	Software Informático - Adm.Local - Cont.	5.001.854	0	2.890.452	2.890.452	57,8%
07.01.09	Equipamento Administrativo	1.672.960	0	966.266	966.266	57,8%
07.01.09.01	Equip. Administrativo - Adm.Local - Cont	1.672.960	0	966.266	966.266	57,8%
07.01.10	Equipamento Básico	19.095.005	0	12.509.644	12.509.644	65,5%
07.01.10.01	Equipamento Básico - Adm.Local - Cont.	19.095.005	0	12.509.644	12.509.644	65,5%
07.01.11	Ferramentas e Utensílios	209.679	0	177.099	177.099	84,5%
07.01.11.01	Ferramentas e Utensílios - Adm.Local - C	209.679	0	177.099	177.099	84,5%
07.01.12	Artigos e Objetos de Valor	1.114.365	0	965.463	965.463	86,6%
07.01.12.01	Arte e Objetos Valor - Adm.Local - Cont.	1.114.365	0	965.463	965.463	86,6%
07.01.15	Outros Investimentos	2.727.532	0	1.260.058	1.260.058	46,2%
07.01.15.01	Outros Investimentos - Adm.Local - Cont.	2.727.532	0	1.260.058	1.260.058	46,2%
08	Transferências de Capital	63.691.061	0	28.811.691	28.811.691	45,2%
08.01	Soc. e quase-sociedades não financeiras	24.103.408	0	4.476.225	4.476.225	18,6%
08.01.01	Públicas	23.738.408	0	4.121.225	4.121.225	17,4%
08.01.01.01	Empresas Municipais e Intermunicipais	23.738.408	0	4.121.225	4.121.225	17,4%
08.01.02	Privadas	365.000	0	355.000	355.000	97,3%
08.03	Administração central	250.000	0	100.000	100.000	40,0%
08.03.06	Serviços e Fundos Autonomos	250.000	0	100.000	100.000	40,0%
08.05	Administração local	24.734.084	0	17.061.439	17.061.439	69,0%
08.05.01	Continente	24.734.084	0	17.061.439	17.061.439	69,0%
08.05.01.01	Freguesias	24.734.084	0	17.061.439	17.061.439	69,0%
08.05.01.01.01	Protocolos de Transf. de Competências	24.734.084	0	17.061.439	17.061.439	69,0%
08.07	Instituições sem fins lucrativos	14.493.120	0	7.065.673	7.065.673	48,8%
08.07.01	Instituições Sem Fins Lucrativos	14.493.120	0	7.065.673	7.065.673	48,8%
08.08	Famílias	110.449	0	108.354	108.354	98,1%
08.08.01	Empresário em Nome Individual	500	0	0	0	0,0%
08.08.02	Outras	109.949	0	108.354	108.354	98,5%
09	Ativos Financeiros	2.936.078	0	2.936.078	2.936.078	100,0%
09.08	Unidades de participação	2.936.078	0	2.936.078	2.936.078	100,0%
09.08.02	Soc.e Quase-Soc. Não Financ.- Públicas	2.936.078	0	2.936.078	2.936.078	100,0%
09.08.02.09	Outras	2.936.078	0	2.936.078	2.936.078	100,0%
(Cont.)						

Unid: Euros

Económica	Descritivo	Dot. Definida	Execução 2017			Taxa Exec
			Extra Plano	Plano	Total	
(Cont.)						
10	Passivos Financeiros	39.325.011	39.324.001	0	39.324.001	100,0%
10.06	Empréstimos a médio e longo prazo	37.667.807	37.666.797	0	37.666.797	100,0%
10.06.03	Soc.Financeiras - Bancos e Outras Instit	25.702.115	25.702.114	0	25.702.114	100,0%
10.06.06	Admin.Púb.Central - Serv.e Fundos Autón.	11.965.692	11.964.683	0	11.964.683	100,0%
10.07	Outros Passivos Financeiros	1.657.204	1.657.204	0	1.657.204	100,0%
10.07.03	Soc. Financeiras - Bancos e outras Insti	1.657.204	1.657.204	0	1.657.204	100,0%
11	Outras Despesas de Capital	798.092	0	748.092	748.092	93,7%
11.02	Diversas	798.092	0	748.092	748.092	93,7%
11.02.02	Outras	798.092	0	748.092	748.092	93,7%
	TOTAL DA DESPESA	924.427.493	320.628.321	385.256.558	705.884.879	76,36%

2.4 EXECUÇÃO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA

Unid: Milhares de Euros

Designação	Extra Plano	%	Plano	%	Total	%
ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA	44.169	13,8%	2.826	0,7%	46.996	6,7%
Assembleia Municipal	437	0,1%	10	0,0%	447	0,1%
Operações Financeiras	43.732	13,6%	2.816	0,7%	46.548	6,6%
UNIDADE DE COORDENAÇÃO TERRITORIAL	536	0,2%	20.641	5,4%	21.176	3,0%
Unidade de Coordenação Territorial	204	0,1%	8.489	2,2%	8.693	1,2%
D. de Operações	288	0,1%	11.506	3,0%	11.794	1,7%
D. Estruturas Proximidade e Espaço Público	44	0,0%	645	0,2%	689	0,1%
SECRETARIA-GERAL	2.536	0,8%	13.445	3,5%	15.980	2,3%
Secretaria-Geral	275	0,1%	1.220	0,3%	1.495	0,2%
Departamento de Marca e Comunicação	1.225	0,4%	2.258	0,6%	3.483	0,5%
Departamento Jurídico	552	0,2%	9.499	2,5%	10.050	1,4%
Departamento de Apoio Aos Órgãos e Serviços Do Municipio	484	0,2%	468	0,1%	952	0,1%
DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS	36.585	11,4%	121.316	31,5%	157.901	22,4%
Direção	134	0,0%	121.316	31,5%	121.450	17,2%
Departamento de Aprovisionamentos	23.021	7,2%	0	0,0%	23.021	3,3%
Departamento de Contabilidade	13.430	4,2%	0	0,0%	13.430	1,9%
DIREÇÃO MUNICIPAL DE GESTÃO PATRIMONIAL	3.932	1,2%	9.600	2,5%	13.532	1,9%
Direção Municipal de Gestão Patrimonial	3.932	1,2%	9.600	2,5%	13.532	1,9%
DIREÇÃO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS	226.040	70,5%	3.028	0,8%	229.068	32,5%
Departamento de Gestão de Recursos Humanos	223.482	69,7%	12	0,0%	223.494	31,7%
Departamento de Desenvolvimento e Formação	137	0,0%	179	0,0%	316	0,0%
Departamento de Saude, Higiene e Segurança	2.421	0,8%	2.836	0,7%	5.258	0,7%
DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	9	0,0%	6.784	1,8%	6.793	1,0%
Departamento de Sistemas de Informação	9	0,0%	6.784	1,8%	6.793	1,0%
DIREÇÃO MUNICIPAL DE URBANISMO	4	0,0%	5.403	1,4%	5.407	0,8%
Direção	1	0,0%	4.633	1,2%	4.634	0,7%
Departamento de Planeamento	0	0,0%	271	0,1%	271	0,0%
Departamento de Espaço Público	3	0,0%	499	0,1%	502	0,1%
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJECTOS E OBRAS	422	0,1%	82.224	21,3%	82.645	11,7%
Direção	7	0,0%	249	0,1%	256	0,0%
Departamento de Infraestruturas, Via Pública e Saneamento	8	0,0%	68.762	17,8%	68.770	9,7%
Departamento de Habitação e Manutenção Edifícios Municipais	29	0,0%	8.193	2,1%	8.221	1,2%
Departamento de Projeto e Construção de Equipamentos	260	0,1%	5.021	1,3%	5.281	0,7%
Departamento de Gestão Empreendimentos e Segurança	117	0,0%	0	0,0%	117	0,0%
SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL	60	0,0%	191	0,0%	250	0,0%
Serviço Municipal de Proteção Civil	60	0,0%	191	0,0%	250	0,0%
REGIMENTO DE SAPADORES BOMBEIROS	334	0,1%	4.088	1,1%	4.422	0,6%
REGIMENTO DE SAPADORES BOMBEIROS	334	0,1%	4.088	1,1%	4.422	0,6%
POLICIA MUNICIPAL	480	0,1%	2.026	0,5%	2.506	0,4%
POLICIA MUNICIPAL	480	0,1%	2.026	0,5%	2.506	0,4%
DIREÇÃO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E DESENVOL. LOCAL	3	0,0%	12.427	3,2%	12.430	1,8%
Direção	3	0,0%	3.929	1,0%	3.932	0,6%
Departamento de Políticas e Gestão de Habitação	0	0,0%	6.391	1,7%	6.391	0,9%
Departamento de Desenvolvimento Local	0	0,0%	2.107	0,5%	2.107	0,3%
DEPARTAMENTO PARA OS DIREITOS SOCIAIS	5	0,0%	6.435	1,7%	6.440	0,9%
Departamento para os Direitos Sociais	5	0,0%	6.435	1,7%	6.440	0,9%
DIREÇÃO MUNICIPAL DA ESTRUTURA VERDE, AMBIENTE E ENERGIA	170	0,1%	20.415	5,3%	20.585	2,9%
Direção	31	0,0%	3.943	1,0%	3.975	0,6%
Departamento da Estrutura Verde	138	0,0%	16.472	4,3%	16.610	2,4%

(Cont.)

Unid: Milhares de Euros

Designação	Extra Plano	%	Plano	%	Total	%
(Cont.)						
DIREÇÃO MUNICIPAL DE HIGIENE URBANA	5.220	1,6%	20.447	5,3%	25.667	3,6%
Direção	11	0,0%	0	0,0%	11	0,0%
Departamento de Higiene Urbana	370	0,1%	17.314	4,5%	17.683	2,5%
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica	4.840	1,5%	3.134	0,8%	7.974	1,1%
DIREÇÃO MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRANSPORTES	6	0,0%	1.630	0,4%	1.636	0,2%
Direção	1	0,0%	260	0,1%	261	0,0%
D. de Planeamento e Gestão de Mobilidade Tráfego	4	0,0%	1.370	0,4%	1.375	0,2%
DIREÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	3	0,0%	22.445	5,8%	22.448	3,2%
Direção	3	0,0%	21.374	5,5%	21.377	3,0%
Departamento de Património Cultural	0	0,0%	1.071	0,3%	1.071	0,2%
DIREÇÃO MUNICIPAL DE ECONOMIA E INOVAÇÃO	7	0,0%	9.519	2,5%	9.525	1,3%
Direção	7	0,0%	662	0,2%	668	0,1%
Departamento de Inovação e Sectores Estratégicos	0	0,0%	8.089	2,1%	8.089	1,1%
Departamento de Emprego, Empreendedorismo e Empresas	0	0,0%	768	0,2%	768	0,1%
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO	108	0,0%	20.368	5,3%	20.476	2,9%
Direção	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Departamento de Educação	42	0,0%	15.688	4,1%	15.731	2,2%
Departamento de Atividade Física e do Desporto	66	0,0%	4.679	1,2%	4.745	0,7%
TOTAL	320.628	100,0%	385.257	100,0%	705.885	100,0%

2.5 EXECUÇÃO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

Unid: Milhares de Euros

Código	Descrição	2014		2015		2016		2017	
		VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
1	FUNÇÕES GERAIS	247.388	39%	310.536	52%	265.105	39%	267.904	38%
1.1	SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	245.559	38%	307.658	51%	262.647	38%	261.265	37%
1.1.1	Administração Geral	245.559	38%	307.658	51%	262.647	38%	261.265	37%
1.2	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS	1.829	0%	2.878	0%	2.459	0%	6.639	1%
1.2.1	Protecção Civil e Luta Contra Incêndios	778	0%	2.257	0%	1.275	0%	4.241	1%
1.2.2	Polícia Municipal	1.050	0%	621	0%	1.184	0%	2.398	0%
2	FUNÇÕES SOCIAIS	191.431	30%	198.433	33%	275.425	40%	304.357	43%
2.1	EDUCAÇÃO	19.387	3%	20.339	3%	18.051	3%	16.394	2%
2.1.1	Ensino não Superior	17.346	3%	17.509	3%	15.455	2%	13.663	2%
2.1.2	Serviços Auxiliares de Ensino	2.040	0%	2.830	0%	2.596	0%	2.731	0%
2.2	SAÚDE	1.338	0%	1.266	0%	367	0%	1.652	0%
2.2.1	Serviços Individuais de Saúde	1.338	0%	1.266	0%	367	0%	1.652	0%
2.3	SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS	42.197	7%	37.814	6%	41.195	6%	42.654	6%
2.3.1	Segurança Social	34.108	5%	33.805	6%	34.337	5%	36.346	5%
2.3.2	Acção Social	8.088	1%	4.009	1%	6.857	1%	6.308	1%
2.4	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS	94.029	15%	111.509	19%	189.229	28%	205.980	29%
2.4.1	Habitação	12.940	2%	16.499	3%	16.912	2%	20.271	3%
2.4.2	Ordenamento do Território	25.478	4%	23.937	4%	93.275	14%	105.570	15%
2.4.3	Saneamento	22.242	3%	35.776	6%	43.607	6%	43.406	6%
2.4.4	Abastecimento de Água	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2.4.5	Resíduos Sólidos	10.377	2%	9.206	2%	10.604	2%	16.543	2%
2.4.6	Protecção do Meio Ambiente e Conservação	22.992	4%	26.091	4%	24.831	4%	20.190	3%
2.5	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGI	34.480	5%	27.505	5%	26.583	4%	37.676	5%
2.5.1	Cultura	17.357	3%	21.893	4%	19.208	3%	31.963	5%
2.5.2	Desporto, Recreio e Lazer	16.415	3%	5.134	1%	6.744	1%	4.959	1%
2.5.3	Outras Actividades Cívicas e Religiosas	709	0%	478	0%	631	0%	754	0%
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	21.360	3%	17.868	3%	23.290	3%	17.427	2%
3.1	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇ	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
3.2	INDÚSTRIA E ENERGIA	14.152	2%	8.126	1%	8.057	1%	7.393	1%
3.3	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	2.725	0%	1.398	0%	3.189	0%	1.813	0%
3.3.1	Transportes Rodoviários	2.725	0%	1.398	0%	3.189	0%	1.813	0%
3.3.2	Transportes Aéreos	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
3.3.3	Transportes Fluviais	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
3.4	COMÉRCIO E TURISMO	3.686	1%	6.508	1%	10.247	1%	5.870	1%
3.4.1	Mercados e Feiras	59	0%	78	0%	783	0%	1.140	0%
3.4.2	Turismo	3.627	1%	6.430	1%	9.463	1%	4.730	1%
3.5	OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS	797	0%	1.836	0%	1.798	0%	2.352	0%
4	OUTRAS FUNÇÕES	179.821	28%	70.940	12%	122.783	18%	116.197	16%
4.1	OPERAÇÕES DE DÍVIDA AUTÁRQUICA	116.846	18%	0	0%	51.583	8%	43.732	6%
4.2	TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	62.976	10%	70.940	12%	71.200	10%	72.465	10%
4.3	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
TOTAL		640.000	100%	597.777	100%	686.603	100%	705.885	100%

3. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

3.1 EXECUÇÃO DO PPI POR OBJETIVO/PROGRAMA

Unid: Milhares de Euros

EIXO / OBJECTIVO / PROGRAMA	Dot. Definida Final	Execução 2017			Desvio	
		Valor	Tx Exec.	Estrutura	Valor	%
EIXO A - LISBOA MAIS PRÓXIMA	118.730	79.917	67,3%	51,2%	-38.813	-32,7%
A1 - CIDADE DE BAIROS	21.145	17.889	84,6%	11,5%	-3.257	-15,4%
A2 - GOVERNAÇÃO PRÓXIMA E PARTICIPADA	25.881	14.586	56,4%	9,4%	-11.294	-43,6%
A3 - CIDADE SEGURA	8.259	5.193	62,9%	3,3%	-3.066	-37,1%
A4 - SERVIÇOS URBANOS DE QUALIDADE	63.444	42.249	66,6%	27,1%	-21.195	-33,4%
EIXO B - LISBOA EMPREENDEDORA	1.258	725	57,6%	0,5%	-533	-42,4%
B1 - CIDADE DO TRABALHO E CRIAÇÃO EMPREGO	138	138	99,8%	0,1%	0	-0,2%
B2 - CIDADE DA INOVAÇÃO	145	128	88,2%	0,1%	-17	-11,8%
B4 - CIDADE DO COMÉRCIO	975	459	47,1%	0,3%	-516	-52,9%
EIXO C - LISBOA INCLUSIVA	41.509	13.450	32,4%	8,6%	-28.059	-67,6%
C1 - DIREITO À HABITAÇÃO	18.349	7.072	38,5%	4,5%	-11.277	-61,5%
C2 - DIREITO À EDUCAÇÃO	18.395	5.604	30,5%	3,6%	-12.791	-69,5%
C3 - DIREITOS SOCIAIS	474	33	7,0%	0,0%	-441	-93,0%
C4 - DIREITOS À SAÚDE, DESPORTO E BEM-ESTAR	1.780	447	25,1%	0,3%	-1.333	-74,9%
C5 - CIDADE SOLIDÁRIA, INTERGERACIONAL E COESA	2.511	294	11,7%	0,2%	-2.217	-88,3%
EIXO D - LISBOA SUSTENTÁVEL	108.514	57.081	52,6%	36,6%	-51.432	-47,4%
D1 - CIDADE REABILITADA E REABITADA	83.680	49.800	59,5%	31,9%	-33.880	-40,5%
D2 - ESPAÇO PÚBLICO AMIGÁVEL	1.065	753	70,7%	0,5%	-312	-29,3%
D3 - CIDADE ACESSÍVEL PARA TODOS	8.894	2.961	33,3%	1,9%	-5.934	-66,7%
D4 - CIDADE ECOLÓGICA	14.438	3.398	23,5%	2,2%	-11.040	-76,5%
D5 - CIDADE DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS	436	169	38,8%	0,1%	-267	-61,2%
EIXO E - LISBOA GLOBAL	13.794	4.766	34,5%	3,1%	-9.028	-65,5%
E1 - CIDADE DA CULTURA E DA CRIATIVIDADE	13.729	4.701	34,2%	3,0%	-9.028	-65,8%
E2 - CIDADE DO DIÁLOGO E INTERCULTURALIDADE	66	65	99,0%	0,0%	-1	-1,0%
TOTAL	283.805	155.938	54,9%	100,0%	-127.866	-45,1%

3.2 EXECUÇÃO DO PPI POR GRUPO ECONÓMICO

Unid: Milhares de Euros

ECONÓMICA	Dot. Definida Final	Execução 2017			Desvio	
		Valor	Tx Exec.	Estrutura	Valor	%
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	280.869	153.002	54,5%	98,1%	-127.866	-45,5%
Investimentos	280.869	153.002	54,5%	98,1%	-127.866	-45,5%
Terrenos	48.546	37.045	76,3%	23,8%	-11.500	-23,7%
Habitações	17.652	6.995	39,6%	4,5%	-10.657	-60,4%
Construção e Aquisição	6.712	1.801	26,8%	1,2%	-4.911	-73,2%
Reparação e Beneficiação	10.940	5.194	47,5%	3,3%	-5.746	-52,5%
Edifícios	63.347	23.893	37,7%	15,3%	-39.454	-62,3%
Infraestruturas Culturais	8.119	1.319	16,2%	0,8%	-6.800	-83,8%
Equipamentos de Educação	18.353	5.657	30,8%	3,6%	-12.696	-69,2%
Equipamentos Sociais	3.898	295	7,6%	0,2%	-3.602	-92,4%
Instalações Desportivas e Recreativas	792	384	48,5%	0,2%	-408	-51,5%
Infraest. Abastecim. e Controlo Sanitário	882	392	44,4%	0,3%	-490	-55,6%
Outros	31.303	15.846	50,6%	10,2%	-15.457	-49,4%
Construções diversas	106.991	57.667	53,9%	37,0%	-49.324	-46,1%
Viadutos, Arruamentos e Obras Compl.	23.281	12.039	51,7%	7,7%	-11.242	-48,3%
Esgotos	8.148	3.188	39,1%	2,0%	-4.960	-60,9%
Iluminação Pública	1.231	1.111	90,3%	0,7%	-120	-9,7%
Parques e Jardins	12.466	3.883	31,1%	2,5%	-8.583	-68,9%
Instalações Desportivas e Recreativas	299	76	25,5%	0,0%	-222	-74,5%
Sinalização e Trânsito	2.218	752	33,9%	0,5%	-1.467	-66,1%
Cemitérios	994	393	39,5%	0,3%	-601	-60,5%
Outros	58.356	36.226	62,1%	23,2%	-22.130	-37,9%
Material de Transporte	11.286	7.128	63,2%	4,6%	-4.158	-36,8%
Equipamento de Informática	3.226	1.505	46,7%	1,0%	-1.721	-53,3%
Software Informático	5.002	2.890	57,8%	1,9%	-2.111	-42,2%
Equipamento Administrativo	1.673	966	57,8%	0,6%	-707	-42,2%
Equipamento Básico	19.095	12.510	65,5%	8,0%	-6.585	-34,5%
Ferramentas e Utensílios	210	177	84,5%	0,1%	-33	-15,5%
Artigos e Objectos de Valor	1.114	965	86,6%	0,6%	-149	-13,4%
Outros Investimentos	2.728	1.260	46,2%	0,8%	-1.467	-53,8%
ACTIVOS FINANCEIROS	2.936	2.936	100,0%	1,9%	0	0,0%
Unidades de Participação	2.936	2.936	100,0%	1,9%	0	0,0%
Soc. e Quase-Soc. Não Financ. - Públicas	2.936	2.936	100,0%	1,9%	0	0,0%
TOTAL	283.805	155.938	54,9%	100%	-127.866	-45,1%

3.3 EXECUÇÃO DO PPI POR DIREÇÃO MUNICIPAL

Unid: Milhares de Euros

ORGÂNICA	Dot. Definida Final	Execução 2017			Desvio	
		Valor	Tx Exec.	Estrutura	Valor	%
ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA	2.816	2.816	100,0%	1,8%	0	0,0%
UNIDADE DE COORDENAÇÃO TERRITORIAL	11.105	7.410	66,7%	4,8%	-3.696	-33,3%
SECRETARIA-GERAL	9.435	5.692	60,3%	3,6%	-3.743	-39,7%
DM FINANÇAS	36.186	34.313	94,8%	22,0%	-1.873	-5,2%
DM DE GESTÃO PATRIMONIAL	23.394	9.004	38,5%	5,8%	-14.390	-61,5%
DM RECURSOS HUMANOS	142	37	26,4%	0,0%	-104	-73,6%
DEP SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	7.354	4.403	59,9%	2,8%	-2.952	-40,1%
DM URBANISMO	2.678	500	18,7%	0,3%	-2.178	-81,3%
DM PROJECTOS E OBRAS	100.795	54.392	54,0%	34,9%	-46.402	-46,0%
SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL	367	105	28,6%	0,1%	-262	-71,4%
REGIMENTO DE SAPADORES BOMBEIROS	6.030	3.770	62,5%	2,4%	-2.260	-37,5%
POLICIA MUNICIPAL	2.278	1.647	72,3%	1,1%	-631	-27,7%
DM DE HABITAÇÃO E DESENV. LOCAL	9.980	4.000	40,1%	2,6%	-5.980	-59,9%
DEP PARA OS DIREITOS SOCIAIS	2.980	248	8,3%	0,2%	-2.732	-91,7%
DM ESTRUTURA VERDE, AMBIENTE E ENERGIA	21.632	8.196	37,9%	5,3%	-13.435	-62,1%
DM HIGIENE URBANA	20.141	12.214	60,6%	7,8%	-7.928	-39,4%
DM MOBILIDADE E TRANSPORTES	2.295	568	24,8%	0,4%	-1.727	-75,2%
DM CULTURA	6.688	2.152	32,2%	1,4%	-4.535	-67,8%
DM ECONOMIA E INOVAÇÃO	284	266	93,9%	0,2%	-17	-6,1%
DM EDUCAÇÃO E DESPORTO	17.227	4.205	24,4%	2,7%	-13.022	-75,6%
TOTAL	283.805	155.938	54,9%	100,0%	-127.866	-45,1%

4. PLANO ANUAL DE ATIVIDADES

4.1 FONTES DE FINANCIAMENTO DO PLANO DE ATIVIDADES

Unid: Milhares de Euros

Eixo/Objetivo/programa	Capitais Próprios	Financ. Alheio	Total
EIXO A - LISBOA MAIS PRÓXIMA	224.246	10.739	234.985
A1 - CIDADE DE BAIRROS	13.285	4.966	18.251
A2 - GOVERNAÇÃO PRÓXIMA E PARTICIPADA	93.804	2.021	95.824
A3 - CIDADE SEGURA	5.826	163	5.989
A4 - SERVIÇOS URBANOS DE QUALIDADE	111.332	3.589	114.921
EIXO B - LISBOA EMPREENDEDORA	2.025	375	2.399
B1 - CIDADE DO TRABALHO E DA CRIAÇÃO EMPREGO	708	14	722
B2 - CIDADE DA INOVAÇÃO	285		285
B3 - CIDADE ABERTA ÀS EMPRESAS	159	3	162
B4 - CIDADE DO COMÉRCIO	872	358	1.230
EIXO C - LISBOA INCLUSIVA	32.898	7.035	39.933
C1 - DIREITO À HABITAÇÃO	12.866	656	13.523
C2 - DIREITO À EDUCAÇÃO	9.720	6.153	15.873
C3 - DIREITOS SOCIAIS	1.095	223	1.319
C4 - DIREITOS À SAÚDE, DESPORTO E BEM-ESTAR	4.495		4.495
C5 - CIDADE SOLIDÁRIA, INTERGERACIONAL E COES	4.722	2	4.725
EIXO D - LISBOA SUSTENTÁVEL	68.318	3.226	71.543
D1 - CIDADE REABILITADA E REABITADA	61.415		61.415
D2 - ESPAÇO PÚBLICO AMIGÁVEL	329	424	753
D3 - CIDADE ACESSÍVEL PARA TODOS	3.266	507	3.773
D4 - CIDADE ECOLÓGICA	2.024	2.294	4.318
D5 - CIDADE DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS	1.284		1.284
EIXO E - LISBOA GLOBAL	35.273	1.122	36.396
E1 - CIDADE DA CULTURA E DA CRIATIVIDADE	24.024	1.122	25.147
E2 - CIDADE DO DIÁLOGO E DA INTERCULTURALIDAD	687		687
E3 - CIDADE DO TURISMO	9.800		9.800
E5 - CIDADE METROPOLITANA	65		65
E6 - CIDADE EM REDE	697		697
TOTAL	362.760	22.496	385.257

4.2 FINANCIAMENTO ALHEIO

Empréstimo - PLANO DE PAVIMENTAÇÃO

Descrição	Previsão	Unid: Milhares de Euros Execução PA	
		Valor	%
PLANO DE PAVIMENTAÇÃO	1.325	746	56,3%
Pavimentos	708	746	105,3%
A4.P002.01 Pavimentos	708	746	105,3%
Conservação e Manutenção Rede Esgotos	617		0,0%
A4.P006.01 Conservação e Manutenção Rede Esgotos	617		0,0%
Total do Financiamento Alheio *	1.325	746	56,3%

* Inclui 65 mil euros de despesa executada em 2016.

Empréstimo - PROGRAMA DE INVESTIMENTOS LISBOA XXI

Descrição	Previsão	Unid: Milhares de Euros Execução PA	
		Valor	%
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS LISBOA XXI	51.000	6.060	11,9%
Habitação Social	3.668	460	12,6%
C1.P012.02 Re/Construção Bairros Municipais Lx.XXI	2.832	110	3,9%
C1.P012.03 Reabilitação Habitação Municipal Lx.XXI	837	350	41,8%
Infraestruturas Urbanas	32.251	5.600	17,4%
A3.P009 QUARTÉIS DE BOMBEIROS Lx.XXI	1.045	0	0,0%
A1.P007 UMA PRAÇA EM CADA BAIRRO Lx.XXI	1.947	6	0,3%
A4.P013 PAVIMENTOS Lx.XXI	5.447	2.373	43,6%
B4.P003 VALORIZAR/PROMOVER MERCADOS MUNIC.Lx.XXI	750	358	47,7%
C2.P017 EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS Lx.XXI	7.159	1.060	14,8%
C5.P013 CRECHES Lx.XXI	480	0	0,0%
D3.P007 REDE CICLÁVEL Lx.XXI	3.760	309	8,2%
D3.P008.01 Plano de Acessibilidade Pedonal Lx.XXI	750	83	11,1%
D4.P006 ESPAÇOS VERDES E PARQUES URBANOS Lx.XXI	9.607	1.410	14,7%
E1.P015 EQUIPAMENTOS CULTURAIS Lx.XXI	1.305	0	0,0%
Plano de Drenagem	15.081	0	0,0%
D1.P001.01 Túneis Lx.XXI	10.600		0,0%
D1.P001.02 Coletores Lx.XXI	453		0,0%
D1.P001.03 Outros Lx.XXI	4.028		0,0%
Total do Financiamento Alheio *	51.000	6.060	11,9%

* Inclui 60 mil euros de despesa executada em 2017 a ser reembolsada em 2018.

EMPRÉSTIMOS (CONT.)

Empréstimo - PIPARU (*)

Descrição	Previsão	Unid: Milhares de Euros Execução PA	
		Valor	%
PIPARU	3.600	2.354	65,4%
Reabilitação Urbana			
A2.P008.02 Instalações dos Serviços	444	340	76,7%
Reab. Imó. Mun / Rec.Esp.Público			
C1.P003 REABILITAR PATRIMÓNIO HABITACIONAL	1.025	196	19,1%
Reabilitação de Equipamento Escolar			
C2.P002 PROGRAMA "ESCOLA NOVA"	1.516	1.469	96,9%
Reabilitação de Equipamentos Culturais			
E1.P003 REABILITAR EQUIPAMENTO CULTURAL	227	111	49,1%
Reabilitação de Equi. e Espaço Público			
A4.P011 EQUIPAMENTOS DIVERSOS -PIPARU	46	36	78,8%
D2.P003 REABILITAR ESPAÇO PÚBLICO	342	201	58,9%
Total dos Empréstimos	3.600	2.354	65,4%

(*) PIPARU - financiado pelo saldo de gerência consignado (transitado de 2016)

Total dos Empréstimos	55.925	9.160	16,4%
------------------------------	---------------	--------------	--------------

SUBSÍDIOS E COMPARTICIPAÇÕES

Descrição	Previsão	Unid: Milhares de Euros Execução do PA	
		valor	%
Apoios Comunitários	2.516	1.402	55,7%
PORTUGAL 2020 - Infraestruturas de Educação e Património	233	520	223,4%
C2.P016.01 Escola Básica Coruchéus (151)	1	131	13066,3%
C2.P016.02 Escola Básica Quinta Frades (31)	228	222	97,5%
C2.P016.03 Escola Básica D. L. Cunha (121)	1	111	11081,1%
C2.P016.04 Escola Básica Olivais (36)	1	5	477,3%
C2.P016.05 Escola Básica Teixeira de Pascoais (101)	1	13	1335,0%
C2.P016.06 Escola Básica B.º S. Miguel (24)	1	38	3814,3%
PORTUGAL 2020 - Prevenção e Gestão de Riscos	123	0	0,0%
A3.P004.08 Veículos Operacionais Proteção e Socorro	123	0	0,0%
PORTUGAL 2020 - Desenvolvimento Tecnológico e Inovação	21	0	0,0%
E1.P001.22 Projeto ROSSIO	21	0	0,0%
HORIZONTE 2020 - Dinamização de Mobil. E Prom. Sustentável	1.772	738	41,6%
A2.P002.35 OP 2013 - Aplicações para Smartphones	13	0	0,0%
A4.P004.09 Projeto FORCE	26	0	0,0%
B1.P003.07 Projeto ePlus	53	0	0,0%
B1.P003.10 Projeto SCILIFE	8	14	180,3%
D3.P001.21 Projeto FLOW	38	50	129,4%
D3.P004.12 Projeto Prosperity	15	55	357,8%
D4.P004.06 Projeto Sharing Cities	1.536	196	12,8%
E1.P001.20 Projeto ROCK	83	423	508,1%

(cont.)

SUBSÍDIOS E COMPARTICIPAÇÕES (CONT.)

Descrição	Previsão	Unid: Milhares de Euros Execução do PA	
		Valor	%
(cont.)			
HORIZONTE 2020 - Gestão e Prevenção de Riscos	174	74	42,2%
A3.P008.06 Projeto RESILIENS	66	74	112,1%
A3.P008.09 Projeto RESCCUE	109	0	0,0%
HORIZONTE 2020 - Desenvolvimento Local e Inclusão Social	5	0	0,0%
C3.P001.24 Projeto HOME_EU	5	0	0,0%
INTERREG IV	85	3	3,3%
B1.P003.08 Projeto Urban MANUFACTURING	11	0	0,0%
B3.P003.06 Projeto SPEED UP	25	3	11,5%
D3.P004.13 LOCATIONS	50	0	0,0%
Outras Iniciativas - Promoção da Sustentabilidade	94	54	57,6%
A4.P004.10 Projeto LIFE PAYT	57	0	0,0%
C2.P003.09 Projeto FLAW4LIFE	11	6	57,1%
D3.P001.05 Projeto FREVUE	4	11	276,7%
D4.P004.08 Projeto URBAN WASTE	21	37	178,6%
E6.P006.03 Milestone Event	1	0	0,0%
Outras Iniciativas - Desenv. Local e Inclusão Social	9	13	153,6%
A2.P009.13 Projeto Silvia	4	11	280,5%
C5.P005.04 Programa Jovem Empreendedor	5	2	50,0%
Apoios Governamentais	13.363	11.622	87,0%
Habitação	28	10	37,1%
A2.P003.03 BIP - ACRRU - Bº da Liberdade	28	10	37,1%
Educação	4.524	4.757	105,1%
A2.P001 REFORMA ADMINISTRATIVA	1.660	1.659	99,9%
C2.P005.02 Apoio à Família - JI e 1º CEB	2.344	2.543	108,5%
C2.P009.01 Refeições Escolares	520	555	106,8%
Casino Lx - Contrapartida Inicial	425	0	0,0%
E1.P006.01 Plano Pormenor e Recup. Capitólio	425	0	0,0%
Casino Lx - Imposto Especial de Jogo	7.619	6.205	81,4%
A4.P002.09 Intervenção Antigraffiti	1.119	434	38,8%
A1.P007 UMA PRAÇA EM CADA BAIRRO	2.000	4.960	248,0%
E1.P001.16 Grande Exposição Internacional	100	66	66,2%
E1.P002.06 Torreão Poente - Requalificação	19	17	90,8%
E1.P002.14 MUDE - Requalificação	704	175	24,9%
E1.P002.16 Museu Lisboa - Palácio Pimenta-Requalificação	1.756	134	7,6%
E1.P002.17 Museu Lisboa - Teatro Romano - Requalificação	113	6	5,3%
E1.P004.02 Pólos Culturais	724	124	17,1%
E1.P010.01 PISAL - Banco Azulejo	175	34	19,7%
E1.P011.03 Reabilit.das fachadas dos Paços do Concelho	375	24	6,3%
E1.P011.06 CRLx - Galerias Romanas	185	8	4,4%
A4.P010.03 Estufa-fria	63	0	0,0%
D2.P001.01 Cais Sodré, Cp Cebolas e Env. Terminal	286	223	78,1%
(cont.)			

SUBSÍDIOS E COMPARTICIPAÇÕES (CONT.)

Descrição	Previsão	Unid: Milhares de Euros Execução do PA	
		Valor	%
(cont.)			
Casino Lx - Contrapartida Anual	767	650	84,8%
A2.P002.66 OP 2015 - Trilhos de Monsanto	232	0	0,0%
A2.P002.79 OP 2016 - Parque para autocaravanas	53	0	0,0%
D4.P006 ESPAÇOS VERDES E PARQUES URBANOS Lx.XXI	365	650	178,1%
E1.P002.04 MUDE - Atividades	117	0	0,0%
OUTROS	238	312	131,3%
C3.P001.06 Comissão Proteção de Crianças e Jovens	149	223	150,0%
A3.P008.08 Fundo Florestal Permanente	89	89	100,0%
Total dos Subsídios e Comparticipações	16.116	13.336	82,7%
Total do Financiamento Alheio	72.042	22.496	31,2%

4.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES POR OBJETIVO\PROGRAMA

Unid: Milhares de Euros

EIXO / OBJECTIVO / PROGRAMA	Dotação Final	Execução 2017			Investimento		Outras	
		Valor	Tx Exec.	Estrut.	Valor	%	Valor	%
EIXO A - LISBOA MAIS PRÓXIMA	298.432	234.985	78,7%	61,0%	79.917	34%	155.068	66%
A1 - CIDADE DE BAIRROS	21.594	18.251	84,5%	4,7%	17.889	98%	362	2%
A2 - GOVERNAÇÃO PRÓXIMA E PARTICIPADA	110.546	95.824	86,7%	24,9%	14.586	15%	81.238	85%
A3 - CIDADE SEGURA	9.367	5.989	63,9%	1,6%	5.193	87%	796	13%
A4 - SERVIÇOS URBANOS DE QUALIDADE	156.925	114.921	73,2%	29,8%	42.249	37%	72.672	63%
EIXO B - LISBOA EMPREENDEDORA	3.546	2.399	67,7%	0,6%	725	30%	1.674	70%
B1 - CIDADE DO TRABALHO E CRIAÇÃO EMPREGO	998	722	72,3%	0,2%	138	19%	584	81%
B2 - CIDADE DA INOVAÇÃO	400	285	71,4%	0,1%	128	45%	157	55%
B3 - CIDADE ABERTA ÀS EMPRESAS	192	162	84,4%	0,0%	0	0%	162	100%
B4 - CIDADE DO COMÉRCIO	1.955	1.230	62,9%	0,3%	459	37%	771	63%
EIXO C - LISBOA INCLUSIVA	75.530	39.933	52,9%	10,4%	13.450	34%	26.484	66%
C1 - DIREITO À HABITAÇÃO	27.843	13.523	48,6%	3,5%	7.072	52%	6.451	48%
C2 - DIREITO À EDUCAÇÃO	29.606	15.873	53,6%	4,1%	5.604	35%	10.269	65%
C3 - DIREITOS SOCIAIS	2.196	1.319	60,0%	0,3%	33	3%	1.286	97%
C4 - DIREITOS À SAÚDE, DESPORTO E BEM-ESTAR	7.127	4.495	63,1%	1,2%	447	10%	4.047	90%
C5 - CIDADE SOLIDÁRIA, INTERGERACIONAL E COESA	8.759	4.725	53,9%	1,2%	294	6%	4.431	94%
EIXO D - LISBOA SUSTENTÁVEL	155.187	71.543	46,1%	18,6%	57.081	80%	14.462	20%
D1 - CIDADE REABILITADA E REABITADA	111.608	61.415	55,0%	15,9%	49.800	81%	11.615	19%
D2 - ESPAÇO PÚBLICO AMIGÁVEL	1.066	753	70,7%	0,2%	753	100%	0	0%
D3 - CIDADE ACESSÍVEL PARA TODOS	25.244	3.773	14,9%	1,0%	2.961	78%	813	22%
D4 - CIDADE ECOLÓGICA	15.593	4.318	27,7%	1,1%	3.398	79%	920	21%
D5 - CIDADE DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS	1.677	1.284	76,6%	0,3%	169	13%	1.114	87%
EIXO E - LISBOA GLOBAL	56.093	36.396	64,9%	9,4%	4.766	13%	31.630	87%
E1 - CIDADE DA CULTURA E DA CRIATIVIDADE	35.962	25.147	69,9%	6,5%	4.701	19%	20.446	81%
E2 - CIDADE DO DIÁLOGO E INTERCULTURALIDADE	738	687	93,0%	0,2%	65	9%	622	91%
E3 - CIDADE DO TURISMO	18.385	9.800	53,3%	2,5%	0	0%	9.800	100%
E5 - CIDADE METROPOLITANA	71	65	91,6%	0,0%	0	0%	65	100%
E6 - CIDADE EM REDE	937	697	74,4%	0,2%	0	0%	697	100%
TOTAL	588.788	385.257	65,4%	100,0%	155.938	40%	229.318	60%

4.4 EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES

Unid: Euros

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio
				Valor	Tx. Exec.	
EIXO A - LISBOA MAIS PRÓXIMA						
A1 CIDADE DE BAIROS						
A1.P001 PROJETO "UMA PRAÇA EM CADA BAIRRO"						
A1.P001.01 Requalificação do Espaço Público	08.04	07.01.04.01.09	95.869	20.603	21,5	-75.267
	09.01	07.01.04.01.09	136.187	44.477	32,7	-91.710
	09.03	07.01.04.01.09	243.305	215.072	88,4	-28.233
A1.P002 PROMOVER A ECONOMIA DE BAIRRO						
A1.P002.01 ENH-Bairro com Vida/Loja no Bairro	14.02	04.01.02	5.000		0,0	-5.000
		08.07.01	500		0,0	-500
		08.08.01	500		0,0	-500
A1.P004 RECUPERAR INTERIORES DE QUARTEIRÕES						
A1.P004.01 Equipas Operacionais DHMEM	09.00	02.01.07	3.285	1.466	44,6	-1.819
	09.02	02.01.01	5.000	4.011	80,2	-989
		02.01.17	1.000		0,0	-1.000
		07.01.10.01	10.000	355	3,5	-9.645
A1.P006 CONSOLIDAR REDE EQUIP DE PROXIMIDADE						
A1.P006.02 Bibliotecas Municipais	02.06	02.02.03	376	375	99,8	-1
		02.02.19	3.064		0,0	-3.064
	07.00	07.01.07.01	147.231	68.352	46,4	-78.879
	09.03	02.02.19	1.528		0,0	-1.528
	19.00	02.01.08	396		0,0	-396
		02.01.17	919		0,0	-919
		02.01.20	31.661	7.877	24,9	-23.784
		02.01.21	11.109	8.843	79,6	-2.266
		02.02.03	8.477	4.391	51,8	-4.086
		02.02.16	330	330	100,0	0
		02.02.17	1.300	984	75,7	-316
		02.02.20	51.845	43.439	83,8	-8.406
		02.02.25	15.061	11.933	79,2	-3.128
		06.02.03.03	500	76	15,2	-424
		07.01.09.01	10		0,0	-10
		07.01.10.01	9.720	9.719	100,0	-1
		07.01.15.01	16.641	15.213	91,4	-1.428
A1.P006.03 Parques Infantis e Juvenis	16.01	02.02.12	5.000	2.680	53,6	-2.320
		02.02.25	94.928	86.755	91,4	-8.173
		07.01.04.01.04	35.613	8.019	22,5	-27.594
		07.01.10.01	38.728	26.555	68,6	-12.173
A1.P006.08 Bibliotecas - Penha França	19.00	07.01.03.01.01	111.347	64.264	57,7	-47.083
		07.01.10.01	47.373		0,0	-47.373
A1.P006.10 Biblioteca Marvila	07.00	07.01.07.01	2.327		0,0	-2.327
	19.00	02.01.20	17.792	13.345	75,0	-4.447
		02.01.21	935	766	81,9	-169
		02.02.10	1.403	689	49,1	-714
		02.02.19	16.638	16.637	100,0	-1
		02.02.20	17.423	13.430	77,1	-3.993
		02.02.25	7.655	7.137	93,2	-518
		07.01.03.01.01	6.144		0,0	-6.144
		07.01.10.01	149.120	149.119	100,0	-1
		07.01.15.01	124.012	111.337	89,8	-12.675
A1.P006.11 Biblioteca Galveias	07.00	07.01.07.01	196.000	185.085	94,4	-10.915
	19.00	02.01.16	10.000	5.183	51,8	-4.817
		02.01.20	61.958	61.586	99,4	-372
		02.01.21	6.300	6.288	99,8	-12
		02.02.10	10.253	10.252	100,0	-1
		02.02.20	27.675	27.515	99,4	-160
		02.02.25	3.200	1.200	37,5	-2.000
		07.01.03.01.01	81.250	79.716	98,1	-1.534
		07.01.09.01	84.816	84.815	100,0	-1
		07.01.10.01	283.788	276.122	97,3	-7.666
		07.01.15.01	101.479	92.219	90,9	-9.260

(Cont.)

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2017 || ANEXOS/PLANO ANUAL DE ATIVIDADES

Unid: Euros

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio
				Valor	Tx. Exec.	
(Cont.)						
A1.P006.12 Centro de Cidadania Digital	07.00	04.05.01.01.03	25.064	25.000	99,7	-64
A1.P007 UMA PRAÇA EM CADA BAIRRO Lx.XXI	08.04	07.01.04.01.09	488.174	88.818	18,2	-399.356
	09.01	07.01.04.01.02	2.487	2.486	100,0	-1
		07.01.04.01.09	18.733.836	16.346.245	87,3	-2.387.591
TOTAL DO PROGRAMA A1			21.593.532	18.250.780	84,5	-3.342.752
A2 GOVERNAÇÃO PRÓXIMA E PARTICIPADA						
A2.P001 REFORMA ADMINISTRATIVA	04.00	04.05.01.01.03	61.667.013	61.667.013	100,0	0
		08.05.01.01.01	9.138.150	9.138.150	100,0	0
	21.01	04.05.01.01.02	1.660.000	1.660.000	100,0	0
A2.P002 ORÇAMENTO PARTICIPATIVO						
A2.P002.01 Processo de Orçamento Participativo	03.01	02.02.20	41.050	38.297	93,3	-2.753
	07.00	02.02.20	27.461		0,0	-27.461
A2.P002.08 OP 2010 - Melhoria Cond.Tomada/Larg.Passag	09.01	07.01.04.01.01	149.424	149.424	100,0	0
	18.01	07.01.04.01.06	5.950	5.949	100,0	-1
A2.P002.10 OP 2010 - Cen. Local base local-Cinema Europa	19.01	02.02.14	1.181	1.181	100,0	0
A2.P002.21 OP 2012 - Imp.Pq.Urbano Rio Seco 4ª Fase	16.01	07.01.04.01.04	44.359	44.358	100,0	-1
A2.P002.22 OP 2012 - Pq. Urbano Vale Ameixoeira	16.01	07.01.04.01.04	60.117	1.543	2,6	-58.574
A2.P002.27 OP 2013 - Parque Infantil Quinta da Luz	16.01	07.01.04.01.04	1.470	382	26,0	-1.088
A2.P002.30 OP 2013 - Parede Escalada Vale Silêncio	21.02	08.07.01	60.000		0,0	-60.000
A2.P002.32 OP 2013 - Monumento a José Afonso	19.01	07.01.15.01	45.000	17.146	38,1	-27.854
A2.P002.35 OP 2013 - Aplicações para Smartphones	20.00	02.02.20	40.000	40.000	100,0	0
A2.P002.37 OP 2013 - Campos Basquete de Rua-Fte Ribeir	21.02	08.07.01	72.500		0,0	-72.500
A2.P002.38 OP 2014 - J.Botânico-Protég,Valoriz,Promov	16.01	07.01.04.01.04	367.197	188.724	51,4	-178.473
A2.P002.44 OP 2014 - Estátua de Cosme Damião	19.01	07.01.15.01	50.000	39.729	79,5	-10.271
A2.P002.46 OP 2014 - Pq.Infantil Quinta Camareiras	16.01	07.01.04.01.09	17.577	17.576	100,0	-1
A2.P002.47 OP 2014 - Escadas Amigas das Bicicletas	18.00	07.01.10.01	99.500		0,0	-99.500
A2.P002.48 OP 2014 - Banco de Manuais da Cidade	21.01	04.07.01	35.000		0,0	-35.000
A2.P002.50 OP 2014 - WiFi de acesso público na cidade	07.00	02.02.05	92.127		0,0	-92.127
A2.P002.54 OP 2015 - Requalif. Azinhaga das Carmelitas	08.04	07.01.04.01.09	118.783	18.450	15,5	-100.333
A2.P002.56 OP 2015 - Alternância Materiais Calçada	15.00	08.05.01.01.01	75.000		0,0	-75.000
A2.P002.57 OP 2015 - Pela Arte S. Cristóvão	19.00	02.02.16	9.900		0,0	-9.900
		02.02.25	100		0,0	-100
A2.P002.59 OP 2015 - Implem.Pomar Qta Lilazes	16.01	07.01.04.01.04	29.681	29.680	100,0	-1
A2.P002.62 OP 2015 - Mobilidade Suave no centro da Cidade	18.00	02.02.20	20.000		0,0	-20.000
		07.01.04.01.06	124.050		0,0	-124.050
A2.P002.63 OP 2015 - Requalificação Mercado Alvalade Sul	02.07	08.05.01.01.01	57.500		0,0	-57.500
A2.P002.64 OP 2015 - Mobilidade Ciclável	18.00	02.02.20	20.000		0,0	-20.000
		07.01.04.01.06	130.000		0,0	-130.000
A2.P002.66 OP 2015 - Trilhos de Monsanto	16.01	02.02.25	25.000		0,0	-25.000
		07.01.04.01.09	458.146	156.759	34,2	-301.388
A2.P002.67 OP 2016 - Melhoria Mobil. na Av Cid.Praga	18.00	07.01.04.01.01	5.000		0,0	-5.000
A2.P002.69 OP 2016 - Uma Rua para Todos	08.04	07.01.04.01.01	25.000		0,0	-25.000
A2.P002.71 OP 2016 - Pela Mob.e Acessib.Pedon Campolide	15.00	07.01.04.01.09	55.000		0,0	-55.000
A2.P002.72 OP 2016 - EU LX - Cidade em Movimento	21.02	08.03.06	150.000	0	0,0	-150.000
A2.P002.78 OP 2016 - Rot. do Patrim.daZ.Oriental Lisboa	19.00	02.02.20	12.000	6.158	51,3	-5.842
		02.02.25	15.000		0,0	-15.000
A2.P002.79 OP 2016 - Parque para autocaravanas	18.00	07.01.04.01.09	203.000		0,0	-203.000
A2.P002.81 OP 2016 - Parque Calisténico	16.00	07.01.04.01.09	317.660	923	0,3	-316.738
	21.02	07.01.10.01	39.500		0,0	-39.500
A2.P002.82 OP 2017 - Jardim do Caracol da Penha	08.04	07.01.04.01.04	71.217		0,0	-71.217
A2.P002.83 OP 2017 - Missão Pavilhão Carnide	21.02	08.05.01.01.01	350.000		0,0	-350.000
A2.P002.84 OP 2017 - Carnide Acessível para Todos	15.00	07.01.04.01.09	30.000		0,0	-30.000
A2.P002.85 OP 2017 - Criação Esp.Verde-Estr.Telheiras	16.01	07.01.04.01.04	5.000		0,0	-5.000
A2.P002.87 OP 2017 - Criação Jardim de Proximidade	16.01	08.05.01.01.01	104.300	104.300	100,0	0
A2.P002.88 OP 2017 - Aces.Segur.AvDescobertas/R.A.Gonç	15.00	07.01.04.01.09	30.000		0,0	-30.000
A2.P002.90 OP 2017 - Dar alma ao Adamastor	19.00	02.01.21	3.000	1.169	39,0	-1.831
		02.02.20	2.000		0,0	-2.000
		02.02.25	3.000		0,0	-3.000
		07.01.04.01.09	2.000		0,0	-2.000
A2.P002.91 OP 2017 - Parque Infantil Bairro do Condado	16.01	07.01.04.01.09	104.000		0,0	-104.000
A2.P002.92 OP 2017 - Parque Canino na Ajuda	16.01	07.01.04.01.09	40.000	6.027	15,1	-33.973
A2.P002.93 OP 2017 - Parque Intergeracional na Ajuda	16.01	07.01.04.01.09	84.000	4.428	5,3	-79.572
(Cont.)						

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2017 || ANEXOS/PLANO ANUAL DE ATIVIDADES

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio	Unid: Euros
				Valor	Tx. Exec.		
(Cont.)							
A2.P002.94	OP 2017 - Parque Canino-Caracol da Graça	16.01	07.01.04.01.09	50.000		0,0	-50.000
A2.P002.95	OP 2017 - Plataforma Online c/ Ruído	16.00	07.01.08.01	50.000		0,0	-50.000
A2.P002.97	OP 2017 - Aces.pedonal-R.S. Carvalholg.D.JoãoV	15.00	07.01.04.01.09	30.000		0,0	-30.000
A2.P002.98	OP 2017 - Ofic.Comunit.Memória nas BLX	19.00	02.02.20	18.000		0,0	-18.000
			07.01.15.01	2.000		0,0	-2.000
A2.P003	ESTRATÉGIA "BIP-ZIP"						
A2.P003.02	Programa BIP/ZIP - Anos Anteriores	14.02	02.02.14	10.001		0,0	-10.001
			02.02.20	6.150		0,0	-6.150
			04.05.01.01.02	7.380	7.380	100,0	0
			04.07.01	40.057	37.410	93,4	-2.647
			08.05.01.01.01	54.650	20.700	37,9	-33.950
			08.07.01	20.700	20.700	100,0	0
A2.P003.03	BIP - ACRRU - Bº da Liberdade	05.00	02.02.04	96.082	69.973	72,8	-26.109
			04.08.01	22.783		0,0	-22.783
A2.P003.12	Programa BIP/ZIP 2016	14.02	04.05.01.01.02	51.028	51.028	100,0	0
			04.07.01	1.018.116	959.994	94,3	-58.122
			08.05.01.01.01	17.500	10.000	57,1	-7.500
			08.07.01	72.736	44.554	61,3	-28.182
A2.P003.15	URBACT III - City.Zens	14.02	02.02.25	3.960		0,0	-3.960
A2.P003.17	Programa BIP/ZIP 2017	14.02	04.05.01.01.02	9.302	9.302	100,0	0
			04.07.01	465.598	457.454	98,3	-8.144
			08.07.01	15.000	15.000	100,0	0
A2.P003.18	BIP/ZIP - Boas Práticas	14.02	02.02.25	319		0,0	-319
A2.P003.19	BIP/ZIP - Desenvolvimento Local	14.02	02.02.14	8.000		0,0	-8.000
			02.02.20	22.000		0,0	-22.000
			02.02.25	30.000		0,0	-30.000
A2.P005	MODERNIZAR ADMINIST/TECNOLOGICAMENTE/CML						
A2.P005.01	Gestão Global Parque Informático CML	05.00	07.01.08.01	5.000		0,0	-5.000
		07.00	02.02.05	1.656.468	1.638.824	98,9	-17.644
			02.02.19	219.592		0,0	-219.592
			02.02.25	7.131		0,0	-7.131
			07.01.07.01	1.408.514	997.251	70,8	-411.263
			07.01.08.01	2.646.881	2.460.896	93,0	-185.985
A2.P005.02	Gestão de Informação - Gesturbe	07.00	07.01.08.01	24.140		0,0	-24.140
A2.P005.03	Gestão de Informação - U.C.T.	07.00	02.02.20	80.750	55.000	68,1	-25.750
A2.P005.04	Gestão de Informação - S.G.	07.00	02.02.19	17.350	11.193	64,5	-6.157
			02.02.20	25.200	12.562	49,8	-12.639
A2.P005.06	Modernização SI Corporativos da CML	07.00	02.02.03	859	859	100,0	0
			02.02.14	20.881	11.808	56,5	-9.073
			02.02.19	458.635	193.716	42,2	-264.919
			02.02.20	562.245	209.844	37,3	-352.401
			02.02.25	1.000		0,0	-1.000
			07.01.07.01	801.100	93.463	11,7	-707.637
			07.01.08.01	649.584	261.749	40,3	-387.835
			07.01.10.01	24.500	21.905	89,4	-2.595
		09.04	07.01.08.01	19.000		0,0	-19.000
A2.P005.07	Gestão de Informação - D.M.R.H.	07.00	02.02.19	5.000	4.730	94,6	-270
			02.02.20	9.891	4.613	46,6	-5.279
A2.P005.08	Gestão de Informação - D.M.U.	07.00	02.02.20	54.000	27.000	50,0	-27.000
			07.01.08.01	90.651	77.053	85,0	-13.598
A2.P005.09	Gestão de Informação - D.M.P.O.	09.04	02.02.14	34.500		0,0	-34.500
A2.P005.11	Gestão de Informação - R.S.B.	07.00	02.02.20	25.000	12.500	50,0	-12.500
A2.P005.12	Gestão de Informação - P.M.	07.00	02.02.20	25.000	12.500	50,0	-12.500
A2.P005.16	Gestão de Informação - D.M.M.T.	07.00	02.02.20	25.500	12.750	50,0	-12.750
A2.P005.20	Informação Geográfica Global	07.00	07.01.08.01	10.935		0,0	-10.935
A2.P005.21	Sistema de Informação Urbana	07.00	02.02.20	128.365	115.771	90,2	-12.594
			07.01.08.01	18.135		0,0	-18.135
A2.P005.22	Sistema de Informação Financeira	07.00	02.02.20	59.728	33.210	55,6	-26.518
A2.P005.26	Modernização Redes e Voz e Dados	07.00	07.01.07.01	90.000	58.497	65,0	-31.503
A2.P005.29	Infraestrut. Estratégicas de Informação-COI	07.00	02.02.14	150.000		0,0	-150.000
			07.01.07.01	93.000	89.782	96,5	-3.218
			07.01.08.01	915.868		0,0	-915.868
(Cont.)							

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2017 || ANEXOS/PLANO ANUAL DE ATIVIDADES

Unid: Euros

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio
				Valor	Tx. Exec.	
(Cont.)						
A2.P007 ASSEGURAR SERV.MUN.C/ACESSIBILIDADE TODOS						
A2.P007.03 Ações de Divulgação	05.00	02.02.20	15.892	219	1,4	-15.673
	08.00	02.01.21	600	65	10,8	-535
		02.02.20	120.708	95.533	79,1	-25.175
	18.00	02.02.20	31.605	25.436	80,5	-6.169
		02.02.25	1.000		0,0	-1.000
A2.P008 INSTALAÇÃO E EQUIP. SERVIÇOS MUNICIPAIS						
A2.P008.01 Instalações dos Serviços	01.01	02.01.21	10.000	9.993	99,9	-7
		02.02.03	11.550		0,0	-11.550
	02.06	02.01.21	80.000	62.665	78,3	-17.335
		02.02.03	136.211	92.678	68,0	-43.533
		02.02.19	157.000	89.766	57,2	-67.234
		02.02.25	27.050	26.219	96,9	-831
		07.01.03.01.06	484.098	331.514	68,5	-152.584
		07.01.04.01.09	5.050	2.023	40,1	-3.027
		07.01.07.01	139.876		0,0	-139.876
		07.01.08.01	24.168	15.081	62,4	-9.087
		07.01.09.01	93.019	75.987	81,7	-17.032
	03.01	07.01.03.01.06	66.000	13.531	20,5	-52.469
	03.03	07.01.03.01.06	97.556	83.831	85,9	-13.725
	04.02	07.01.09.01	116.000		0,0	-116.000
	06.03	07.01.09.01	30.800		0,0	-30.800
		07.01.11.01	20.000		0,0	-20.000
	09.00	08.05.01.01.01	16.111	16.110	100,0	-1
	09.02	07.01.03.01.06	3.333.381	2.221.165	66,6	-1.112.216
		07.01.15.01	69.508	31.347	45,1	-38.161
	09.03	02.02.03	162.058	41.082	25,3	-120.976
		02.02.19	433.589	231.234	53,3	-202.355
		02.02.20	46.225	16.589	35,9	-29.636
		02.02.25	160		0,0	-160
		07.01.03.01.06	4.073.602	539.808	13,3	-3.533.794
		07.01.04.01.09	15.000	548	3,7	-14.452
		07.01.11.01	6.028	6.027	100,0	-1
	11.00	07.01.03.01.06	42.332	38.730	91,5	-3.602
		07.01.09.01	129.440	120.082	92,8	-9.358
	12.00	07.01.03.01.06	6.015	6.014	100,0	-1
	15.00	07.01.09.01	7.398	1.397	18,9	-6.001
		07.01.10.01	16.991	13.923	81,9	-3.068
	16.00	02.01.01	1.647	1.537	93,3	-110
		02.01.07	300		0,0	-300
		02.01.14	2.467	2.321	94,1	-146
		02.01.21	5.379	3.989	74,2	-1.390
		02.02.03	11.335	323	2,9	-11.012
		02.02.25	16.141	22	0,1	-16.119
		07.01.04.01.04	5.966	5.966	100,0	0
		07.01.09.01	3.500	2.768	79,1	-733
		07.01.10.01	15.861	15.038	94,8	-823
		07.01.15.01	3.838	3.838	100,0	0
	17.01	07.01.03.01.06	207.602	76.032	36,6	-131.570
		07.01.09.01	22.662	6.719	29,7	-15.943
	17.02	07.01.03.01.06	92.093		0,0	-92.093
		07.01.09.01	68.569	60.472	88,2	-8.097
		07.01.10.01	549.689	531.130	96,6	-18.559
		07.01.11.01	39.004	37.631	96,5	-1.373
A2.P008.02 Instalações dos Serviços - PIPARU	09.03	07.01.03.01.06	643.075	579.629	90,1	-63.446
A2.P008.03 Mobiliário e Equip/ Serviços Municipais	03.01	07.01.09.01	112.250	19.174	17,1	-93.076
		07.01.10.01	23.965	23.312	97,3	-653
	03.03	07.01.09.01	258.092	134.698	52,2	-123.394
		07.01.10.01	126.300	96.264	76,2	-30.036
		07.01.11.01	10.000	9.999	100,0	-1
		07.01.12.01	14.200	6.185	43,6	-8.015
	05.00	07.01.10.01	2.000	978	48,9	-1.022
(Cont.)						

Unid: Euros

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio	
				Valor	Tx. Exec.		
(Cont.)							
A2.P008.03	Mobiliário e Equip/ Serviços Municipais	05.00	07.01.15.01	500		0,0	-500
		06.01	07.01.09.01	6.200	6.035	97,3	-165
		06.02	07.01.09.01	6.000	2.306	38,4	-3.694
			07.01.10.01	18.500	2.171	11,7	-16.329
		08.00	07.01.09.01	615	605	98,5	-10
		08.04	02.02.12	500		0,0	-500
			07.01.10.01	246	191	77,5	-55
		09.02	07.01.09.01	20.000	9.243	46,2	-10.757
		10.00	07.01.09.01	10.000	9.995	99,9	-5
			07.01.10.01	19.154	16.968	88,6	-2.186
			07.01.11.01	1.000	997	99,7	-3
		12.00	07.01.08.01	5.000		0,0	-5.000
			07.01.09.01	140.000	101.680	72,6	-38.320
		18.00	07.01.09.01	2.000	1.427	71,3	-573
			07.01.15.01	1.578		0,0	-1.578
A2.P008.04	Material de Representação e Ornamentação	03.01	07.01.10.01	55.700	18.567	33,3	-37.133
A2.P008.05	Refeitórios Municipais	06.03	02.01.02.03	525	525	99,9	0
		11.00	07.01.09.01	77.500	49.332	63,7	-28.168
A2.P008.06	Apoio aos Serviços Sociais	06.03	04.07.01	2.816.769	2.816.479	100,0	-290
A2.P008.07	Higiene, Segurança e Postos Médicos	06.03	07.01.03.01.06	12.450		0,0	-12.450
			07.01.09.01	20.000	567	2,8	-19.434
			07.01.10.01	20.000	18.722	93,6	-1.278
A2.P008.09	Aluguer Operacional de Viaturas Ligeira	17.02	02.02.06	950.215	799.984	84,2	-150.231
A2.P008.10	Gestão e Manut.Frota Ligeiros(Utiliz.Geral)	17.02	02.02.20	29.324	11.913	40,6	-17.411
			07.01.06.01	1.059.524	1.041.323	98,3	-18.201
A2.P008.11	Gestão e Manut.Frota Pesados(Utiliz.Geral)	17.02	07.01.06.01	900.026	565.800	62,9	-334.226
A2.P008.12	Projeto eBRIDGE(Frota Utiliz.Geral)	03.00	02.02.11	570		0,0	-570
A2.P008.13	Viaturas de Remoção de Resíduos	17.01	07.01.06.01	63.919	63.919	100,0	0
A2.P009	QUALIFICAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL						
A2.P009.01	Escolas Jardinagem/Calceteiros	06.02	02.01.01	1.700	1.662	97,8	-38
			02.01.02.03	200	168	84,1	-32
			02.01.17	1.600	1.599	99,9	-1
			07.01.10.01	7.700	7.659	99,5	-41
A2.P009.02	Formação	06.02	02.01.05	250	35	13,8	-215
			02.01.06	100		0,0	-100
			02.01.13	250	1	0,4	-249
			02.01.21	100	80	80,3	-20
			02.02.03	6.180	6.125	99,1	-55
			02.02.04	46.660	27.060	58,0	-19.600
			02.02.10	1.800	655	36,4	-1.145
			02.02.15	148.782	39.619	26,6	-109.163
			02.02.16	32.412	31.941	98,5	-471
			02.02.25	8.610		0,0	-8.610
			06.02.03.03	1.533	0	0,0	-1.533
A2.P009.03	Formação Externa	06.02	02.02.15	58.553	48.465	82,8	-10.088
A2.P009.10	Formação de Municípes	06.02	02.02.12	100		0,0	-100
A2.P009.11	Projeto Gestão de Desempenho	06.01	02.02.25	20.000	6.027	30,1	-13.973
		06.02	02.02.14	9.625	9.624	100,0	-1
A2.P009.12	Centro do Conhecimento	06.02	02.02.20	553		0,0	-553
A2.P009.13	Projeto Silvia	03.00	01.02.04	1.250	1.250	100,0	0
			02.02.13	2.670	2.650	99,3	-20
A2.P010	FUNDO DE APOIO MUNICIPAL(FAM)	01.02	09.08.02.09	2.816.078	2.816.078	100,0	0
			TOTAL DO PROGRAMA A2	110.546.155	95.824.402	86,7	-14.721.753
A3	CIDADE SEGURA						
A3.P004	REEQUIPAR E MODERN.PROT.CIVIL/RSB						
A3.P004.03	Rede de Comunicações	11.00	07.01.10.01	5.000	295	5,9	-4.705
A3.P004.04	Equipamento e Fardamento	11.00	02.01.07	173.395	173.146	99,9	-249
			07.01.10.01	685.000	654.667	95,6	-30.333
			07.01.11.01	38.202	37.478	98,1	-724
A3.P004.05	Unidades Especiais	11.00	07.01.10.01	5.000	4.976	99,5	-24
A3.P004.06	Veículos e Respetivas Cargas	10.00	07.01.10.01	252.150		0,0	-252.150
		11.00	07.01.10.01	2.886.942	2.832.794	98,1	-54.148

(Cont.)

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2017 || ANEXOS/PLANO ANUAL DE ATIVIDADES

Unid: Euros

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio
				Valor	Tx. Exec.	
(Cont.)						
A3.P004.07 Rede, Marcos Água, Bocas Incêndio e Outras	11.00	07.01.10.01	5.000	2.614	52,3	-2.386
A3.P004.08 Veículos Operacionais Proteção e Socorro	11.00	07.01.10.01	185.500	0	0,0	-185.500
A3.P004.99 Outros	11.00	07.01.09.01	14.950	11.316	75,7	-3.634
		07.01.11.01	8.550	7.681	89,8	-869
		08.07.01	145.000	145.000	100,0	0
A3.P005 REEQUIPAR E MODERNIZAR POLICIA MUNICIPAL						
A3.P005.01 Equipamento e Fardamento	12.00	07.01.10.01	428.966	46.691	10,9	-382.275
A3.P005.03 Ações de Fiscalização de Trânsito	12.00	02.02.09	250.000	204.000	81,6	-46.000
		02.02.25	78.500	26.703	34,0	-51.797
A3.P005.04 Modernização da Frota	12.00	07.01.10.01	1.697.534	1.492.614	87,9	-204.920
A3.P007 CONTRATO LOCAL SEGURANÇA	12.00	02.02.20	179.000	148.145	82,8	-30.855
A3.P008 AÇÕES PROT.CIVIL E PREVENÇÃO DE RISCOS						
A3.P008.01 Ações de Proteção Civil	10.00	02.01.07	19.600	13.378	68,3	-6.222
		02.01.20	14.500	3.397	23,4	-11.103
		02.02.03	4.500	3.315	73,7	-1.185
		02.02.04	70.000	36.274	51,8	-33.726
		02.02.14	1.000		0,0	-1.000
		02.02.16	4.500	4.302	95,6	-198
		02.02.20	1.200		0,0	-1.200
		02.02.25	1.950		0,0	-1.950
		06.02.03.03	3.051	2.457	80,5	-594
		07.01.10.01	72.500	70.623	97,4	-1.877
A3.P008.06 Projeto RESILIENS	03.00	01.02.04	2.320	1.251	53,9	-1.069
		02.02.11	3.543	600	16,9	-2.943
		02.02.13	6.651	6.650	100,0	-1
	06.01	01.03.09.02	600		0,0	-600
	10.00	02.01.15	2.500	2.497	99,9	-3
		02.01.20	5.000	4.994	99,9	-6
		02.02.14	15.000	5.535	36,9	-9.465
		02.02.25	30.000		0,0	-30.000
A3.P008.09 Projeto RESCCUE	03.00	01.02.04	1.000	847	84,7	-153
		02.02.13	5.245	3.680	70,2	-1.565
	06.01	01.03.09.02	300		0,0	-300
	10.00	02.01.15	1.000	999	99,9	-1
		02.01.20	20.000	8.658	43,3	-11.342
		02.02.14	35.000		0,0	-35.000
		02.02.16	2.000		0,0	-2.000
		02.02.20	17.000		0,0	-17.000
		02.02.25	15.000		0,0	-15.000
		07.01.07.01	1.000		0,0	-1.000
		07.01.08.01	1.000		0,0	-1.000
		07.01.10.01	10.000	6.149	61,5	-3.851
A3.P009 QUARTÉIS DE BOMBEIROS Lx.XXI	09.02	07.01.03.01.06	14.816	14.815	100,0	-1
	11.00	07.01.03.01.06	1.946.971	10.079	0,5	-1.936.892
TOTAL DO PROGRAMA A3			9.367.436	5.988.619	63,9	-3.378.817
A4 SERVIÇOS URBANOS DE QUALIDADE						
A4.P002 MANUTENÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO						
A4.P002.01 Pavimentos	02.00	02.01.01	37.623	34.207	90,9	-3.416
		02.01.04	850	843	99,2	-7
		02.01.21	13.482	13.481	100,0	-1
		02.02.03	7.966	3.329	41,8	-4.637
		02.02.14	76.392	43.961	57,5	-32.431
		02.02.25	20.632	12.788	62,0	-7.844
		07.01.10.01	14.529	13.632	93,8	-897
		07.01.11.01	17.315	13.471	77,8	-3.844
		07.01.15.01	53.370	33.170	62,2	-20.200
	02.06	02.01.01	90.255	66.310	73,5	-23.945
		02.01.21	31.195	24.787	79,5	-6.408
		07.01.04.01.01	1.729.283	658.391	38,1	-1.070.892
	08.04	07.01.04.01.01	8.475	8.475	100,0	0
	09.00	08.05.01.01.01	13.500	10.000	74,1	-3.500
	09.01	02.01.01	4.707		0,0	-4.707
(Cont.)						

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio	Unid: Euros
				Valor	Tx. Exec.		
(Cont.)							
A4.P002.01 Pavimentos	09.01	02.01.21	1.000		0,0	-1.000	
		02.02.25	14.293	12.208	85,4	-2.085	
		07.01.04.01.01	2.199.696	567.661	25,8	-1.632.035	
		07.01.15.01	77.150	18.942	24,6	-58.208	
	09.04	07.01.04.01.01	18.775		0,0	-18.775	
A4.P002.02 Obras de Arte	02.06	02.02.25	51.417	51.417	100,0	0	
	09.01	02.02.25	126.930	54.494	42,9	-72.436	
		07.01.04.01.01	1.130.997	796.128	70,4	-334.869	
		07.01.08.01	43.050		0,0	-43.050	
A4.P002.03 Sinalização	02.00	07.01.04.01.01	15.200	5.701	37,5	-9.499	
		07.01.04.01.06	86.629	83.833	96,8	-2.796	
		07.01.15.01	56		0,0	-56	
	02.06	07.01.04.01.06	148.000	101.123	68,3	-46.877	
	18.01	02.02.20	17.007		0,0	-17.007	
		07.01.04.01.06	222.513	11.513	5,2	-211.000	
A4.P002.04 Semaforização	18.01	02.02.14	54.101		0,0	-54.101	
		02.02.19	205.236	100.993	49,2	-104.243	
		07.01.04.01.06	1.501.101	549.124	36,6	-951.977	
A4.P002.05 Lagos e Chafarizes	16.01	02.02.25	1.071.096	703.870	65,7	-367.226	
		07.01.04.01.09	44.488	9.384	21,1	-35.104	
		07.01.10.01	267.632	227.823	85,1	-39.809	
		08.05.01.01.01	252.471	252.469	100,0	-2	
A4.P002.06 Conservação Estatuária	19.01	02.02.20	1.458	1.458	100,0	0	
		07.01.15.01	30.188	18.103	60,0	-12.085	
A4.P002.07 Arte Pública	19.01	02.02.20	92.678	71.340	77,0	-21.338	
		07.01.12.01	40.810		0,0	-40.810	
		07.01.15.01	66.604	19.219	28,9	-47.385	
A4.P002.08 Iluminação de Monumentos	02.06	02.02.25	14.053		0,0	-14.053	
	16.01	02.02.25	4.402		0,0	-4.402	
A4.P002.09 Intervenção Antigraffiti	17.01	02.02.20	1.675.546	544.925	32,5	-1.130.621	
	19.01	02.01.15	2.000	1.681	84,1	-319	
		02.01.21	6.000	5.557	92,6	-443	
		02.02.16	131.934	69.401	52,6	-62.533	
		02.02.20	51.190	40.886	79,9	-10.304	
		07.01.15.01	150	120	80,0	-30	
A4.P002.11 Programa Integrado Requalif. Espaço Público	02.00	02.01.21	15.000	14.913	99,4	-87	
		02.02.25	26.368	26.071	98,9	-297	
		04.07.01	24.000	24.000	100,0	0	
		07.01.04.01.09	4.893.716	3.929.209	80,3	-964.507	
		08.05.01.01.01	961.295	397.227	41,3	-564.068	
	02.06	02.01.01	7.161	6.158	86,0	-1.003	
		02.02.19	5.506		0,0	-5.506	
		07.01.04.01.09	42.036	4.666	11,1	-37.370	
		07.01.15.01	71.826	63.852	88,9	-7.974	
	02.07	07.01.03.01.05	10.000	7.668	76,7	-2.332	
		07.01.10.01	10.000		0,0	-10.000	
	09.03	02.02.03	2.570	1.239	48,2	-1.331	
		02.02.19	1.179		0,0	-1.179	
		07.01.04.01.09	11.800		0,0	-11.800	
	16.00	04.05.01.01.02	27.491	25.000	90,9	-2.491	
	16.01	02.01.01	4.615	4.613	100,0	-2	
		02.01.14	610	608	99,7	-2	
		02.01.17	524	523	99,8	-1	
		02.02.01	709		0,0	-709	
		02.02.03	2.500	329	13,2	-2.171	
		07.01.04.01.01	31.817	31.091	97,7	-726	
		07.01.04.01.04	4.001		0,0	-4.001	
		07.01.04.01.09	909.713	605.865	66,6	-303.848	
		07.01.10.01	112.183	110.643	98,6	-1.540	
	17.01	07.01.03.01.06	156.774	156.774	100,0	0	
A4.P002.12 Colocação e Conserv. Placas Toponímicas	02.00	02.02.03	1.935		0,0	-1.935	
		02.02.25	4.897		0,0	-4.897	

(Cont.)

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2017 || ANEXOS/PLANO ANUAL DE ATIVIDADES

Unid: Euros

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio
				Valor	Tx. Exec.	
(Cont.)						
A4.P002.12 Colocação e Conserv. Placas Toponímicas	02.00	07.01.15.01	441		0,0	-441
A4.P002.13 Consolidação de Muros Suporte e Tapumes	09.01	07.01.04.01.09	11.430.873	10.913.172	95,5	-517.701
	09.02	07.01.04.01.09	70.000		0,0	-70.000
A4.P002.14 Gestão Urbana - Parque das Nações	02.06	02.02.03	11.410	11.409	100,0	-1
		07.01.04.01.01	3.235		0,0	-3.235
	09.01	07.01.04.01.01	43.050	0	0,0	-43.050
	16.01	02.02.25	61.712		0,0	-61.712
		07.01.04.01.09	172.558	50.050	29,0	-122.508
		07.01.10.01	237.301	220.650	93,0	-16.651
		07.01.15.01	44.997	44.997	100,0	0
	17.01	02.02.20	1.396.467	1.388.967	99,5	-7.500
A4.P002.15 Contratos de Delegação de Competências	02.00	08.05.01.01.01	8.905.676	3.772.513	42,4	-5.133.163
	14.02	04.05.01.01.02	467.000	443.650	95,0	-23.350
		08.05.01.01.01	48.405	29.043	60,0	-19.362
	16.01	08.05.01.01.01	1.695.703	1.201.884	70,9	-493.819
	17.01	08.05.01.01.01	185.000	101.000	54,6	-84.000
	21.02	08.05.01.01.01	1.000.000	500.000	50,0	-500.000
A4.P002.16 Parques Caninos	16.01	07.01.04.01.09	36.894		0,0	-36.894
A4.P003 ESPAÇOS VERDES PROX. E ÁRVORES DE ALINHAM/						
A4.P003.01 Manutenção de Espaços Verdes	16.01	02.01.01	28.229	21.125	74,8	-7.104
		02.01.02.02	5.000	3.586	71,7	-1.414
		02.01.02.03	13.458	8.715	64,8	-4.743
		02.01.07	32.926	2.917	8,9	-30.009
		02.01.14	105.416	96.728	91,8	-8.688
		02.01.17	3.000		0,0	-3.000
		02.01.21	68.473	53.515	78,2	-14.958
		02.02.03	14.683	11.598	79,0	-3.085
		02.02.08	5.554	3.137	56,5	-2.418
		02.02.14	73.243	57.287	78,2	-15.956
		02.02.20	11.377	7.267	63,9	-4.110
		02.02.25	7.709.936	6.022.338	78,1	-1.687.598
		04.07.01	372.730	362.730	97,3	-10.000
		07.01.04.01.04	197.815	97.229	49,2	-100.586
		07.01.04.01.09	39.620	12.955	32,7	-26.665
		07.01.06.01	4.864	4.863	100,0	-1
		07.01.08.01	21.525	0	0,0	-21.525
		07.01.09.01	800	647	80,9	-153
		07.01.10.01	25.543	14.398	56,4	-11.145
		07.01.11.01	1.077	1.076	99,9	-1
		07.01.15.01	370.278	336.054	90,8	-34.224
A4.P003.02 Instalação de Espaços Verdes	16.01	02.02.19	19.500	17.220	88,3	-2.280
A4.P003.09 Jardim Praça do Império	16.01	07.01.04.01.04	24.984	7.495	30,0	-17.489
A4.P004 LIMPEZA E HIGIENE URBANA						
A4.P004.01 Limpeza Urbana e Recolha Seletiva	17.01	02.01.21	94.794	67.174	70,9	-27.620
		02.02.20	349.715	36.454	10,4	-313.261
		07.01.06.01	8.949.967	5.452.240	60,9	-3.497.727
		07.01.10.01	7.479.189	3.974.319	53,1	-3.504.870
		07.01.11.01	1.455	1.454	99,9	-1
A4.P004.07 Campanhas de Sensibilização	17.01	02.02.20	169.744	136.874	80,6	-32.870
A4.P004.08 Controle de Pragas e Pombos	17.01	02.01.02.03	1.500		0,0	-1.500
		02.01.14	160	159	99,6	-1
		02.01.21	8.000	7.912	98,9	-88
		02.02.20	4.040	1.863	46,1	-2.177
		02.02.25	147.748		0,0	-147.748
		07.01.10.01	2.325	2.325	100,0	0
A4.P004.09 Projeto FORCE	03.00	01.02.04	1.878	1.751	93,2	-127
		02.02.13	12.750	7.203	56,5	-5.547
	17.01	02.02.20	18.750		0,0	-18.750
A4.P004.10 Projeto LIFE PAYT	03.00	02.02.13	1.760	1.388	78,9	-372
	17.01	02.01.02.03	2.700		0,0	-2.700
		02.02.03	300		0,0	-300
		02.02.20	6.450	450	7,0	-6.000
(Cont.)						

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio	Unid: Euros
				Valor	Tx. Exec.		
(Cont.)							
A4.P004.10	17.01	02.02.25	19.810		0,0	-19.810	
		07.01.07.01	1.500		0,0	-1.500	
		07.01.08.01	22.140		0,0	-22.140	
		07.01.10.01	156.290		0,0	-156.290	
A4.P005		TRATAMENTO DE RESÍDUOS					
A4.P005.01	04.00	02.02.20	1.244.889	1.244.889	100,0	0	
	17.01	02.02.20	4.735.960	4.268.094	90,1	-467.866	
		06.02.01.01.01	853.000	712.747	83,6	-140.253	
A4.P005.02	17.01	02.02.20	31.281	20.186	64,5	-11.095	
A4.P006		SANEAMENTO					
A4.P006.01	09.01	02.01.04	2.500	671	26,8	-1.829	
		02.01.07	49.200		0,0	-49.200	
		02.01.14	2.000		0,0	-2.000	
		02.01.17	10.000	2.984	29,8	-7.016	
		02.01.21	10.000		0,0	-10.000	
		02.02.03	30.650	3.564	11,6	-27.086	
		02.02.14	50.772	50.771	100,0	-1	
		02.02.25	766.451	129.303	16,9	-637.148	
		07.01.04.01.02	2.550.946	2.115.921	82,9	-435.025	
		07.01.10.01	43.780	34.524	78,9	-9.256	
		07.01.11.01	28.500	27.205	95,5	-1.295	
		07.01.15.01	5.420	5.412	99,9	-8	
A4.P006.02	04.00	02.02.20	13.311.477	13.311.476	100,0	-1	
	09.01	02.02.20	27.801.013	26.282.027	94,5	-1.518.986	
		06.02.01.01.99	998.987	571.619	57,2	-427.368	
A4.P007		ILUMINAÇÃO PÚBLICA					
A4.P007.01	02.06	02.01.21	298.423	140.604	47,1	-157.819	
		02.02.03	14.911	10.310	69,1	-4.601	
		02.02.14	13.530	12.300	90,9	-1.230	
		02.02.25	1.062.636	644.590	60,7	-418.046	
		07.01.02.01.02	280	277	99,0	-3	
		07.01.04.01.03	1.229.032	1.109.302	90,3	-119.730	
		07.01.04.01.09	3.393		0,0	-3.393	
		07.01.08.01	17.005	0	0,0	-17.005	
		07.01.10.01	956.182	451.100	47,2	-505.082	
		07.01.11.01	9.261	9.260	100,0	-1	
A4.P007.02	02.06	02.02.25	12.818.936	7.389.037	57,6	-5.429.899	
	09.03	02.02.25	4.757	4.036	84,9	-721	
A4.P008		CEMITÉRIOS					
A4.P008.01	16.00	02.01.01	17.336	16.996	98,0	-340	
		02.01.02.03	6.100	5.205	85,3	-895	
		02.01.07	96.670	72.868	75,4	-23.802	
		02.01.09	6.058	2.242	37,0	-3.816	
		02.01.12	51.331	33.787	65,8	-17.544	
		02.01.14	23.004	14.295	62,1	-8.709	
		02.01.17	5.288	5.286	100,0	-3	
		02.01.21	23.641	22.454	95,0	-1.187	
		02.02.03	28.638	19.046	66,5	-9.592	
		02.02.06	25.260	24.679	97,7	-581	
		02.02.12	5.874	3.129	53,3	-2.745	
		02.02.19	143.454	101.232	70,6	-42.222	
		02.02.20	861		0,0	-861	
		02.02.25	64.571	57.245	88,7	-7.326	
		06.02.03.03	950		0,0	-950	
		07.01.09.01	6.584	5.002	76,0	-1.582	
		07.01.10.01	242.323	241.982	99,9	-341	
		07.01.11.01	6.708	6.437	96,0	-271	
A4.P008.02	16.00	07.01.04.01.08	993.953	393.076	39,5	-600.877	
A4.P009		MONITORAR A QUALIDADE AMBIENTAL					
A4.P009.01	16.00	02.01.07	822	821	99,9	-1	
		02.01.09	72		0,0	-72	
		02.01.21	6.111	3.453	56,5	-2.658	
(Cont.)							

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2017 || ANEXOS/PLANO ANUAL DE ATIVIDADES

Unid: Euros

Descritivo (Cont.)	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio
				Valor	Tx. Exec.	
A4.P009.01	16.00	02.02.20	16.688	10.856	65,0	-5.832
		06.02.03.03	659	659	100,0	0
		07.01.08.01	6.879		0,0	-6.879
A4.P009.02	16.00	02.01.09	6.252	5.299	84,8	-953
		02.01.21	18.932	11.873	62,7	-7.059
		02.02.20	59.967	23.050	38,4	-36.917
		02.02.25	1.000		0,0	-1.000
A4.P010						
A4.P010.01	09.03	07.01.03.01.06	927		0,0	-927
	17.01	02.02.08	29.132	24.917	85,5	-4.215
		07.01.03.01.06	69.830	50.260	72,0	-19.570
		07.01.09.01	112.352	108.069	96,2	-4.283
A4.P010.03	16.01	07.01.04.01.04	63.227		0,0	-63.227
A4.P010.04	16.00	02.01.01	3.400	3.373	99,2	-27
		02.01.06	4.100	4.099	100,0	-1
		02.01.07	800	797	99,6	-3
		02.01.09	1.000	458	45,8	-542
		02.01.11	350	219	62,7	-131
		02.01.14	500	147	29,4	-353
		02.01.17	1.000	989	98,9	-11
		02.01.21	16.241	15.486	95,4	-755
		02.02.01	500		0,0	-500
		02.02.03	1.224	990	80,9	-234
		02.02.20	190	121	63,9	-69
		02.02.25	300	228	75,9	-72
		06.02.03.03	40	20	50,0	-20
		07.01.03.01.06	19.224	17.866	92,9	-1.358
		07.01.10.01	11.100	6.375	57,4	-4.725
A4.P010.05	09.02	07.01.03.01.02	160.000	96.296	60,2	-63.704
	09.03	02.02.03	13	12	94,2	-1
		02.02.19	5.585	605	10,8	-4.980
		02.02.25	496	190	38,3	-306
		07.01.03.01.02	1.502		0,0	-1.502
		07.01.04.01.09	972		0,0	-972
	09.04	07.01.03.01.02	18.500		0,0	-18.500
	21.01	02.02.20	597	597	99,9	0
		07.01.03.01.02	19.000		0,0	-19.000
A4.P011	09.03	07.01.03.01.05	44.001	26.493	60,2	-17.508
		07.01.03.01.06	2.453		0,0	-2.453
		07.01.04.01.09	20.411	20.411	100,0	0
A4.P012	09.00	02.02.14	163.467	86.100	52,7	-77.367
		07.01.04.01.01	90.405	79.556	88,0	-10.849
	16.00	07.01.04.01.04	810.299	591.492	73,0	-218.807
		07.01.15.01	61.254	16.185	26,4	-45.069
A4.P013	08.04	07.01.04.01.01	1.559.091	167.305	10,7	-1.391.786
	09.01	07.01.04.01.01	10.843.353	7.365.334	67,9	-3.478.019
		07.01.04.01.02	900		0,0	-900
	16.01	07.01.04.01.01	126.779	124.452	98,2	-2.327
TOTAL DO PROGRAMA A4			156.925.042	114.921.071	73,2	-42.003.971
TOTAL DO OBJECTIVO A			298.432.165	234.984.873	78,7	-63.447.292
EIXO B - LISBOA EMPREENDEDORA						
B1 CIDADE DO TRABALHO E CRIAÇÃO EMPREGO						
B1.P001 CULTURA EMPREENDEDORA						
B1.P001.01	20.02	02.02.25	10.000	5.000	50,0	-5.000
B1.P001.02	20.02	02.02.25	2.500		0,0	-2.500
		04.07.01	20.000	20.000	100,0	0
B1.P001.03	20.02	02.02.11	1.500	157	10,5	-1.343
		02.02.25	10.000	9.868	98,7	-132
B1.P001.05	20.00	02.02.25	35.000	23.259	66,5	-11.741
B1.P002 EMPREENDEDORISMO E EMPREGABILIDADE						
B1.P002.03	20.02	02.02.25	50.000	39.845	79,7	-10.155

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2017 || ANEXOS/PLANO ANUAL DE ATIVIDADES

Unid: Euros

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio
				Valor	Tx. Exec.	
(Cont.)						
B1.P003	PROMOVER LISBOA CIDADE EMPREENDEDORA					
B1.P003.01	20.00	04.07.01	150.000	150.000	100,0	0
		09.08.02.09	120.000	120.000	100,0	0
B1.P003.03	20.02	02.02.25	10.000		0,0	-10.000
B1.P003.04	20.02	02.02.25	78.500	68.253	86,9	-10.247
B1.P003.07	03.00	02.02.13	3.000		0,0	-3.000
	20.02	02.02.20	10.000		0,0	-10.000
		02.02.25	15.000	11.870	79,1	-3.130
		04.01.02	25.000	23.343	93,4	-1.657
B1.P003.08	03.00	02.02.11	1.120		0,0	-1.120
		02.02.13	4.500	3.554	79,0	-946
	20.01	02.02.14	5.492	1.574	28,7	-3.918
		02.02.20	3.394	303	8,9	-3.091
B1.P003.10	20.01	02.02.08	4.000	3.973	99,3	-27
		02.02.17	2.000	1.968	98,4	-32
		02.02.20	1.400	817	58,3	-583
		02.02.25	600		0,0	-600
B1.P004	INCUBAÇÃO E ACELERAÇÃO DE EMPRESAS					
B1.P004.01	20.01	02.02.17	3.000		0,0	-3.000
		02.02.25	31.000		0,0	-31.000
		04.07.01	30.060	30.000	99,8	-60
		07.01.09.01	18.390	18.113	98,5	-277
B1.P004.03	20.02	02.02.20	71.500	58.819	82,3	-12.681
		02.02.25	12.500	3.890	31,1	-8.610
B1.P005	ECONOMIA E EMPREENDEDORISMO SOCIAL					
B1.P005.01	15.00	02.02.20	4.919	219	4,4	-4.700
		02.02.25	18.567	13.587	73,2	-4.980
		04.07.01	126.830	80.363	63,4	-46.467
B1.P005.03	15.00	02.02.20	33.456	8.364	25,0	-25.092
B1.P005.05	15.00	02.02.20	18.450	1.225	6,6	-17.225
B1.P005.06	15.00	02.02.20	4.656		0,0	-4.656
B1.P006	FINANCIAMENTO DO EMPREENDEDORISMO					
B1.P006.02	20.02	02.02.25	20.000	5.535	27,7	-14.465
B1.P006.07	15.00	02.02.20	42.106	18.044	42,9	-24.062
TOTAL DO PROGRAMA B1			998.440	721.941	72,3	-276.499
B2	CIDADE DA INOVAÇÃO					
B2.P001	20.01	02.02.17	10.000	7.235	72,4	-2.765
		02.02.20	276		0,0	-276
		02.02.25	14.575	4.662	32,0	-9.913
		06.02.03.03	4.000	3.000	75,0	-1.000
		07.01.09.01	7.000	1.148	16,4	-5.852
		07.01.15.01	1.000		0,0	-1.000
B2.P003	PROMOVER LISBOA CIDADE DA INOVAÇÃO					
B2.P003.01	20.01	02.02.20	30.000	24.402	81,3	-5.598
		02.02.25	24.658	6.758	27,4	-17.900
		04.07.01	20.000	20.000	100,0	0
B2.P003.02	20.01	02.02.25	10.000		0,0	-10.000
B2.P003.05	20.02	02.01.17	5.000	3.690	73,8	-1.310
		02.02.12	500	174	34,8	-326
		02.02.17	5.000	3.577	71,5	-1.423
		02.02.19	3.500	3.014	86,1	-487
		02.02.20	2.514		0,0	-2.514
		02.02.25	13.500	8.331	61,7	-5.169
		04.08.02.02	2.500		0,0	-2.500
		07.01.09.01	50.000	49.193	98,4	-807
		07.01.10.01	11.070	11.062	99,9	-8
		07.01.11.01	12.383	12.059	97,4	-324
		07.01.15.01	3.930	3.892	99,0	-38
B2.P003.06	03.00	01.02.04	3.300	250	7,6	-3.050
		02.02.11	4.000	3.226	80,7	-774
		02.02.13	11.000	3.441	31,3	-7.559
	20.02	02.02.14	4.000	675	16,9	-3.325

(Cont.)

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2017 || ANEXOS/PLANO ANUAL DE ATIVIDADES

Unid: Euros

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio
				Valor	Tx. Exec.	
(Cont.)						
B2.P003.06	20.02	02.02.20	6.000	3.716	61,9	-2.284
B2.P003.07	20.01	02.02.25	10.000		0,0	-10.000
		07.01.10.01	60.000	50.926	84,9	-9.074
B2.P003.08	20.01	04.07.01	70.000	61.000	87,1	-9.000
B2.P003.99	08.00	02.02.14	59		0,0	-59
TOTAL DO PROGRAMA B2			399.765	285.430	71,4	-114.335
B3	CIDADE ABERTA ÀS EMPRESAS					
B3.P001	APOIAR E CAPTAR INVESTIMENTO					
B3.P001.01	20.00	02.02.25	10.000		0,0	-10.000
	20.01	02.02.17	2.500		0,0	-2.500
	20.02	02.02.17	7.500	6.218	82,9	-1.282
B3.P001.02	20.02	04.01.02	156.000	156.000	100,0	0
B3.P001.04	20.02	02.02.17	2.500		0,0	-2.500
		02.02.25	5.000		0,0	-5.000
B3.P001.05	20.00	02.02.25	8.600		0,0	-8.600
TOTAL DO PROGRAMA B3			192.100	162.218	84,4	-29.882
B4	CIDADE DO COMÉRCIO					
B4.P002	VALORIZAR E SALVAGUARDAR COMÉRCIO TRADIC.					
B4.P002.01	20.00	04.07.01	295.000	295.000	100,0	0
	20.02	02.02.20	15.000	6.027	40,2	-8.973
		02.02.25	177.700	164.119	92,4	-13.581
B4.P002.02	02.07	02.01.15	43.838	43.833	100,0	-5
		02.02.14	62.765	46.371	73,9	-16.394
		02.02.17	63.792	53.722	84,2	-10.070
		02.02.20	112.550	11.357	10,1	-101.193
		04.08.02.02	55.650	24.687	44,4	-30.963
		07.01.10.01	137.780	100.011	72,6	-37.769
	09.03	02.02.03	370	70	18,8	-300
		02.02.19	3.870	897	23,2	-2.973
B4.P002.05	16.00	02.01.07	1.000		0,0	-1.000
		02.01.09	10.000	3.799	38,0	-6.201
		02.01.14	6.500	6.414	98,7	-86
		02.01.21	8.762	7.820	89,2	-942
		02.02.03	4.770	28	0,6	-4.742
		02.02.08	1.373		0,0	-1.373
		02.02.20	27.576	17.111	62,1	-10.465
		07.01.07.01	7.800		0,0	-7.800
		07.01.09.01	1.094	1.093	99,9	-1
B4.P002.06	20.02	04.07.01	90.000	90.000	100,0	0
B4.P003	02.07	07.01.03.01.05	828.019	357.547	43,2	-470.472
TOTAL DO PROGRAMA B4			1.955.209	1.229.905	62,9	-725.304
TOTAL DO OBJECTIVO B			3.545.514	2.399.494	67,7	-1.146.020
EIXO C - LISBOA INCLUSIVA						
C1	DIREITO À HABITAÇÃO					
C1.P001	PROMOVER O ARRENDAMENTO ACESSÍVEL					
C1.P001.02	14.01	04.08.02.02	619.502	522.723	84,4	-96.779
C1.P001.05	14.01	04.08.02.02	1.000		0,0	-1.000
		08.08.02	1.595		0,0	-1.595
C1.P001.06	04.00	02.02.14	6.150		0,0	-6.150
	04.02	02.02.14	20.910		0,0	-20.910
	05.00	02.02.25	22.140	4.674	21,1	-17.466
		04.01.02	268.000		0,0	-268.000
		04.08.01	47.000		0,0	-47.000
		04.08.02.02	40.000		0,0	-40.000
	08.00	02.02.14	102.560	3.604	3,5	-98.956
		02.02.25	103.205	55.158	53,4	-48.047
	08.01	02.02.14	202.188	60.885	30,1	-141.303
		07.01.04.01.09	2.800		0,0	-2.800
	14.00	02.02.20	202.940	56.346	27,8	-146.594
C1.P002	GERIR A OFERTA DE HABITAÇÃO MUNICIPAL					
C1.P002.01	14.01	02.02.20	840		0,0	-840
C1.P002.03	14.01	02.02.10	16.925	9.736	57,5	-7.189
(Cont.)						

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2017 || ANEXOS/PLANO ANUAL DE ATIVIDADES

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio	Unid: Euros
				Valor	Tx. Exec.		
(Cont.)							
C1.P002.04	Adaptação/Divulgação Progr. Municipais DMHDL	14.00	02.02.20	2.500	1.112	44,5	-1.388
		14.01	02.02.20	54.160	14.665	27,1	-39.495
C1.P003	REABILITAR PATRIMÓNIO HABITACIONAL-PIPARU	09.02	07.01.02.01.02	1.485.945	833.675	56,1	-652.270
		14.01	08.01.01.01	152.759	6.119	4,0	-146.640
C1.P005	REQUALIFICAR PATRIMÓNIO HABITACIONAL MUNIC.						
C1.P005.01	Torres do Alto da Eira	14.00	04.08.02.02	45.707		0,0	-45.707
			07.01.03.01.06	2.048		0,0	-2.048
			07.01.04.01.09	2.245		0,0	-2.245
		14.02	02.02.03	4.675		0,0	-4.675
C1.P005.03	Demolições	09.02	07.01.02.01.02	139.045	30.815	22,2	-108.230
			07.01.03.01.06	711.955	348.127	48,9	-363.828
C1.P005.04	Conservação de Bairros Municipais	14.01	07.01.02.01.02	72.063		0,0	-72.063
C1.P005.05	Reparações/Benef. Património Municipal	05.00	07.01.02.01.02	50.000	18.643	37,3	-31.357
		09.02	02.02.14	30.000	20.892	69,6	-9.108
			07.01.02.01.02	1.120.129	995.292	88,9	-124.837
			07.01.15.01	7.000	2.306	32,9	-4.694
		14.01	04.08.02.02	500		0,0	-500
			06.02.03.03	120		0,0	-120
			07.01.02.01.02	20.000	1.132	5,7	-18.868
		14.02	02.01.07	1.214		0,0	-1.214
			02.01.21	1.000	597	59,7	-403
			04.01.02	3.325		0,0	-3.325
			07.01.11.01	1.000		0,0	-1.000
C1.P007	NOVA HABITAÇÃO MUNICIPAL						
C1.P007.03	Padre Cruz	08.00	02.02.20	4.059		0,0	-4.059
		09.02	07.01.01.01	65.444		0,0	-65.444
			07.01.02.01.01	6.396		0,0	-6.396
		09.03	07.01.03.01.03	324.098		0,0	-324.098
		14.01	04.07.01	5.000	5.000	100,0	0
C1.P012	HABITAÇÃO MUNICIPAL - Lx.XXI						
C1.P012.01	Reab.Bairros Municipais Lx.XXI GEBALIS	14.01	05.01.01.01.03	7.534.168	5.689.252	75,5	-1.844.916
C1.P012.02	Re/Construção Bairros Municipais Lx.XXI	09.02	07.01.02.01.01	344.445		0,0	-344.445
			07.01.03.01.06	80.319	20.080	25,0	-60.239
		14.00	07.01.02.01.01	6.339.986	1.800.963	28,4	-4.539.023
			07.01.04.01.09	100.000		0,0	-100.000
C1.P012.03	Reabilitação Habitação Municipal Lx.XXI	09.02	07.01.02.01.02	6.766.114	2.893.154	42,8	-3.872.960
		14.00	07.01.02.01.02	557.932		0,0	-557.932
		14.01	07.01.02.01.02	149.680	127.570	85,2	-22.110
TOTAL DO PROGRAMA C1				27.842.786	13.522.520	48,6	-14.320.266
C2	DIREITO À EDUCAÇÃO						
C2.P002	PROGRAMA "ESCOLA NOVA" - PIPARU	09.03	07.01.03.01.02	2.197.223	1.891.203	86,1	-306.020
C2.P003	PROGRAMA "ESCOLA NOVA"						
C2.P003.01	Requalif.Pq.Esc-EB1 N4 e JIS.Vincente	09.03	07.01.03.01.02	978		0,0	-978
C2.P003.05	Mobiliário e Equipamento para as Escolas	07.00	07.01.07.01	388		0,0	-388
		21.01	02.01.20	1.486	1.486	100,0	0
			02.01.21	194	193	99,7	-1
			02.02.03	12.099	12.000	99,2	-99
			02.02.20	8.068	1.600	19,8	-6.468
			02.02.25	13.616	12.005	88,2	-1.611
			07.01.03.01.02	85.360	76.520	89,6	-8.840
			07.01.09.01	163.956	41.263	25,2	-122.693
			07.01.10.01	5.339	5.339	100,0	0
C2.P003.07	Programa "Escola Nova"	09.03	07.01.03.01.02	17.064	4.606	27,0	-12.458
		21.01	07.01.03.01.02	729.688	253.011	34,7	-476.677
			07.01.10.01	88.514	7.256	8,2	-81.258
C2.P003.09	Projeto FLAW4LIFE	21.01	02.01.05	5.740		0,0	-5.740
			02.02.20	12.630	4.128	32,7	-8.502
C2.P004	ALARGAR PROGRAMA TRANSPORTE "ALFACINHAS"						
C2.P004.01	Transportes Escolares Alfacinhas	21.01	02.02.10	895.257	895.257	100,0	0
C2.P004.02	Subsídios Transporte Escolar	21.01	02.02.10	168.000	118.623	70,6	-49.377
C2.P004.03	Transporte Escolar Adaptado	21.01	04.07.01	61.755	61.755	100,0	0
C2.P005	ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR						
(Cont.)							

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2017 || ANEXOS/PLANO ANUAL DE ATIVIDADES

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio	Unid: Euros
				Valor	Tx. Exec.		
(Cont.)							
C2.P005.02 Apoio à Família - JI e 1º CEB	21.01	04.05.01.01.03	1.946.000	1.864.582	95,8	-81.418	
		04.07.01	942.451	866.357	91,9	-76.094	
C2.P007 DINAMIZAR PROGRAMA "NATAÇÃO CURRICULAR"							
C2.P007.01 1.º Ciclo - "Natação Curricular"	21.02	02.01.07	3.279	2.772	84,5	-507	
		02.01.15	23.503	18.632	79,3	-4.871	
		02.01.20	30.927	30.926	100,0	-1	
		02.01.21	1.851	1.576	85,1	-275	
		04.07.01	67.717	64.916	95,9	-2.801	
C2.P008 DESENVOLVER PROGRAMAS ENSINO ARTÍSTICO							
C2.P008.02 Promoção da Música - Orquestra Geração	21.01	04.07.01	100.000	100.000	100,0	0	
		06.02.03.03	192	192	99,8	0	
C2.P009 COMBATER O INSUCESSO E ABANDONO ESCOLAR							
C2.P009.01 Refeições Escolares	21.01	02.01.05	3.870.947	3.603.589	93,1	-267.358	
		02.01.06	115.163	72.431	62,9	-42.732	
		02.01.07	110	109	99,5	-1	
		02.01.13	1.507	1.507	100,0	0	
		02.01.21	366	366	100,0	0	
C2.P009.01 Refeições Escolares		02.02.25	30.522	28.062	91,9	-2.460	
		04.03.01	357.280	265.045	74,2	-92.235	
		04.05.01.01.03	1.547.224	1.547.223	100,0	-1	
C2.P009.02 Apoio à Gestão Escolar	07.00	02.02.05	18.450		0,0	-18.450	
	21.01	02.01.04	11.600	5.220	45,0	-6.380	
		02.01.11	518		0,0	-518	
		02.02.12	500		0,0	-500	
		02.02.20	3.120	640	20,5	-2.480	
		04.03.01	544.985	483.572	88,7	-61.413	
		04.05.01.01.03	3.400	2.800	82,4	-600	
		04.07.01	28.725	28.724	100,0	-1	
C2.P009.03 Iniciação à programação	21.01	02.02.25	30.000		0,0	-30.000	
C2.P009.04 Promoção da Educação	21.01	02.01.15	9.100	6.024	66,2	-3.076	
		02.01.20	6.150	4.163	67,7	-1.987	
		02.01.21	4.600	3.292	71,6	-1.308	
		02.02.08	4.000	3.560	89,0	-440	
		02.02.11	23.000		0,0	-23.000	
		02.02.12	400		0,0	-400	
		02.02.14	123.738	58.610	47,4	-65.129	
		02.02.20	14.500	12.796	88,2	-1.705	
		02.02.25	23.050	16.833	73,0	-6.217	
		04.07.01	20.020	12.500	62,4	-7.520	
C2.P013 ORÇAMENTO PARTICIPATIVO ESCOLAR	21.01	02.02.25	31.544		0,0	-31.544	
		07.01.03.01.02	6.150		0,0	-6.150	
		07.01.10.01	32.750	11.718	35,8	-21.032	
C2.P015 ABANDONO ESCOLAR							
C2.P015.01 Programa Lisboa Escola Inclusiva	15.00	02.02.25	91.767	55.060	60,0	-36.707	
C2.P016 INFRAESTRUTURAS EDUCAÇÃO FORMAÇÃO							
C2.P016.01 Escola Básica Coruchéus (151)	21.01	07.01.03.01.02	1.679.383	758.312	45,2	-921.071	
C2.P016.02 Escola Básica Quinta Frades (31)	21.01	07.01.03.01.02	475.434	465.579	97,9	-9.855	
C2.P016.03 Escola Básica D. L. Cunha (121)	21.01	07.01.03.01.02	1.498.170	336.560	22,5	-1.161.610	
C2.P016.04 Escola Básica Olivais (36)	21.01	07.01.03.01.02	69.901		0,0	-69.901	
C2.P016.05 Escola Básica Teixeira de Pascoais (101)	21.01	07.01.03.01.02	1.628.274	117.667	7,2	-1.510.607	
C2.P016.06 Escola Básica B.º S. Miguel (24)	21.01	07.01.03.01.02	1.989.381	156.955	7,9	-1.832.426	
C2.P017 EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS Lx.XXI	09.01	07.01.04.01.09	1		0,0	-1	
	09.03	07.01.03.01.02	259.316	75.368	29,1	-183.948	
	21.01	07.01.03.01.02	7.467.344	1.402.363	18,8	-6.064.981	
TOTAL DO PROGRAMA C2			29.605.665	15.872.844	53,6	-13.732.821	
C3 DIREITOS SOCIAIS							
C3.P001 PROMOÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS							
C3.P001.06 Comissão Proteção de Crianças e Jovens	15.00	04.05.01.01.02	148.707	94.523	63,6	-54.184	
		07.01.10.01	1.000		0,0	-1.000	
		08.05.01.01.01	101.565	101.565	100,0	0	
		08.07.01	2.713	2.713	100,0	0	
C3.P001.08 Intervenção na Deficiência - RAAML	15.00	02.02.20	4.000		0,0	-4.000	
(Cont.)							

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2017 || ANEXOS/PLANO ANUAL DE ATIVIDADES

Unid: Euros

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio
				Valor	Tx. Exec.	
(Cont.)						
C3.P001.08	15.00	04.07.01	214.234	203.741	95,1	-10.493
		07.01.12.01	15.000		0,0	-15.000
		08.07.01	6.000		0,0	-6.000
C3.P001.09	15.00	02.02.20	7.250	2.817	38,8	-4.434
		02.02.25	19.500	6.374	32,7	-13.126
		04.07.01	28.822	21.617	75,0	-7.206
C3.P001.11	15.00	02.02.20	5.000	1.230	24,6	-3.770
C3.P001.12	15.00	02.01.05	500		0,0	-500
		02.01.15	5.966	5.966	100,0	0
		02.02.12	5.000	3.285	65,7	-1.715
		02.02.14	1.500		0,0	-1.500
		02.02.20	4.040		0,0	-4.040
		02.02.25	13.994		0,0	-13.994
		04.07.01	13.500	13.500	100,0	0
C3.P001.13	15.00	04.07.01	63.133	50.412	79,9	-12.721
C3.P001.14	15.00	02.02.25	142		0,0	-142
C3.P001.15	15.00	04.07.01	3.500		0,0	-3.500
		04.08.02.02	3.500		0,0	-3.500
C3.P001.16	15.00	02.02.20	1.960		0,0	-1.960
		02.02.25	2.706		0,0	-2.706
		04.03.01	87.000	70.000	80,5	-17.000
		04.07.01	26.065	25.899	99,4	-166
C3.P001.20	15.00	02.02.20	21.850	17.088	78,2	-4.762
		02.02.25	72.567	59.286	81,7	-13.281
		04.07.01	54.841	49.173	89,7	-5.668
C3.P001.22	15.00	02.01.21	5.572	4.920	88,3	-652
		02.02.03	505		0,0	-505
		02.02.12	300		0,0	-300
		02.02.20	11.031	11.031	100,0	0
		02.02.25	10.000	8.027	80,3	-1.973
		07.01.09.01	36.470	24.297	66,6	-12.173
		07.01.10.01	13.530	8.670	64,1	-4.860
C3.P001.24	03.00	01.02.04	1.252	1.001	79,9	-251
		02.02.13	4.000	4.000	100,0	0
C3.P001.26	14.00	07.01.03.01.03	75.000		0,0	-75.000
C3.P001.27	15.00	04.07.01	90.000		0,0	-90.000
		07.01.03.01.03	182.432		0,0	-182.432
C3.P001.28	15.00	07.01.03.01.03	42.866		0,0	-42.866
C3.P001.29	14.02	07.01.04.01.09	48.583		0,0	-48.583
C3.P001.30	14.02	07.01.04.01.09	39.351		0,0	-39.351
C3.P001.31	14.02	07.01.04.01.09	13.823		0,0	-13.823
C3.P004						
C3.P004.01	17.01	04.07.01	104.344	104.343	100,0	-1
C3.P004.02	15.00	04.05.01.01.02	29.524		0,0	-29.524
		04.07.01	164.368	116.596	70,9	-47.772
C3.P004.05	15.00	04.07.01	204.502	204.501	100,0	-1
C3.P004.06	14.02	04.07.01	50		0,0	-50
C3.P004.07	15.00	02.02.14	18.000	17.774	98,7	-227
C3.P004.08	15.00	02.02.25	8.964	193	2,2	-8.771
		07.01.10.01	5.936		0,0	-5.936
C3.P004.10	15.00	02.01.19	2.000		0,0	-2.000
		02.01.20	5.000		0,0	-5.000
		02.01.21	3.000		0,0	-3.000
		02.02.12	5.000		0,0	-5.000
		02.02.13	1.000		0,0	-1.000
		02.02.20	9.500	4.551	47,9	-4.949
		02.02.25	2.000		0,0	-2.000
		04.07.01	122.397	79.438	64,9	-42.959
TOTAL DO PROGRAMA C3			2.195.855	1.318.527	60,0	-877.328
C4	DIREITOS À SAÚDE, DESPORTO E BEM-ESTAR					
C4.P001	PROMOVER A SAÚDE E O BEM-ESTAR					
C4.P001.01	15.00	02.01.05	1.660		0,0	-1.660
(Cont.)						

Unid: Euros

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio
				Valor	Tx. Exec.	
(Cont.)						
C4.P001.01	Plano Municipal de Saúde	15.00	02.02.20	4.047	0,0	-4.047
			04.07.01	46.500	0,0	-46.500
			08.07.01	15.000	80,0	-3.000
C4.P001.04	Promoção da Saúde e Qual. Vida - RAAML	15.00	02.02.12	700	90	12,9
			02.02.20	19.500	3.069	15,7
			02.02.25	9.500	4.348	45,8
			04.07.01	400.153	317.487	79,3
C4.P002	PARCERIAS PARA A SAÚDE					
C4.P002.02	Centros de Saúde	09.03	07.01.03.01.03	80.000	0,0	-80.000
		15.00	07.01.03.01.03	980.604	81.812	8,3
C4.P007	APOIAR A PRÁTICA DESPORTIVA					
C4.P007.02	Apoio a entidades - RAAML e outros	21.02	04.07.01	1.538.699	1.256.666	81,7
			08.07.01	1.052.403	667.162	63,4
C4.P008	GRANDES EVENTOS DESPORTIVOS					
C4.P008.05	Volta a Portugal em Bicicleta	03.01	02.02.25	200.000	200.000	100,0
C4.P009	PROMOVER O DESPORTO E O ASSOCIATIVISMO					
C4.P009.01	Olispiadas	07.00	07.01.07.01	4.475	0,0	-4.475
			07.01.08.01	5.757	0,0	-5.757
		21.02	02.01.05	95.464	95.464	100,0
			02.01.15	10.000	10.000	100,0
			02.02.04	22.332	21.911	98,1
			02.02.25	4.710	4.710	100,0
			04.07.01	6.908	4.908	71,0
			07.01.10.01	21.513	9.934	46,2
C4.P009.03	Desporto Mexe Comigo	21.02	02.01.20	1.836	1.835	99,9
			02.02.10	9.835	6.515	66,2
			02.02.25	4.320	3.500	81,0
			04.07.01	176.182	164.799	93,5
C4.P009.04	Desenvolvimento Desportivo - Outros	21.02	02.01.15	91.032	78.203	85,9
			02.02.08	923	923	99,9
			02.02.14	89.075	73.075	82,0
			02.02.17	92.046	71.352	77,5
			02.02.20	10.963	10.382	94,7
			02.02.25	95.712	64.654	67,6
			04.05.01.01.02	18.000	0,0	-18.000
			08.05.01.01.01	556.700	443.700	79,7
C4.P009.05	Lisboa +55	21.02	04.07.01	32.700	32.700	100,0
C4.P009.06	Projeto dos Clubes do Mar Atividades Nauticas	21.02	02.02.10	20.452	18.662	91,2
			04.07.01	171.315	120.915	70,6
C4.P009.07	Protocolo entre CML e Est. Univ. Lisboa (EUL)	21.02	08.03.06	100.000	100.000	100,0
C4.P009.08	Lisboa Capital do Desporto 2021	21.02	02.02.17	46.207	46.207	100,0
C4.P010	CONSTRUIR E REQUALIF. EQUIP. DESPORTIVOS					
C4.P010.05	Complexo Desportivo do Casal Vistoso	02.06	02.02.03	4.848	4.847	100,0
		21.02	02.01.20	4.325	4.324	100,0
			02.01.21	7.618	7.617	100,0
			02.02.03	2.231	992	44,5
			02.02.20	9.435	9.434	100,0
			07.01.10.01	175.712	139.781	79,6
C4.P010.07	Complexo Desportivo Alto do Lumiar	02.06	02.02.03	749	748	99,9
		21.02	02.01.07	1.940	1.940	100,0
			02.01.15	1.500	1.500	100,0
			02.01.21	2.110	335	15,9
			02.02.03	4.468	4.467	100,0
			07.01.10.01	15.887	15.886	100,0
			07.01.15.01	4.477	4.416	98,6
C4.P010.09	Outros Pavilhões Municipais	02.06	02.02.19	13.138	286	2,2
		09.02	07.01.03.01.04	94.507	76.301	80,7
		09.03	02.02.03	400	0,0	-400
		21.02	08.05.01.01.01	22.162	22.161	100,0
C4.P010.10	Piscina Municipal Baptista Pereira	21.02	07.01.03.01.04	28.370	24.317	85,7
C4.P010.12	Outras Piscinas Municipais	02.06	02.02.19	18.820	16.319	86,7
		09.03	02.02.19	9.838	306	3,1
(Cont.)						

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio	Unid: Euros
				Valor	Tx. Exec.		
(Cont.)							
C4.P010.12 Outras Piscinas Municipais	21.02	08.05.01.01.01	12.001	12.001	100,0	0	
C4.P010.13 Rede Municipal Polidesportivos	21.02	08.05.01.01.01	280.376	118.676	42,3	-161.700	
C4.P010.14 Pista de Atletismo Moniz Pereira	21.02	02.01.21	6.126	6.125	100,0	-1	
		07.01.03.01.04	10.763		0,0	-10.763	
		07.01.04.01.05	20.000		0,0	-20.000	
		07.01.10.01	21.277	5.533	26,0	-15.744	
		07.01.11.01	750	750	100,0	0	
		07.01.15.01	10.564	9.752	92,3	-812	
C4.P010.16 Instalações Desportivas Municipais - outras	21.02	07.01.03.01.04	24.600		0,0	-24.600	
		07.01.04.01.05	278.555	76.260	27,4	-202.295	
		07.01.10.01	2.460	2.460	100,0	0	
TOTAL DO PROGRAMA C4			7.127.230	4.494.517	63,1	-2.632.713	
C5	CIDADE SOLIDÁRIA, INTERGERACIONAL E COESA						
C5.P001	RESPONDER ÀS SITUAÇÕES EMERGÊNCIA SOCIAL						
C5.P001.01	Fundo de Emergência Social - IPPSS	15.00	04.05.01.01.02	586.599	540.000	92,1	-46.599
			04.07.01	376.335	149.598	39,8	-226.737
C5.P001.07	Fundo de Apoio aos Refugiados	04.02	02.02.01	20.000		0,0	-20.000
		15.00	02.02.04	277.191	62.220	22,4	-214.971
			02.02.25	10.095	10.094	100,0	-1
			04.07.01	205.080	195.705	95,4	-9.375
C5.P001.08	Programa Municipal Acolhimento a Refugiados	15.00	02.01.19	6.500	5.494	84,5	-1.006
			02.01.20	45		0,0	-45
			02.01.21	2.600	2.395	92,1	-205
			02.02.03	3.000		0,0	-3.000
			02.02.25	10.000		0,0	-10.000
			04.07.01	353.030	285.250	80,8	-67.780
			07.01.09.01	8.286		0,0	-8.286
			07.01.10.01	15.000	8.276	55,2	-6.724
C5.P002	PLANO P/INTEGRAÇÃO DAS PESSOAS S/ABRIGO						
C5.P002.01	Apoio à Intervenção c/Sem-Abrigo-RAAML	15.00	02.02.14	10.000		0,0	-10.000
			02.02.20	10.500		0,0	-10.500
			02.02.25	1.000		0,0	-1.000
			04.07.01	341.238	235.316	69,0	-105.922
			06.02.03.03	300	150	50,0	-150
			08.05.01.01.01	50.000		0,0	-50.000
			08.07.01	10.000		0,0	-10.000
C5.P003	PROGRAMAS DE RESPOSTA À SOLIDÃO						
C5.P003.03	Serviço de Teleassistência	15.00	07.01.10.01	29.700		0,0	-29.700
C5.P004	APOIO À INFÂNCIA						
C5.P004.01	Creches	09.03	07.01.03.01.03	3.609	1.421	39,4	-2.188
		15.00	02.02.20	18.629		0,0	-18.629
			04.07.01	315.442	315.441	100,0	-1
			08.07.01	40.000	32.000	80,0	-8.000
C5.P005	APOIO À JUVENTUDE						
C5.P005.02	Escolas de Trânsito	21.01	02.02.20	881	0	0,0	-881
C5.P005.03	Juventude - RAAML	03.00	04.07.01	40.000		0,0	-40.000
		15.00	02.01.15	6.612	6.611	100,0	-1
			02.01.21	7.460	2.285	30,6	-5.175
			02.02.12	2.000		0,0	-2.000
			02.02.20	23.026	20.526	89,1	-2.500
			02.02.25	37.575	35.101	93,4	-2.474
			04.07.01	96.160	78.151	81,3	-18.009
C5.P005.04	Programa Jovem Empreendedor	03.00	02.02.13	3.000	570	19,0	-2.430
		15.00	04.08.02.02	1.800		0,0	-1.800
C5.P006	APOIO À FAMÍLIA						
C5.P006.02	Apoio à Família / Infância - RAAML	15.00	02.01.21	5.442	5.442	100,0	0
			02.02.25	22.548	22.408	99,4	-140
			04.07.01	296.748	284.041	95,7	-12.707
			08.07.01	123.000	98.400	80,0	-24.600
C5.P007	APOIO POPULAÇÃO SÉNIOR						
C5.P007.01	Envelhecimento Ativo e Saudável	15.00	02.01.21	895		0,0	-895
			02.02.14	90.713	90.713	100,0	-1
(Cont.)							

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2017 || ANEXOS/PLANO ANUAL DE ATIVIDADES

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio	Unid: Euros
				Valor	Tx. Exec.		
(Cont.)							
C5.P007.01	Envelhecimento Ativo e Saudável	15.00	02.02.20	287		0,0	-287
			04.03.01	6.040	6.040	100,0	0
			04.05.01.01.02	9.600		0,0	-9.600
			07.01.09.01	1.696		0,0	-1.696
			07.01.10.01	131.216		0,0	-131.216
C5.P007.02	Praia Campo-Sénior	15.00	04.05.01.01.02	3.787		0,0	-3.787
C5.P007.06	Envelhecimento Activo - RAAML	15.00	04.07.01	249.751	206.696	82,8	-43.055
C5.P007.07	Envelhecimento Ativo - Outros	15.00	02.02.25	104.102	104.102	100,0	0
C5.P008	APOIO À INTEGRAÇÃO IMIGRANTES E MINORIAS						
C5.P008.02	Plano Mun. p/ Integração Imigrantes Lisboa	06.02	02.02.15	450		0,0	-450
		15.00	02.02.20	24.000	22.371	93,2	-1.629
			02.02.25	22.221	15.979	71,9	-6.242
			04.03.01	41.820		0,0	-41.820
			04.03.04	7.284	2.843	39,0	-4.441
			04.07.01	93.571	50.835	54,3	-42.736
			08.07.01	158.200	96.560	61,0	-61.640
C5.P009	PARTENARIADO PARA A COESÃO SOCIAL						
C5.P009.01	Rede Social de Lisboa	15.00	07.01.09.01	10.000		0,0	-10.000
C5.P009.04	Conselhos Municipais	15.00	02.02.25	5.000		0,0	-5.000
C5.P009.07	Resposta de Alojamento PSA	15.00	04.07.01	1.085.483	752.358	69,3	-333.125
			07.01.03.01.03	50.000		0,0	-50.000
			08.07.01	100.000	60.000	60,0	-40.000
C5.P009.09	Espaço a Brincar - Ateliês	15.00	02.01.05	2.500		0,0	-2.500
			02.01.15	1.954	820	42,0	-1.134
			02.01.19	4.800	2.566	53,5	-2.234
			02.01.20	700	566	80,9	-134
			02.01.21	1.045	224	21,5	-821
			02.02.20	56.644	40.632	71,7	-16.012
			02.02.25	4.560	60	1,3	-4.500
			07.01.09.01	5.000	4.919	98,4	-81
C5.P009.12	Outros Equip.Sociais-Intervenções Diversas	09.02	07.01.03.01.03	209.888	84.584	40,3	-125.304
		09.03	07.01.03.01.03	1.367.035	42.034	3,1	-1.325.001
			07.01.15.01	49.445	45.897	92,8	-3.548
		15.00	07.01.03.01.03	1.274		0,0	-1.274
C5.P009.14	Programa Casa Aberta	15.00	02.02.20	6.027		0,0	-6.027
			02.02.25	45.000		0,0	-45.000
			04.07.01	92.200	52.000	56,4	-40.200
			08.05.01.01.01	80.000	80.000	100,0	0
C5.P009.15	Ações Dias Temáticos	15.00	02.01.05	4.397	849	19,3	-3.548
			02.01.15	8.333	8.333	100,0	0
			02.01.20	6.091	2.595	42,6	-3.496
			02.01.21	298	297	99,7	-1
			02.02.10	500	295	59,0	-205
			02.02.12	1.880	1.103	58,7	-777
			02.02.20	34.516	23.566	68,3	-10.950
			02.02.25	48.050	44.883	93,4	-3.167
C5.P009.16	Desenvolvimento Comunitário	15.00	04.05.01.01.02	60.000	60.000	100,0	0
			04.07.01	233.940	208.016	88,9	-25.924
C5.P009.17	Igualdade - RAAML	15.00	04.07.01	95.005	87.220	91,8	-7.785
C5.P009.20	Espaço Comunitário Parque das Nações	15.00	08.05.01.01.01	18.957		0,0	-18.957
C5.P009.22	Observatório Luta Contra a Pobreza	15.00	04.07.01	25.000	15.000	60,0	-10.000
C5.P009.23	Programa Investigação- Ação	15.00	02.02.14	24.393		0,0	-24.393
C5.P010	INCLUSÃO ATIVA						
C5.P010.01	Incubadora Social de Lisboa	15.00	02.02.25	11.787	6.150	52,2	-5.637
C5.P010.02	Prog. Empregabilidade e Inclusão	15.00	02.02.25	61.533		0,0	-61.533
C5.P012	SAÚDE E INFRAESTRUTURAS SOCIAIS						
C5.P012.02	Creche do Convento do Desagravo	15.00	07.01.03.01.02	48.450	21.525	44,4	-26.925
C5.P013	CRÉCHES Lx.XXI	09.02	07.01.03.01.03	78.715	70.568	89,6	-8.147
		09.03	07.01.03.01.03	22.044	14.685	66,6	-7.359
		15.00	07.01.03.01.03	480.000		0,0	-480.000
TOTAL DO PROGRAMA C5				8.758.508	4.724.778	53,9	-4.033.730
TOTAL DO OBJECTIVO C				75.530.044	39.933.186	52,9	-35.596.858

(Cont.)

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio	Unid: Euros
				Valor	Tx. Exec.		
(Cont.)							
EIXO D - LISBOA SUSTENTÁVEL							
D1 CIDADE REABILITADA E REABILITADA							
D1.P001	PLANO GERAL DE DRENAGEM Lx.XXI						
D1.P001.01	Túneis Lx.XXI	09.01 02.02.14	149.646	64.265	42,9	-85.381	
		02.02.25	1.230	0	0,0	-1.230	
		07.01.04.01.02	538.013	351.576	65,3	-186.437	
		07.01.04.01.09	11.005.125	234.844	2,1	-10.770.281	
D1.P001.02	Coletores Lx.XXI	09.01 07.01.04.01.09	664.296	119.310	18,0	-544.986	
D1.P001.03	Outros Lx.XXI	07.00 07.01.08.01	72.610	72.609	100,0	-1	
		09.01 02.02.14	23.875	0	0,0	-23.875	
		07.01.04.01.02	5.055.305	717.809	14,2	-4.337.496	
		07.01.04.01.09	233.700	122.573	52,4	-111.127	
D1.P003	REABILITAR O EDIFICADO						
D1.P003.01	Pq.Hab.Privado- Programa Participados	02.00 08.08.02	6.312	6.312	100,0	0	
D1.P003.02	Pq.Hab.Privado - Obras Coercivas	09.02 07.01.02.01.02	80.000	34.493	43,1	-45.507	
D1.P003.03	Pq.Hab.Privado - Demolições	09.02 02.02.25	66.705		0,0	-66.705	
		07.01.02.01.02	169.295	48.063	28,4	-121.232	
		09.03 07.01.01.01	24.000		0,0	-24.000	
D1.P003.04	Pq.Hab.Privado - Outras Obras	09.02 02.02.03	179.913	146.622	81,5	-33.291	
		02.02.25	5.087		0,0	-5.087	
		07.01.02.01.02	316.000	210.298	66,5	-105.702	
		14.01 04.08.02.02	2.500	196	7,8	-2.304	
D1.P003.06	Habit.Cooperativa-Realização Escrituras	14.01 04.07.01	210.000		0,0	-210.000	
		07.01.02.01.01	20.942		0,0	-20.942	
D1.P003.07	Reabilitação - Diversos Locais	08.00 08.07.01	3.884		0,0	-3.884	
D1.P003.08	Reabilitação Urbana - SRU	08.00 05.01.01.01.02	300.000	300.000	100,0	0	
D1.P003.09	Sensibilizar para a Reabilitação	02.00 04.07.01	40.000	40.000	100	0	
D1.P003.10	Inspeção Técnica de Edifícios (ITE)	14.01 02.02.14	30.750	12.300	40	-18.450	
		02.02.20	3.075	2.495	81	-580	
D1.P004	PLANOS SALVAGUARDA DE ÁREAS HISTÓRICAS						
D1.P004.02	Bairro Alto, Bica, Mercês	02.00 07.01.03.01.02	2.081	1.328	64	-753	
D1.P004.06	Baixa-Chiado	09.03 07.01.03.01.06	33.012		0	-33.012	
D1.P007	PLANEAMENTO, OP. PATRIMONIAIS E CONEXAS						
D1.P007.01	Inst.Gestão Territorial-Cartografia Digital	05.00 02.01.21	517		0	-517	
		07.01.15.01	201.329	15.923	8	-185.406	
		08.01 02.02.20	28.751	28.750	100	-1	
D1.P007.02	Instrumentos Gestão Territorial- Estudos	08.01 02.02.14	305.384	181.309	59	-124.075	
		09.01 02.02.14	5.600		0	-5.600	
		18.00 02.02.14	284.816	224.246	79	-60.570	
		18.01 02.02.14	24.600		0	-24.600	
D1.P007.03	Aquisição de Terrenos e Edifícios	03.02 07.01.01.01	2.992		0	-2.992	
		04.00 07.01.01.01	32.182.094	32.182.094	100	0	
		07.01.03.01.06	1		0	-1	
		05.00 02.02.14	162.975	125.153	77	-37.823	
		07.01.01.01	9.120.706	725.058	8	-8.395.648	
		07.01.03.01.06	13.945.500	8.243.563	59	-5.701.937	
		08.01.02	265.000	265.000	100	0	
D1.P007.07	Processos Judiciais	03.02 02.02.01	516.772	516.659	100	-113	
		03.05.02.02	2.912.992	2.321.221	80	-591.771	
		06.02.03.03	1.040.551	759.362	73	-281.189	
		07.01.01.01	7.067.142	4.138.337	59	-2.928.805	
		07.01.03.01.06	864.239	864.239	100	0	
		07.01.04.01.01	372.276	150.855	41	-221.421	
		11.02.02	748.092	748.092	100	0	
		04.00 03.05.02.02	122.866		0	-122.866	
		06.02.03.03	1.451.220	1.451.220	100	0	
		07.01.04.01.01	1.566.939	1.566.938	100	-1	
		05.00 03.05.02.02	12.488	12.488	100	0	
		04.08.02.02	16.235	16.235	100	0	
		08.08.02	102.042	102.042	100	0	
D1.P007.08	Regularização de dívidas	04.00 03.05.02.02	17.134	15.385	90	-1.749	
		06.02.03.03	636		0	-636	
(Cont.)							

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2017 || ANEXOS/PLANO ANUAL DE ATIVIDADES

Unid: Euros

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio
				Valor	Tx. Exec.	
(Cont.)						
D1.P007.08	09.03	02.02.19	3.868		0	-3.868
	16.01	02.02.01	1.931		0	-1.931
D1.P007.10	05.00	07.01.01.01	68.675		0	-68.675
D1.P007.11	04.00	02.02.14	295.000	160.537	54	-134.463
		07.01.08.01	73.800		0	-73.800
D1.P009	08.00	08.01.01.01	18.585.649	4.115.106	22	-14.470.543
TOTAL DO PROGRAMA D1			111.608.168	61.414.903	55	-50.193.265
D2 ESPAÇO PÚBLICO AMIGÁVEL						
D2.P001	REQUALIFICAR A FRENTE RIBEIRINHA					
D2.P001.01	09.01	07.01.04.01.09	110.163	103.799	94	-6.364
	09.03	07.01.04.01.09	200.000	122.766	61	-77.234
D2.P001.02	09.00	07.01.04.01.09	14.926	13.837	93	-1.089
D2.P001.03	09.00	07.01.04.01.09	17.350	14.869	86	-2.481
D2.P002	REQUALIFICAR EIXOS HISTÓRICOS DA CIDADE					
D2.P002.03	02.00	02.02.25	558		0	-558
	09.02	07.01.02.01.02	4		0	-4
	09.03	07.01.03.01.06	7.880	3.326	42	-4.554
D2.P002.04	02.00	07.01.02.01.02	13.406	159	1	-13.247
D2.P003	09.01	07.01.04.01.04	45.675	1.488	3	-44.187
		07.01.04.01.09	41.235	5.996	15	-35.239
	09.03	07.01.01.01	14.840		0	-14.840
		07.01.04.01.09	393.491	347.421	88	-46.070
D2.P005	08.03	07.01.04.01.09	35.609		0	-35.609
	08.04	07.01.04.01.09	170.392	139.561	82	-30.831
TOTAL DO PROGRAMA D2			1.065.529	753.223	71	-312.306
D3 CIDADE ACESSÍVEL PARA TODOS						
D3.P001	PEDONAL					
D3.P001.01	09.01	08.05.01.01.01	75.000	75.000	100	0
	15.00	02.01.15	1.623	1.622	100	-1
		02.02.20	110.076	8.764	8	-101.312
		07.01.09.01	2.000	100	5	-1.900
D3.P001.03	18.00	02.02.14	6.126		0	-6.126
D3.P001.05	03.00	01.02.04	1.000	500	50	-500
		02.02.13	5.200	2.274	44	-2.926
D3.P001.06	09.03	02.02.14	92.189		0	-92.189
		02.02.25	1.845	1.845	100	0
	19.01	02.02.20	17.814		0	-17.814
D3.P001.07	09.01	07.01.04.01.09	69.873	9.511	14	-60.362
D3.P001.08	16.01	07.01.04.01.09	410	410	100	0
D3.P001.12	16.01	07.01.04.01.09	778.950	778.950	100	0
D3.P001.13	02.00	07.01.04.01.09	17.316	12.401	72	-4.915
D3.P001.21	03.00	01.02.04	1.878	1.501	80	-377
		02.02.13	7.364	7.338	100	-26
	15.00	02.02.14	30.500		0	-30.500
D3.P003	TRANSPORTE PÚBLICO					
D3.P003.03	18.00	02.02.20	21.162	2.337	11	-18.825
	18.01	02.02.14	22.085		0	-22.085
		02.02.25	36.531	24.354	67	-12.177
D3.P004	RODOVIÁRIA					
D3.P004.08	18.01	02.02.19	319.800	295.200	92	-24.600
D3.P004.09	18.01	02.02.19	492.818	383.072	78	-109.746
		02.02.20	33.417		0	-33.417
D3.P004.12	03.00	01.02.04	1.252		0	-1.252
		02.02.13	4.000		0	-4.000
	18.00	02.02.20	10.000	6.150	62	-3.850
D3.P004.13	03.00	01.02.04	1.252	500	40	-752
		02.02.13	4.000	1.886	47	-2.114
	18.00	02.02.14	5.000	615	12	-4.385
		02.02.20	48.000		0	-48.000
D3.P004.14	09.01	07.01.04.01.09	225.000		0	-225.000
D3.P007	08.04	07.01.04.01.01	101.476	55.811	55	-45.665
	09.01	07.01.04.01.01	3.097.880	228.716	7	-2.869.164
(Cont.)						

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio	Unid: Euros
				Valor	Tx. Exec.		
(Cont.)							
D3.P007 REDE CICLÁVEL Lx.XXI	16.01	07.01.04.01.09	1.209.057	242.812	20	-966.245	
D3.P008 MOBILIDADE URBANA Lx.XXI							
D3.P008.01 Plano de Acessibilidade Pedonal Lx.XXI	09.01	07.01.04.01.09	1.815.531	1.185.378	65	-630.153	
	15.00	07.01.04.01.01	88.327	82.964	94	-5.363	
		07.01.04.01.09	661.675		0	-661.675	
D3.P008.04 Intervenções Div. Reab Urbana Lx.XXI	02.00	07.01.04.01.09	27.342	6.634	24	-20.708	
	09.00	07.01.04.01.09	91.000	26.568	29	-64.432	
	09.01	07.01.04.01.09	74.108	46.802	63	-27.307	
	21.02	07.01.03.01.04	634.174	283.453	45	-350.721	
D3.P009 FUNDO MOBILIDADE URBANA	18.00	04.01.01	10.000.000		0	-10.000.000	
		08.01.01.01	5.000.000		0	-5.000.000	
TOTAL DO PROGRAMA D3			25.244.051	3.773.469	15	-21.470.582	
D4 CIDADE ECOLÓGICA							
D4.P001 CORREDORES VERDES							
D4.P001.08 Parque Florestal de Monsanto	16.01	02.01.01	500		0	-500	
		02.01.02.03	1.115	45	4	-1.070	
		02.01.07	1.840	1.782	97	-58	
		02.01.09	3.950	903	23	-3.047	
		02.01.11	5.175	2.779	54	-2.396	
		02.01.18	100		0	-100	
		02.01.19	163		0	-163	
		02.01.21	32.208	21.325	66	-10.883	
		02.02.03	5.834	5.676	97	-158	
		02.02.12	6.150		0	-6.150	
		02.02.20	50.145	49.747	99	-398	
		02.02.25	35.809	35.744	100	-65	
		06.02.03.03	2.952		0	-2.952	
		07.01.03.01.06	4.937	4.305	87	-632	
		07.01.04.01.04	914	615	67	-299	
		07.01.04.01.09	20.000	19.926	100	-74	
		07.01.09.01	7.230	2.471	34	-4.759	
		07.01.10.01	29.665	29.267	99	-398	
		07.01.11.01	419		0	-419	
		07.01.15.01	1.938	1.937	100	-1	
D4.P002 ESTRUTURA VERDE DE PROXIMIDADE							
D4.P002.01 Tapada das Necessidades	16.01	07.01.04.01.04	1.846	0	0	-1.846	
D4.P002.05 Campo Grande	16.01	02.02.25	223.619	223.618	100	-1	
		07.01.04.01.04	2.997		0	-2.997	
D4.P002.12 Jardim das Damas	16.01	07.01.04.01.04	12.174	6.576	54	-5.598	
D4.P002.13 Outros Parques Urbanos	16.01	07.01.04.01.03	1.476	1.476	100	0	
		07.01.04.01.04	200.090	171.917	86	-28.173	
		07.01.04.01.09	124.216	84.980	68	-39.236	
		07.01.10.01	7.503	4.428	59	-3.075	
		08.05.01.01.01	250.000	250.000	100	0	
D4.P002.14 Agricultura Urbana (Hortas Urbanas)	16.01	02.02.25	56.990	56.990	100	0	
D4.P003 PROTEÇÃO DOS ANIMAIS							
D4.P003.02 Casa dos Animais de Lisboa	16.00	02.01.02.03	54.342	43.720	80	-10.622	
		02.01.09	56.918	48.770	86	-8.148	
		02.01.11	20.128	15.747	78	-4.381	
		02.01.21	136.825	58.245	43	-78.580	
		02.02.19	18.033	17.860	99	-173	
		02.02.20	33.465	1.530	5	-31.935	
		07.01.03.01.06	1.468		0	-1.468	
		07.01.10.01	7.500	4.303	57	-3.197	
D4.P004 EDUCAÇÃO, SENSIBILIZ. E DIVULG. AMBIENTAL							
D4.P004.02 Educação, Sensibiliz. e Divulg. Ambiental	16.00	02.01.01	462	462	100	0	
		02.01.04	50		0	-50	
		02.01.05	150	150	100	0	
		02.01.07	1.000	989	99	-11	
		02.01.11	269		0	-269	
		02.01.12	1.000	975	98	-25	
		02.01.17	1.000	915	91	-85	
(Cont.)							

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2017 || ANEXOS/PLANO ANUAL DE ATIVIDADES

Descritivo (Cont.)	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio	Unid: Euros
				Valor	Tx. Exec.		
D4.P004.02	Educação, Sensibiliz. e Divulg. Ambiental	16.00	02.01.18	2.500	1.188	48	-1.312
			02.01.21	12.815	11.543	90	-1.272
			02.02.03	7.809	7.809	100	0
			02.02.08	300		0	-300
			02.02.11	200		0	-200
			02.02.12	600	464	77	-136
			02.02.17	1.000		0	-1.000
			02.02.20	25.470	19.811	78	-5.659
			02.02.25	2.163	2.162	100	-1
			07.01.10.01	2.772	2.772	100	0
D4.P004.06	Projeto Sharing Cities	03.00	01.02.04	2.811	2.126	76	-685
			02.02.13	8.402	7.193	86	-1.209
		04.00	01.02.04	1.689	1.626	96	-63
			02.02.13	6.598	6.576	100	-22
			02.02.14	5.000		0	-5.000
			02.02.16	27.500		0	-27.500
			02.02.17	10.000	6.027	60	-3.973
			02.02.20	17.555		0	-17.555
			07.01.03.01.06	922.761		0	-922.761
			07.01.06.01	307.402		0	-307.402
			07.01.07.01	197.801		0	-197.801
			07.01.08.01	255.000		0	-255.000
D4.P004.08	Projeto URBAN WASTE	03.00	01.02.04	1.878	1.814	97	-64
			02.02.13	13.596	8.067	59	-5.529
		17.01	02.02.20	5.404	5.403	100	-1
D4.P004.09	Projeto URWAS	16.00	02.02.16	975		0	-975
D4.P006	ESPAÇOS VERDES E PARQUES URBANOS Lx.XXI	16.01	07.01.03.01.06	557.711	19.148	3	-538.563
			07.01.04.01.01	74.312	0	0	-74.312
			07.01.04.01.04	10.231.303	2.643.278	26	-7.588.025
			07.01.04.01.09	1.085.085	118.975	11	-966.110
			07.01.10.01	116.528	88.990	76	-27.538
			07.01.15.01	263.197	193.100	73	-70.097
TOTAL DO PROGRAMA D4				15.592.702	4.318.246	28	-11.274.456
D5	CIDADE DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS						
D5.P003	PLANO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA						
D5.P003.02	Eficiência Energética	16.00	02.02.14	29.022	1.476	5	-27.546
		18.00	08.07.01	60.000		0	-60.000
D5.P003.03	Lisboa E-Nova - Agência Mun.Energia	16.00	06.02.03.03	275.000	275.000	100	0
D5.P003.05	Eficiência Energética - Semaforização	16.00	02.02.25	837.414	823.562	98	-13.852
D5.P003.06	Projeto Fundo Ambiental	17.02	07.01.10.01	186.348	85.278	46	-101.070
D5.P004	EFICIÊNCIA HIDRICA	16.00	02.02.14	24.600		0	-24.600
			02.02.25	14.324	14.324	100	0
			07.01.04.01.04	249.965	83.991	34	-165.974
TOTAL DO PROGRAMA D5				1.676.673	1.283.631	77	-393.042
TOTAL DO OBJECTIVO D				155.187.123	71.543.471	46	-83.643.652
EIXO E - LISBOA GLOBAL							
E1	CIDADE DA CULTURA E DA CRIATIVIDADE						
E1.P001	PROMOVER DINÂMICAS CULTURAIS DA CIDADE						
E1.P001.01	Transferências para a EGEAC	19.00	05.01.01.01.01	10.970.000	10.970.000	100	0
E1.P001.02	Orquestra Metropolitana de Lisboa	19.00	05.01.01.02.03	1.125.000	1.125.000	100	0
E1.P001.03	Agenda Cultural	19.00	02.01.15	2.000	1.833	92	-167
			02.02.20	151.785	124.879	82	-26.906
			02.02.25	13.962		0	-13.962
			07.01.15.01	6.456	3.756	58	-2.700
E1.P001.04	Comemorações de Efemérides	01.01	02.02.25	5.000		0	-5.000
		19.00	02.02.25	6.138	0	0	-6.138
		19.01	02.02.16	37.200	35.989	97	-1.211
E1.P001.05	Promoção da Leitura	19.00	02.01.15	3.976	3.976	100	0
			02.01.20	7.023	3.525	50	-3.498
			02.01.21	87	86	99	-1
			02.02.12	5.000	4.995	100	-5
			02.02.20	9.927	4.287	43	-5.640
(Cont.)							

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2017 || ANEXOS/PLANO ANUAL DE ATIVIDADES

Unid: Euros

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio
				Valor	Tx. Exec.	
(Cont.)						
E1.P001.05 Promoção da Leitura	19.00	02.02.25	15.051	10.363	69	-4.688
E1.P001.06 Feira do Livro de Lisboa	19.00	04.07.01	120.000	120.000	100	0
E1.P001.09 Projetos de Instituições Culturais	19.00	04.01.02	296.500	296.500	100	0
		04.07.01	2.002.443	1.908.203	95	-94.240
		06.02.03.03	56.540	54.440	96	-2.100
		08.01.02	10.000		0	-10.000
		08.05.01.01.01	112.062	104.940	94	-7.122
		08.07.01	136.425	130.025	95	-6.400
E1.P001.10 Associações e Coletividades	19.00	04.07.01	729.082	724.764	99	-4.318
E1.P001.11 Produção Cinematográfica e Audiovisual	19.00	04.01.02	781.500	661.300	85	-120.200
E1.P001.12 Lisbon and Estoril Film Festival	19.00	04.01.02	250.000	250.000	100	0
E1.P001.14 Prémios Municipais	08.00	02.01.18	5.250		0	-5.250
		02.02.20	11.883		0	-11.883
		04.01.02	39.650	39.646	100	-4
		04.08.02.02	35.480	22.953	65	-12.527
E1.P001.16 Grande Exposição Internacional	19.00	02.02.16	100.000	70.943	71	-29.057
E1.P001.17 Plano Estratégico Cultural	03.00	02.02.13	3.011	3.011	100	0
	19.00	02.01.05	74		0	-74
		02.02.14	38.338	32.718	85	-5.620
		02.02.20	61.361	56.424	92	-4.937
		02.02.25	26.236	23.363	89	-2.873
		04.07.01	17.100	17.100	100	0
E1.P001.19 Ateliês Municipais	19.00	02.02.03	13.537	3.536	26	-10.001
		02.02.10	7.300	5.510	75	-1.790
		02.02.12	2.000	211	11	-1.789
E1.P001.20 Projeto ROCK	03.00	01.02.04	1.652	1.622	98	-30
		02.02.13	7.500	6.686	89	-814
	07.00	07.01.07.01	68.000		0	-68.000
	19.00	02.02.14	13.100		0	-13.100
E1.P001.22 Projeto ROSSIO	19.00	02.02.20	73.431		0	-73.431
E1.P002 REESTRUTURAR/DINAMIZAR MUSEUS MUNICIPAIS						
E1.P002.01 Coleção Francisco Capelo	04.00	07.01.12.01	563.726	563.726	100	0
E1.P002.02 Espólio Museológico e Arte Contemporânea	19.00	07.01.12.01	68.149	63.545	93	-4.604
E1.P002.04 MUDE - Atividades	19.00	02.01.16	35.000	20.759	59	-14.241
		02.02.14	10.000	9.600	96	-400
		02.02.16	116.700	90.761	78	-25.939
		02.02.20	2.000		0	-2.000
		02.02.25	16.000	11.928	75	-4.072
		07.01.12.01	60.328	45.407	75	-14.921
		07.01.15.01	43.001	21.550	50	-21.451
E1.P002.06 Museu Lisboa - Torreão Poente - Requalificação	19.00	07.01.03.01.01	9.550	9.549	100	-1
		07.01.15.01	9.224	9.223	100	-1
E1.P002.08 MUDE - Gestão	03.00	02.02.11	2.500	518	21	-1.982
		02.02.13	10.000	7.919	79	-2.081
	07.00	02.02.19	5.950		0	-5.950
	19.00	02.01.18	8.940	5.685	64	-3.255
		02.01.21	8.526	4.249	50	-4.277
		02.02.01	46.004	34.551	75	-11.453
		02.02.10	137.459	8.614	6	-128.845
		02.02.16	418.516	195.291	47	-223.225
		02.02.17	42.171	35.218	84	-6.953
		02.02.19	2.000		0	-2.000
		02.02.20	21.428	20.109	94	-1.319
		02.02.25	81.762	63.130	77	-18.632
		06.02.03.03	2.241	500	22	-1.741
		07.01.11.01	1.000		0	-1.000
E1.P002.09 Museu da Cidade - Gestão	19.00	02.02.16	677	677	100	-1
E1.P002.14 MUDE - Requalificação	03.00	02.02.13	17.000	6.970	41	-10.030
	07.00	07.01.08.01	4.600		0	-4.600
	19.00	02.02.16	334.775	325.896	97	-8.879
		02.02.25	25.000	24.397	98	-603
		07.01.15.01	334.900		0	-334.900
(Cont.)						

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio	Unid: Euros
				Valor	Tx. Exec.		
(Cont.)							
E1.P002.14 MUDE - Requalificação	19.01	07.01.03.01.01	4.610		0	-4.610	
E1.P002.16 Museu Lisboa - Palácio Pimenta-Requalificação	19.00	07.01.03.01.01	650.195	45.115	7	-605.080	
		07.01.10.01	369.848	92.171	25	-277.677	
		07.01.12.01	292.152	226.600	78	-65.552	
		07.01.15.01	444.000	14.760	3	-429.240	
E1.P002.17 Museu Lisboa - Teatro Romano - Requalificação	19.00	07.01.03.01.01	106.499	5.941	6	-100.558	
		07.01.15.01	6.200	6.138	99	-62	
E1.P003 REABILITAR EQUIPAMENTO CULTURAL - PIPARU	09.03	07.01.03.01.01	328.707	237.170	72	-91.537	
E1.P004 REQUALIFICAR EQUIPAMENTOS CULTURAIS							
E1.P004.02 Pólos Culturais	07.00	07.01.08.01	6.126	3.063	50	-3.063	
	19.00	02.01.04	200	174	87	-26	
		02.01.21	13.101	5.459	42	-7.642	
		02.02.03	8.500	3.143	37	-5.357	
		02.02.10	1.500	1.132	75	-368	
		02.02.12	500	176	35	-324	
		02.02.16	44.800	33.027	74	-11.773	
		02.02.20	10.000	4.950	50	-5.050	
		02.02.25	34.500	28.968	84	-5.532	
		07.01.03.01.01	519.940	237.560	46	-282.380	
		07.01.08.01	6.500		0	-6.500	
		07.01.09.01	3.758	3.758	100	0	
		07.01.10.01	60.000	5.970	10	-54.030	
		07.01.15.01	14.934	11.208	75	-3.726	
E1.P004.99 Outros Equipamentos Culturais	02.06	02.02.19	4.336		0	-4.336	
	09.03	02.02.03	1.870		0	-1.870	
		02.02.19	1.974		0	-1.974	
	19.00	02.02.25	4.331	4.242	98	-89	
		07.01.03.01.01	39.644	3.143	8	-36.501	
	19.01	02.02.03	9.572	9.094	95	-478	
		07.01.03.01.01	26.913	26.905	100	-8	
E1.P005 REINSTALAR VIDEOTECA E HEMEROTECA LAPA							
E1.P005.02 Videoteca Municipal	07.00	07.01.07.01	18.100	9.090	50	-9.010	
		07.01.08.01	5.000		0	-5.000	
	19.01	02.01.15	1.167	1.167	100	0	
		02.01.17	100	32	32	-68	
		02.01.20	1.790	198	11	-1.592	
		02.01.21	1.265	785	62	-480	
		02.02.03	1.500		0	-1.500	
		02.02.12	405	368	91	-38	
		02.02.16	14.950	14.274	95	-676	
		02.02.20	5.043	5.043	100	0	
		02.02.25	6.390	6.389	100	-2	
		06.02.03.03	620		0	-620	
		07.01.10.01	2.414	2.413	100	-1	
E1.P006 EXECUTAR O PLANO DE PORMENOR DO P.MAYER							
E1.P006.01 Plano Pormenor e Recup. Capitólio	08.03	02.02.20	15.000		0	-15.000	
	09.03	07.01.03.01.01	400.000	110.752	28	-289.248	
		07.01.04.01.09	10.000		0	-10.000	
E1.P006.02 Outros Equipamentos Culturais-Pq.Mayer	09.03	07.01.03.01.01	3.949.546	437.258	11	-3.512.288	
E1.P010 REQUALIF/SALVAGUARDAR PATRIM.AZULEJAR-PIZAL							
E1.P010.01 PISAL - Banco Azulejo	19.01	02.01.07	779	735	94	-44	
		02.01.17	227	227	100	0	
		02.01.21	808	731	90	-77	
		02.02.20	14.483	14.094	97	-389	
		07.01.04.01.09	113.000		0	-113.000	
		07.01.10.01	6.000	1.093	18	-4.907	
		07.01.11.01	2.000	1.509	75	-491	
		07.01.15.01	38.000	27.391	72	-10.609	
E1.P011 PROMOVER/SALVAG O PATRIM.MATERIAL/IMATERIAL							
E1.P011.03 Reabilit.do Edifício dos Paços do Concelho	03.03	02.02.20	10.804	4.401	41	-6.403	
		07.01.03.01.06	364.196	132.538	36	-231.658	
E1.P011.05 Estudos Património	19.01	02.02.16	67.289	65.553	97	-1.736	
(Cont.)							

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio	Unid: Euros
				Valor	Tx. Exec.		
(Cont.)							
E1.P011.05 Estudos Património	19.01	02.02.20	6.286	1.625	26	-4.661	
		07.01.15.01	500	500	100	0	
E1.P011.06 CRLx - Galerias Romanas	19.01	02.02.11	500		0	-500	
		02.02.13	2.000		0	-2.000	
		02.02.20	22.600	22.573	100	-27	
		07.01.03.01.01	95.000		0	-95.000	
		07.01.15.01	65.000		0	-65.000	
E1.P012 GESTÃO E ANIMAÇÃO DE EQUIP.CULTURAIS							
E1.P012.01 Exposições Temporárias	19.00	02.02.16	14.519	12.669	87	-1.850	
	19.01	02.02.16	133	133	100	-1	
E1.P012.02 Gabinete Estudos Olisiponenses	19.01	02.01.18	500		0	-500	
		02.01.20	3.870		0	-3.870	
		02.01.21	3.079	1.828	59	-1.251	
		02.02.03	2.000	961	48	-1.039	
		02.02.16	12.122	9.006	74	-3.116	
		02.02.20	6.000	5.535	92	-465	
		02.02.25	5.475	2.942	54	-2.533	
		07.01.10.01	2.000		0	-2.000	
		07.01.15.01	535		0	-535	
E1.P012.05 Arquivos Municipais	02.06	07.01.03.01.01	22.165	22.164	100	-1	
	07.00	07.01.07.01	17.000		0	-17.000	
		07.01.08.01	1.500		0	-1.500	
	09.03	02.02.19	1.618		0	-1.618	
	19.00	07.01.03.01.01	8.093		0	-8.093	
	19.01	02.01.01	638	301	47	-337	
		02.01.08	292	291	100	-1	
		02.01.11	500	71	14	-429	
		02.01.17	1.082	359	33	-723	
		02.01.20	6.981	954	14	-6.027	
		02.01.21	17.735	16.855	95	-880	
		02.02.03	6.770	959	14	-5.811	
		02.02.10	45.368	26.138	58	-19.230	
		02.02.16	37.638	17.703	47	-19.935	
		02.02.19	174.962	174.557	100	-405	
		02.02.20	80.827	42.697	53	-38.130	
		02.02.25	8.054	6.673	83	-1.381	
		06.02.03.03	180	50	28	-130	
		07.01.03.01.01	12.640	12.639	100	-1	
		07.01.10.01	3.812	2.635	69	-1.177	
		07.01.11.01	1.768	807	46	-961	
		07.01.15.01	1.418	1.417	100	-1	
E1.P012.06 Arquivo Fotográfico	19.01	02.01.11	500		0	-500	
		02.01.21	4.775	4.473	94	-302	
		02.02.16	2.397	2.071	86	-326	
		02.02.25	300		0	-300	
		07.01.10.01	91.147	91.147	100	0	
		07.01.15.01	450	437	97	-13	
E1.P012.07 CAL - Centro Arqueologia	19.00	07.01.10.01	421		0	-421	
	19.01	02.01.01	506		0	-506	
		02.01.06	262	261	100	-1	
		02.01.07	648	647	100	-1	
		02.01.15	500	500	100	0	
		02.01.17	1.414	1.414	100	0	
		02.01.18	653	652	100	-1	
		02.01.20	67	66	99	-1	
		02.01.21	6.520	6.282	96	-238	
		02.02.16	5.168	5.168	100	-1	
		02.02.20	14.375	13.759	96	-616	
		07.01.09.01	1.169	1.169	100	-1	
		07.01.11.01	3.259	3.258	100	-1	
		07.01.15.01	8.698	8.676	100	-22	
E1.P012.10 Escola das Gaiotas	07.00	07.01.07.01	25.000		0	-25.000	
(Cont.)							

Descritivo (Cont.)	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio	Unid: Euros
				Valor	Tx. Exec.		
E1.P012.10	Escola das Gaivotas	19.00	02.01.20	850		0	-850
			02.01.21	4.650	4.003	86	-647
			02.02.20	6.650	4.332	65	-2.318
			07.01.03.01.01	14.998		0	-14.998
			07.01.09.01	13.354	6.409	48	-6.945
			07.01.10.01	5.623		0	-5.623
			07.01.15.01	14.395	10.897	76	-3.498
E1.P012.11	Outros Equipamentos Culturais	02.06	02.02.19	15.087	10.593	70	-4.494
		07.00	07.01.07.01	7.000	3.773	54	-3.227
		09.03	02.02.19	1.700	933	55	-767
		16.00	08.07.01	1.067.782	667.782	63	-400.000
		19.00	02.01.16	2.000	252	13	-1.748
			02.01.21	8.886	8.206	92	-680
			07.01.10.01	79.545	79.544	100	-1
		19.01	02.01.20	5.442	4.303	79	-1.140
			02.01.21	859	358	42	-501
			02.02.16	189	189	100	0
			02.02.19	236		0	-236
			02.02.20	7.073	656	9	-6.417
			02.02.25	736		0	-736
			07.01.04.01.09	6.150		0	-6.150
E1.P013	CAPITAL IBERO AMERICANA	03.00	02.02.11	9.000	4.571	51	-4.429
			02.02.13	158.005	121.228	77	-36.777
		03.01	02.02.11	5.904		0	-5.904
		19.00	02.01.05	2.460	2.460	100	0
			02.02.11	230	203	88	-27
			02.02.16	27.536	24.858	90	-2.678
			02.02.17	73.963	61.613	83	-12.350
			02.02.20	57.856	46.864	81	-10.992
			02.02.25	260.698	206.187	79	-54.511
			04.01.02	92.400	66.400	72	-26.000
			04.07.01	800.298	752.358	94	-47.940
			08.01.02	90.000	90.000	100	0
			08.07.01	21.277	21.277	100	0
		19.01	02.02.16	68.303	59.496	87	-8.807
			02.02.20	17.228	16.434	95	-794
E1.P014	PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL						
E1.P014.01	Anfiteatro Castelo S. Jorge	19.00	07.01.03.01.01	114.939		0	-114.939
E1.P014.02	Req.AdaptTorr.Poente T.Paço a N. M. Lisboa	19.00	07.01.03.01.01	190.100		0	-190.100
E1.P015	EQUIPAMENTOS CULTURAIS Lx.XXI	09.03	07.01.03.01.01	31.008		0	-31.008
		14.00	07.01.03.01.06	2.537.509	2.070.707	82	-466.802
		19.00	07.01.03.01.01	1.395.313	26.430	2	-1.368.883
TOTAL DO PROGRAMA E1				35.961.894	25.146.598	70	-10.815.296
E2	CIDADE DO DIÁLOGO E INTERCULTURALIDADE						
E2.P001	TODOS – CAMINHADA DE CULTURAS						
E2.P001.01	Lisboa Encruzilhada de Mundos	03.00	02.02.16	11.099	11.099	100	0
			02.02.25	2.135	2.135	100	0
			04.07.01	256.350	256.306	100	-44
E2.P001.02	Mais Cultura - Cultura de Proximidade	19.00	02.01.05	256	256	100	0
			02.01.15	30.000	29.493	98	-507
			02.01.16	7.557	768	10	-6.789
			02.01.20	6.296		0	-6.296
			02.02.08	31.859	18.917	59	-12.942
			02.02.12	651	573	88	-78
			02.02.16	22.599	22.419	99	-180
			02.02.20	13.377	12.716	95	-661
			02.02.25	235.503	220.289	94	-15.214
			07.01.10.01	4.891	4.890	100	-1
			07.01.12.01	60.000	60.000	100	0
			07.01.15.01	651		0	-651
E2.P001.03	Diálogo Intercultural/Inter-religioso - RAAML	15.00	04.07.01	55.270	47.066	85	-8.204
TOTAL DO PROGRAMA E2				738.494	686.928	93	-51.566

(Cont.)

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2017 || ANEXOS/PLANO ANUAL DE ATIVIDADES

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio	Unid: Euros
				Valor	Tx. Exec.		
(Cont.)							
E3	CIDADE DO TURISMO						
E3.P001	CONSOLIDAR PAPEL DA ASSOC.TURISMO LX						
E3.P001.01	20.01	05.01.01.02.02	4.815.024	2.800.190	58	-2.014.834	
E3.P003	ENRIQUECER E DENSIFICAR OFERTA TURÍSTICA						
E3.P003.01	03.01	04.07.01	650.000	650.000	100	0	
E3.P003.02	03.01	04.07.01	635.000	635.000	100	0	
E3.P003.03	03.01	02.02.25	14.640	14.639	100	-1	
E3.P003.04	19.00	04.07.01	15.000		0	-15.000	
E3.P003.05	03.01	04.07.01	100.000	100.000	100	0	
E3.P003.06	03.01	02.02.25	61.500	61.500	100	0	
		04.01.02	333.333	333.333	100	0	
E3.P003.07	01.01	02.01.15	2.000	407	20	-1.593	
E3.P003.09	03.01	02.02.25	118.517	118.517	100	0	
E3.P004	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO TURISTICO DE LISB.						
E3.P004.01	20.01	08.07.01	11.310.000	5.052.500	45	-6.257.500	
E3.P004.02	20.00	02.02.25	140.000	33.450	24	-106.550	
		04.08.02.02	150.000		0	-150.000	
E3.P004.03	20.02	04.07.01	40.000		0	-40.000	
TOTAL DO PROGRAMA E3			18.385.014	9.799.536	53	-8.585.478	
E5	CIDADE METROPOLITANA						
E5.P002	PLANO METROPOLITANO DE TRANSPORTES						
E5.P002.01	03.00	02.02.08	1.000		0	-1.000	
		02.02.13	30.492	30.476	100	-16	
		02.02.16	1.250		0	-1.250	
		02.02.20	1.500		0	-1.500	
		06.02.03.03	37.000	34.779	94	-2.221	
TOTAL DO PROGRAMA E5			71.242	65.255	92	-5.987	
E6	CIDADE EM REDE						
E6.P001	REDES NACIONAIS						
E6.P001.01	15.00	02.01.05	350		0	-350	
		04.05.01.01.03	9.386	8.986	96	-400	
E6.P003	REDES DE CIDADES DA UCCLA						
E6.P003.01	03.00	04.07.01	141.000	81.000	57	-60.000	
E6.P006	REDES INTERNACIONAIS						
E6.P006.01	03.00	02.01.15	1.000	816	82	-184	
		02.02.11	56.000	53.100	95	-2.900	
		02.02.13	358.302	262.834	73	-95.468	
		02.02.20	41.992	31.632	75	-10.360	
		04.08.02.02	2.500	1.500	60	-1.000	
		06.02.03.03	108.861	102.673	94	-6.189	
	03.01	02.02.11	450		0	-450	
	20.00	02.02.17	5.000		0	-5.000	
	20.01	02.02.25	5.000		0	-5.000	
E6.P006.02	03.00	02.01.15	8.374	7.226	86	-1.148	
		02.02.08	9.126	6.224	68	-2.902	
		02.02.11	33.000	28.222	86	-4.778	
		02.02.13	75.000	70.903	95	-4.097	
		02.02.20	5.000	4.711	94	-289	
E6.P006.03	03.00	02.02.10	4.613	4.276	93	-337	
		02.02.20	12.436		0	-12.436	
		02.02.25	3.000	644	21	-2.357	
	03.01	02.02.11	51.053	29.887	59	-21.166	
		02.02.17	4.264	2.583	61	-1.681	
		02.01.01	1.120		0	-1.120	
TOTAL DO PROGRAMA E6			936.827	697.217	74	-239.610	
TOTAL DO OBJECTIVO E			56.093.471	36.395.534	65	-19.697.937	
TOTAL GERAL			588.788.317	385.256.558	65	-203.531.759	

